

ISCTE  IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Guiné-Bissau no processo de resolução do conflito de Casamansa

Antonieta Rosa Gomes

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutora em Estudos Africanos

Orientador:

Doutor Álvaro Luís Correia de Nóbrega, Professor Auxiliar
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa

Dezembro, 2014

ISCTE  IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Guiné-Bissau no processo de resolução do conflito de Casamansa

Antonieta Rosa Gomes

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutora em Estudos Africanos

Júri

Doutor Eduardo Maria Costa Dias Martins, Professor Auxiliar Jubilado do Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Maria Celeste Gomes Rogado Quintino, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Doutora Sílvia Andreia Mateus Roque, Investigadora Auxiliar do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Doutor Jordi Tomàs Guilera, Investigador do Grup d'Estudis de les Societats Africanes da Universidade de Barcelona

Doutor Pierre Henri Guibentif, Professor Associado com Agregação do Departamento de Sociologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Clara Afonso Azevedo Carvalho, Professora Auxiliar do Departamento de Antropologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Álvaro Luís Correia de Nóbrega, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Álvaro Correia de Nóbrega, pela seriedade e dedicação que tem demonstrado na orientação de todas as fases deste trabalho de pesquisa.

Ao Professor Doutor e investigador, Vincent Foucher pelo apoio e encorajamento que me deu, desde o início para prosseguir o desenvolvimento deste tema de pesquisa que considerou interessante.

Ao Professor Doutor Pierre Guibentif, por ter aceitado ler a versão preliminar deste trabalho e feito alguns comentários e sugestões específicas pertinentes.

Às minhas colegas do Doutoramento, em particular à Joelma de Almeida pela sua simpatia e a todos os que, de uma maneira geral apoiaram a realização desta pesquisa.

Especial carinho e apreço à minha filha Ludmilla, que de forma paciente colaborou na formatação deste trabalho. A todos os meus familiares que de forma indireta contribuíram para que este projeto tornasse uma realidade.

Ao Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) atual Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, entidade financiadora, cujo apoio permitiu a realização deste trabalho científico.

RESUMO

O conflito de Casamansa é um conflito armado interno no sul do Senegal e dos mais antigos conflitos armados da África Ocidental, com início em 1982, ou seja, há mais de três décadas. É um conflito de secessão em que o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) reivindica a independência de Casamansa, opondo-se ao Governo senegalês.

O processo de sua resolução iniciou na década de 1990 e contou a esta parte, com diferentes intervenientes locais e da Senegâmbia, donde o primeiro acordo de cessar-fogo entre o Governo senegalês e o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa foi assinado em Bissau, na Guiné-Bissau, em 1991. Seguiram-se vários outros acordos de paz obtidos com intervenção de terceiras partes, mas todos fracassaram.

Os assuntos analisados neste trabalho referem-se essencialmente às raízes da conflitualidade, o complicado processo de sua resolução e o papel da Guiné-Bissau como terceira parte interveniente. Apesar de ser um conflito interno tem implicações transfronteiriças para a Guiné-Bissau, devido a localização de Casamansa a 25km do setor de São Domingos, na região de Cacheu no norte da Guiné-Bissau. Por outro lado, a reivindicação da independência da região pelo MFDC, envolve uma grande parte da etnia Jola que pertence o mesmo grupo étnico Felupe da Guiné-Bissau e o mesmo Jola da Gâmbia. A pertença ao mesmo grupo étnico “Jola-Felupe” traduz-se na solidariedade étnica que interfere na conflitualidade, implicando as fronteiras tanto da Guiné-Bissau como da Gâmbia, num conflito armado fora de seus territórios. Portanto, daí a necessidade e a relevância do envolvimento destes países no processo de paz; e, no caso concreto da Guiné-Bissau como Parte Garante do processo de paz.

Palavras-chave: Conflito de Casamansa, resolução de conflitos, resolução do conflito de Casamansa, Guiné-Bissau, Parte Garante do processo de paz.

ABSTRACT

The Casamance conflict is an internal conflict in the South of Senegal and of the oldest armed conflict in West Africa, beginning in 1982, i.e. for more than three decades. Is a secessionist conflict in which the movement of democratic forces of Casamance claims the independence of Casamance, opposing to the Senegalese Government.

The process of its resolution began in the 1990 and told this part, with different local and Senegambia actors, where the first ceasefire agreement between the Senegalese Government and the movement of democratic forces of Casamance was signed in Bissau, Guinea-Bissau, in 1991. This was followed by several other peace accords obtained with third party intervention, but all have failed.

The issues examined in this paper refer essentially to the roots of conflict, the complicated process of its resolution and the role of Guinea-Bissau as a third party intervener. Despite being an internal conflict has cross-border implications for Guinea-Bissau, due to location of Casamance to the Santo Domingo sector 25 km north of Guinea-Bissau. On the other hand, the claim of independence in the region involves a large portion of the Jola ethnic group that belongs to the same ethnic group, Roelien in Guinea-Bissau and the Gambia Jola. To belong to the same ethnic group "Jola-Roelien" translates into ethnic solidarity that interferes in the conflict, resulting in the borders of both Guinea-Bissau and the Gambia, in armed conflict out of their territories. So, hence the need for and importance of the involvement of these countries in the peace process; and, in the case of Guinea-Bissau as Part Guarantees of peace process.

Keywords: Casamance conflict, conflict resolution, Casamance conflict resolution, Guinea-Bissau, Part Guarantees of peace process.

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS	xv
ÍNDICE DE FIGURAS	xv
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	xvii
INTRODUÇÃO	1
1. Objeto de Estudo.....	5
2. Problema de pesquisa.....	6
3. Objetivos do estudo.....	7
4. Justificação do estudo	7
5. Estrutura da tese	8
6. Opções metodológicas	9
6.1. Pesquisa bibliográfica.....	11
6.1.1. Pesquisa documental	12
6.2.O trabalho de campo	13
6.2.1. Entrevistas semiestruturadas	13
6.2.2. Observação	16
6.3. Questões de ética	18
CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E TEÓRICO	21
1.1. Resolução de conflitos e conceitos operacionais.....	22
1.1.1. Polissemia do termo conflito.....	22
1.1.2. Conceito de resolução de conflito	27
1.2. Operacionalidade das teorias no âmbito das relações internacionais	28
1.2.1. Teoria realista.....	29
1.2.2. Teoria idealista	31
1.2.3. Algumas reflexões sobre o conflito e a resolução de conflitos em África	37
1.3. Modelos de resolução de conflitos: <i>Peacemaking, peacekeeping e peacebuilding</i> 41	
1.3.1. Mediação	44
1.3.2. Negociação	47
CAPÍTULO 2. CONFLITO DE CASAMANSA	49
2.1. Enquadramento geopolítico de Casamansa	49
2.1.1. Acordo Franco-Português de delimitação da fronteira na Guiné Portuguesa..	50

2.1.2. Localização geográfica de Casamansa	54
2.1.3. Os recursos socioeconómicos de Casamansa	56
2.2. O mosaico étnico da Senegâmbia.....	61
2.2.1. O mosaico étnico do Senegal.....	62
2.2.2. O mosaico étnico da Gâmbia	73
2.2.3. O mosaico étnico da Guiné-Bissau.....	73
2.3. Abordagem histórica sobre o conflito de Casamansa	79
2.3.1. As zonas do conflito	84
2.4. Os atores e as suas motivações.....	86
2.4.1. Os atores.....	86
2.4.2. As motivações: étnicas, socioeconómicas e político-religiosas.....	91
2.5. Ciclo do conflito de Casamansa	105
2.6. Dimensões transfronteiriças do conflito	108
2.6.1. Consequências do conflito no Setor de São Domingos	114
2.6.2. Tráficos transfronteiriços	115
2.7. As relações Estado-fronteiras e o conflito.....	117
CAPÍTULO 3. RESOLUÇÃO DO CONFLITO DE CASAMANSA	123
3.1. Atores intervenientes.....	123
3.1.1. O papel da sociedade civil.....	128
3.1.2. Autoridades religiosas e tradicionais no processo de paz.....	136
3.1.2. Influência da Igreja Católica e dos Sacerdotes no processo de paz.....	142
3.1.4. Influência étnica e cultural na resolução do conflito de Casamansa	143
3.2. Conferência das Mulheres Líderes Parlamentares e das Organizações da Sociedade Civil sobre a paz nas zonas fronteiriças	145
CAPÍTULO 4. A GUINÉ-BISSAU NA RESOLUÇÃO DO CONFLITO DE CASAMANSA..	149
4.1. O Estado da Guiné-Bissau – Parte Garante do processo de paz	149
4.1.1. Conceito e papel de Parte Garante do processo de paz.....	150
4.2. Interesses e posições das partes na mediação do conflito	153
4.3. Acordos de paz entre o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa e o Governo senegalês	156
4.3.1. O primeiro acordo de paz	156
4.3.2. O segundo acordo de paz	162
4.3.3. O terceiro acordo de paz.....	173
4.3.4. O quarto acordo de paz.....	181
4.3.5. O quinto acordo de paz	185
4.4. Causas de fracassos dos acordos de paz	188

4.4.1. Retoma das negociações	190
4.5. A gestão do Dossiê de Casamansa na Guiné-Bissau e as relações político-diplomáticas Senegal/Guiné-Bissau.....	192
4.6. Perceção dos entrevistados sobre o papel da Guiné-Bissau como Parte Garante do processo de paz.....	200
CONCLUSÃO	221
FONTES	227
BIBLIOGRAFIA	231
ANEXOS	I

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1: Indicadores geopolíticos do Senegal e dos Países limítrofes.....	60
Quadro 2.2: Repartição da População do Senegal por Região.....	67
Quadro 2.3: Composição étnica de Casamansa.....	69
Quadro 2.4: Recenseamento Geral da População e Habitação da Guiné-Bissau (2009)	74
Quadro 2.5: Composição numérica da etnia “Jola-Felupe” na Senegâmbia	78
Quadro 4.1: Estruturação de comportamentos das partes na mediação do conflito	154

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1: <i>Carte de la délimitation Franco-Portugaise en Guinée</i>	54
Figura 2.2: Região de Casamansa no Sul do Senegal	55
Figura 2.3: Divisão administrativa atual do Senegal	56
Figura 2.4: Países da CEDEAO	59
Figura 2.5: Grupos étnicos do Senegal	65
Figura 2.6: Etnia “Jola-Felupe” na Senegâmbia	78
Figura 2.7: Ciclo do conflito	105
Figura 3.1. Atores intervenientes e mecanismos de resolução do conflito de Casamansa .	125
Figura 3.2: Imagens dos Reis de Oussouye	141

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACAD – Association Culturelle Ageen Diambogne
ACTION AID - Organização Internacional Independente de luta contra a pobreza
AD – Ação para o Desenvolvimento
ADRA – Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
ANSD – Agence Nationale de la Statistique et de la Démographie
BCEAO – Banco Central dos Estados da África Ocidental
CEDEAO/ECOWAS – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental/ Economic Community of West African States
CEMAC – Comunidade Económica e Monetária da África Central
CEWS – Continental Early Warning System
CGP – Commission de Gestion de la Paix
CONGAD – Conseil des Organisations Non Gouvernementales d'appui au Développement du Sénégal
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPS – Conselho de Paz e Segurança
EAC - East African Community
ECCAS - Economic Community of Central African States
ECOMOG – Economic Community of West African States Monitoring Group
ECOSAP – ECOWAS Small Arms Control Programme
ECOSOC - United Nations Economic and Social Council
FAM – Forças Armadas Moçambicanas
FARP – Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FCFA – Franco da Cooperação Financeira da África
FLEC - Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda
FLING – Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOSCAO – Fórum da Sociedade Civil da África Ocidental
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GRAPAC – Groupe de Réflexion et d'Action pour la Paix en Casamance
GTO – Grupo Teatro do Oprimido
GTZ – Agência de Cooperação Técnica Alemã
HIIK – Heidelberg Institute for International Conflict Research
INE – Instituto Nacional de Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
MFDC- Movimento das Forças Democráticas de Casamansa
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
NADEL – Associação Nacional para o Desenvolvimento local urbano
OCHA – Organização de Coordenação da Ajuda Humanitária
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OSC – Organizações da Sociedade Civil
OXFAM América – Confederação Internacional das Organizações do Movimento Global de Mudança para o combate à Pobreza e à Injustiça
OXFAM NOVIB – Organização Holandesa de Desenvolvimento para Ajuda de Emergência e redução da Pobreza
NATO/OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde
PAM – Programa Alimentar Mundial
PLAN Internacional – Organização para o Desenvolvimento Internacional
PDS – Partido Democrático Senegalês
PIB – Produto Interno Bruto
RDC – República Democrática do Congo
RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana
RFI – Rádio França Internacional
RADDHO – Rencontre Africaine pour la Défense des Droits de l’Homme
SADC - Southern African Development Community
UEMOA – União Económica e Monetária do Oeste Africano
UNAVEM – United Nations Angola Verification Mission
UNEF – United Nations Emergence Forces
UNDP – United Nations Development Programme
UNFPA – United Nations Population Fund
UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees
UNICEF – United Nations Children’s Fund
UNITA – União Nacional para a Independência total de Angola
UNMIT- United Nations Integrated Mission in Timor-Leste
UNIOGBIS – United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau
UNOGBIS – United Nations Peacebuilding Support Office in Guinea-Bissau
ONU – Organização das Nações Unidas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID – United States Agency for International Development

WANEP – West Africa Network for Peacebuilding

ZEE – Zona Económica Exclusiva

INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau no processo de resolução do conflito de Casamansa trata-se de um estudo, que procura analisar o envolvimento das autoridades políticas guineenses em diferentes facetas do processo de paz. Parte-se do pressuposto que todas as intervenções das autoridades guineenses no processo de resolução do conflito de Casamansa foram feitas em nome do Estado da Guiné-Bissau. Estado aqui deve ser entendido como sociedade heterogénea formada por grupos com interesses diferenciados (Yameogo, 1993: 20). Nenhum processo social deve ser analisado de forma unitária e como instância acima de interesses difusos.

Quando as negociações diretas entre o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) e o Governo senegalês não surtiram efeitos, as partes acordaram em nomear o Estado da Guiné-Bissau como “Parte Garante” do processo de paz em 1991. Desde essa data, a Guiné-Bissau através de suas autoridades políticas passou a intervir como terceira parte na resolução do conflito de Casamansa até 1998, data do conflito político-militar na Guiné-Bissau. Alguns acordos de cessar-fogo e de paz têm sido assinados contribuindo para a tranquilidade e acalmia relativas e temporárias, contudo nenhum foi cumprido cabalmente pelas partes, que periodicamente retomam ações de violência e confrontos armados.

O Estado da Guiné-Bissau tem assumido oficialmente uma posição de neutralidade face ao conflito, com incidências transfronteiriças e implicações no seu território, mas as investigações sobre a conflitualidade de Casamansa têm realçado a ambiguidade de posições das autoridades políticas guineenses pondo em causa a imparcialidade.

O objetivo desta pesquisa é analisar, compreender e esclarecer com objetividade e imparcialidade possíveis, o envolvimento e as intervenções multifacetadas da Guiné-Bissau como terceira parte no processo de resolução do conflito. Antes de ser um fim, é o suscitar de um debate a ser explorado em investigações futuras, por pessoas que se interessam pela problemática da resolução do conflito de Casamansa. Como guineense não poderia ficar indiferente a um conflito que afeta a fronteira no norte da Guiné-Bissau, concretamente as regiões de Cacheu e de Oio.

O interesse por esta temática prende-se pelo facto não só de ser um conflito com implicações transfronteiriças para a Guiné-Bissau, mas porque é dos mais antigos conflitos armados da África Ocidental, por isso, importa conhecer os motivos desta durabilidade e o processo de sua resolução.

Há mais de duas décadas do início do processo de paz que envolveu vários intervenientes, a rebelião de Casamansa ainda é uma realidade incontornável pelo Senegal, o que demonstra a complexidade do problema.

Como muitos conflitos internos africanos, o conflito de Casamansa é de secessão. Com a independência dos países africanos a partir de 1960, surgiram conflitos intraestatais e internacionais com bases em contestações das fronteiras coloniais herdadas, fronteiras essas artificiais, que criaram algumas “linhas de frente” ou “guerra” (Sall, 1992). Para António Bessa “as fronteiras são linhas de tensão, que avançam ou recuam segundo o poder que lhe dá consistência” (Bessa, 2000: 162). Para conter essas tensões relativas às contestações das fronteiras coloniais e revisões territoriais que punham em causa a paz no Continente africano, a Organização da União Africana (OUA), atual União Africana (UA), aprovou em 1964, uma Resolução adotando o princípio da intangibilidade das fronteiras coloniais: “*The borders of African States, on the day of their independence, constituent a tangible reality*”.¹ Mediante este princípio as fronteiras coloniais herdadas, devem ser respeitadas pelos Estados pós-coloniais para evitar conflitos derivados de alterações de traçados das fronteiras.

Porém, a adoção do princípio da intangibilidade das fronteiras não impediu o surgimento de movimentos secessionistas com fundamentos na contestação ou manutenção de fronteiras coloniais.

Na República Democrática do Congo (antigo Congo Belga), logo após à sua independência em 1960, surgiram forças internas centrífugas reivindicando a independência da região de Katanga rica em mineiros, numa guerra de secessão (1960-1963). Este conflito implicou rapidamente a antiga potência colonizadora Bélgica e alguns países africanos, tendo sido o conflito internacionalizado (Badi e Tshibambe, 2010: 329).

A guerra de Biafra na Nigéria (1967 - 1970) teve como causa a proclamação unilateral de secessão do Estado de Biafra pelo então Governador do Estado, logo após o derrube do poder através do golpe de Estado pela Junta militar em 1966.² A pretensão secessionista dos separatistas de Biafra foi recusada pelo Governo Federal nigeriano, dando origem a uma guerra civil, que resultou na degradação humanitária causando mortes das populações pela fome (Cooper, 2003). O fundamento último da secessão era o acesso ao recurso petrolífero.

¹ Tradução da autora. As fronteiras dos Estados africanos, na data de suas independências, constituem uma realidade concreta. OUA, (1964), *Resolution on Border Disputes made on the Assembly of Heads of State and Government at its First Ordinary Session, held in Cairo, U.A.R. from 17 to 21 July 1964.*

² A Nigéria é um Estado Federal formado por 36 Estados-membros.

A Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) é um movimento de secessão, que desde a independência de Angola (1975), reivindica a independência do enclave de Cabinda, argumentando que foi protetorado português ilegalmente incorporado ao território angolano no momento da independência.

A Frente Polisário em nome do povo saharai reivindica a soberania de Sahara Ocidental, antiga Sahara (Saara) Espanhola, desde 1976, e opõe-se à anexação pelo Marrocos. O diferendo fronteiriço foi submetido à Corte Internacional de Justiça, cuja decisão não reconheceu a soberania de Sahara Ocidental em relação ao Marrocos, reconhecendo apenas as ligações entre as tribos sahrauis e os Sultão marroquinos (Badie, 1995: 89). Contrariamente à maioria dos conflitos armados em África, este, não deriva da contestação da fronteira colonial, mas de sua manutenção.

O conflito de secessão de Casamansa deve-se à contestação pelo MFDC da fronteira artificial, que dividiu etnias e pessoas pertencentes ao mesmo grupo étnico e o seu prolongamento não se deve a ausência de acordos de cessar-fogo ou de paz, mas a falta de implementação dos acordos pelas partes. Os diversos acordos de paz têm gerado cisões no seio do MFDC e o conflito continua em curso com ataques e confrontos esporádicos entre os guerrilheiros do MFDC e as Forças Armadas senegalesas. Não obstante o longo ciclo do conflito e a complexidade do processo de paz, a solução deve ser pacífica através dos mecanismos de resolução do conflito.

1. Objeto de Estudo

Fazer um estudo aprofundado do ponto de vista teórico e empírico sobre a temática da participação da Guiné-Bissau na resolução do conflito de Casamansa, coloca a partida um problema metodológico de definição do objeto de estudo, que orienta para análise do problema que se pretende averiguar.

A ciência constrói o seu próprio objeto contra senso comum (Durkheim, 1963).

O objeto desta investigação é o estudo do papel da Guiné-Bissau e as diferentes facetas de intervenção das autoridades políticas guineenses no processo de resolução do conflito de Casamansa, desde 1991 à data presente. São analisados os sucessos e insucessos da Guiné-Bissau e as razões de fracassos de vários acordos de paz assinados entre o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa e o Governo senegalês. Por se tratar de um processo de paz que inclui outros intervenientes torna-se pertinente analisar o contributo da sociedade civil.

A participação das autoridades guineenses tem sido uma questão controversa, sendo que estas têm sido acusadas muitas vezes de falta de isenção ou mesmo de assumirem posições dúbias, ora como facilitadoras das negociações, ora como implicadas no conflito.

Para efeitos do objeto de estudo o conceito de autoridade é adotado aqui como sinónimo de poder político, no sentido Weberiano com fundamento legal ou racional.

Max Weber define poder genericamente como a probabilidade que um ator tem de impor a própria vontade numa relação social, independentemente de qualquer resistência (Weber, 1994: 43; Maquet, 1970: 33). Nesta definição está explícito o conceito de dominação. Weber define três tipos de autoridade como poder legítimo: legal ou racional, tradicional e carismática. Com relação à autoridade legal, a obediência é fundamentada nas normas objetivas legalmente estabelecidas; relativamente à autoridade tradicional, a obediência é à pessoa considerada pela tradição como chefe; e à autoridade carismática, a obediência é à pessoa que goza de prestígio pessoal numa comunidade pelo reconhecimento de alguma prestação útil. O que interessa para este estudo é o conceito de autoridade legal ou racional, no qual o poder é decorrente do cargo que a pessoa ocupa em razão das normas objetivas da Constituição da República.

No vocabulário comum e na antropologia poder e política são conceitos estritamente associados; em ciência política poder é genericamente considerado objeto principal da política e tem como noções (autoridade, influência, Governo, Estado).

Nos termos da Constituição da República da Guiné-Bissau, artigo 62º, nº 2, quem representa o Estado é o Presidente da República. O Governo é o órgão executivo e administrativo supremo e responsável pela política geral do País, conforme o artigo 96º, nºs 1 e 2. Foi no quadro de representação de Estado e política geral associadas às relações de

cooperação bilateral entre Guiné-Bissau e Senegal, que as autoridades políticas (Presidente da República e Governo) tiveram intervenções no processo de resolução do conflito de Casamansa.

Portanto, a análise incide essencialmente no papel desempenhado pelo Estado da Guiné-Bissau no processo de paz. Tendo em conta a relevância dos antecedentes históricos e temporal são analisados a pertença histórica da região de Casamansa e os principais factos que influenciaram o eclodir da rebelião armada.

2. Problema de pesquisa

Quando se quer investigar um tema, um acontecimento ou assunto as primeiras questões que se colocam são as seguintes:

- Como encontrar um problema de pesquisa?
- Como torná-lo investigável?

O antropólogo e investigador, Carlos Moreira responde esta primeira questão sustentando-se nas posições de Strauss e Corbin (1990) e defende que pode ser encontrado nas diversas fontes de informações: consulta de documentos escritos, opiniões entre investigadores e académicos, experiência pessoal e profissional do investigador (Moreira, 2007: 67).

A consulta de documentos escritos, ou seja a revisão da literatura é importante, na medida em que, permite o investigador conhecer o que existe sobre o assunto e serve de inspiração e identificação dos problemas.

Quanto a segunda pergunta, encontra resposta na formulação dos problemas que orientam para os aspetos a serem abordados. Neste trabalho os aspetos a serem abordados além dos já descritos, encontram-se através de dados constantes em diversas fontes de informações sobre algumas questões identificadas como problema de pesquisa, cujas perguntas de partida e subsequentes são aqui formuladas:

1. Qual foi o contributo da Guiné-Bissau como terceira parte no processo de resolução do conflito de Casamansa? Em que medida, as autoridades guineenses intervenientes na resolução do conflito de Casamansa influenciaram os acordos de paz assinados entre o MFDC e o Governo senegalês entre 1991 – 1998? E que intervenção tiveram nos acordos posteriores?

2. Porquê que o Estado da Guiné-Bissau, sendo Parte Garante do processo de paz, não conseguiu afirmar-se como principal mediador deste conflito, com implicações transfronteiriças na Guiné-Bissau?
3. Será que as atuais autoridades políticas guineenses gozam da confiança das partes beligerantes para mediar este conflito? Porquê?

3. Objetivos do estudo

O objetivo principal deste estudo é aprofundar a pesquisa sobre o processo de resolução do conflito de Casamansa, compreender melhor o papel da Guiné-Bissau como Parte Garante do processo de paz e as ações específicas desenvolvidas pelas autoridades políticas guineenses nesse âmbito.

Pretende-se igualmente analisar um conjunto de elementos subjacentes às razões do conflito e do incumprimento dos acordos de paz; o contributo da sociedade civil e avançar algumas sugestões que visem melhorar a contribuição da Guiné-Bissau no processo de paz.

Especificamente pretende-se dar uma valiosa contribuição ao processo de paz em Casamansa, em benefício do Senegal e dos países limítrofes diretamente afetados - Guiné-Bissau e Gâmbia e de forma mais abrangente a toda à África Ocidental. Pretende-se produzir conhecimento sobre terceira parte interveniente, enriquecer e aumentar o acervo científico e a lista nominal de autores que debruçam sobre a problemática da resolução do conflito de Casamansa.

4. Justificação do estudo

Fazendo a revisão da literatura constata-se a predominância de obras de autores senegaleses, franceses e espanhóis e verifica-se que as investigações sobre a resolução do conflito de Casamansa têm sido centradas nas autoridades tradicionais, religiosas e sociedade civil senegalesas. Dentre outras contribuições destacam -se aqui, as de Cissé *et al* (2000); Beck *et al* (2001) e Tomàs (2005a, 2008).

A participação da Guiné-Bissau no processo de resolução de conflito de Casamansa é um assunto muito pouco explorado, por ausência de uma investigação profunda, salvo algumas referências textuais sobre o primeiro acordo de paz assinado entre o Governo senegalês e o MFDC, em Bissau, em 1991 (Marut, 1994a) e outras intervenções pouco explicativas sobre o papel da Guiné-Bissau. Por outro lado, denota-se ausência de

pluralismo de autores guineenses sobre a produção científica relativa à resolução do conflito de Casamansa, analisando o papel da Guiné-Bissau num conflito que lhe afeta. Estas situações constituem para a autora, a relevância e a justificação deste estudo que visa preencher estas lacunas.

5. Estrutura da tese

A tese é estruturada em quatro capítulos: O primeiro capítulo estabelece as bases conceituais e teóricas do estudo, analisa alguns conceitos fundamentais sobre o conflito e a resolução de conflitos; analisa as teorias realista e idealista operacionalizadas no âmbito das relações internacionais, sobre o debate teórico centrado no conflito e resolução de conflito; faz uma abordagem sobre o conflito e a resolução do conflito no contexto africano; analisa os conceitos de *peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding* com enfoque na mediação e negociação como meios alternativos de resolução pacífica dos conflitos. O objetivo é delimitar o âmbito de aplicação dos conceitos ao caso concreto e as perspetivas a partir das quais o objeto de estudo foi construído.

O segundo capítulo refere-se à problemática da conflitualidade e inicia com enquadramento geopolítico de Casamansa, analisa a sua população, a economia, os recursos e os principais atores. Analisa Casamansa enquanto região do Senegal no espaço da CEDEAO; o mosaico étnico senegalês; a dimensão étnica e cultural de Casamansa relativamente à Guiné-Bissau e no contexto da Senegâmbia.

Faz-se uma abordagem histórica do conflito de Casamansa, analisando a opinião dos investigadores que destacam o aspeto identitário étnico devido a predominância Jola no MFDC e as diferentes motivações que estiveram na base da conflitualidade. Analisa a natureza e o ciclo de evolução do conflito e sua intensidade; as implicações transfronteiriças para as populações no norte da Guiné-Bissau, especificamente no setor de São Domingos; os tráficos transfronteiriços e faz uma análise teórica das relações Estado-fronteiras e o conflito, citando alguns exemplos no contexto africano.

O terceiro capítulo refere-se à resolução do conflito, analisa o papel de vários atores intervenientes: organizações da sociedade civil, entidades tradicionais e religiosas e o contributo da Igreja Católica; analisa os diferentes mecanismos e as atividades das Organizações não-governamentais (ONGs) no âmbito da *peacebuilding*. As organizações da sociedade civil têm realizado muitas iniciativas para a paz em Casamansa a partir dos anos 90 à esta parte, tendo sido convidadas pelas partes em conflito a tomarem parte em certas reuniões ou negociações entre o Governo senegalês e o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa.

O quarto capítulo faz um estudo analítico e interpretativo do papel da Guiné-Bissau como Parte Garante do processo de paz de Casamansa, nomeado pelas partes em conflito. Analisa as intervenções das autoridades políticas guineenses neste processo, desde 1991 até 1998, os sucessos e insucessos; os sucessivos acordos de paz assinados entre o MFDC e o Governo senegalês e as razões de fracassos; os impactos no processo de paz, da disputa sobre a fronteira marítima entre o Senegal e Guiné-Bissau nos anos 90 e do conflito político militar na Guiné-Bissau (1998-1999)

Analisa a gestão do dossiê de Casamansa na Guiné-Bissau e as influências nas relações político-diplomáticas entre Senegal e Guiné-Bissau, em diferentes fases políticas. Considerando o triângulo fronteiriço: Senegal, Guiné-Bissau e Gâmbia, analisa as relações entre os três países relativamente à problemática de Casamansa; integra no texto alguns excertos das entrevistas realizadas, analisando a percepção e a visão diferenciadas das pessoas relativamente ao papel da Guiné-Bissau, como Parte Garante do processo de paz.

Finalmente são apresentadas as principais conclusões do estudo e algumas sugestões que visem melhorar a contribuição da Guiné-Bissau como Parte Garante do processo de paz de Casamansa. São anexados alguns documentos considerados relevantes aos esclarecimentos de alguns factos analisados no aprofundamento da pesquisa.

6. Opções metodológicas

Adotou-se para este trabalho a análise do tipo indutivo na formulação do objeto de estudo como construção empírica, que interage de forma dedutiva com o quadro teórico de referência. Na análise do tipo indutivo “o problema de pesquisa surge como resultado de confrontação direta com um conjunto de comportamentos” (Gray *et al*, 2007: 24). Existe uma interação entre o que se propõe analisar e a teoria que a interpreta na forma dedutiva. Não foi necessária a criação ou invenção de um quadro teórico-conceptual, para analisar e entender a situação real ou para interpretar os comportamentos, mas recorreu-se à teoria e conceitos pré-existentes para explicar a situação e o comportamento da terceira parte no processo de resolução do conflito de Casamansa.

Não se pretende contudo, uma verdade última, mas aberta a outras análises científicas, pois o conhecimento científico é uma atividade intelectual analítica que se adquire por aprendizagens sucessivas e progressivas.

O objetivo oficial do investigador é sempre contribuir para o enriquecimento do conhecimento científico, subentendendo-se que publicará os resultados obtidos com

informação suficiente sobre os seus métodos a fim de que os outros investigadores possam reproduzir o estudo, se assim o desejarem (Caplow, 1970: 15).

A metodologia aplicada a esta pesquisa é qualitativa que permita uma análise interpretativa dos dados recolhidos (Moreira, 2007). Pois o processo de investigação inicia com a formulação do problema, a delimitação do objeto e dos objetivos do estudo e termina com a conclusão interpretativa dos resultados obtidos.

A abordagem do tema é numa perspetiva multidisciplinar, conjugando conhecimentos das áreas das ciências sociais e humanas, foram mobilizados os contributos disciplinares nomeadamente: ciência política, relações internacionais e direito, com o objetivo do enriquecimento empírico, conceptual e metodológico. A multidisciplinaridade nos estudos africanos utiliza em paralelo conhecimentos de diferentes áreas disciplinares, sem uma necessária relação entre si, enquadra-se em três aspetos: objeto de estudo, estado da arte e metodologia. O objeto de estudo versa sobre o papel das autoridades políticas guineenses na resolução do conflito de Casamansa, pela sua complexidade transcende o âmbito teórico das ciências sociais e sua análise impõe a necessidade de recurso aos outros contributos disciplinares. Uma abordagem restritiva ao domínio das ciências sociais correria o risco de ignorar esta complexidade e o necessário contributo das ciências humanas nomeadamente do direito.

No desenvolvimento do estado da arte foram analisados autores de diferentes áreas disciplinares e testemunhos de diferentes pessoas que estiveram envolvidas no processo de paz, ou que acompanharam de forma indireta este processo. A multidisciplinaridade ainda está enquadrada na metodologia através da utilização de diversas técnicas de recolha de dados: pesquisa bibliográfica e análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação. Estas técnicas fornecem um conjunto de dados escritos, registos e testemunhos orais diversos.

Os percursos metodológicos e teóricos das diferentes áreas disciplinares permitiram desenvolver diversas perspetivas teórico-metodológicas articuladas na investigação. A multidisciplinaridade é estudo teórico ou empírico de uma questão, através de contribuições de diferentes áreas disciplinares sem conexão entre elas (Freudenberger *et al*, 1989). Os diferentes contributos não implicam “anulação completa das particularidades do desenvolvimento e do património de cada ciência, antes as capitalizam em seu favor” (Almeida e Silva, 1987: 26). O resultado é que haverá enriquecimento relativamente ao conhecimento do objeto de estudo pela triangulação dos dados, que consiste em diferentes aproximações teóricas e metodológicas (Moreira, 2007: 60-64). Esta comunicação entre diversas áreas disciplinares demonstra o carácter abrangente dos Estudos Africanos *lato sensu* (sentido amplo), que não se restringe apenas ao domínio das ciências sociais mas a

outros domínios. Neste sentido, Pedro Graça sustenta que os Estudos Africanos *lato sensu* são estudos relativos à África e abrangem tanto o domínio das ciências sociais, como o das ciências naturais, embora no sentido restrito delimita-se ao domínio das ciências sociais sobretudo dos designados *area studies*³ (Graça, 2005: 63).

A bibliografia utilizada demonstra o objetivo de realizar uma análise interpretativa isenta baseada na diversidade de referências e fontes de recolha de dados. Alguns autores classificam as fontes de recolha de dados em primárias e secundárias. As fontes primárias são documentos do período da investigação e as fontes secundárias são acontecimentos ou interpretações de factos durante a investigação, relacionados com as fontes primárias⁴ (Bell, 1993: 68). Bell esclarece que esta distinção depende do ponto de vista, na medida que, um documento pode ser primário de um ponto de vista, mas secundário do outro e exemplifica vários documentos como fontes primárias, em que se destacam: relatórios, inquéritos, registos do órgão legislativo, da entidade governamental ou das autoridades locais. Nas fontes primárias Bell destaca “*deliberate sources*” que incluem autobiografias, memórias, diários e cartas que se destinam a investigação futura ou para posterior publicação e “*inadvertent sources*” que são documentos utilizados pelo investigador com finalidade diferente daquela para a qual originariamente se destinavam.

As fontes primárias caracterizam-se por serem informações originais, que consistem muitas vezes no registo formalizado de algumas informações constantes em fontes diversas (entrevistas, artigos, autobiografias, relatórios, teses, livros) e fontes secundárias contêm informações sobre documentos primários que servem de guia para o investigador como (revisão da literatura, monografias, dicionários), mas tudo depende da originalidade ou enquadramento do documento no contexto da pesquisa.

6.1. Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica conforme o plano de trabalho conduziu todas as fases do presente trabalho de investigação e forneceu um conjunto de elementos que serviu de base para o enquadramento do objeto de estudo e uma exposição clara do estado da arte.

³ O conceito sobre *area studies* tornado público pelos americanos e ingleses é adotado pelo critério militar que define áreas geográfica, linguística e cultural tanto dos aliados, como dos inimigos, com o fim de obter informações que viabilizem operações e influências.

⁴ Conforme Bell: “*Primary sources are those which came into existence in the period under research. Secondary sources are interpretations of events that period based on primary sources.*”

As fontes de consulta da literatura versando sobre conflitos armados e resolução de conflitos foram encontradas nas bibliotecas e centros de pesquisa universitários em Lisboa e nas instituições em Bissau:

- Biblioteca do ISCTE-IUL
- Biblioteca Nacional
- Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa
- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa
- Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral
- Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) em Bissau

Estas instituições possuem grande acervo científico de diversos autores e áreas disciplinares que versam sobre: metodologia de pesquisa; teoria das relações internacionais; conflitos armados em África, resolução de conflitos. Especificamente sobre a resolução do conflito de Casamansa o acervo científico não é extenso mas limitado.

6.1.1. Pesquisa documental

- Documentos escritos
- Revistas
- Jornais
- *Websites*

O termo documento refere-se a um grande número de registos escritos e simbólicos, assim como qualquer material e dados disponíveis, inclui praticamente coisas existentes antes e durante a investigação, nomeadamente relatos históricos ou jornalísticos, fotografias, transcrições, folhetos, agendas e notas de reunião, registos áudio ou vídeo e apontamentos (Erlandson *et al*, 1999: 39). Inclui documentos escritos de carácter público (ofícios, documentos políticos, regulamentos, circulares, relatórios) e os de carácter privado (cartas, livros, diários, autobiografias) e documentos eletrónicos.

A pesquisa documental foi um dos métodos utilizados na recolha de dados primários e secundários (livros, jornais, relatórios, folhetos, documentos eletrónicos e manuscritos), que deu como resultado uma mais-valia na clarificação de algumas situações que permaneceram por muito tempo obscuras. A *grey literature* (literatura cinzenta) ao contrário do que normalmente se poderia pensar teve uma função relevante, porque contém

informações fiáveis sobre alguns fenómenos ocorridos na intervenção da Guiné-Bissau como terceira parte.

A “literatura cinzenta” são documentos oficiais não publicados, mas que são formalmente aceites como referências “correctas” relativamente ao funcionamento das estruturas consideradas” (Milando, 2003: 51). O facilitador do acesso aos documentos esclareceu que algumas informações não tinham sido divulgadas, não só pela confidencialidade inerente à mediação, mas por causa do regime ditatorial vigente na época, que não assegurava as liberdades de informação e de imprensa na Guiné-Bissau. No momento atual do regime democrático e pluralista em que estas liberdades são garantidas, deixa de ter sentido a ocultação de informações e documentos considerados relevantes ao esclarecimento de alguns aspetos sobre a participação da Guiné-Bissau no processo de paz de Casamansa.

As informações recolhidas através de documentos aqui revelados por imposição metodológica de identificação de fontes de pesquisa, permitiram compreender melhor a duplicidade de papel outrora desempenhada pela Guiné-Bissau no processo de paz de Casamansa, durante a presidência de João Bernardo Vieira. Portanto a “literatura cinzenta” foi fundamental para análise de posições contraditórias assumidas pela Guiné-Bissau, em diferentes fases do processo de negociação para a paz.

Outras fontes de consulta de documentos na Guiné-Bissau foram:

- Assembleia Nacional Popular; Imprensa local; arquivos dos jornais *Banobero* e *Diário Bissau*. As instituições públicas guineenses referenciadas possuem alguns documentos escritos sobre a temática do conflito de Casamansa e do processo de paz. Alguns jornais senegaleses como *Libération* e *Sud Quotidien* e revistas também serviram de fontes de recolha de dados empíricos e nenhuma fonte escrita fidedigna foi desprezada para a consulta e análise de dados.

6.2.O trabalho de campo

6.2.1. Entrevistas semiestruturadas

O trabalho de campo de curta duração que foi realizado na Guiné-Bissau e em Ziguinchor, região de Casamansa, em dois períodos, nos meses de Maio/Julho de 2011 e de Janeiro/ Fevereiro de 2012, consistiu essencialmente na recolha de dados através de entrevistas semiestruturadas e a observação não participante foi igualmente uma das técnicas utilizadas.

A entrevista semiestruturada é aquela que se realiza por perguntas previamente elaboradas e iguais para todos os entrevistados e que permita intercalar com conversas (Moreiras, 2007: 2006). Centraliza-se em assunto sobre o qual é elaborado um roteiro com perguntas básicas, que possam ser complementadas por outras questões inerentes e momentâneas à entrevista, cujas informações não estão condicionadas a padronização de respostas alternativas, mas livres e abertas. A recolha de dados por entrevistas semiestruturadas justifica-se pela opção metodológica que permita flexibilidade e liberdade de respostas aos entrevistados. Neste sentido, Triviños fala de dois tipos de perguntas na entrevista semiestruturada: descritivas que se destinam a obter maior clareza dos factos ou acontecimentos sociais para a descoberta de significados de comportamentos de pessoas de determinados níveis culturais; e explicativas ou causais com o objetivo de determinar razões imediatas ou mediatas do fenómeno social (Triviños, 1987: 150 -151).

A recolha de dados foi realizada em duas etapas: primeira etapa foi destinada a recolha de informações; e a segunda destinada sobretudo a verificação, confirmação e validação dos dados recolhidos, através de esclarecimentos sobre algumas questões específicas, permitindo os entrevistados complementarem ou corrigirem alguns testemunhos orais que julgarem insuficientes ou mal explicados. Contudo não houve correções, senão algumas precisões desde que solicitadas, para confirmar a validade dos dados registados (Bell, 1993: 96).

A seleção das pessoas entrevistadas obedeceu determinados critérios: experiência, conhecimento da matéria objeto de investigação, participação direta ou indireta no processo de paz de Casamansa, capacidade de esclarecer os factos e fornecer informações fiáveis.

As entrevistas incidiram sobre um leque diferenciado de pessoas: deputados e ex-governantes guineenses que estiveram implicados no processo de paz, Embaixador do Senegal na Guiné-Bissau, líderes das Organizações não-governamentais guineenses e casamansenses que desenvolvem atividades no domínio da paz (*ver anexo A*). Foram baseadas num guião que permitiu elaborar tópicos e perguntas flexíveis durante a entrevista (Moreira, 2007: 204), pois o intuito não é condicionar as respostas, mas dar a liberdade aos entrevistados de prestarem seus testemunhos ou emitirem seus juízos de valores relativamente a problemática de participação da Guiné-Bissau na resolução do conflito de Casamansa (*ver anexo B*).

Pretendia-se recolher informações junto aos elementos do MFDC, mas a ausência de coesão no seio de seus dirigentes e o clima de desconfiança entre eles, e em relação às pessoas que a eles se dirigem para a recolha de dados a título de investigação sobre o processo de paz, foram algumas dificuldades encontradas. Pois muitas vezes, entendem que não se trata de uma investigação científica, mas uma espionagem com benefícios para a parte adversária; e nestas circunstâncias escusam de fornecer informações necessárias e

úteis. Salvo esta situação específica todas as pessoas selecionadas foram entrevistadas e avisadas que a recolha de dados destinava-se ao trabalho de pesquisa para a tese de Doutoramento em Estudos Africanos. As informações recolhidas foram registadas no momento das entrevistas, em bloco de notas, sem gravações, vídeos ou fotografias (Bell, 1997: 129). A entrevista foi de uma forma livre, diferente de uma conversa informal, mas uma mistura de conversa e perguntas. Fez-se o menor número de perguntas aos entrevistados da forma mais aberta possível (Quivy e Campenhoudt, 2008: 75), o que facilitou respostas livres e abertas e os dados recolhidos foram analisados e tratados com uma certa discrição (Lofland e Lofland, 1995).

Os entrevistados responderam com prontidão as questões colocadas demonstrando a familiaridade com o assunto e presume-se a autenticidade de seus testemunhos. No decurso do trabalho de campo surgiu a necessidade de realização de conversas informais, com outras pessoas que acompanharam o processo de paz e estas informações serviram de complemento aos dados recolhidos das principais fontes de informações por serem bastante esclarecedoras. As entrevistas levaram em conta os domínios linguísticos dos entrevistados e por isso foram em crioulo, português e francês.⁵

O problema da validade implica questões epistemológicas e filosóficas, na medida em que, algumas formas de recolha de dados produzem informações mais válidas que outras. Por isso a validade pressupõe a perceção assimétrica das formas de recolha de dados (Galtung, 1973: 145).

No concernente a tradição local relativa ao fornecimento de dados para investigação científica sobre o conflito de Casamansa, afigura-se oportuno realçar a abertura demonstrada pelos entrevistados guineenses e casamansenses. Um dos entrevistados que acompanhou e participou no processo de resolução do conflito afirmou que alguns investigadores estrangeiros (franceses) estiveram em Bissau, com intuito de recolher seu testemunho oral sobre o conflito de Casamansa, mas por desconhecimento pessoal do investigador e a conseqüente falta de confiança, omitiu deliberadamente algumas informações úteis, que fornece para esta pesquisa. Fez questão de chamar atenção sobre a delicadeza da temática de investigação porquanto, o conflito armado de Casamansa ainda é uma realidade.

Durante o trabalho de campo na região de Casamansa, em Ziguinchor, a autora constatou pela tradição local, a importância que a etnia Jola atribui à mulher na resolução de

⁵ Alguns guineenses sentem-se mais à vontade falando o crioulo que dominam melhor que o português, por esta razão, não obstante os tópicos serem escritos em português e francês, para permitir alguns entrevistados responder com liberdade e precisão, a autora teve o cuidado de fazer as perguntas e conversar em crioulo, a língua mais falada na Guiné-Bissau. Os excertos das entrevistas citados neste trabalho foram tradução da autora.

um conflito, o que despertou interesse em recolher alguns testemunhos orais de mulheres líderes das ONGs e protagonistas das iniciativas de paz em Casamansa, através das entrevistas com base num guião com perguntas especificamente dirigidas à camada feminina. Os tópicos foram aproveitados do trabalho de campo realizado pela autora no quadro da investigação sobre “*Le rôle de la femme dans la résolution du conflit de Casamance*” (ver anexo B).

Existe algum ceticismo sobre os dados verbais ou seja, saber se a partir das expressões verbais pode-se entender a verdadeira posição da pessoa, sua conduta, ou o seu pensamento real. Na verdade é indispensável a coerência entre as palavras e os atos, sendo que estes devem servir de bases para validar as palavras, ou utilizar palavras para validar as ações (Galtung, 1973, 149).

Na realidade casamansense as iniciativas de paz protagonizadas pelas Organizações não-governamentais sobretudo femininas afastaram o ceticismo relativo aos testemunhos orais das lideranças sociais, na medida em que, parece haver coerência entre as ações e informações prestadas pelas pessoas.

6.2.2. Observação

Observação consiste na recolha de informações sobre os agentes sociais, captando seus comportamentos e seus propósitos no momento onde eles se manifestem (Guibert e Jumel, 1997: 92). A vantagem explícita nesta técnica é de ver os fenómenos, compreender e obter respostas que dependem da capacidade do investigador. A recolha de dados por esta técnica de observação depende das experiências: pessoal, social, cultural, profissional e política que condicionam as percepções e recetividades do observador. Desde o início da investigação descartou-se a possibilidade da utilização da técnica de observação participante, que normalmente requer um trabalho de campo de longa duração 12 a 24 meses, para que o investigador se insira no contexto social e cultural da comunidade que analisa (Denzin, 1970). Esta técnica é bastante utilizada na investigação em antropologia cultural, estudo etnográfico e das comunidades, mas a natureza desta investigação não se enquadra em nenhuma dessas categorias, porquanto relativa à temática da terceira parte interveniente na resolução do conflito. A delimitação do objeto de estudo incide essencialmente sobre atos do poder político (Presidente da República e Governo), afastando normalmente a possibilidade de participação direta dos governados. Por isso, a opção foi observação não participante, que consiste na análise de fora, sem a participação verdadeira na vida do grupo (Guibert e Jumel, 1997: 94). Por outro lado, dispensa o consentimento do observado, e por isso, difere da técnica de entrevista que carece da

aceitação do entrevistado. Pode-se observar a pessoa sem o seu consentimento, mas não se pode entrevistá-la sem a sua aceitação. Mesmo na análise das intervenções das Organizações da Sociedade Civil, autoridades tradicionais e religiosas senegalesas não houve necessidade de uma observação direta, por forma a envolver-se no seio destas organizações ou comunidades, porque estas não se dedicam em exclusivo ao processo de resolução do conflito e não são terceiras partes nomeadas pelos beligerantes, mas realizam atividades e colaboram na *peacebuilding*.

No decurso da investigação a autora valeu-se das experiências do passado, adquiridas no exercício de cargos públicos.⁶ Conhece todas as regiões do país e teve conhecimento de alguns incidentes entre as populações das zonas fronteiriças no norte da Guiné-Bissau e sul do Senegal, influenciados pelo conflito de Casamansa e as medidas que os governos dos dois países tomaram para diminuir as tensões, como organizações de atividades desportivas e culturais.

Em 2001, quando a autora exercia o cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional teve conhecimento oficioso que uma das alas do MFDC manifestou interesse, para que o Estado da Guiné-Bissau ajudasse as partes beligerantes a aproximarem-se para o diálogo. Mas os dois países priorizaram reforço da cooperação no domínio político-militar, na medida em que, as relações estiveram abaladas durante o conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999), em que o Senegal teve intervenção. O reforço da cooperação militar consistia mais na aproximação e trocas de experiências entre os oficiais das Forças Armadas guineenses e senegalesas para o restabelecimento das relações de confiança.

Estes conhecimentos empíricos sobre a temática contribuíram na análise de significados dos comportamentos das autoridades políticas guineenses relativas à resolução do conflito de Casamansa.

Na observação em Bissau, São Domingos e Casamansa a autora estabeleceu contacto direto com a realidade político-social atual e numa perspetiva indutiva tentou interpretar e compreender alguns factos selecionados, como sejam: comportamentos e discursos das partes em conflito, diligências e bons ofícios da terceira parte. Os dados de observação foram registados de forma objetiva, analisados e interpretados (Bell, 1997). Observa-se que existe uma discrepância entre os discursos de paz e as práticas das partes continuando impasse face o compromisso de paz; há fraco engajamento da Guiné-Bissau na resolução do conflito, por ausência de iniciativas e dos *bons ofícios* do Governo

⁶ A autora além de ser uma figura política exerceu os cargos de Ministra da Justiça e Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional (2000- 2001).

guineense, contudo o conflito continua a desestabilizar o norte da Guiné-Bissau. Os elementos de observação permitem sempre modelos explicativos, porquanto a finalidade da observação é de fazer registos de análises possíveis e plausíveis, ter os factos inteligíveis e reconstruir a lógica dos comportamentos.

O ressurgimento dos confrontos armados entre o exército senegalês e os elementos do MFDC nos últimos tempos, mereceu atenção não só da parte da autora mas de outros observadores atentos, relativamente ao papel que a Guiné-Bissau e a Gâmbia podem desempenhar na resolução deste conflito, contudo não existem informações sobre diligências oficiais nesse sentido. Nos últimos momentos de seu mandato às vésperas das eleições Presidenciais, em Fevereiro de 2012, o Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade solicitou a intervenção do Presidente gambiano Yahya Jammeh no processo de paz, tendo este comprometido a envidar esforços na mediação do conflito. Porém, desconhece-se a partir desta data, os esforços envidados pelo Presidente gambiano.

6.3. Questões de ética

A investigação social suscita com frequência questões de ordem ética que merecem ser bem analisadas. A palavra ética deriva do grego “*ethos*” que significa modo de ser, ou carácter de uma pessoa associado aos valores morais que orientam o comportamento humano na sociedade; e a moral deriva do latim “*moralis*” que é relativo aos costumes, (Kimmel, 1996: 5). A ética é considerada um ramo de filosofia que se ocupa de questões morais; portanto, os conceitos de ética e de moral estão relacionados e são utilizados em vários contextos.

A ética é um conjunto de conhecimentos extraídos do comportamento humano, na sua tentativa de aplicar as regras morais, de forma racional, fundamentada, científica e teórica. A moral é um conjunto de regras que fundamenta a ação e o juízo de valores das pessoas, sobre o que é certo ou errado, mau ou bom e moral ou imoral (Kimmel, 1996).

A partir dos anos 1960, os investigadores do comportamento humano começaram a preocupar-se com implicações éticas de suas investigações, para não porem em causa o direito à privacidade. Atualmente o debate sobre a ética na pesquisa é cada vez mais intenso, relativamente a perspectiva teórica que influencia a pessoa a agir num ou noutro sentido.

Os problemas éticos são: “os que surgem quando temos que decidir entre um ou outro tipo de atuação, não em termos de eficiência mas em referência ao que é considerado moralmente certo ou errado” (Barnes, 1979, *apud* Moreira, 2007: 145).

Carlos Moreira (2007: 146- 148) argumenta afirmando que os protagonistas dos debates sobre a ética e a investigação no seio e fora da comunidade científica internacional têm apresentado respostas diversas sobre algumas das seguintes questões:

- Os investigadores devem ser totalmente francos com todas as partes envolvidas na sua pesquisa?
- Existem temas de investigação, áreas de comportamento privado ou métodos de inquérito que devem ser evitados pelos investigadores sociais?
- Devem os investigadores sociais atender ao interesse público ou a busca de resultados científicos deve prevalecer sobre essas considerações?
- Os contratempos sejam de que natureza for, devem-se evitar aos inquiridos?

O autor esclarece que estas dúvidas têm surgido com mais frequência em antropologia, sociologia e ciência política e têm sido resolvidas pelos investigadores sociais de três seguintes formas:

1. Procurar obter o *consentimento esclarecido*, respeitando o direito à privacidade. Ou seja, informar as pessoas envolvidas os objetivos, as características e as condições de realização da pesquisa, possibilitando que cada uma decida livremente se pretende ou não colaborar. O *consentimento esclarecido* deve ser voluntário e as informações dos inquiridos ou entrevistados devem ser essenciais e completas;
2. Assegurar o *anonimato* – não registar identificações pessoais dos indivíduos que forneceram informações. Um colaborador num estudo é considerado anónimo, quando não for possível associar dados específicos a um respondente específico e esta situação pode ocorrer em entrevistas telefónicas, onde não há contactos pessoais entre investigador e investigados;
3. Garantir a *confidencialidade* da informação – não tornar pública a informação obtida, garantindo o anonimato total pela não identificação dos participantes; manter uma identificação temporária, apenas para avaliação do estudo, após o qual são destruídas todas e quaisquer listas de participantes; e, poderá ainda, utilizar códigos ou *nick names*.

Na realização deste estudo, durante o trabalho de campo na Guiné-Bissau e em Casamansa, a autora deparou com algumas questões de ordem ética, nomeadamente o consentimento esclarecido e o anonimato. Relativamente ao *consentimento esclarecido*, todos os entrevistados e os envolvidos em conversas informais foram previamente esclarecidos das condições e dos objetivos do estudo e decidiram livremente colaborar na pesquisa. Sobre o anonimato, um dos entrevistados que prestou alguns esclarecimentos relevantes ao estudo, pediu que não registasse os dados específicos de sua identidade pessoal e foi-lhe garantido, o que significa *assegurar o anonimato*.

CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E TEÓRICO

O enquadramento conceptual de um estudo é deveras importante nas ciências sociais, em que normalmente os conceitos são polissémicos, isto é, suscetíveis de várias definições consoante as referências e enquadramentos. Daí a necessidade de definição de conceitos, adotando noções existentes ou reformulando-as para se ajustarem à problemática do estudo. Como construções sociais os conceitos não são estáticos evoluem “à medida que a realidade muda, os velhos conceitos têm que ser ajustados ou rejeitados e novos conceitos são forjados num diálogo inicial entre o teorizador e o mundo particular que ele tenta compreender” (Santos, 2007a: 16).

Os conceitos operacionais “são os que fixam o sentido das coisas, estruturas ou relações, atribuindo-lhes características que permitem o arrumo e sistematização da realidade observada, bem como a utilização instrumental do seu conteúdo” (Santos, 2007a: 125).

Como sempre que se “aborda um tema de ciência política, e especialmente no setor das relações internacionais, a primeira das questões metodológicas traduz-se em conseguir formular conceito que delimite, e torne inteligível o objeto de estudo” (Moreira, 1999: 80).

Os conceitos que orientam a abordagem deste estudo são aqui definidos, não se procuram definições perfeitas mas razoáveis e inteligíveis. Como afirma Fernando Pessoa, “o erro capital de todas as definições perfeitas é a perfeição. Uma *cousa* perfeita deixa sempre suspeitas de não-existência” (Pessoa, 1980: 320). Nas ciências sociais as afirmações são sempre suscetíveis de discussões e adequadas às realidades e contextos.

As possibilidades teóricas das disciplinas como a sociologia, a ciência política, a antropologia ou a economia são muito extensas e nenhum investigador pode dominá-las inteiramente. “A característica de um cientista formado na sistemática e nos fundamentos da sua disciplina, não é saber tudo dessa disciplina, mas antes, é “saber o que não sabe” (Quivy e Campenhoudt, 2008: 97).

*“A theory, therefore is an intellectual construct that helps one to select facts and interpret them in such a way as to facilitate explanation and prediction concerning regularities and recurrences or repetitions of observed phenomena”*⁷ (Viotti e Kauppi, 1998: 3). Para Dougherty teoria “é uma reflexão sistemática sobre os fenómenos, concebida com o propósito de os explicar e demonstrar de forma inteligível e significativa como estão

⁷ Tradução da autora. Uma teoria, portanto, é uma construção intelectual que ajuda a selecionar os factos e interpretá-los de forma a facilitar a explicação e previsão sobre regularidades e recorrências ou repetições dos fenómenos observados.

relacionados, ao invés de constituírem elementos num universo incoerente” (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003: 22).

A construção de base teórica do estudo é relevante porque facilita explicações dos fenómenos e revela a perspetiva adotada para tratar o objeto do estudo. Partindo da problemática específica a teoria pode desenvolver-se de duas formas: como simples resposta direta à problemática derivada da perspetiva específica que lhe deu origem, sendo neste caso, instrumental com a finalidade funcional de se adaptar à resolução da problemática específica; ou a teoria pode desenvolver-se como reflexão sobre o próprio processo de teorização (...) (Santos, 2007a): 116). Tudo depende do enquadramento epistemológico que fundamenta a conceção da perspetiva inicial do estudo e das funções que foram atribuídas à teoria. Na investigação científica, as teorias possibilitam explicações e fundamentação dos factos. Neste trabalho as teorias do âmbito internacional concernentes ao debate teórico sobre o conflito e a resolução do conflito têm uma função analítica, que permitem reflexão e análise numa perspetiva dinâmica da evolução do processo de paz de Casamansa.

1.1. Resolução de conflitos e conceitos operacionais

1.1.1. Polissemia do termo conflito

Para entender o sentido da resolução de conflito, que não é senão pôr fim ao conflito, é conveniente analisar o termo conflito na sua aceção geral e de um modo particular o conflito armado.

O termo conflito do latim *conflictu* significa choque, combate, luta. O Dicionário Aurélio define conflito como: luta, guerra, combate, oposição entre duas ou mais partes, discordância, divergência de ideias e opiniões (Ferreira, 2004).

Os conflitos fazem parte da essência humana, quer nas relações pessoais, profissionais, informais ou sociais; são controvérsias que surgem nas relações entre os homens nas sociedades e podem consistir em divergências étnicas, religiosas, políticas, económicas, culturais ou laborais que possam ser superadas, desde que haja vontade das partes envolvidas.

O conflito: “é uma expressão de heterogeneidade de interesses, valores e crenças que reside nos constrangimentos gerados pelas revoluções sociais” (Miall *et al*, 2004: 5). Nesta definição o conflito é tido como um elemento intrínseco e inevitável das mudanças das sociedades. Em regra nunca um conflito é permanente, ainda que dura muitas décadas tende sempre a transformar. Os realistas citando Hobbes, fundamentam esta posição

afirmando: “Assim como um tempo tempestuoso não significa chuva perpétua, um estado de guerra não significa guerra permanente” (Nye Jr., 2002: 6).

Os conflitos sociais estão em permanente evolução, transformam as relações interpessoais e intergrupais, alteram as percepções e as normas de comunicação e de organização social. A conflitualidade pressupõe uma dinâmica evolutiva de tensões entre as partes numa determinada conjuntura que possa gerar mudança.

O processo social é definido como “interação entre os membros de um grupo ou de uma sociedade” é dinâmico e gera mudanças que implicam entre outras variantes: conflito, associação e cooperação (Simmel, 1968). Distinguem-se dois tipos opostos de processos sociais: associativos ou conjuntivos e dissociativos ou disjuntivos; os associativos são os que facilitam a união, ou a integração dos diversos elementos de um todo e os dissociativos ou disjuntivos são os que conduzem a desunião das pessoas. O conflito enquadra-se no processo social do tipo disjuntivo, na medida em que, leva a separação entre pessoas e o enfraquecimento dos laços de solidariedade. A sociedade é composta por forças de harmonia e discórdia, ou seja forças associativas e dissociativas, contudo deve-se priorizar a harmonia nas relações sociais. Para Weber, as relações sociais referem-se aos comportamentos de várias pessoas ou grupos, que regulam suas condutas de uns com os outros e por consequência se orientam (Weber, 1971: 24). Essas orientações podem ser por oposição aos interesses de outrem gerando conflitos.

A teoria do conflito e a teoria de integração não são paradigmas opostas mas complementares, que fornecem aos investigadores ou observadores uma série de elementos ou dados para uma explicação teórica dos fenómenos. Em sociologia, o conflito e a ordem, a rutura e a integração são processos fundamentais nas relações de um sistema social (Coser, 1982: 9).

Para melhor compreensão do conflito, várias disciplinas contribuíram dentre as quais: a psicologia, a sociologia, a antropologia e o direito. E neste sentido, denota-se uma tendência a encarar o conflito na sua forma negativa, associado à ideia de perda e danos e como uma consequência de divisões nas sociedades (Wilde e Gaibrois, 2003); não se leva em conta, que pode gerar uma evolução positiva, quer seja entre pessoas, grupos sociais ou Estados. O conflito é considerado nefasto porque pode gerar violência virtual ou efetiva produzindo perturbações e desordens. A violência é uma execução de força e de poder que se desenvolve entre dois ou mais atores e grupos humanos, em várias dimensões, em que cada um força o outro a agir contra a sua própria vontade, utilizando meios agressivos ou repressivos, contra à integridade física e moral; ou contra os bens materiais e às ideias (Freund, 1983: 97- 98).

Do ponto de vista sociológico nos meados do século XX, muitos sociólogos interpretaram o conflito como causa de bloqueio, ou do mau funcionamento da vida em

grupo e em sociedade. Os sociólogos que advogam teorias do conflito tendem a ver a sociedade como instituição formada por grupos diferentes, que lutam pelos seus próprios interesses. Nessa perspectiva teórica, entendem que o conflito surge, porque os indivíduos e os grupos têm interesses diferenciados (Dahrendorf,1982), dão ênfase às divisões sociais, ao contrário dos funcionalistas, que tendem a enfatizar o consenso na interação social. Para os funcionalistas, dentre os quais se incluem Auguste Comte e Émile Durkheim, a sociedade é algo caracterizado de uma complexidade, na qual as partes convivem para garantir a estabilidade. A tendência sociológica atual é admitir o conflito como fator de transformação social, posição que se aproxima da teoria realista das relações internacionais. Simmel, Comte, Durkheim e Weber contribuíram para mudar a concepção genérica negativa do conflito, por ser inerente à sociedade e um fator que regula o processo de desenvolvimento. Por exemplo, a Alemanha após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) era um país destruído em termos materiais, mas reconstruiu suas infraestruturas económicas e sociais e hoje lidera o poder económico da Europa. Em termos globais a consequência positiva da Segunda Guerra Mundial foi a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, em substituição da Sociedade das Nações, com o objetivo primordial de assegurar a paz mundial.⁸ Neste sentido, o conflito jogou um papel importante na união entre os Estados em torno de uma organização internacional.

Portanto, existem várias posições doutrinárias acerca do conflito, nomeadamente considerá-lo como uma conduta normal dos homens vivendo em sociedade; isto é, onde há dois ou mais homens há sempre interesses divergentes e situação propícia aos conflitos; por outro lado, considerá-lo como um fator que gera mudanças ou ainda derivado das transformações e progresso das sociedades. No primeiro caso o conflito é um facto pré-existente inevitável e recorrente na vida em sociedade, qualquer que seja a sua origem; no segundo caso influencia as mudanças sociais e no último caso o conflito deriva da evolução das sociedades e sua solução pressupõe investigação e conhecimento das causas verdadeiras. Seja pré-existente ou não o conflito é a confrontação de duas vontades, em que uma das partes procura dominar a outra com o propósito de lhe impor sua solução.

Há teóricos que defendem existência de uma conduta consciente e elaborada no conflito e outros que posicionam defendendo a existência de condutas inconscientes, irracionais, ou especulações e motivações (Wilde e Gaibrois, 2003). Quando as intervenções de conflitualidade sejam conscientes e elaboradas, o objetivo das partes é aplicar a melhor estratégia contra o adversário, mas a influência de elementos irracionais ou

⁸ A Sociedade das Nações ou Liga das Nações foi criada a 28 de Abril de 1919, em Versalhes, nos arredores de Paris em França, com o objetivo de assegurar a paz entre as Nações após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

inconscientes da conduta, pode contrariar este objetivo estratégico. Mais facilmente se pode identificar as motivações de um conflito que comportamentos irracionais ou inconscientes.

Do ponto de vista do direito o conflito é um fenómeno normal das relações entre os homens na sociedade. O Homem nasce e vive numa sociedade e para afastar a anarquia e o caos estabelece um conjunto de normas de convívio e socialização que todos devem respeitar. A sociedade é heterogénea sendo normal que vários interesses em ação entrem em divergência surgindo o conflito.

O direito consiste na sistematização normativa das sociedades modernas, através de regras de conduta para uma convivência não violenta. Todas as sociedades modernas têm as suas normas de conduta, “*Ubi homo ibi societas; ubi societas, ibi jus,*”⁹ referia Ulpiano no *Corpus Iuri Civilis* (1558-1560) (Krueger, 2000).

O *Corpus Iuri Civilis*, em português Corpo de Direito Civil é uma grande obra política, religiosa e jurídica do imperador bizantino Justiniano, que unificou o direito vigente, harmonizou e codificou as normas do direito que regem as sociedades, prevenindo e resolvendo os conflitos.

O sociólogo alemão Georg Simmel, argumenta que as teorias antropológicas de acordo com os estudos sociais modernos demonstram que o conflito ou a violência não são sinais primitivos, pois fazem parte da cultura e até cumprem certas funções sociais na África subsaariana (Simmel, 1968).

O conflito é considerado pela psicologia como uma manifestação de agressividade influenciada biologicamente, contudo isso não implica a impossibilidade de lidar com ele ou resolvê-lo (Ferreira, 2008). Os conflitos sejam quais forem as suas naturezas, são exteriorizados através de procedimentos de comunicação divergente entre as partes: desentendimento, discussão, guerra e revolução.

Simmel distingue quatro tipos de conflitos e define-os: litígio, luta feudal ou facção, guerra e ideias impessoais:

1. Litígio é uma luta desencadeada por um indivíduo ou grupo para defender os direitos de propriedade, assumindo normalmente a forma judicial. As reivindicações das partes são em regra objetivas, caso forem subjetivas são reorientadas pelas normas objetivas;

⁹ Tradução: Onde está o homem está a sociedade; onde há sociedade há direito.

2. Luta feudal ou facção é divisão ou guerra no seio de um grupo, derivada da ideia de injustiça que ameaça a sua unidade. Pode esta luta agudizar-se e durar por muito tempo, desde que se mantenha o sentimento de injustiça;
3. Guerra é uma contradição entre duas ou mais partes manifestada pela agressividade física. A guerra existiu desde os tempos primitivos entre grupos étnicos ou sociais distintos, pois o homem é considerado um ser com grande impulso de antagonismo propício a gerar conflitos diante de situações objetivas;
4. Conflito de ideias impessoais é uma luta levada a cabo por um indivíduo ou grupo de indivíduos para um ideal impessoal. As pessoas lutam por uma determinada causa e não pelos interesses individuais. As partes beligerantes utilizam vários meios para alcançar os fins pretendidos e daí, a luta pode ser caracterizada por excessivos atos de violência. Simmel cita como exemplos deste tipo de conflitos: os movimentos nacionalistas, as campanhas socialistas e comunistas pela melhor ordem mundial, a luta de um grupo social para a conquista ou reconquista da liberdade (Simmel, 1964: 20).

Os movimentos de secessão nos países africanos, como é o caso do Movimento das Forças Democráticas de Casamansa no Senegal, enquadram-se neste tipo de conflitos de ideias impessoais.

O filósofo e sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, na sua obra clássica “ *Gemeinschaft und Gesellschaft* ” (1887) divide os grupos sociais em duas categorias: *gemeinschaft* (comunidade) e *gesellschaft* (sociedade). Estes dois grupos têm sempre interesses comuns e divergentes, ou seja, fatores de agregação ou aproximação, por um lado, e de desagregação ou afastamento por outro, o conflito (Pereira e Quadros, 2001: 32-33). Para ele a comunidade representa o passado, tem carácter natural e afetiva ligada à família e à aldeia e as suas normas advêm dos costumes, dos hábitos, da religião e da união. Por isso, existem mais fatores de coesão e de solidariedade entre os seus membros, ao contrário da sociedade que resulta da vida moderna caracterizada pelo egoísmo e desunião e se orienta pelas normas da lei positiva.¹⁰

Para Max Weber os dois conceitos não são opostos, comunidade é a relação social baseada na vontade subjetiva das pessoas que formam o coletivo e sociedade é a relação social baseada em compensação de interesses por motivos racionais (Weber, 1983: 97).

¹⁰ Para este autor a comunidade está ligada ao passado baseado na ideia da união, enquanto a sociedade é do mundo moderno onde estão presentes fatores da desagregação.

A comunidade é uma instituição caracterizada por relações de solidariedade grupal, afetividade e espírito de coesão, embora não esteja isenta de conflitos. A sociedade é instituição dinâmica cujas relações se estabelecem com base em interesses particulares e de grupos. Os conflitos quanto às partes e territorialidade podem ser intraestatal (entre grupos ou fações de um Estado) e entre dois ou mais Estados ou internacional.

A noção de conflito não envolve necessariamente a de violência, por isso há distinção entre conflitos armados e não armados. Os conflitos armados são sempre violentos e geram normalmente prejuízos materiais e perdas de vidas humanas, por isso, são normalmente encarados numa ótica negativa. Por outro lado, as ações de hostilidades podem causar danos morais e psicológicos difíceis de reparar.

Conflito armado “é uma incompatibilidade entre duas posições onde o uso de força entre as partes, das quais uma é o governo de um Estado, resulta em pelo menos 25 mortes derivadas dos confrontos” (Albert, 2007: 9). Esta conceção exprime a ideia de conflito armado interno, que existe sempre que no território de um Estado houver confrontos entre as Forças Armadas governamentais e grupo ou grupos armados não-governamentais, ou somente entre estes grupos; ou ainda, confrontos entre as Forças Armadas governamentais e a fação dissidente. Mas se o recurso à força for entre dois Estados, ou seja, quando os confrontos armados são entre as Forças Armadas de dois Estados, é um conflito armado internacional.

O SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute (2000) define o conflito armado de alta intensidade como aquele onde se registam mais de mil mortes por evento.¹¹ Segundo SIPRI, nas últimas duas décadas houve aumento significativo de conflitos armados internos, na sua maioria resultantes de contradições entre fações locais e não de influência direta dos atores externos.

1. 1. 2. Conceito de resolução de conflito

Resolução de conflito significa pôr fim a um conflito através de utilização de mecanismos ou procedimentos que facilitem a cooperação entre as partes e a eliminação do antagonismo.

¹¹ Consultar: www.sipri.org

Sendo o conflito uma forma do processo social do tipo disjuntivo ou dissociativo, a resolução do conflito é uma forma do processo social conjuntivo ou associativo porque visa a união, a solidariedade e a cooperação das partes.

Resolução de conflito é adoção de medidas tendentes a resolver a divergência que esteve na origem do litígio, incluindo tentativas de fazer com que as partes se aceitem mutuamente (Wallensteen, 2004: 8). Para isso, deve haver esforços que conduzam as partes a uma cooperação e o restabelecimento das relações, através de várias formas

Christopher Miller por sua vez entende que resolução de conflito é um processo de diversas facetas que requer análises sistemáticas, multidisciplinares e profundas (Miller, 2005: 26). Estas análises devem ser individualizadas e direcionadas às causas do conflito para se chegar a questão fundamental, a fim de se estabelecer uma cooperação específica sobre os principais problemas, com vista a solução pacífica. As técnicas que podem ser adotadas são as de negociações diretas entre as partes, e quando estas não surtirem efeitos, deve-se recorrer aos intermediários ou terceiros neutros, para negociação, mediação, conciliação ou arbitragem. Estas formas de solução pacífica de divergências não são modernas porque já eram utilizadas desde a antiguidade (Maquiavel, 1993), embora só na época contemporânea adquiriram maior consistência nas práticas extrajudiciais de resolução de conflitos.

O conceito de resolução de conflito é diferente do conceito de gestão de conflito, porque este não é necessariamente resolução do problema, mas a redução de antagonismo entre as partes, por forma a atenuar as divergências e danos (Wilde e Gaibrois, 2003: 56). Na gestão são utilizados mecanismos para minimizar e gerir os efeitos prejudiciais do conflito entre as partes; ou seja o conflito prossegue, mas os excessos de violência são evitados ou mitigados. Pode verificar uma situação de “nem guerra nem paz” que possa ocorrer por período de tempo relativamente longo (Evans e Newnham, 1998: 94). Na resolução de conflito as medidas objetivam a solução do problema, o que alguns autores designam de transformação do conflito.

1.2. Operacionalidade das teorias no âmbito das relações internacionais

A diversidade de abordagens teóricas nas ciências sociais, concretamente nas relações internacionais, impõe a necessidade de operacionalização de conceitos teóricos que permitam o enquadramento do estudo. As teorias das relações internacionais podem ser articuladas com o enquadramento epistemológico numa perspetiva analítica da realidade em estudo. Esta realidade que depende da perspetiva do investigador constitui o objeto da teoria.

As teorias das Relações Internacionais têm a finalidade de formular métodos e conceitos que permitam compreender a natureza e o funcionamento do sistema internacional, bem como explicar os fenómenos mais importantes que moldam a política mundial. Precisamos de um corpo particular de teorias para entender um universo cujas características vão desenvolver-se para além das fronteiras nacionais, no espaço pouco conhecido em que as ações, interações, conflitos e negociações, têm lugar nas margens da jurisdição dos Estados - o espaço internacional (Messari e Nogueira, 2005: 2).

O papel da teoria nas relações internacionais é aqui demonstrado, contudo a sua aplicação deve ser adaptada ao contexto teórico- analítico específico para explicar o objeto de estudo, no caso, o papel da Guiné-Bissau na resolução do conflito de Casamansa. Neste sentido, as teorias operacionalizadas neste estudo são: a realista e a idealista com funções analíticas, que permitam descrever e explicar a problemática do processo de paz de Casamansa e daí, prever a evolução futura deste processo numa perspetiva otimista ou pelo menos, esclarecer alguns aspetos da tendência evolutiva.

A teoria das relações internacionais é um conjunto coerente e sistemático de proposições que têm como objetivo esclarecer a esfera das relações sociais que nós denominamos de internacionais. Uma tal teoria deve, deste modo, representar um esquema explicativo destas relações, da sua estrutura, da sua evolução e, nomeadamente, evidenciar os seus fatores determinantes. Ela pode também, a partir daí, contribuir para prever a evolução futura destas relações ou, pelo menos, para esclarecer algumas tendências dessa evolução (Brillard, 1990, 15-16).

Esta definição alarga o conceito operacional da teoria atribuindo-lhe não só funções descritiva e explicativa da realidade, mas de previsão dos factos. A teoria é utilizada para descrever uma determinada realidade, pela nossa capacidade de perceção do mundo exterior e ao mesmo tempo de prever acontecimentos.

1.2.1. Teoria realista

A teoria realista ou realismo político (*realpolitik*) representa uma das quatro correntes de pensamento relevantes de debates teóricos sobre o conflito e a resolução de conflitos, opõe-se à teoria idealista ou idealismo político (*idealpolitik*) e cada uma pode ser considerada como reação à outra (Sandole, 1993: 4). Para a teoria realista o conflito é um fenómeno social normal e um fator de evolução positiva das sociedades (Miall *et al*, 2004). A perspetiva realista fundamenta-se no poder, entende que o interesse nacional deve ser

bastante forte para que o poder não seja utilizado em função de valores (Moreira, 2011: 160). Outras duas correntes de pensamento são o marxismo e o que Sandole designa de pensamento radical não marxista (Sandole, 1993).

Mas o realismo político (*realpolitik*) tende a ser dominante e de acordo com (Sandole, 1993), pode ser considerado como tendo três componentes: a) realismo descritivo – segundo o qual o conflito é sempre um potencial e muitas vezes um campo de batalha real. Onde existem dois homens diferentes, existem interesses diferenciados e potencialmente um conflito entre eles e o conflito se desenvolve numa base dinâmica de luta pela afirmação desses interesses; b) realismo explicativo – a crença que as razões da situação de conflito potencial ou de conflito real são primárias a todos os níveis e estão ligadas ao comportamento humano. É uma falha da natureza humana que se manifesta de forma secundária, especialmente ao nível internacional e noutros lugares onde não existem mecanismos adequados de resolução de conflitos. Neste sentido, as guerras existem porque não há mecanismos eficazes para preveni-las; c) realismo prescritivo - decorre da natureza humana e igualmente da ausência de mecanismos adequados de resolução dos problemas, e por consequência, eis a razão de estados atuais de violência e crises deploráveis. Resta aos decisores o dever de tomarem decisões para defenderem os interesses básicos de grupos ou nação ameaçados pela violência.

A *realpolitik* incentiva processos competitivos de resolução de conflitos baseados no poder, contraditório, confrontação e abordagens para lidar com conflitos e muitas vezes podem ser destrutivos.

Ao nível internacional, poder entende-se pela capacidade de sustentar interesses próprios contra as agressões e no relacionamento entre Estados existe uma estreita relação entre poder-interesse e os interesses constituem fundamentos para ação.

O Hans J. Morgenthau é considerado um autor proeminente da corrente realista, a sua obra *Politics Among Nations* (1948) é referência do realismo, defendeu que a teoria tem de ser julgada não em virtude de um princípio ou conceito abstrato preconcebido e desvinculado da realidade, mas pela sua finalidade; ordenar e dar sentido a um conjunto de fenómenos que sem ela continuariam desconexos e ininteligíveis (Morgenthau, 2005). Para este autor ao nível internacional não se pode confiar que se irá lidar com princípios abstratos universalmente aceites, porque a realidade é o conflito de interesses e esses princípios vigoram de forma precária à base do equilíbrio de contrapoderes e tensões. Os factos submetem-se tal como são à interpretação que a teoria lhes deu e os resultados à uma conclusão lógica baseada nas premissas teóricas. A ação de Estados vincula-se aos seus interesses nacionais, daí o realismo político defende que interesse nacional se sobrepõe aos princípios da moral.

Morgenthau introduziu no debate internacional o conceito de *power politics*, ou seja, luta permanente pelo poder: do Estado como sujeito das relações internacionais; do interesse nacional objetivo; da alternância das políticas do “*status quo*” de imperativo ou de prestígio; dos mecanismos de equilíbrio; do risco permanente da guerra e do diálogo diplomático (Morgenthau, 2005).

Diferentemente de Morgenthau, Aron recusou admitir o *power politics* como o cerne da política internacional, porque seria uma interpretação errada da política, que segundo ele “é uma luta entre indivíduos e entre grupos para o poder, para o acesso aos recursos e a procura de uma ordem equitativa” (Moreira, 2011: 76).

A teoria realista é considerada anglo-saxónica representada atualmente pelo americanismo, difere-se de *power theory of realpolitik*, não se baseia na indiferença, assume posição de acordo com a lei internacional ou os valores e ideais em causa (Moreira, 2011: 160), mas prioriza sobretudo o interesse nacional, em detrimento de quaisquer princípios internacionais ou valores morais. Dentre os adeptos da teoria realista destacam-se Thomas Hobbes, Maquiavel, Espinosa, Max Weber e Raymond Aron fundamentando estes últimos a razão do Estado. Aron é considerado um “realista heterodoxo”, na sua obra “Paz e Guerra entre as Nações” (1962) sobre análise das questões internacionais tentou associar sociologia à história, utilizou o conceito weberiano na análise dos factos e valores, referindo-se sempre à conflitualidade do maquiavelismo e os princípios sobre a paz (Aron, 1962).

Após a Segunda Guerra Mundial, o realismo que encara a guerra como um fenómeno normal das sociedades desenvolveu-se e passou a dominar as Relações Internacionais. Mas os investigadores multidisciplinares dos estudos sobre a paz contribuíram para o surgimento de uma metodologia diferente da investigação social, como por exemplo, a rápida institucionalização da política mundial em paralelo à ascensão do realismo desenvolvido no sistema de Estados soberanos potencialmente violentos (Lawler, 2008).

1.2.2. Teoria idealista

A teoria idealista sustenta que o homem é um ser racional, capaz de dialogar e resolver os seus problemas e suas diferenças através de mecanismos pacíficos. Para os idealistas através da arbitragem e negociação é possível construir a paz, o interesse pela proteção do bem comum deve ser dominante na opinião pública mundial (Carr, 1981).

Contra o realismo da guerra, se impôs um sistema internacional centralizado no ideal da paz. Portanto, “*peace studies*” são pesquisas baseadas nos estudos interdisciplinares sobre a paz, que se cristalizaram nas relações internacionais e ciência política, centradas nas concepções realista e idealista. Desde o início, nas décadas 1950 e 1960 os estudos

para a paz se apresentaram como uma orientação normativa assente em duas bases: “ciência da paz” que se orienta pela combinação entre o conhecimento “empírico” da realidade das guerras e a resolução de conflitos como conhecimento “técnico” das fórmulas de gestão e solução dessas guerras (Pureza, 2011). Os estudos para a paz provaram que a guerra é um fenómeno passível de ser investigado para conhecer, compreender e ter capacidade para explicar a sua dinâmica e ausência.

Os defensores do idealismo político (*idealpolitik*), ou seja, os idealistas podem concordar com os realistas, no referente a alarmante frequência e intensidade da violência (realismo descritivo) e discordarem deles sobre as razões dessa situação (realismo explicativo) e as formas como o problema deve ser respondido (realismo prescritivo) (Sandole, 1993). Para os idealistas os conflitos violentos podem resultar de muitos fatores, incluindo respostas a um determinado comportamento humano negativo. Existem variedade de respostas às situações de violência e conforme explica Sandole, podem incluir utilização de meios violentos que conduzam a mudanças nos sistemas políticos, sociais, económicos e eliminem as causas e condições de conflitos violentos. O idealismo político incentiva processos de cooperação na resolução de conflitos e tende a obter resultados construtivos; ou seja, pode conduzir aquilo que o sociólogo e investigador norueguês, Johan Galtung designa de “paz positiva” que é ausência de violência direta ou física como um facto, violência estrutural como um processo resultante de desigualdades de poder e da injustiça social e violência cultural permanente, em que os aspetos culturais como a língua, a ideologia, a religião, a arte podem ser utilizados para legitimar socialmente as duas violências anteriores. (Galtung, 1990: 291-305). O autor distingue a paz negativa que é ausência da guerra e da violência física materializada na *peacekeeping*, da paz positiva alcançada na *peacebuilding* reunindo-as na *peacemaking* (Pureza, 2011: 6).

Este ideal da paz positiva que se traduz na integração da sociedade humana, pode-se obter através de compreensão, cooperação cultural e cooperação funcional entre os grupos.

A teoria idealista foi aplicada pelo ex-presidente Americano Woodrow Wilson (1913 – 1921), na Conferência de Versalhes (1919 – 1920) nas negociações para o fim da Primeira Guerra Mundial e o acordo de paz entre as Nações. Condenou o sistema de acordos secretos, defendendo uma diplomacia aberta à opinião pública de cada País, propôs a criação da Liga das Nações para a manutenção da paz, através da arbitragem e negociações. Na verdade, os idealistas sempre idealizaram e projetaram a paz entre as Nações numa base de diálogo.

O filósofo Immanuel Kant é referenciado como o grande teórico da ética das relações internacionais; na sua obra clássica “A Paz perpétua e os outros opúsculos” (1795), analisando a situação ora existente ao nível internacional disse que para o término de todas as guerras era necessário que a diplomacia fosse pública, sem acordos secretos ou

segundas intenções no ato de assinaturas dos acordos. A filosofia Kantiana nas relações internacionais assenta-se na paz, mas o tema da paz perpétua não foi originariamente abordado por Kant, mas antes por outros autores como o abade de Saint-Pierre (1713) e Rousseau na sua obra intitulada *Julgamento sobre a paz perpétua*, escrita em 1756, mas publicada em 1782 a título póstumo (Gallie, 1979: 21-45; Habermas, 1996).

No artigo intitulado “Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita,” em 1784, Kant afirmou:

Embora esta ideia [da paz perpétua] pareça ser fantasiosa e tenha sido objeto de escárnio num abade de St. Pierre ou num Rousseau (talvez porque acreditaram na sua iminente realização), nem por isso deixa de ser inevitável saída da necessidade em que os homens se colocam reciprocamente, que deve forçar os Estados à decisão (por muito duro que lhes seja concernir), à qual também o homem selvagem se viu de malgrado compelido, a saber renunciar à sua segurança numa constituição legal (Kant, 2004: 30).

A paz é um tema inserido numa dimensão filosófica e histórica, teorizado desde o estado da natureza orientado pelas leis naturais, passando para a sociedade civil, organizada politicamente pelas leis positivas, a sociedade internacional pelas leis internacionais, e a sociedade cosmopolita referente a uma organização pós-estatal. Kant foi um dos teóricos do *jus naturalismo* moderno, que mais desenvolveu o tema da paz nas relações internacionais, enquanto Hobbes e Maquiavel teorizaram a guerra. Do ponto de vista jurídico o tema da paz insere-se nas relações entre os particulares no direito privado, no direito político e no direito das gentes (direito público internacional e no direito cosmopolita).

Os projetistas da paz ao nível internacional se enquadram na corrente “ utopista”, que se preocupa com a construção de um modelo ideal, ou seja, um idealismo que não corresponde necessariamente com a realidade (Moreira, 2002: 129). Thomas Morus é identificado como o mentor da corrente utópica, pois no seu livro designado “Utopia” (1516) descreve uma convivência pacífica entre os homens numa ilha, sem violência e sem propriedade privada (Moreira, 2002: 139).

Esta corrente propõe uma forma de vida política pacífica independente de situações de resistência. A linha de pensamento utópico é partilhada por Aldous Huxley, que perspectiva a paz a partir de construções das condições reais que possam viabilizá-la (Moreira, 2011: 132). Aldous Huxley, escritor inglês, na sua obra- prima *Brave New World* (Admirável Mundo Novo), manifestou-se em defesa das liberdades individuais contra o autoritarismo de Estado.

Georges-Eugène Sorel entre outros sociólogos entende que os utopistas tendem a influenciar as forças políticas e sociais para ação (Moreira, 2011: 132). No seu livro *Réflexions sur la violence* (1908) defendeu o uso da violência pelo proletariado, mas que este se revoltaria apenas se acreditasse num mito em cuja eficácia se possa confiar.

Os projetistas da paz são adeptos da perspectiva internacionalista da paz entre os povos e Nações, baseados na concepção Kantiana da “paz perpétua” consideram a paz um bem necessário e indivisível pertencente a todos os seres humanos.

Na época contemporânea, Johan Galtung é referência internacional nas investigações dos estudos sobre a paz iniciados na década 1950. Estas investigações se desenvolveram inicialmente através de estudos interdisciplinares no campo das ciências sociais, envolvendo entre outras disciplinas (sociologia, antropologia, economia, ciências naturais, relações internacionais, ciência política). As investigações sobre a paz foram influenciadas pela necessidade de redução das guerras e de resolução de conflitos por meios pacíficos, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Desde então, se identificaram as origens da concepção idealista sobre a paz. Na década 1970 a contribuição dos idealistas foi marcante nos debates sobre a paz, baseada em “*Peace Research*” (Moreira, 2011: 76).

O marxismo e o que Sandole designa de pensamento radical não-marxista representam combinações políticas do realismo e do idealismo; como realismo, o marxismo considera a inevitabilidade do conflito entre classes socioeconómicas e como idealista dá ênfase à mudança estrutural no sistema de propriedade dos meios de produção, como forma de mudança de comportamentos. Estas duas correntes de pensamento atuam como realistas nos processos competitivos de resolução de conflitos que muitas vezes podem ser destrutivos (Sandole, 1993).

Uma perspectiva teórica que tende ao idealismo é a teoria liberal defendida por John Locke, sustenta que o estado da natureza é de paz, liberdade e igualdade, porque todos os homens são iguais e independentes (Locke, 1984: 142). É o estado da paz e benevolência, pois apesar de não existir poder supremo organizado os homens se entendem não havendo espaço à anarquia. Montesquieu posiciona no mesmo sentido, defendendo que o homem no estado da natureza orienta-se pela lei da natureza, todos são iguais e vivem numa situação de paz (Montesquieu, s.a.: 4). Os princípios liberais “*whig*” foram consagrados juridicamente no final do século XVII na Inglaterra, na Constituição escrita aquando da *Glorious Revolution* (1688) e influenciaram progressivamente o Estado de direito, a democracia e os direitos humanos bem como a Constituição de Virgínia de 1776. Esta visão pacífica do estado da natureza se contrapõe à “guerra de todos contra todos” (Hobbes, 1971) e constitui a concepção otimista da política internacional baseada na convivência pacífica entre os Estados. Os liberais criticam os realistas dizendo que estes exageram na diferença entre a

política interna e internacional, concentram atenção em situações extremas que não levam em consideração a interdependência e a evolução da sociedade transnacional global.

Baseada nas ideias liberais, na comunidade internacional, embora não exista uma autoridade suprema, o relacionamento entre Estados é possível numa base menos anárquica através de acordos. Os liberais sustentam que a sociedade funciona em paralelo aos Estados, sendo parte dos mesmos e os povos estabelecem contactos através das fronteiras, porque existe uma sociedade internacional.

Os adeptos do liberalismo acreditavam que a evolução natural da capacidade humana poderia conduzir a situação na qual, os conflitos seriam substituídos pela percepção do bem comum. Acreditavam nas instituições e tratados como mecanismos para a construção da paz.

Os pensadores liberais defendem as liberdades de pensamento, de expressão, de religião e de associação. O liberalismo é encontrado na filosofia política de Immanuel Kant, Montesquieu, respetivamente na Alemanha e na França no século XVIII. E no século XIX, nas obras dos filósofos ingleses, como Jeremy Bentham e John Stuart Mill. O corpus teórico como referência do liberalismo contemporâneo é a obra de Friedrich A. Von Hayek: “Direito, Legislação e Liberdade: Origem empírica da legislação” (Mill, 1990:143).

Numa perspetiva teórica sobre o processo de paz em Casamansa a conceção idealista constitui base teórica deste estudo. Pois, se é verdade que o conflito é um acontecimento normal da sociedade na visão realista, não é menos verdade que a rebelião de Casamansa é prejudicial aos casamansenses e a sociedade senegalesa em geral, por isso deve ser transformada. Portanto, admite-se a realidade da guerra para transformá-la e todas as partes envolvidas no processo, devem fazer formulações empíricas que visem transformar o estado da guerra em estado da paz, através de cooperação com resultados construtivos.

Esta teoria aplicada no processo de resolução do conflito de Casamansa tem uma função analítica, na medida em que a intervenção da Guiné-Bissau na resolução do conflito de Casamansa é analisada numa perspetiva de construção da paz.

O ideal da paz mantém-se ao longo dos séculos, contrariando a ideia de Hobbes de “guerra de todos contra todos” (Hobbes, 1971) que considera o homem um ser conflituoso e incapaz de uma convivência social pacífica.

A paz definitiva em Casamansa não é uma questão prontamente realizável, isto é, uma solução meramente factível, passível de “imminente realização”, como as teorias da paz perpétua que antecedem a Kantiana desenvolvida como um ideal moral. A paz definitiva em Casamansa é um ideal essencialmente político, cuja necessidade impõe uma solução negociada entre as partes com ajuda de terceiros. Embora seja considerado um conflito de baixa intensidade, os confrontos entre o MFDC e o Governo têm sido extremamente

violentos e mortíferos. A situação em Casamansa é de ameaça constante de explosão de violência de uma parte contra outra e de confrontos armados.

O estado da paz entre os homens que vivem juntos não é um estado de natureza (*status naturalis*), o qual é antes um estado de guerra, isto é, um estado em que, embora não exista sempre uma explosão das hostilidades, há sempre, no entanto, uma ameaça constante. Deve, portanto, instaurar-se o estado de paz; pois a omissão de hostilidades não é garantia de paz e se um vizinho não proporciona segurança a outro (o que só pode acontecer num estado legal), cada um pode considerar como inimigo a quem lhe exigiu tal segurança (Kant, 1795 (1903): 126 -127).

A paz em Casamansa pressupõe um entendimento entre as partes e a remoção completa da situação de insegurança interna e nas fronteiras com os países vizinhos – a Guiné-Bissau e a Gâmbia. Neste sentido a implicação destes países no processo de paz, afigura-se deveras importante na perspectiva que os vizinhos devem zelar pela segurança do outro. A paz definitiva afasta a hipótese de violência armada instaurando – *foedus pacificum*.¹²

As relações sociais referem-se aos comportamentos das pessoas e grupos que se orientam através de normas de conduta; por isso o conflito só pode ser compreendido na relação com o outro. E, desde que as partes queiram podem transformar o estado da guerra em paz.

A guerra civil em Moçambique (1976 – 1992) entre o exército nacional moçambicano oriundo da Frente de Libertação Nacional de Moçambique (FRELIMO)¹³ e o grupo armado interno – Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), terminou com assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma (1992) influenciado pela mediação da Comunidade de Santo Egídio e o Governo italiano, após as tentativas de negociações falhadas em 1989, no Quênia e em 1990, no Malawi (Hume, 1994). O Acordo Geral de Paz foi parcialmente influenciado pelo exterior, mas a sua durabilidade e sustentabilidade devem-se essencialmente a vontade das partes beligerantes e do povo moçambicano a uma paz duradoura.

Infelizmente os desentendimentos políticos entre a RENAMO o Governo em 2013, por acusação de partidarização dos órgãos de Estado pela FRELIMO e ausência de alternância

¹²*Foedus pacificum* é ideia encontrada no projeto de paz perpétua de Kant. Este ideal pode ser difícil de implementar, mas nunca impossível desde que as partes queiram.

¹³ FRELIMO é o partido que lutou pela libertação do povo moçambicano contra à colonização portuguesa, está no poder desde a data da independência de Moçambique (1975) até à presente data.

democrática evoluíram em confrontos armados entre as Forças Armadas de Moçambique e os designados “homens armados da RENAMO” (guerrilheiros) no sul, na província de Inhambane, distrito de Homóine uma zona turística mais desenvolvida em unidades hoteleiras; em Gorongosa, onde a RENAMO tinha as suas bases militares durante a guerra civil; na Vila de Cheringoma em Sofala; no centro e noutras partes de Moçambique.¹⁴ O conflito fez várias vítimas mortais de ambos os lados e finalmente houve consenso entre as partes antes do acordo de cessar-fogo assinado em Agosto e ratificado pelo então Presidente da República, Armando Guebuza e o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, a 05 de Setembro de 2014.¹⁵ Contudo as divergências políticas entre a FRELIMO e a RENAMO relativamente à luta pelo poder continuam sendo focos de instabilidade e motivos para confrontos armados.

1.2.3. Algumas reflexões sobre o conflito e a resolução de conflitos em África

Pretende-se problematizar algumas questões referentes aos conflitos e a resolução dos conflitos em África, em particular no espaço da CEDEAO, à luz do debate teórico sobre o conflito e a resolução do conflito do item anterior.

Concordamos com os argumentos do realismo político na descrição alarmante dos conflitos e da intensidade da violência (realismo descritivo), mas discordamos de outros restantes argumentos segundo os quais as causas de conflitos potencial ou real são primárias a todos os níveis e estão ligadas às falhas de natureza humana, que se manifestam de forma secundária ao nível internacional ou noutros lugares onde não existem mecanismos adequados de resolução de conflitos (realismo explicativo) e os conflitos são decorrentes da falha humana de comportamento e ausência de mecanismos eficazes de resolução dos problemas justificando estados atuais de violência e crises e a forma como devem ser resolvidos (realismo prescritivo). Portanto, situamo-nos no campo do idealismo político (*idealpolitik*) considerando que os conflitos podem resultar de diversos fatores sociais e sua resolução pode decorrer de utilização de vários meios que possam conduzir a situações de transformações estruturais nos sistemas económicos, políticos e sociais que visem eliminar as condições de conflitualidade ou da violência. Embora o potencial de violência esteja ligado a “*conditio humana*” (Arendt, 2001), o conflito real decorre de condicionamentos sociais independente de mecanismos de controlo existentes. As guerras

¹⁴ www.dw.de/conflito-em-moçambique-entre-a-renamo-e-o-governo/a-17175392

¹⁵ Conforme RTP/África.

existem não pela ausência de mecanismos adequados de resolução de conflitos, mas por divergências baseadas nos fatores socioeconômicos, culturais, políticos, religiosos e outros.

Todas as sociedades normalmente dispõem de mecanismos internos de controle de conflito e da violência que são as normas estatais que regulam condutas das pessoas, numa base de convivência pacífica e ao nível sub-regional, regional e internacional os mecanismos são protagonizados pelos Estados e suas instituições. Nos países da África subsaariana regra geral, existem pelo menos dois mecanismos internos de controle: normas estatais ou do direito positivo vinculando todos os indivíduos e normas costumeiras de grupos étnicos ou sociais vinculadas a estes e subordinadas ao direito positivo.¹⁶ As normas costumeiras colmatam sobretudo a quase ausência de Estado nas aldeias e sua fraca capacidade de implementação da regulamentação estatal (Bierschenk e Olivier de Sardan, 1996: 24), servem de resolução de conflitos locais e funcionam algumas vezes em paralelo às normas estatais.

No Continente africano devastado e fustigado por múltiplos conflitos armados os africanos têm estado a assumir cada vez mais protagonismo na resolução desses conflitos, sobretudo no quadro da organização continental a União Africana (UA) e organizações sub-regionais. Estas instituições envolvem-se na resolução de conflitos utilizando meios diplomáticos de negociações que permitam o conhecimento das causas do conflito e mecanismos militares, adquirem capacidades próprias de intervenção designados “*African Ownership*” (Cardoso e Ferreira, 2005: 21), que lhes dão autonomia na solução dos problemas.

A partir de 1990 o debate sobre os conflitos em África e sua resolução tem dominado a agenda da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da Organização da União Africana (OUA), cujas estruturas não possuíam capacidades de respostas às situações de conflitualidade no Continente africano. Diante das novas exigências da atualidade política africana e internacional, os Chefes de Estado e de Governo decidiram pela criação da União Africana (UA), através de adoção do Ato Constitutivo, durante a Cimeira realizada em 2000, em Lomé, no Togo. Em 2001 durante a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, em Lusaca na Zâmbia, foi estabelecido período de um ano para a transferência e sucessão formal da Organização da Unidade Africana à União Africana com novas estruturas, cuja sessão inaugural foi realizada na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em 2002, em Durban, na África do Sul. A partir desta data os debates foram orientados na

¹⁶ África subsaariana (África Negra) que compreende a região do Continente africano ao sul do deserto do Saara e abrange cerca de 80% dos 54 Estados africanos.

procura de meios adequados à resolução dos diferentes conflitos e tensões em África, como (guerra civil na Somália, em Darfur no Sudão; tensão entre o Sudão e a Eritreia; confrontos fronteiriços entre a Etiópia e a Eritreia; guerra na República Democrática do Congo (RDC) e outros tipos de crises.¹⁷

A União Africana (UA) para contornar as questões de prevenção e resolução de conflitos internos e crises sub-regionais criou *African Standby Forces* (ASF) em 2003, congregando todos os países membros. Apesar de múltiplas dificuldades, através de esforços diplomáticos apresenta-se como mecanismo estabilizador de conflitos em África. O Conselho de Paz e Segurança (CPS) da UA estabeleceu *Continental Early Warning System* (CEWS) que é um sistema de alerta antecipado ligado a unidades e órgãos implementados no terreno com conhecimentos especializados (Porto, s.a), para acompanhar e monitorizar tensões pré-conflitual e funciona de forma interligada com as organizações sub-regionais, acionando mecanismo de resposta rápida que associem militares, policiais e civis da maior parte dos Estados africanos na prevenção de conflitos militares.¹⁸ A competência do CPS abrange a prevenção, a gestão e a resolução de conflitos, assim como a reconstrução pós-conflito, por isso foi criado o Fundo de Paz para suportar os custos de execução das operações. Paralelamente a estes mecanismos existem as organizações sub-regionais de integração económica, como a Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO), *Southern African Development Community* (SADC), *Economic Community of Central African States* (ECCAS) e outras que têm atuado na resolução de conflitos sub-regionais e no âmbito regional, através de mecanismos criados para o efeito.

A sub-região da África Ocidental tem sido marcada por alguns conflitos armados como por exemplo, a guerra civil da Libéria (1989-1996) e (1999-2003) protagonizada pela *National Patriotic Front* (NPF) Frente Patriótica Nacional (FPN) formado por rebeldes sob o comando de Charles Taylor, cuja violência fugiu ao controlo do Estado. Os mecanismos de resolução de conflitos foram acionados: *The Economic Community of West African States Monitoring Group* (ECOMOG) compõe-se de forças militares multilateral da CEDEAO, em cooperação com a União Africana, então OUA, em 1999, para assegurarem a imposição e a manutenção da paz e a Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria (UNOMIL) (Adebajo, 2002: 43). Mas as fações armadas continuaram suas incursões contra o regime

¹⁷ Os confrontos entre fações étnicas na Somália iniciaram em 2000 e ganharam contorno religioso (islâmico); conflito armado no Oeste do Sudão entre as etnias nómadas africanas, muçulmanas de língua árabe e os não árabes da área (2003); confrontos entre Etiópia e Eritreia (1998); na RDC (1998).

¹⁸ Este mecanismo tem associado atores militares, policiais e civis de todos os Estados. Porém, não se apresenta tão eficiente como se desejaria, mas é um instrumento adequado para o fim ao qual foi criado e trabalha em complementaridade com outros órgãos, como o Comité Militar, o Painel dos Sábios, o Centro de Análise para o Terrorismo e o Fundo Especial para Paz.

ditatorial do então presidente da República Samuel Kanyon Doe e depois contra o então presidente Charles Taylor.

A guerra civil da Serra Leoa foi desencadeada pela *Revolutionary United Front* (RUF) Frente Revolucionária Unida liderada por Foday Sankoh (1991-2002), contra os sucessivos governos, para o controlo das jazidas de diamantes, os esforços militares e diplomáticos envolveram forças da CEDEAO, das Nações Unidas, da então OUA e da Comunidade Britânica de Nações (*Commonwealth*) entre 1991 e 2001 e a *United Nations Peacekeeping Mission in Sierra Leone* (UNAMSIL), em 1999 (Adebajo, 2002), mas a guerra só terminou em 2002, após a intervenção Britânica em 2000. As operações de paz como esclarece Paul Williams, não devem ser substitutas, mas parte de uma estratégia política orientada para a resolução de conflitos (Williams, 2013). São instrumentos do processo de paz cujo sucesso depende de muitos fatores, tais como a colaboração das forças do Estado anfitrião, da população e dos beligerantes.

A rebelião dos tuaregues no norte do Mali (2012 -2013), reivindicando a independência da região norte – Azawad, com o fundamento de que os tuaregues são discriminados e marginalizados dos benefícios económicos e designados “*les malis inutiles*” (os malianos inúteis) (Benjaminsen, 2008: 831-848). Os confrontos entre os rebeldes e as forças governamentais atingiram em pouco tempo, uma escalada de violência, que permitiu o controlo do norte pelos rebeldes que declararam independência de Azawad, ameaçando tomar a capital – Bamako. O Governo do Mali pediu a intervenção da França e as forças militares francesas intervieram e retiraram os rebeldes o controlo do norte, numa cooperação bilateral para a paz regional e continental. Os tuaregues fazem parte das principais etnias do Mali (10%) da população, são nómadas, encontram-se em menor percentagem em Argélia, Burkina Faso, Líbia, Mauritânia e Níger.¹⁹

Na literatura sobre os conflitos constata-se que múltiplos podem ser os fatores de conflitos armados internos ou internacionais, mas as abordagens predominantes utilizadas pelos investigadores para compreenderem os conflitos armados em África são referentes às questões étnicas económicas e religiosas, dando pouca ênfase às questões políticas como de “luta pelo poder” (Nóbrega, 2003) ou outras frustrações sociais que muitas vezes podem estar na origem dos conflitos ou da violência e o processo de sua resolução deve levar em conta estas situações. Neste sentido, Burton (1990), entre outros investigadores esclarece que para promover a transformação ou a resolução duradoura do conflito há necessidades importantes dos seres humanos que devem ser levados em conta como a segurança, a

¹⁹ O Mali tem cerca de 17,5 milhões de habitantes conforme a previsão do censo 2015; faz parte dos países com Baixo Índice de Desenvolvimento Humano e as suas principais etnias são: Bambaras (50%), Fulanis (17%), Tuaregues (10%), Chongais (60%) dentre outras.

identidade o reconhecimento e as relações sociais interligadas ao contexto e as instituições sociais existentes (*apud*, Ferreira, 2005: 5).

1.3. Modelos de resolução de conflitos: *Peacemaking, peacekeeping e peacebuilding*

O termo *peacemaking* (pacificação) adquiriu consistência no final da Guerra-Fria (1989) com o crescente número de conflitos armados de longa duração em que as Nações Unidas utilizaram muitas vezes mecanismos de negociações diplomáticas e políticas para a resolução desses conflitos.

Peacemaking theories revolve around the traditional peaceful methods of conflict resolution - inquiry, good offices, negotiation, mediation, arbitration and adjudication. However, theoretical frameworks have not yet been developed for inquiry, good offices, arbitration, and adjudication. Accordingly, the focus will be on negotiation and mediation, for which theories have been formulated (Kieh Jr. e Mukenge, 2002: 13).

A *peacemaking* é definida normalmente como esforços diplomáticos para pôr fim a um conflito. É uma construção teórica que se cristalizou na mediação de conflitos regionais e internacionais e atualmente é uma das principais formas de intervenção utilizadas na resolução de conflitos pelas Nações Unidas através da mediação e de negociação.

Segundo o artigo 33 da Carta das Nações Unidas, em qualquer tipo de conflito suscetível de ameaçar a paz e a segurança internacionais as partes devem em primeiro lugar, procurar uma solução pacífica através de negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem ou outros meios pacíficos à sua escolha.²⁰

O conceito de *peacemaking* é passível de várias abordagens que compreendem técnicas de intervenção que envolvem normalmente a terceira parte, na medida em que, as partes em conflito podem utilizar os meios alternativos de solução pacífica de controvérsia, recorrendo a ajuda de terceiros a fim de obter acordo. Neste sentido, a *peacemaking* representa um esforço diplomático destinado a banir um conflito violento entre as partes através do diálogo.

Boutros-Boutros Ghali, então Secretário-geral das Nações Unidas, em “Agenda para a Paz” (1992) reformulou um pouco o conceito de *peacemaking* definindo-a como ações que

²⁰ Consultar: United Nations Peacemaker – Peacemaking Mandate. Disponível em: www.peacemaker.un.org/peacemaking-mandate; United Nations Department of Political Affairs. Disponível em: <http://www.un.org/wcm/content/site/undpa/main/issues/peacemaking>

visam obtenção de acordos entre as partes, essencialmente através de meios pacíficos como aqueles previstos no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas. Essas ações podem ser realizadas durante o conflito latente ou violento (UN, 1992). Portanto, nesta definição a *peacemaking* abrange a prevenção, gestão e resolução de conflitos.

No direito internacional os tribunais internacionais são mecanismos de solução pacífica de controvérsias e funcionam como instância de recurso judicial na ausência de entendimento entre os Estados.

A *peacemaking* aplicada pelas Nações Unidas leva em conta o conceito de soberania de Estados, excluindo o uso da força na resolução de conflitos armados, salvo quando for decidido pelo Conselho de Segurança. No quadro de uma guerra civil a Carta das Nações Unidas não dispõe sobre a possibilidade de intervenção armada; excepcionalmente como um dever moral, o artigo 33 da Carta das Nações Unidas prevê intervenção dos Estados partes da Convenção de Genebra e da Carta das Nações Unidas, nos casos de genocídio, ameaça à paz internacional e graves violações de direitos humanos.²¹

O conceito amplo de *peacemaking* inclui *peace enforcement*, ou seja “imposição da paz”, através do uso da força para cessar-fogo num processo de pacificação, quando os esforços diplomáticos não surtirem efeitos para cessar-fogo e alcançar acordo entre as partes. Neste sentido, a *peace enforcement* embora seja um conceito distinto, mas é subsidiário da *peacemaking*. Por exemplo a intervenção militar da NATO no contexto da *peacemaking* na Bósnia: *Implementation Force (IFOR) and Stabilization Force (SFOR)* para facilitar o *Agreement Framework Bosnia-Herzegovina* foi durante a violência da guerra civil.

Todas estas técnicas de intervenção no âmbito da *peacemaking* estão inter-relacionadas, sendo que os métodos do inquérito e dos bons ofícios podem ser utilizados para auxiliar a mediação ou a negociação. O inquérito deve envolver a terceira parte neutra na recolha de informações pertinentes para transformação do conflito. Daí, podem ser formuladas perguntas de esclarecimentos sobre os pontos de divergências entre as partes.

Os bons ofícios normalmente são desenvolvidos por terceiro imparcial, como facilitador de transmissão de informações e contactos entre as partes em conflito. São mecanismos que envolvem a diplomacia, sendo que a terceira parte, pode ser um Estado, Governo ou uma organização internacional, que faz diligências para aproximar as partes. Neste sentido, a terceira parte pode proporcionar encontros e reuniões entre as partes beligerantes.

²¹ Consultar: www.un.org/en/documents/charter

Na arbitragem a terceira parte (árbitro) é designada pelas partes em conflito de acordo com o princípio da autonomia da vontade, com o propósito de tomar decisão pacífica sobre o conflito. As partes beligerantes delimitam o aspeto legal a ser tratado, escolhem os participantes e o local da realização da arbitragem e devem respeitar a decisão. Para alguns autores a arbitragem é uma forma de solução extrajudicial de conflito, em que a terceira parte é nomeada ou não pelas partes beligerantes para decidir sobre o conflito (Carmona, 2004: 51). Para outros é uma modalidade de solução de conflito, em que a terceira parte só é nomeada mediante acordo das partes beligerantes, com poderes de decisão para pôr fim ao conflito. A diferença entre arbitragem e outras formas de intervenção de terceiros é que, o árbitro tem poderes de decisão e noutras os terceiros não decidem, apenas ajudam as partes a encontrar soluções.

Em sociologia esses meios intermediários de encontrar soluções são designados *middle-range theories* (teorias do meio alcance) e enquadram essa categoria, o inquérito, a mediação e a negociação. Estas teorias são utilizadas para tratar aspetos delimitados dos fenómenos ou acontecimentos sociais e envolvem abstrações que podem ser incorporadas em proposições (...) (Merton, 1949), são fundamentais para assegurar avanços entre posições opostas ou algo entre dois extremos (Boudon, 1991).

Na resolução de um conflito, os esforços de *peacemaking* podem estar estreitamente interligados com a *peacekeeping* (manutenção da paz) e a *peacebuilding* (construção da paz), envolvendo vários atores (civis e militares, organizações internacionais e ONGs nacionais e estrangeiras). Neste sentido, deve haver comunicação e partilha de informações entre as missões envolvidas.

A *Peacekeeping* é um conceito que deriva das missões de manutenção da paz das Nações Unidas, iniciadas em 1956, com a criação da Força de Emergência das Nações Unidas no Egipto (UNEF I), na sequência do conflito sobre o canal de Suez, entre Israel e Egipto, conhecido como a “*Crise de Suez*”. Foi construída à base dos seguintes princípios: consentimento do país em causa ou parte do conflito, imparcialidade e o recurso à força só nos casos de legítima defesa. Inicialmente a *peacekeeping* destinava-se apenas a garantir cessar-fogo através de forças de interposição neutras aceites pelo país em causa e os acordos de paz. Mas com a intervenção das Nações Unidas na Namíbia, em 1988, este conceito foi alargado às questões eleitorais e institucionais.

“*The term peacekeeping has traditionally been used to describe various forms of legitimized collective intervention aimed at avoiding the outbreak or resurgence of violent conflict between disputants*” (Kieh Jr. e Mukenge, 2002: 16).

Atualmente as operações de *peacekeeping* compreendem negociações políticas, observação eleitoral, desmobilização e reintegração dos combatentes, reforma do Setor de Defesa e Segurança e apoios aos projetos de desenvolvimento. Envolvem atores civis,

militares e polícias que trabalham para a garantia da segurança e criação de condições para a construção da paz.²² Portanto, a *peacekeeping* não põe fim a um conflito, mas cria as condições necessárias para que as crises sejam geridas ou resolvidas sem o uso da violência.

A *peacebuilding* consiste na realização de várias ações, negociações diplomáticas e fases para transformação de um conflito numa relação pacífica entre as partes (Lederach, 2003), é um conceito que se cristalizou com a evolução da *peacekeeping*. Envolve vários atores e missões, sendo utilizado muitas vezes como sinónimo de prevenção de conflitos, resolução de conflitos, reabilitação e reconstrução, estabilização e recuperação pós-conflito.

No sentido amplo a *peacebuilding* engloba a construção e a consolidação da paz, pois é utilizada nas fases de negociações e acordos de paz entre as partes em conflito, ou para a consolidação da paz na fase pós-conflito. Eis alguns exemplos das missões das Nações Unidas no âmbito da *peacebuilding*: Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III) estabelecidas em 1991 e 1995, após a guerra civil protagonizada pelo MPLA e a UNITA, para supervisionar a implementação dos Acordos de Bicesse assinados em 1991, pelo Presidente da República de Angola, Eduardo dos Santos e o então Presidente da UNITA, Jonas Malheiros Savimbi e o Protocolo de Lusaka assinado pelo Governo angolano e a UNITA, em 1994; Escritório das Nações Unidas para a Construção da Paz na Guiné-Bissau (UNOGBIS) estabelecido logo após o conflito político-militar na Guiné-Bissau em 1999, para supervisionar a transição em curso e a realização das eleições legislativas e presidenciais. A partir de 2010, esta missão foi estendida para um quadro de consolidação da paz, designado UNIOGBIS, ou seja, Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau, com mandato anual sucessivamente renovado até à data presente; *United Nations Integrated Mission in Timor-Leste* (UNMIT) estabelecida em 2006, em Timor-Leste com a missão de contribuir para a estabilização, reconciliação nacional e consolidação da paz.²³

1.3.1. Mediação

A mediação é uma das modalidades de resolução de conflitos com intervenção de um terceiro ou terceiros com a finalidade de ajudar as partes a encontrarem solução que ponha fim ao conflito.

²² Consultar: www.un.org/en/peacekeeping/operations

²³ O mandato da Missão Integrada das Nações Unidas em Timor- Leste (UNMIT) foi prorrogado até final de 2012.

Christopher Moore define mediação como “intervenção num conflito ou negociação de uma aceitável terceira parte imparcial e neutra, sem poder de tomada de decisão autoritária, para ajudar voluntariamente as partes a encontrarem solução mutuamente aceitável” (Moore, 1986: 14). Para este autor a mediação é essencialmente extensão de negociação que envolve a terceira parte que conheça os problemas do litígio e presta assistência às partes na sua resolução. No mesmo sentido, George Klay define a mediação: “*is the intervention of a neutral third party in a conflict for the purpose of proffering solutions for the peaceful resolution of the conflict* ” (Kieh Jr e Mukenge, 2002: 15). Mediação é ação promovida por quem não seja parte direta no conflito, para reduzir e remover problemas na relação comercial entre as partes e facilitar o término do conflito. Constitui uma das ferramentas da *peacemaking* como já foi analisada.

É um procedimento que depende da autonomia da vontade das partes em conflito, que nomeiam um terceiro ou terceiros neutros, para ajudar na solução pacífica da controvérsia (Leal, 2001: 38). O mediador deve em regra, ser terceira parte neutra ou seja, quem não é parte do problema e não tem interesse particular no conflito, porque o seu papel é facilitar o diálogo entre as partes para diminuir as tensões e encontrar solução consensual ou um possível acordo; deve conhecer as causas de divergência e influenciar as partes a mudarem suas posições, fazendo concessões mútuas e pode formular propostas de compromissos (Jarbi, 1990: 8) e para isso deve negociar com as partes.

Do ponto de vista social, pode-se entender o “conflito como relação social marcada por terceiro excluído,” sendo que a terceira parte aparece como noção correlata, por oposição ao conflito (Freund, 1983: 287 - 288).

Georg Simmel distingue três tipos de terceiros intervenientes:

1. Um terceiro imparcial não implicado no conflito, mas convidado pelas partes para intervir na qualidade de mediador ou árbitro. O mediador não tem poderes de decidir, mas de facilitar a aproximação das partes para um entendimento e o árbitro é uma figura imparcial instituída pela convenção entre as partes com poderes de decisão para pôr termo ao conflito, aplicando a lei e o procedimento reconhecido pelas partes;
2. Um terceiro não implicado diretamente no conflito mas que tira proveito próprio da situação de conflitualidade, quando as partes em confronto lhe deixam espaço livre de manobra; ou uma das partes lhe auferir vantagens para criar dificuldades à outra parte. Este tipo de terceiro interveniente, Simmel qualifica de *tertius gaudens*. No primeiro caso, as partes em conflito procuram obter benefícios da terceira parte para

reforçarem as suas posições; e no segundo caso, as partes entram em confronto por causa da terceira parte;

3. O terceiro intervém envolvendo no conflito porque tem seu interesse, ou pensa obter uma posição predominante e ao invés de tentar aproximar as partes em conflito, divide-as ainda mais provocando confrontos. Esta atitude é *divide et impera* (Simmel, 1968: 75 – 94).

Simmel entende que se o terceiro interveniente for instigador bipolariza o conflito e toma partido de uma das partes. Partindo da análise de Simmel em qualificar a intervenção de terceiros em três tipos: mediador ou árbitro, *tertius gaudens* e *divide et impera*, Freund considera que há diversas modalidades de intervenção de terceiros que não se esgotam nestas tipologias. Para ele, um outro tipo de terceiro interveniente é baseado em alianças que podem ser: coligação, ligação, entendimento, frente ou bloco (Freund, 1983: 291). A aliança é o único caso que o terceiro intervém diretamente no conflito não sendo efetivamente terceira parte relativamente ao conflito, mas terceira parte aliada num ou noutro dos dois campos em confronto. Por exemplo, o Senegal e a Guiné- Conacri foram terceiros intervenientes no conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999), aliados ao então Presidente João Bernardo Vieira e o Governo guineense confrontados com a rebelião militar interna.

A terceira parte pode ser governo, instituição, grupo ou grupos privados convidado ou voluntário e neste último caso sua intervenção depende da aceitação das partes. A mediação governamental “*track one diplomacy*” nem sempre foi bem-sucedida como por exemplo, nos casos de mediação sul- africana do conflito armado na República Democrática do Congo (1997) e mediação do conflito de Burundi pelo Presidente de Uganda, Yoweri Museveni, por decisão de *East African Community* (EAC), após fracasso dos mediadores das Nações Unidas em 2015.

O fracasso da mediação governamental resultou em “*track two diplomacy*” que conjugam esforços de paz entre governo e cidadãos e “*multi track diplomacy*”, sistema que envolve indivíduos, instituições, comunidades e atividades para a obtenção da paz, normalmente utilizado no âmbito da organização das Nações Unidas e dos organismos sub-regionais.

Para que a mediação tenha êxito na resolução do conflito, é necessário chegar a uma solução em que ambas as partes ganhem (Deutsch,1973). E isso não significa que as partes não possam ter interesses comuns e outros divergentes, mas simplesmente fizeram concessões mútuas. O mediador deve trabalhar em conjunto com as partes, procurando

acordos possíveis para a resolução do conflito, mas esta situação torna-se difícil na existência de fações em conflitos de interesses com a liderança. Por isso, o mediador deve fazer a leitura da situação para adotar um procedimento adequado para influenciar a coesão e participação das partes no processo de mediação.

A mediação deve ser aplicada sob fundamento de alguns princípios: boa-fé, neutralidade ou imparcialidade, informalidade e confidencialidade; e as partes em conflito devem ter boa-fé para facilitar as diligências do mediador. O mediador deve ser imparcial e neutro, o que significa que não deve ter interesse pessoal no conflito para ajudar as partes a tomarem suas próprias decisões sem favorecer uma delas em detrimento da outra. E o processo deve ser confidencial e informal, isto é, sigiloso e sem procedimentos formalizados e burocráticos para economizar o tempo. Na mediação as partes são reais protagonistas do processo, o mediador é um facilitador que atua com o fim de restabelecer as relações entre as partes e como consequência pode adotar uma das duas posições: tomar iniciativa apenas de facilitar a comunicação e aproximação entre as partes; ou explorar a situação completa de divergência entre as partes apresentando proposta de solução pacífica. Por isso, o mediador deve ser uma figura consensual, embora em circunstância do agudizar do conflito, esta figura é difícil de se encontrar.

A mediação é aplicável a todos os tipos de conflitos inclusive os armados internos e internacionais, mas sua aplicabilidade pode ser difícil dependendo da intensidade do conflito entre as partes, na medida em que, o mediador deve ser uma figura de consenso e as partes beligerantes devem aceitá-lo. É um meio técnico e especializado para obtenção de solução pacífica do conflito, semelhante à negociação indireta ou assistida em que intervém a terceira parte.

1.3.2. Negociação

Negociação no sentido lato é uma modalidade de solucionar litígios através do diálogo entre as partes em conflito, um procedimento dinâmico em que as partes procuram entendimento debatendo e negociando os pontos de divergência.

A negociação “é o mais intencional e estruturado procedimento de resolução de conflito que as discussões informais” (Moore, 1986: 6).

O debate sobre a negociação se desenvolveu no contexto da consolidação dos estudos sobre a transformação do conflito na década de 1990 e duas correntes de pensamento se destacaram:

1. Método de Harvard – parte do pressuposto que no processo de resolução do problema a negociação deve basear-se em princípios, distingue os interesses e as necessidades das partes em conflito e prioriza o resultado *win-win* (ganha-ganha) (Fisas, 2004). Esses princípios são (pessoas, interesses, critérios e opções); as partes devem priorizar interesse geral focando interesses mútuos e não pessoais; cada uma das partes deve reconhecer interesse da outra; os critérios devem ser objetivos, por forma a clarificar todas as dúvidas e as opções devem ser discutidas para evitar o impasse;
2. A segunda corrente - estabelece a relação entre negociação e transformação do conflito, com a finalidade de promover mudança social e estrutural das relações de conflitualidade. Para esse fim, deve-se recorrer não só aos meios diplomáticos oficiais, mas aos organismos não oficiais, ou seja, à diplomacia paralela que deve envolver personalidades que possam influenciar o diálogo entre as partes (Fisas, 2004). O paradigma da transformação do conflito “centra sua análise nas raízes do conflito, os valores as percepções e os comportamentos dos atores” (Fisas, 2004:50). É considerado um processo longo que implica modificações políticas, económicas e sociais, para melhorar a comunicação e o entendimento entre as partes com vista a resolução pacífica das crises.

A negociação pode ser utilizada em todos os tipos de conflitos e pode ser direta ou indireta: a direta verifica-se entre as partes sem envolvimento de terceiros e cada uma das partes deve dar a sua contribuição para receber algo em troca; a indireta é a que ocorre com a intervenção de uma terceira pessoa ou pessoas neutras, nomeadas ou aceites pelas partes, para contribuir na solução do litígio. O negociador pode após auscultar as partes, avançar com propostas que visem flexibilizar as posições, no sentido de pôr fim ao conflito. A negociação é um método realista e eficaz de solucionar uma disputa, mas pode levar ao fracasso se não estiver corretamente orientada e isso acontece, quando uma das partes ou as duas partes querem “tudo ganhar,” ou seja, uma posição de “tudo ou nada” (Wilde e Gaibrois, 2003: 62), aí não haverá entendimento possível.

A mediação e a negociação têm sido meios alternativos de resolução de conflitos muito utilizados no processo de resolução do conflito de Casamansa, em que se destacou o papel da Guiné-Bissau como terceira parte. Neste sentido, Charles-Philippe afirma que a aplicação não coerciva de métodos de negociação ou de mediação por terceiros, com vista a dirimir a controvérsia entre as partes beligerantes e alcançar uma cessação durável da violência, pode constituir uma questão fundamental em torno da resolução de conflitos (David, 2001: 284).

CAPÍTULO 2. CONFLITO DE CASAMANSA

2.1. Enquadramento geopolítico de Casamansa

A expressão “geopolítica” parece enquadrar as noções de geografia e de política relativa ao Estado. É a combinação de geografia e ciência política que estuda as relações existentes entre a condução da política externa de um país e o espaço geográfico no qual esta é exercida (Boniface, 2008). As investigações sobre esta área de conhecimento revelam existir diferença entre as duas terminologias: a geografia política que “examina o Estado do ponto de vista espacial”, distingue-se da geopolítica que “examina o espaço territorial do ponto de vista do Estado.” A geopolítica “é ciência que estuda os fundamentos geográficos dos acontecimentos políticos” (Almeida, 1990: 121).

A geopolítica analisa as relações entre o *homo politicus* e o espaço, interroga-se sobre o peso dos fatores espaciais nas escolhas e relações políticas e, em sentido contrário, sobre o impacto destes elementos políticos na organização e controlo de espaço (Defarges, 2003: 133).

Nesta definição de Defarges, a geopolítica estuda a relação entre o homem político e o espaço territorial, analisando a influência das questões espaciais nas opções políticas, bem como o impacto destas na organização do espaço. Associa política à geografia porque estabelece objetivos políticos para uma determinada área geográfica.

A geopolítica não é uma ciência nem uma disciplina, mas simplesmente um “método de abordagem sociológica que põe em relação o ambiente e a ação internacional dos Estados” (Huntzinger, 1991: 97). O autor esclarece que todos os elementos de ordem geográfica constituem o “meio ambiente” do Estado.

Existem alguns fatores geográficos que condicionam a geopolítica como: o território, a sua latitude continental e marítima; a situação das fronteiras naturais (mares, rios, bosques) em relação aos países vizinhos; aspetos étnicos, linguísticos e religiosos; as características dominantes e os seus efeitos no território; o nível do desenvolvimento humano e económico; a massa crítica (nacional e/ou internacional) e o desenvolvimento tecnológico e militar (Silva, 2004: 359).

Todas estas definições destacam o espaço geográfico como elemento integrante da geopolítica. Todo o Estado ocupa um determinado espaço continental, marítimo ou insular e aéreo subordinado à sua área de jurisdição, daí os Estados serem antes de mais, entidades

territoriais formadas por um conjunto de elementos geográficos naturais com coordenadas delimitadas nos mapas.

Fazer o enquadramento geopolítico de Casamansa leva em primeiro lugar, à necessidade de analisar Casamansa, como espaço territorial do Senegal, os seus recursos, os atores internos e externos e as motivações do conflito. Em segundo lugar, importa analisar algumas questões étnicas, as inter-relações sociais e culturais no espaço geográfico entre o Senegal e seus vizinhos, nomeadamente Guiné-Bissau e finalmente, o peso e o impacto político dessas relações no conflito. Este enquadramento permite compreender melhor a relação entre o poder político do Senegal e o espaço geográfico de Casamansa, o peso dos recursos de Casamansa no ambiente senegalês e na relação de conflitualidade e os efeitos para as fronteiras dos países vizinhos.

2.1.1. Acordo Franco-Português de delimitação da fronteira na Guiné Portuguesa

Segundo as investigações históricas antes da colonização portuguesa, Casamansa não existia enquanto região e Senegal não era entidade política autónoma, porque uma parte do território pertencia ao império Kaabú (Gabu), nos séculos XIII e XIX, juntos com outros povos que viviam em reinos pequenos (Niane, 1989).²⁴

Em 1445, o português Dinis Dias descobriu Casamansa, que significa na linguagem local rei do rio dos Cassangas (Gonçalves, 2006: 42- 43).²⁵ Os portugueses é que deram nome à região de Casamansa, que originariamente era *reino de Kasa, mansa* (rei) em mandinga e *Kasa* era a sub-região ao sul do rio Casamansa dominado pelo grupo étnico Bainunk (Tomàs, 2010: 129 – 166). O reino de *Kasa-Mansa* é bastante mencionado por fontes portuguesas, donde naturalmente deriva o nome Casamansa.

A presença portuguesa na Senegâmbia foi desde o século XIV até final do século XVII e em Cacheu data de 1588. Senegâmbia historicamente estendia-se do rio Senegal à Serra Leoa e do Atlântico até ao Bambouk e ao Fouta Djallon. Senegâmbia geograficamente compreende a Senegâmbia setentrional constituída pelo Vale do rio Senegal e as planícies ocidentais entre o rio Senegal e rio Gâmbia de uma parte; e, de outra parte, Senegâmbia meridional constituída pelos rios do sul e as terras altas do Fouta Djallon (Barry, 1988: 395).

²⁴ Mas os livros escolares senegaleses não confirmam esta versão histórica.

²⁵ Há outras versões históricas que dão conta que Casamansa foi descoberta em 1446, quando por ordem do Infante Dom Henrique, António de Nolle e Luís Cadamosto viajaram pela Costa do rio Casamansa.

No sul de Casamansa em Ziguinchor, a implantação portuguesa fora de quase dois séculos e meio, isto é; desde os anos de 1645, cuja atividade principal era o comércio (Boulègue, 1989: 16-17).²⁶ O reino *Kasa*, dos Cassanga desempenhou um papel importante como intermediário com o Kaabú. Apesar desta implantação económica os portugueses tinham pouca ou quase nenhuma influência política nas regiões do interior de Casamansa (Barry, 1988).

Kaabú é designação que se aplica a toda à região conquistada por Tiramakhan Traoré, no século XIII e as regiões posteriormente anexadas à região principal (Girard, 1992: 193). Esta região era inicialmente composta pelos territórios que compreendem os rios Gâmbia e Geba, o Kantor a norte e o Sankorla a sul, mas depois estendeu sua influência política e cultural do rio Gâmbia ao rio Corubal e do Bambouk e das terras altas ocidentais do Fouta Djalon até quase ao Oceano Atlântico próximo da parte ocidental da região de Oio, na Guiné-Bissau (Mota, 1954: 155).

Kaabú estava entre os importantes rios (Gâmbia, Casamansa, Geba e Corubal), era um espaço de entrada para a região da África Ocidental e de circulação de pessoas e mercadorias, que se estendia do Atlântico à Fouta Djalon abrangendo os territórios que atualmente fazem parte do Senegal, da Gâmbia, da Guiné-Bissau, da Guiné-Conacri e do Mali (Dias, 1996: 62).

O sociólogo guineense Carlos Lopes, explica que Kaabú era estrutura política mandinga (malinké), da Alta Costa da Guiné, que juntou os povos de “*Rios de Guiné*”, durante os séculos XIII ao XIX. Para este autor, “*kaabú foi um Estado unificador de todas as etnias da região, e as suas diversas áreas de influência expandiram-se e abrangeram a cultura de toda a região do Sudão ocidental*” (Lopes, 1999: 12). São considerados “*Kaabunké*” todos os povos que habitavam o núcleo central do Kaabú: os Malinkés os Peuls da região, os Banhuns, os Balantas, os Beafadas, os Jolas e outros (Lopes, 1999: 125). Segundo as investigações de uma maneira geral, a grande entidade política do século XVI ao século XIX era o reino de Gabu dos Malinkés.

As possessões portuguesas na Costa da Guiné não foram livres de pressão francesa. Já em 1821 o Governador do Senegal referia-se a ocupação portuguesa em Casamansa, projetando a expansão comercial que viria a concretizar-se entre (1836 -1838).

A presença francesa em Casamansa, conforme refere o historiador Christian Roche, iniciou-se no século XVI, quando os navios franceses exploraram o litoral da Baixa Casamansa, e no século seguinte continuaram a exploração comercial percorrendo as

²⁶ As atividades comerciais compreendiam escravos, marfim, couro, álcool, tecidos e trocas de armas de fogo.

costas do Senegal, mas foi no século XVIII, que as possibilidades de expansão à Casamansa foram seriamente encaradas (Roche, 1985: 72). Os franceses estabeleceram postos comerciais em Carabane²⁷ à entrada de Casamansa e em Sédhiou, ligados ao comando de Goré, sob autoridade do comandante dos estabelecimentos de Casamansa residente em Sédhiou (Charpy, 1994: 475- 500) e pagavam uma renda anual ao chefe tradicional local, decorrente do tratado assinado a 22 de Janeiro de 1836 (Roche, 1985).

Os portugueses reagiram à expansão francesa em Casamansa, alegando a existência de tratados assinados com os chefes tradicionais, posto que já estavam instalados em Ziguinchor desde 1645 e estenderam a área territorial da Guiné Portuguesa. Mas os franceses disseram que todas as ocupações portuguesas de Casamansa, com exceção de Ziguinchor tinham sido anuladas (Roche, 1985).

Em 1836 a Guiné Portuguesa era dirigida por um governador dependente do Governador-geral das ilhas de Cabo-Verde. Honório Pereira Barreto de origem guineense foi nomeado Provedor da região de Cacheu (1834) e Governador da Guiné Portuguesa (1837).²⁸ Como Provedor do Concelho de Cacheu, Honório Barreto avisou o Governador-geral que os franceses tentavam usurpar os direitos em Casamansa e para obstar comprou o “ilhéu de Gonu” em 1836, porque pensou que queriam instalar-se ali, mas doou a região à Coroa Portuguesa (Barreto, 1843: 25).

Honório Barreto no seu relatório intitulado “Usurpação de Casamansa” feito ao pedido do então Governador-geral António Maria Barreiros Arrobas, já argumentava que os franceses tentavam não só “anular a ocupação portuguesa por medidas de cerco, mas também contestar os direitos portugueses auferidos pela descoberta.” Assim sendo a “Guiné de Cabo- Verde,” que ia do Senegal à Serra Leoa encurtava-se cada vez mais” (Roche, 1985).

Em 1854, a colónia francesa Senegal foi dividida em duas partes: uma ligada à Saint Louis sob a ordem de um governador e outra ligada à Goré sob a ordem de um comandante. Em 1859 todos os estabelecimentos franceses em Casamansa passaram a estar ligados ao Senegal (Charpy, 1994). A região de Casamansa foi disputada por Portugal e França, e na impossibilidade de domínio comum, ou mesmo na internacionalização de Casamansa, os dois países decidiram pela negociação (Matos, 1965).

Apesar dos franceses tentarem acordos com os líderes autóctones enfrentaram muitas resistências em Casamansa das comunidades étnicas não centralizadas sobretudo Jola,

²⁷ Carabane já era uma ilha habitada e explorada parcialmente por um residente local que vendia produtos agrícolas em Ziguinchor e para os ingleses da Gâmbia. Consultar Christian Roche (1985).

²⁸ Consta dos factos históricos que em 1836, Honório P. Barreto havia comprado a região de Gomitena (Casamansa) oferecendo-a posteriormente à Coroa Portuguesa para impedir os franceses de se estabelecerem no rio. Consultar B0 nº 39/ 1887, p. 22.

Banhun, Balanta, Manjaco e Mancanha, antes e durante a ocupação definitiva de Casamansa. Na Alta Casamansa, em 1883, Moussa Molo chefiou os Peul do Firdou que organizaram muitas resistências contra os franceses; Fodé Silá da etnia Mandinga entre 1879 e 1894 e Aline Sitoé Diatta na Baixa-Casamansa, em 1942 (Roche, 1985).

Em 1886 com o acordo de delimitação de fronteiras entre Portugal e França, Casamansa passou para o domínio colonial francês conforme Mota (1946), Esteves (1988: 15) e Gautron (1982: 239-272). A cedência portuguesa de Casamansa ao domínio da França teve como contrapartida a fixação da fronteira da Guiné compreendendo o rio Cacine ao sul e o apoio ao mapa cor-de-rosa²⁹.

O Tratado de 12 de Maio de 1886 assinado entre Portugal e França em Paris é de limites, em relação às possessões dos dois países da Senegâmbia, anteriormente fixados por negociações diplomáticas (D'Eça, 1903).

O artigo 1º do Tratado estabelece que na Guiné: “a fronteira que há-de separar as possessões portuguesas das possessões francesas, seguirá conforme o traçado na carta I anexa” (*ver figura 2. 1*).

O Traçado fronteiriço é um processo que compreende delimitação que é a forma jurídica e política de fixação do espaço territorial dos Estados; demarcação que é uma operação técnica que se realiza no terreno e a caracterização que é o estabelecimento no terreno delimitado, de linhas, marcas ou estacas (Dinh *et al*, 1999: 432).

Os traçados fronteiriços em África subordinaram-se à lógica das possessões coloniais e o desenvolvimento dos tráficos comerciais, e na África Ocidental em particular, não levaram em consideração as questões geográficas e históricas, ou de espaços tribais ou modos de produção (Igue, 1995: 47- 48).

²⁹ As ratificações do Acordo de Delimitação de fronteiras luso-francesas realizaram-se a 31 de Agosto de 1887.

Figura 2.1: *Carte de la délimitation Franco-Portugaise en Guinée*



Fonte: Desbuissons (1886), Biblioteca Nacional de Portugal.

Por força desta Convenção aprovada por Carta de Lei de 25 de Agosto de 1887, toda a região de Casamansa inclusive Ziguinchor passou à pertença da França.³⁰ Em contrapartida a Guiné Portuguesa ficou com o rio Cacine e o direito de pescas na Terra Nova.³¹ A identidade casamansense, segundo Dominique foi construída com a divisão da região em duas partes: Alta e Baixa Casamansa, em 1890 (Darbon, 1988).

Passando para o domínio colonial francês Casamansa passou a ter um estatuto administrativo especial, na medida em que, encontrava-se diretamente subordinada à administração do Governador da África Ocidental francesa, em Saint-Louis, no Senegal.³²

Com a independência do Senegal em 1960, a região de Casamansa foi incorporada como distrito (Beck e Foucher, 2009: 100).

2.1.2. Localização geográfica de Casamansa

A região de Casamansa localiza-se no sul do Senegal entre o norte da Guiné-Bissau e o sul da Gâmbia, a sua capital é Ziguinchor situada a 25Km do setor de São Domingos, na região

³⁰ Boletim Oficial, nº 39/1887, p. 51.

³¹ Terra Nova está situada no pequeno território francês de Saint Pierre et Miquelon (São Pedro e Miquelão), junto ao sul do Canadá. O direito de pesca na Terra Nova refere-se à pesca do bacalhau.

³² *Saint-Louis* é uma vila do Senegal.

de Cacheu no norte da Guiné-Bissau. Tem 28.350 Km², correspondente a 14% do território senegalês com a dimensão de 300km ao oeste e 100 Km do norte ao sul, limitado ao oeste pelo Oceano Atlântico, à leste pelo rio Gâmbia, ao sul pelas fronteiras da Guiné-Bissau e Guiné-Conacri e ao norte pela Gâmbia (Ver figura 2.2).

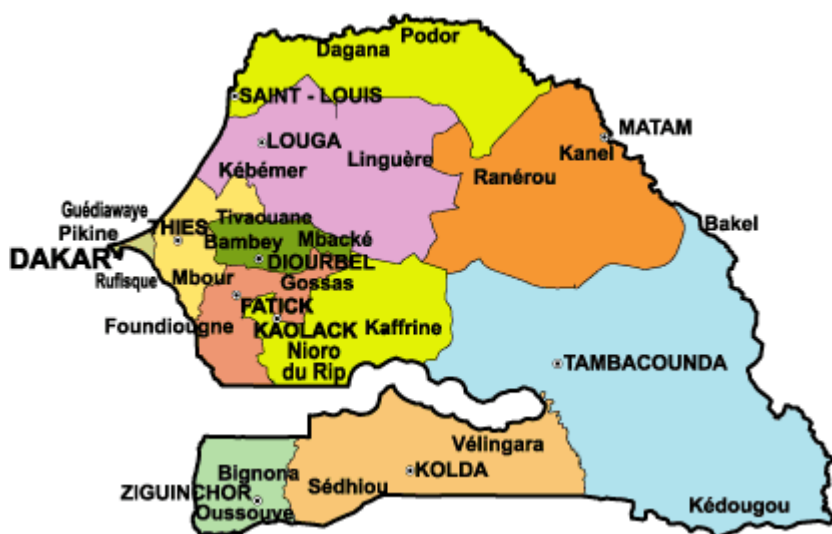
Figura 2.2: Região de Casamansa no Sul do Senegal



Fonte: <http://www.google.pt./search?q=mapa+de+casamance>

Casamansa é o espaço geográfico natural ao sul do Senegal, mas com a reforma administrativa e territorial, Lei nº 22/84 de 24 de Março, Casamansa foi dividida em duas entidades territoriais (Ziguinchor e Kolda). Esta alteração foi considerada como negação da diversidade étnica e uma tentativa de juntar os Peul e os Mandingas de Kolda com os Jolas de Ziguinchor. Os Mandingas protestaram para que Kolda fosse capital, contudo esta reivindicação não teve sucesso e a capital continuou sendo Ziguinchor. Mais tarde a reforma administrativa e territorial, Lei nº 14/2008 de 18 de Março, alterou a Lei nº 02/72 de 1 de Fevereiro, criando três novas regiões (Kaffrine, Kédougou e Sédhiou) e Casamansa deixou de ser região administrativa singular e foi dividida em três (Ziguinchor, Kolda e Sédhiou). Desde então, o Senegal passou a ter 14 Regiões administrativas: Dakar; Diourbel; Fatick; Kaffrine, Kaolack; Kédougou; Kolda; Louga; Matam; Saint Louis; Sédhiou; Tambacounda; Thiès e Ziguinchor (ver figura 2.3).

Figura 2.3: Divisão administrativa atual do Senegal



Fonte: www.afrique-planete.com/senegal/carte_regions_senegal.php

Estas alterações territoriais são analisadas e interpretadas politicamente por alguns líderes de opinião senegaleses, como uma medida política que pretende acabar com o etnicismo e regionalismo Jola, na medida em que, os Jola consideram Casamansa o seu espaço natural e os rebeldes do MFDC são associados à etnia Jola de Casamansa.

2.1.3. Os recursos socioeconómicos de Casamansa

A região de Casamansa é considerada como aquela que possui mais recursos naturais que outras regiões do Senegal, desde a época colonial. Os recursos desta região advêm essencialmente da agricultura (arroz, mancarra, caju, manga e outras frutas), pesca (peixes, camarões e outros moluscos) e turismo.

As mudanças climáticas particularmente a partir dos anos 1970 têm provocado uma crescente salinização do estuário e das águas subterrâneas que ameaçam destruir o ecossistema aquático sobretudo (camarões) e terrestre (mangal, palmeiras e culturas). A elevação do nível do mar poderá cobrir significativa dimensão territorial e submergir o mangal que se trata de um importante recurso económico (madeira e conchas) e dos mais ricos ecossistemas do Mundo (Marut, 2010: 50). Os principais componentes do mangal são suportes naturais das colónias das ostras e são utilizados tradicionalmente como materiais

de construção e como fonte de energia doméstica para cozinhar os alimentos.³³ Estas mudanças climáticas tendem a afetar a pesca artesanal, uma das principais atividades casamansenses e afetam igualmente a floresta, donde se extraem troncos de árvores para madeira e para lenha e carvão.

A agricultura de Casamansa tem grande importância na produção nacional (arroz, mancarra, frutas e óleo de palma) e grandes possibilidades de desenvolvimento local, embora ameaçadas por mudanças climáticas. O arroz produzido é metade da produção atual do Senegal, contudo não satisfaça as necessidades atuais de Casamansa (Marut, 2010: 51). A insuficiência do arroz é explicada pelo aumento de procura provocada pela explosão demográfica e redução da oferta derivada da devastação das áreas cultivadas. Por consequência, as importações a custos baixos contribuíram para a quebra da produção local e o aumento do consumo do arroz importado.

A exploração de castanha de caju é uma atividade agrícola recentemente desenvolvida principalmente para exportação e junta-se a mancarra, proveniente do norte, produzida e comercializada em todo o Senegal. A produção do algodão na Alta Casamansa corresponde a dois terços da produção nacional, mas a falta de meios de transportes e unidades de transformação dos produtos agrícolas é um reverso do desenvolvimento económico.

No domínio industrial comparativamente à Dakar, a região de Ziguinchor possui poucas unidades de produção destacando a Sociedade Elétrica e Industrial de Casamansa (SEIC), fábrica de óleo de amendoim, empresa de comércio de peixes, crustáceos e moluscos (Amerger) e unidade de tratamento de camarões (Diouf, 1994:138). O desenvolvimento desigual das regiões não é caso singular senegalês, mas da maioria dos países em desenvolvimento, que tende a uma excessiva concentração das atividades económicas nos centros urbanos.

Relativamente aos recursos minerais o “ouro cinzento” é explorado em regime de monopólio pelos ganeses que se encontram no estuário de Casamansa, em Elinkine e Diogué. Em Falémé existe um jazigo de produção de ferro e um outro de ouro em Sabodala, na região de Kédougou, cuja exploração se iniciou em 2009.³⁴ Ao largo da Costa de Casamansa existe reserva petrolífera *off shore* calculada em centenas de milhões de toneladas, mas não foi iniciada a exploração devido ao elevado custo do barril a pelo menos 70 dólares, o que reduz a sua rentabilidade (Marut, 2010). Mas a quantidade do petróleo

³³ Estima-se que em 30 anos, cerca de 75.000 mangais já desapareceram, o que corresponde a metade dos existentes em Casamansa no passado.

³⁴ Kédougou é antiga região de Tambacounda que o MFDC considera localidade pertencente à Casamansa.

existente caso seja explorado a custos moderados será uma grande fonte de receita para o Senegal.

O turismo é considerado estratégico para o desenvolvimento económico do Senegal e no litoral de Casamansa, estão concentradas infraestruturas turísticas, mas ameaçadas pelos riscos de elevação dos mares e ao mesmo tempo, fragilizadas pelo conflito. Casamansa difere de outras regiões do Senegal, porque é considerada importante para os produtos primários e arrecadação de divisas. Pois, uma parte dos produtos haliêuticos da costa de Casamansa é levada para o norte do Senegal, uma outra parte é exportada e outra parte fica para o consumo interno de Casamansa (Marut, 2010: 52). A região de Casamansa pode ser considerada quase um “celeiro do Senegal” por ser produtora das principais mercadorias de exportação do Senegal e soma ao turismo que rende divisas, contribuindo para minimizar o défice da balança comercial. As características paisagista e agrícola de Casamansa são diferentes do norte do Senegal, sendo reconhecidas de uma maneira geral pelos senegaleses.

As infraestruturas sociais são precárias em Casamansa, os subúrbios têm estradas esburacadas e há dificuldades de ligação com Dakar. Como medidas pacificadoras o Governo senegalês prometeu desenvolver as infraestruturas: construção de um aeroporto internacional, pontes e restauração de ruas e prédios.³⁵

No domínio da educação a situação é diferente na medida em que, Ziguinchor possui uma taxa de escolarização mais elevada do Senegal, (100%), muito superior a de Dakar que é de 57% e noutras regiões variam entre 33% a 17%. O serviço de saúde de Ziguinchor também está qualificado entre os três primeiros do Senegal: Dakar, Thiès e Ziguinchor (Diouf, 1994).

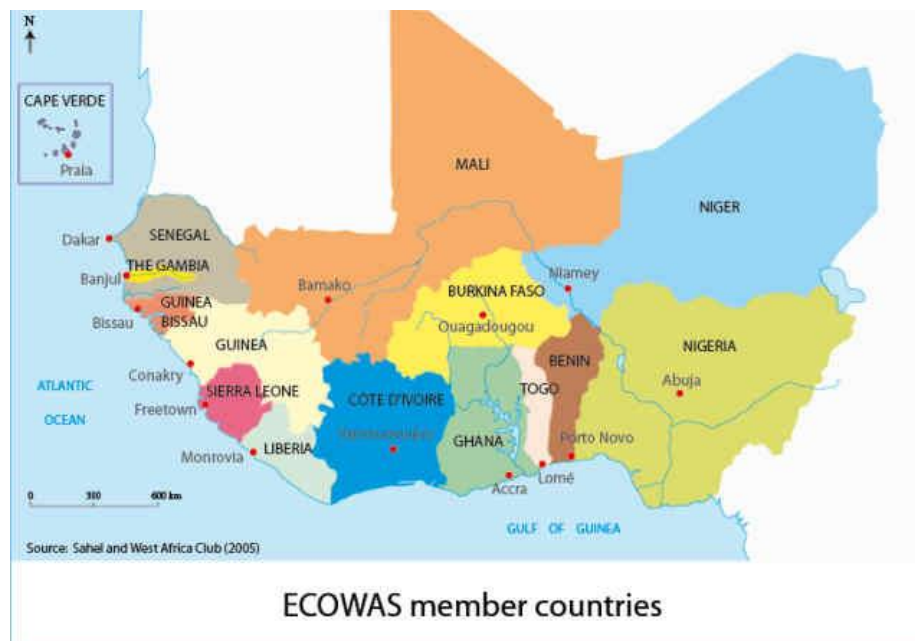
Espaço limítrofe do Senegal

O Senegal situado na sub-região do Oeste Africano insere-se no espaço da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), em francês (*Communauté Économique des États de l'Afrique d'Oueste*) e em inglês (*The Economic Community of West African States*) representado pela sigla (ECOWAS). Fazem parte desta comunidade 15

³⁵ Foram promessas feitas pelas autoridades senegalesas em 2011, aquando da abertura de nova linha aérea Dakar-Ziguinchor para minimizar as dificuldades de ligações entre as duas cidades.

Estados: Benim, Burkina Faso, Cabo-Verde, Costa de Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo (ver figura 2.4).³⁶

Figura 2.4: Países da CEDEAO



A CEDEAO foi criada pelo Tratado de Lagos na Nigéria, em 1975, para a cooperação e integração económica regional. Esta comunidade tinha uma população total estimada em 340.000.000 (trezentos e quarenta milhões) de habitantes em 2013. A Nigéria país anglófono situado no Golfo da Guiné, é um Estado Federal e o país africano mais populoso com 170. 123.740 (cento e setenta milhões cento e vinte três mil e setecentos e quarenta) habitantes de acordo com o Recenseamento Geral da População (2012) e 173. 6 (cento e setenta e três milhões e seis mil) habitantes segundo a estimativa 2013, é maior potência económica no contexto da CEDEAO, constituindo um “contraponto” na região do Golfo da Guiné (Nóbrega, 2003: 41). O PIB global dos Estados da CEDEAO era de 564,86 bilhões de USD (2012), considerado 25º poder económico mundial, de acordo com o Fundo Monetário Internacional.

O espaço da CEDEAO é dominado pelos países francófonos com exceções da Gâmbia, Gana, Libéria, Serra Leoa, e Nigéria que são anglófonos e da Guiné-Bissau e Cabo-Verde que são lusófonos.

³⁶ A Mauritânia foi Estado-membro da CEDEAO, mas retirou-se em 2002.

A UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano) é uma organização da CEDEAO, criada em Dakar, a 10 de Janeiro de 1994, para promover a integração económica e monetária e reforçar a competitividade económica nos mercados livres dos Estados-membros desta organização num total de oito países: Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo.³⁷ A Guiné-Bissau integrou como membro da UEMOA, a 2 de Maio de 1997, com a sua adesão ao Franco da Comunidade Financeira da África o (Franco CFA) passou a ser a moeda corrente do país, em substituição do peso.³⁸ Estes Estados-membros são igualmente membros do BCEAO (Banco Central dos Estados da África Ocidental), com sede em Dakar, dirigido por um Governador central.

No contexto da CEDEAO o Senegal é um país pobre, mas relativamente aos seus vizinhos possui maior Produto Interno Bruto e maior renda *per capita* (ver quadro 2.1).

Quadro 2.1: Indicadores geopolíticos do Senegal e dos Países limítrofes

Países	Senegal	Gâmbia	Guiné-Bissau	Mauritânia	Mali
Habitantes (milhões)	14.13	1.849	1.704	3.890	15.30
Território Km²	196.722	11.300	36.120	1.030.700	1.240.000
PIB (Milhões de USD)	15.15	914.3	858.7	4.163	10.94
PIB (<i>per capita</i> USD)	1.070	510	520	1.060	670

Fonte: www.worldbank.org/en/country

³⁷ A sede da UEMOA é em Ouagadougou, capital de Burquina Faso.

³⁸ O peso foi moeda corrente na Guiné-Bissau (1975-1997) em substituição do escudo português do período colonial.

2.2. O mosaico étnico da Senegâmbia

A Senegâmbia é caracterizada pela diversidade cultural e dos povos expressa em diferentes grupos étnicos: Wolof, Peul, Toucouleur, Mandinga, Serer, Berbère, Sosso, Jola, Nalu, Baga, Beafada, Banhun e Tenda (Barry, 1988).³⁹

As relações entre os diferentes grupos étnicos: Banhun, Balanta, Mandinga, Peul, Toucouleur, Papel, Manjaco, Jola contribuíram para a mestiçagem *senegambiana* e formação de subterritórios como Balantacounda, Blouf, Fogny no período pré-colonial.

Para Osaghae grupo étnico ou etnia “ é um grupo onde as pessoas se distinguem de outras através de critérios objetivos como a língua, mito de origem comum, cultura e organização social com base no núcleo local “ (...) (Osaghae, 2006: 5). A definição de etnia ou grupo étnico assenta fundamentalmente “no comportamento das pessoas, no seu sentimento de pertença a uma entidade, de diferença relativamente a outros grupos, por interesse ou por reação” (Lopes, 1999: 48). Etnia é um grupo conscientemente diferenciado, em que as pessoas se definem a si próprias como diferentes de outros grupos, através de elementos objetivos como a língua, os costumes e a descendência comum. A língua materna, o local de origem e os costumes são critérios relevantes na identificação e diferenciação dos grupos étnicos.

Etnia longe de ser qualquer coisa fechada devia ser considerada como conceito relativo, produto de um momento histórico preciso, cujas características podem mudar em função da perspectiva dos membros do grupo, ou do observador (Amselle e M'Bokolo, 1985: 170).

Partindo destas definições assentes na diferenciação de grupos através de um conjunto de elementos culturais, pode-se observar e compreender da melhor forma o mosaico étnico da Senegâmbia: Senegal, Gâmbia e Guiné-Bissau, contexto geográfico em que está inserido a região de Casamansa.

³⁹ A Senegâmbia caracteriza-se igualmente pela diversidade geográfica expressa na sua divisão em Senegâmbia setentrional constituída de uma parte, pelo Vale do Rio Senegal e as planícies ocidentais entre o Rio Senegal e o Rio Gâmbia e a Senegâmbia meridional constituída pelos rios do Sul e as terras altas do Fouta Djallon (Consultar Boubacar Barry (1988).

A Senegâmbia historicamente e de forma genérica estende-se do rio Senegal à Serra Leoa e do Atlântico até ao Bambouk e ao Fouta Djallon e estritamente compreende Senegal, Gâmbia e Guiné-Bissau e os contra fortes do Fouta Djallon, na Guiné-Conacri. Consultar Eduardo Costa Dias (2001: 29).

2.2.1. O mosaico étnico do Senegal

O mosaico étnico e sociocultural do Senegal é marcado por cinco grandes grupos étnicos: Wolof, Serer, Haal Pulaaren (Peul, Toucouler), Jola e Mandinga, contudo em termos estatísticos não existem precisões (Diouf, 1994: 17). Há outras fontes como o “Atlas do Senegal,” que segundo Becker, recenseou 19 grupos étnicos: Wolof, Lébou, Serer, Peul, Toucouleur, Jola; Manjaco- Mancanha, Papel, Balanta, Bainunk (Banhun); Tenda (Bajaranke, Basari, Bedik, Koniagi); Mandé (Soninké, Malinké, Djakanka, Djalonké, Bambara) e Maure (Becker e Martin, 1975). Mas não se encontram na lista os anunciados 19 grupos, senão 13, se os Tenda, os Mandinga e os Manjaco-Mancanha forem no seu conjunto considerado grupos; se forem considerados separados somam um total de 21 grupos étnicos (Diouf, 1994). Em razão destas variantes, verifica-se na verdade uma imprecisão estatística na contagem dos grupos étnicos do Senegal.

Porém, alguns dos grupos étnicos são considerados em separados e outras vezes como integrados nos cinco grandes grupos. Por exemplo, os Lébou são às vezes integrados no Wolof; os Toucouleur são integrados no mesmo grupo dos Peul no conjunto Halpulaar; os Jola são integrados no grupo Jola- Balanta- Manjaco e ainda os Manjaco podem ser considerados no mesmo grupo dos Mancanha e Papel ou separados.

As etnias Wolof e Pulaar ou Halpulaar são constituídas pelos senegaleses que têm como língua materna o wolof e o pulaar respetivamente. Estes dois grupos étnicos formam grupos linguísticos homogêneos, enquanto os outros três que se dividem em subgrupos já não têm homogeneidade linguística.

Os cinco maiores grupos étnicos representam mais de 90% da população de acordo com o recenseamento demográfico e étnico (1988). Numa população total de 6. 770. 380, a repartição étnica era a seguinte: Wolof = 2. 960. 450 (43,7%); Halpulaaren (Peul, Toucouleur, Laobé) = 1. 572 510 (23,2%); Serer = 1.000. 650 (14,8%); Jola = 373. 960 (5,5%); Mandinga = 312. 580 (4,6%); outras etnias = 548. 658 (8,2%) (Diouf, 1994: 23). Embora não foram encontrados dados atualizados da distribuição étnica, mas analisando os dados do recenseamento geral da população, os Wolof continuam sendo o maior grupo étnico com quase metade do total da população senegalesa.

Tenda ou Tanda segundo Carreira é um termo de origem Peul, que designa povos mestiços, provavelmente originários do rio Gâmbia e que foram viver em Bajar ou Badior e

misturaram com os Bassari e os Koniagi, vindos do Kaabú ⁴⁰(Carreira, 1962a: 313 -314). A mestiçagem da Senegâmbia advém de mistura de povos e de interação de duas ou mais culturas distintas, conforme esclarece o historiador Peter Mark (2002).

A predominância nacional do grupo étnico Wolof leva este grupo a identificar sua pertença étnica com a pertença nacional; o etnocentrismo Wolof é notório e tende a uma atitude conciliatória com as outras etnias. Os Wolof são considerados cidadãos relativamente às etnias minoritárias consideradas rurais e menos favorecidas, têm como principais atividades: agricultura, pecuária, pesca e comércio. Existe uma tendência senegalesa à *wolofização* decorrente não só de casamentos interétnicos, mas porque uma grande parte dos senegaleses tende a declarar pertença étnica Wolof, mesmo que os seus parentes não sejam desta etnia (Diouf, 1994: 24). Estas situações verificam-se sobretudo quando, senegaleses pertencentes a outros grupos étnicos não falam nenhuma das línguas desses grupos, senão wolof.

A grande mobilidade das populações não permite a atribuição específica e rígida de territórios aos grupos étnicos, senão ressaltar algumas predominâncias; por consequência não existe hegemonia étnica regional, salvo nalgumas localidades do Senegal Oriental. As regiões de Louga, Diourbel, Sine, Saloum, Thiès e Cap Vert são consideradas de predominância Wolof. Os Lébou estão principalmente na região de Dakar e de Cap Vert e têm como principais atividades a agricultura e a pesca⁴¹; os Toucouleur são originários de Fouta Toro e dedicam-se essencialmente à pecuária bovina e ovina, provêm da mestiçagem entre os Serer, Lébou e Peul e encontram-se também no Mali e na Mauritânia. Os Serer habitam numa parte do Senegal Oriental e na Alta Casamansa e são predominantes no Sine, região de Fatick, dedicam-se a atividades como agricultura, pesca, pecuária, comércio e pequenas profissões.⁴² A Pequena Costa é constituída pelos subgrupos: Ndut, Noon, Safen, Palor, Lehar Sine, Nyominka. Os Serer de Bas Saloum, os Ndut, Noon, e Safen da região de Thiès, a língua destes Serer Cangin é diferente daqueles Serer Sine.

Os Serer fazem parte da mestiçagem das etnias da Senegâmbia, resultantes de muitos cruzamentos biológicos e culturais; são dissidentes dos Halpulaar, na sua maioria islamizados e próximos dos Toucouleur, portanto, não são grupo étnico homogêneo, pertencem aos grupos étnicos da Senegâmbia como os Wolof. O termo Serer é de origem

⁴⁰ Kaabú ou Kabú, Cabo, Cabul, Guabbu, Gabú, conforme Carlos Lopes, localiza-se entre o oeste dos contra fortes de Fouta- Djallon, o norte do rio Gâmbia, a leste do Oceano Atlântico e as Ilhas Bijagós e ao sul do rio Corubal e Nunez, no território sudanês.

⁴¹ Cap Vert faz parte das regiões que mudaram de nome com a Reforma administrativa de 1984, como por exemplo: Casamance, Saloum, Siné, Saloum, Sénégal Oriental, e Fleuve, mas por hábito estes nomes antigos continuam sendo utilizados por muitos investigadores.

⁴² Os Serer (Sèrère ou Sereer) fazem parte das etnias da Gâmbia e da Mauritânia e consideradas das mais antigas da Senegâmbia.

pulaar que significa separado (Diouf, 1994: 27). Há divergência entre os investigadores quanto a origem dos Serer, para Cheikh Anta Diop e Maurice Delafosse os Serer são originários do norte; enquanto Pinet Laprade defende que esta etnia de origem Mandinga é originária do sul, Gabu (Diop, 1977; Delafosse, 1941).

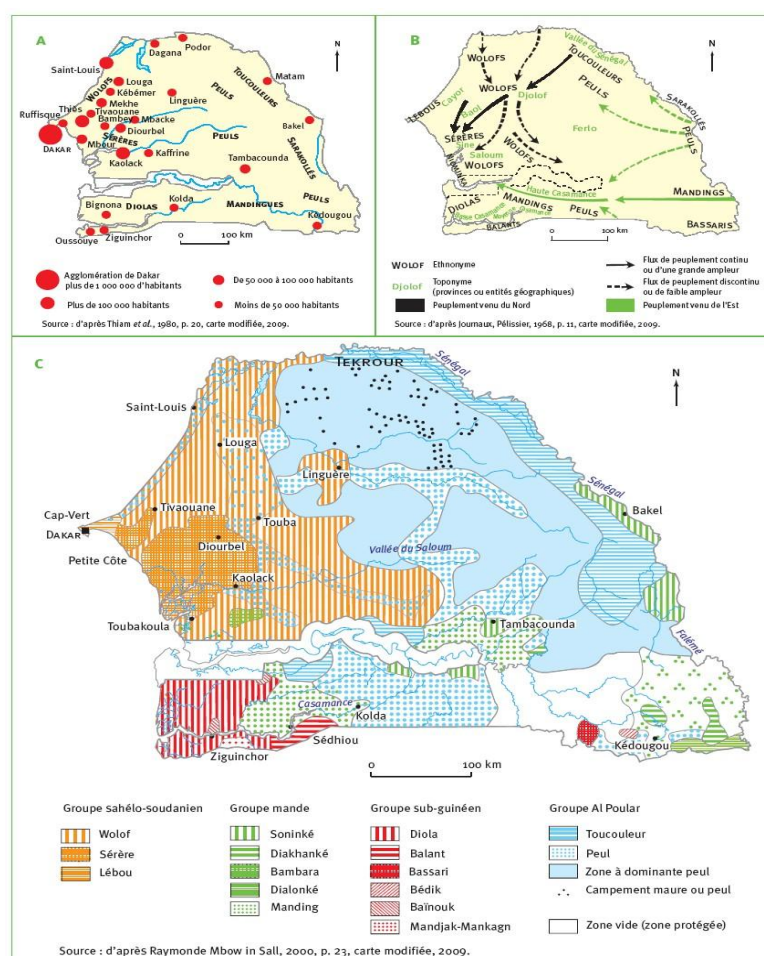
No Senegal Oriental, as regiões de Louga e do rio são dominadas pelos Peul e os Laobé (Diouf, 1994: 17-19) e a Baixa Casamansa é considerada de domínio Jola. Os Peul são tradicionalmente pastores e encontram-se igualmente no Chade, na República Centro Africana e no Sudão.⁴³

Os Wolof, Serer e Lébou pertencem ao grupo étnico saheliano-sudanesa; os Jola, Balanta, Bassari, Bedik, Banhun, Manjaco e Mancanha são considerados do grupo subguineense, encontram-se sobretudo na região de Casamansa, em Ziguinchor e Sédhiou e outros no norte da Guiné-Bissau. Os Peul e os Toucouleur do grupo Halpulaar dominam Tekrou, Kédougou, Kolda e Vale de Saloum.

As etnias do grupo Mandé encontram-se em várias regiões do Senegal, em Casamansa (Mandinga); Bakel, Falémé e Tambacounda (Soninké); Kédougou (Jakanka e Jalonké) e Toubakoula (Bambara) (*ver figura 2.5*). Os Mandingas são originários do Senegal Oriental, dividem-se em subgrupos: os Soninké são considerados grupo étnico e linguístico homogêneo; os Bambara, Jakanka e Malinké são tidos como etnicamente diferentes, mas homogêneos em termos linguísticos, dedicam-se essencialmente a agricultura e a pecuária. Os Mandingas ou Malinkés, também fazem parte das etnias do Mali, Guiné- Conacri, Burquina Faso, Costa do Marfim e Guiné-Bissau e encontram-se em pequenos grupos na Libéria e Serra-Leoa.

⁴³ O termo Peul (Peule) significa Fula ou Fulani em português.

Figura 2.5: Grupos étnicos do Senegal



Os Wolof são o primeiro grupo étnico no Senegal, na Gâmbia representam o terceiro maior depois dos Mandinga e dos Peul e fazem parte das etnias da Mauritânia e do Mali. Encontram-se em alguns países da Europa, como em França e Itália e nos Estados Unidos no contexto da emigração.

Os grupos étnicos considerados minoritários ao nível nacional são: os Bainunk, os Balanta, os Manjaco e os Mancanha em Casamansa; os Bassari os Bajaranke, os Bedik e os Koniagi no Senegal Oriental oriundos da Guiné Conacri. Os Bainunk ou “Banhun” são considerados pelos investigadores da Senegâmbia a população mais antiga de Casamansa, não islamizada das zonas florestais (Roche, 1985). Na sua narrativa histórica, Christian Roche explica que, segundo as tradições orais os Banhun são originários do leste, foram expulsos pelos Malinké de “Gabu” que obrigaram um dos seus grandes reis, Gana Sira Bana Biaye a se instalar em Casamansa, na localidade atual de Balantacounda (Roche, 1985: 22). Teixeira da Mota reforça esta tese através de tradições orais que segundo ele,

confirmam que os Banhun são originários do leste da Guiné-Bissau da localidade que era região de “Ingorei” (Mota, 1954: 144).⁴⁴ Gana Biaye tinha guerrilheiros dispersos até ao rio Gâmbia, fundou Brikama, uma capital que se situava perto de Gudomp, no Senegal e outra Brikama em Kombo, ao sul de Banjul, na Gâmbia (Roche, 1985).

O termo *Bainunk* (Banhun, Baiñun) segundo Christian Roche é designação malinké que advém de “(*abai* = chasseur-le, *nunko* = celui qui a été chassé)” (Roche, 1985: 22), ou seja, em malinké *abai* significa persegui-lo, caçá-lo e *nunko* é aquele que foi expulso. Para Bajar (1994) o termo Bainunk (Banhun) vem de *mandinguização* de *Bañun* (Bañunka) que designa os Bainunk de oeste e do norte de Casamansa (*apud* Dias, 1996: 61).

No início do século XVII o reino de *Kasa* era ocupado à leste pelos Malinké e pelos Banhun do rio Bintang ao rio Cacheu. Os Banhuns eram considerados poderosos e ocupavam a maior parte dos territórios compreendidos entre Gâmbia e Cacheu, assim como as costas do rio Casamansa, com a morte de Gana Biaye, entraram em decadência e passaram a submeter-se aos Malinké. Este grupo étnico deixou de ser referência considerável, a partir do século XVII, com o declínio de seus reinos cercados ao oeste pelos Jola, à leste pelos Malinké e ao sul pelos Balanta, sendo que estes últimos incendiaram a capital Brikama em 1830, destruindo os vestígios do poder *Kasanké* (Roche, 1985: 25).

A etnia Jola é constituída pelos senegaleses oriundos da Baixa Casamansa e divide-se em vários subgrupos heterogéneos linguisticamente, como os Blis, os Fogni e os Jamat (Ajamat). Há alguns investigadores que afirmam que a etnia Jola é oriunda do estuário de Casamansa e outros dizem que é do leste. As origens da etnia Jola suscitam controvérsia, na medida em que, alguns investigadores sobre as etnias da Senegâmbia afirmam que os Jolas são de origem Mandinga e outros afirmam que são de origem Bantu, pelo menos no aspeto linguístico (Delafosse, 1941: 15). Não há precisão quanto a origem Jola por ausência de registos históricos específicos de seus antepassados (Roche, 1985). Relativamente ao grupo étnico também não há uma precisão estatística sobre os subgrupos, sendo que alguns falam da existência de 9 e outros referem-se aos 10 subgrupos.

O Senegal tem uma população de 12.873.601 conforme os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação, da Agricultura e da Pecuária (RGPHAE, 2013) (*ver quadro 2. 1.*). Ziguinchor tem 523.840 pessoas, correspondente a 4% da população nacional; Kolda tem 633.675 pessoas, correspondente a 5% e Sédhiou tem 434.877, correspondente a 3% da população total do Senegal. As três regiões somam no total – 1.592.392 pessoas, perfazendo 12% da população nacional do Senegal.

⁴⁴ Conforme Roche (1985), os Banhuns foram vítimas de genocídio por parte dos vizinhos Malinké e Jola, são atualmente em número bastante reduzido e misturam-se com as outras etnias.

Quadro 2.2: Repartição da População do Senegal por Região

Região	População	Percentagem (%)
Dakar	2.956.023	23
Diourbel	1.420.082	11
Fatick	684.652	5
Kaffrine	544.011	4
Kaolack	918.355	7
Kédougou	152.134	1
Kolda	633.675	5
Louga	835.325	7
Matam	541.032	4
Saint Louis	870.629	7
Sédhiou	434.877	3
Tambacounda	649.854	5
Thiès	1.709.112	13
Ziguinchor	523.840	5
Total	12. 873 601	100%

Fonte: Agence Nationale de la Statistique et de la Démographie - (RGPHAE, 2013)

Disponível em : www.ansd.sn e Portail de Données du Sénégal em : <http://donnees.ansd.sn>

A dimensão étnica e cultural de Casamansa e a estrutura social Jola

A região de Casamansa tem 1.592.392 de habitantes, é caracterizada por heterogeneidade étnica e cultural, realidade decorrente do mosaico étnico senegalês. Coabitam em Casamansa mais de uma dezena de etnias e subgrupos, onde cruzam vários dialetos costumes e tradições em que, cada grupo procura conservar a sua identidade étnica. Nos diversos departamentos as populações se reagrupam por etnias, situação visível mesmo em Ziguinchor onde concentram quase todas as etnias.

A etnia Jola (Diola) é o grupo maioritário com uma população que ascende a 200.000 pessoas, na Baixa Casamansa atual região de Ziguinchor, os Jola representam 60,66% da população e no Oussouye 82% e os Wolof representam apenas 4,8% das populações nestas regiões (Diouf, 1994: 35). Mas em toda Casamansa os Jola representam apenas (31%), a região de Kolda compreende duas sub-regiões: a Alta Casamansa ou Fouladou de domínio Peul e a Média Casamansa ou Pakao de domínio Mandinga (Diouf, 1994: 24). Neste sentido, a etnia Jola representa uma percentagem significativa da população

casamansense concentrada no oeste, porque no leste encontram-se outras etnias como Balanta, Mandinga, Peul.⁴⁵ Makhtar tenta demonstrar que a etnia Jola não é majoritária em Casamansa, porque as outras etnias conservam suas identidades étnicas e não se assumem como Jola (Diouf, 1994), embora alguns dados estatísticos dos investigadores confirmam que a etnia Jola é majoritária em Casamansa.

O termo Diola⁴⁶ segundo Carreira é de origem malinké e deve ter a mesma origem de um outro utilizado como etnónimo: Yola, D'ola, Jola, Djô-la, que vem do Djôro do dialeto mandinga que significa pagar. E Djô-la é aquele que paga (Carreira, 1964: 243). Para os Malinké, os Jola são todos os que são obrigados à submissão e pagam um tributo. Por outro lado, Peter Mark afirma que o termo Diola é um conceito adotado no século XIX, e que está intimamente ligado à presença colonial francesa em Casamansa, influenciado pelos administradores, antropólogos e missionários (Mark, 2002: 6). Pois antes de 1990, os ancestrais dos Diola ou Jola eram designados Felupes.

Os Malinké, os Balanta e os Toucouleur faziam parte das três grandes etnias que habitavam no centro de Casamansa no século XIX, nos anos 1850. A Alta Casamansa era povoada sobretudo pelo grupo étnico Peul ou Fula, o Médio Casamansa era de domínio Malinké, Balanta e um grupo de Toucouleur e a Baixa Casamansa era de domínio Jola e Banhun. Estas etnias se dividiam em comunidades distintas: pagã e muçulmana (Roche, 1985: 21). As comunidades muçulmanas são islamizadas e as pagãs ou politeístas não são e acreditam em vários deuses. Segundo as tradições orais locais estas comunidades formavam povoações das mais antigas de Casamansa.

Para diferenciar os islamizados dos cristãos, Artur Silva esclarece que enquanto estes distinguem a moral e o direito da religião, os islamizados entendem que estes elementos fazem parte da mesma realidade religiosa (Silva, 1968: 251).

Constata-se deste modo uma evolução étnica e cultural casamansense, influenciada pela dinâmica de movimentação interétnica ao nível interno do Senegal e da Senegâmbia, contudo a etnia Jola continua sendo predominante (*ver quadro 2.3*).

⁴⁵ Jolas poderiam ser maioria se outros grupos étnicos (Banhun, Balanta, Mancanha e Manjaco) assumirem a identidade Jola, o que não é o caso.

⁴⁶ Diola (Jola ou Joola).

Quadro 2. 3: Composição étnica de Casamansa

Etnias	Percentagem (%)	Etnias	Percentagem (%)
Balanta	4,48	Manjaco	3,24
Bambara	0,85	Maures	0,10
Bassari	0,01	Peul	26,36
Koniagi	0,01	Sarakolé	1,43
Jola	31,39	Serer	0,80
	0,01	Soussou	0,77
Khassonké	0,01	Soninké	0,002
Laobé	0,26	Wolof	2,55
Luba	0,11	Toucouleur	3,31
Malinké	0,07	Outras	8,53
Mandinga	15,31	Total	99,60

Fonte: Recenseamento de Abril de 1976, dados corrigidos em 1982 (Darbon,1988: 28).

Este quadro representa a distribuição étnica de Casamansa de acordo com o recenseamento demográfico e étnico de Abril de 1976, com dados corrigidos em 1982, pois não existem dados atualizados de distribuição étnica. Embora não conste expressamente do recenseamento, a etnia Mancanha deve ter uma população não superior a 0,01%, porque a sua presença numérica não é muito significativa.

Não obstante a diversidade étnica há uma tendência à *Jolanização* na Baixa Casamansa, embora não se pode falar de homogeneidade cultural, mas também não se pode negar a predominância social da cultura Jola, que particulariza a região de Casamansa no contexto do Senegal.

Os Jolas são normalmente considerados diferentes de outros grupos senegaleses, em termos de organização social, tradicionalmente não têm estruturas organizacionais sociopolíticas de Estado centralizado, mas possuem estruturas sociais descentralizadas ao contrário das centralizadas e hierarquizadas do norte maioritariamente Wolof. A etnia Jola lida com as questões comunitárias e sociais em duas perspetivas: tradicional baseada no conceito de *mujooloayi*⁴⁷ e oficial utilizando as estruturas de Estado. *Mujooloayi* é organização tradicional Jola que significa literalmente “ o caminho jola de fazer as coisas.”

⁴⁷ Este conceito representa a cultura Jola: casamento, educação dos filhos, modo de cultivo, cerimónias fúnebres entre outras.

Esta influência tradicional Jola, nas esferas da vida social coexiste com tradições de outros grupos étnicos como *muwolofayi*, dos Wolof; *mufelayi* dos Peul e outras (Tomàs, 2008: 334-335). *Muwolofayi* significa a maneira Wolof de fazer as coisas e *mufelayi* é maneira Peul de fazer as coisas, ou seja, estes conceitos servem para designar as tradições culturais destes grupos étnicos (Tomàs i Guilera, 2005a).

Os Jolas tradicionais da Baixa Casamansa são considerados por alguns investigadores como indivíduos que gostam muito de associativismo, organizam a sua vida quotidiana através de três estruturas fundamentais: Chefia “animista” em que o chefe tradicional é quase um rei (*oeyi*) muito poderoso mas sujeito a muitas interdições como de não comer a frente de outras pessoas.⁴⁸ Vive em aldeia num lugar considerado sagrado, desempenha as funções religiosas, administra os seus rituais costumeiros e aplica a justiça em favor da comunidade; organização em diferentes classes de idades hierarquizadas para utilidades económica e social (agricultura, organizações de lutas livres e festivais) e manter a moralidade pública e finalmente, por parentesco com estruturas ligadas à terra, organizadas em duas tipologias de clãs: clã *maximal* (máximo) e clã nominal, linhagens extensas e linhagens restritas ou pequenas. Clã é um conjunto de pessoas ligadas por parentesco e linhagem e que admitem ser descendentes de um ancestral comum (Thomas, 1994: 71-95). O clã máximo confunde-se com a etnia Jola delimitado num determinado território “dado” originariamente por *Ata Emit* (dono do céu e da chuva) Deus que domina os mitos. Os clãs nominais são representados por “animais totémicos” (*ewuum*) que são símbolos dos ancestrais das linhagens principais distribuídas nas aldeias (Thomas, 1994).

O clã é caracterizado pela diferenciação social, porque tende a reservar o exercício do poder apenas aos determinados grupos de (descendentes), que em razão de acumulação dos bens de herança se destacaram económica e socialmente em relação aos outros. Conforme Georges Balandier: “A história orientou a hierarquia dos clãs e das linhagens, fez nascer as diferenças de “nível” no seio do sistema clânico, condicionou a organização do espaço social” (Balandier, 1980 (1967): 88). “

Linhagem é “o conjunto de pessoas com ascendente comum, formando uma linha de família” (Dozon, 1985: 66). É um grupo de pessoas que pertence a mesma família, na qual as relações sociais são especiais dentro do esquema genealógico, onde aparentemente não há autonomia individual. As linhagens extensas compreendem 4ª à 6ª gerações e nascem dos clãs nominais ligados territorialmente às aldeias ou aos distritos, em que as distribuições

⁴⁸ Os reis de Oussouye também submetem aos mesmos tipos de restrições, conforme o antropólogo e investigador Jordi Tomàs, que já esteve em Casamansa.

de terras são feitas segundo o “direito do primeiro ocupante”, como se verifica nos clãs nominais (Thomas, 1994: 73).

As linhagens pequenas são estruturadas de duas formas fundamentais: *bank* ou concessão que reagrupa a família extensa que vive na “praça”, sob autoridade patriarcal; e, *butong* que é considerada família conjugal que vive numa casa, sob autoridade masculina (homem, esposo ou pai). As linhagens restritas levam em conta a terra, o habitat e a vida quotidiana, atualmente tendem a dominar formando associações locais que coordenam a herança e a distribuição de terra com base na igualdade relativa (Thomas, 1994). Esta forma de organização política e social patriarcal e familiar Jola acumula essencialmente poderes: político, económico e jurídico.

O parentesco tradicional Jola, segundo Dominique Darbon é designado “*hâk*”, significa família grande no contexto da comunidade reagrupada sob autoridade patriarcal (Darbon, 1988: 31- 33), constitui a primeira célula social e integral Jola. A sociedade Jola evoluiu, contudo conserva algumas estruturas tradicionais como a organização em família que também constitui uma unidade económica, porque os homens e as mulheres participam de forma comum nas atividades agrícolas com tarefas concretas; aqueles são responsáveis pela lavoura e extração de vinho de palma e estas responsáveis pela colheita agrícola e outras atividades domésticas. Na ausência de uma estrutura política consistente e estática, a linhagem e o parentesco constituem dinâmicas da vida económica e social em Casamansa.

A sociedade jola à semelhança das sociedades acéfalas não se caracteriza por grandes diferenciações baseadas em sinais de riqueza ou *status* sociais, senão as baseadas no clã, nas classes de idade, no sexo, na família e nas funções tradicionais.

Mas excepcionalmente as sociedades acéfalas podem comportar diferenciações reproduzidas no tempo, como por exemplo entre os “*kukuya do conjunto teke*” no Congo, uma distinção estabelecida nos séculos XVIII e XIX entre as linhagens pobres e linhagens ricas (Bonnafé, 1985: 40). O clã é caracterizado pela diferenciação social, porque tende a reservar o exercício do poder apenas aos determinados grupos de gerações, que em razão de acumulação dos bens de herança se destacaram económica e socialmente em relação aos outros.

As classes de idade são organizações por faixas etárias onde se transmitem conhecimentos tradicionais e religiosos, de organização económica e social, bem como valores morais que identificam o grupo étnico.

Na África Ocidental os sistemas de diferenciação por classes de idade são essencialmente masculinos, ainda que secundariamente atribuem alguma posição para as mulheres, elas têm um tratamento especial de distinção com base nos sexos.

A etnia Jola é considerada como aquela que se recusa submeter-se às estruturas de autoridades políticas institucionalizadas, caracteriza-se por uma cultura de independência.

Por se tratar de uma sociedade que recusa a dominação, a Administração colonial francesa em Casamansa encontrou resistências por parte dos Jolas, contrariamente aos Wolof, que foram colaboradores da Administração colonial francesa (Roche, 1985).

As regiões de Séléky e de Oussouye são excepcionalmente identificadas com estruturas organizadas em chefias hierarquizadas, onde o rei como símbolo religioso detém importantes poderes económicos e de justiça, partilhados com o conselho dos notáveis. Embora aparentemente organizada esta estrutura de poder possui fraca estabilidade, na medida em que, o poder do rei tende a ser temporário e fundamentalmente religioso.

A cultura social Jola é diferente de outras culturas sociais étnicas como a dos Malinké e a dos Peul, porque ao contrário destas, os Jolas não têm a tradição de ter escravos e a religião também parece um elemento que não aproxima esta etnia das outras do Senegal, na sua maioria islamizada. Em termos religiosos os Jolas comunicam com Deus “*Atemit* ou *Emitay*” através de santuários, cada santuário possui um sacerdote designado em Jola húluf *alemba* ou *anahaan*, bem como seus conselheiros (*huhaane*). Os santuários ou *uciin* são designados na linguagem Jola húluf – *baciin*.

A região de Casamansa tem grandes semelhanças étnicas e culturais com a Guiné-Bissau, destacando-se o crioulo, língua de comunicação da maioria da população guineense, igualmente falada em Ziguinchor, além de outros dialetos comuns, “ como jola, balanta, mancanha, mandinga entre outros. As afinidades étnicas entre Casamansa e Guiné-Bissau verificam-se através de grupos étnicos comuns: Jola (Felupe), Balanta, Mancanha, Manjaco e Mandinga casamansenses ou guineenses e por laços de parentesco que se estreitaram no período da luta armada de libertação nacional da Guiné contra a colonização portuguesa. A posição dos separatistas de Casamansa considerando os guineenses como seus irmãos tem fundamento nas afinidades étnicas, culturais e religiosas (animistas, cristãos e muçulmanos). As ligações étnicas e religiosas casamansense-guineenses são fatores culturais muito importantes entre as duas populações de Casamansa e do norte da Guiné-Bissau e têm influência natural no conflito. Por outro lado, devido a influência histórica do reino de Gabu, que ia do rio Gâmbia ao rio Corubal, integrando em grande parte, (Gâmbia, Casamansa e Guiné-Bissau) e uma parcela da Guiné Conacri, os casamansenses de uma maneira geral, consideram os guineenses como irmãos separados por fronteiras coloniais (Diop, 1994; Hughes, 1994: 33 – 59).

Além dessas afinidades entre casamansenses e guineenses a região de Casamansa possui algumas características naturais que as aproxima da Guiné-Bissau, como localidades húmidas e florestais e a agricultura como atividade principal. Pela maioria dos senegaleses que habita a zona “sahelo-sudânica” a pertença de Casamansa ao conjunto da Guiné-

Bissau, com clima húmido e florestal, significa uma riqueza que lhe dá esperança do Estado senegalês ver um pouco sua Amazônia (Marut, 1994a).

Não existem grandes diferenças de crenças tradicionais e religiosas entre Casamansa e Guiné-Bissau onde coabitam animistas, muçulmanos e cristãos. Ziguinchor é de predominância cristã e animista e o norte do Senegal é majoritariamente muçulmano, com uma diversidade étnica que inclui Wolof, Toucouleur, Serer Jola, Peul, Mancanha, Manjaco, Soninké e Banhun (Diouf, 1994: 13).

2.2.2. O mosaico étnico da Gâmbia

A Gâmbia tem uma população de 1.882.425 (Censo, 2013) e a distribuição étnica nacional é a seguinte: Mandinga (42%); Fula (18%); Wolof (16%); Jola (10%); Saracolé (9%); Outras etnias (4%); não africanos (1%) do total dos grupos étnicos.⁴⁹ Os Mandingas como grupo étnico maioritário estão presentes ao nível nacional, com maior concentração nas encostas norte de Futa Djalon; os Fula, Wolof, Jola e Saracolés habitam principalmente em Banjul e na zona oeste; os Serer e os Toucouleur são grupos étnicos minoritários como os Bambara, Baiote, Balanta, Mancanha, Mansoanca formam pequenas comunidades em Banjul, à semelhança dos libaneses e os europeus.

A pertença étnica Jola que se identifica pela origem, grupo linguístico, costumes, tradições e histórias de vidas comuns, constitui sem dúvida, condição de solidariedade étnica transfronteiriça incontornável nas circunstâncias de conflito, em qualquer dos territórios da Senegâmbia. Por consequência, podem escapar do controlo coercivo dos mecanismos institucionalizados dos Estados.

2.2.3. O mosaico étnico da Guiné-Bissau

A paisagem étnica da Guiné-Bissau é bastante diversificada como a de Casamansa, tem mais de duas dezenas de etnias num pequeno país com uma superfície de 36,125 Km² e uma população de 1.520.830 habitantes, correspondente a uma densidade populacional de 42,46 habitantes por Km², de acordo com os seguintes dados do último recenseamento da população - RGPH/2009.

⁴⁹ Consultar: <http://www.accessgambia.com/information/people-tribes.html>

Quadro 2.4: Recenseamento Geral da População e Habitação da Guiné-Bissau (2009)

Regiões	População	Percentagem%
Setor Autónomo de Bissau	387.909	26
Oio	224.644	15
Gabu	215.530	14
Bafatá	210.007	14
Cacheu	192.508	13
Biombo	97.120	6
Tombali	94.939	6
Quínara	63.610	4
Bolama/Bijagós	34.563	2
Total	1. 520 830	100

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – INE, 2009.

Um dado novo de registar relativamente ao Recenseamento de 2009 é o decréscimo numérico e percentual da população de Bafatá, que deixou de ocupar a posição de segunda maior região do país, que passa a ser a região de Oio, antes, a quarta mais populosa; já a região de Gabu mantém a posição da terceira mais populosa. Esta mutação provavelmente está ligada ao êxodo rural e migração bastante acentuada das populações do leste do país (Bafatá e Gabu). No último decénio muitos jovens abandonaram o campo para viver em Bissau e outros emigraram para os países vizinhos ou europeus nomeadamente: Portugal, Espanha, França e Reino Unido.

Relativamente à distribuição das etnias ao nível nacional, os Balantas são considerados maioritários, mas os dados do último recenseamento de 2009, indicaram aumento numérico do grupo étnico Fula correspondente a 28,5%, superando a etnia Balanta correspondente a 26% do total dos grupos étnicos (INE/2009). O aumento numérico nacional da etnia Fula explica-se pelo fluxo migratório nos últimos anos, deste grupo étnico dos países da sub-região da África Ocidental como a Guiné-Conacri, Senegal, Gâmbia e Mali em direção à Guiné-Bissau.

Na Guiné-Bissau os Jolas são denominados Felupes, fazem parte das etnias minoritárias, habitando na região de Cacheu, Setor de São Domingos, cujo número de pessoas não ascende a 2% do total da população e dividem-se em Baiote e Ajamat. Esta reduzida expressão numérica justifica-se por dois motivos: histórico - ligado às sublevações (1912- 1913) e (1934-1935) e pela emigração à Casamansa.

No interior de seus territórios autônomos dedicam-se sobretudo a cultura do arroz e extração do vinho de palma. O termo *ajamat* significa um bom orador, ou pessoa com grande capacidade de expressão (Silva, 1983; Julliard, 1994).

Bertrand-Bocandé explica que Jola e Felupe são a mesma etnia, normalmente os Wolof preferem a utilização do primeiro termo e a junção dos dois termos resulta em “Jola-Felupe.”

Bocandé reagrupa-os em clãs: Karone, Janat, Kabil que habitam na Alta Casamansa; Felupe – Jiguxe que se encontram à volta do rio Jululu; Felupe-Aiamat e Joat que habitam entre as regiões de Casamansa, Cacheu e a zona do rio Arame; Felupe-Banja perto de Djemberém e Cabo mel; Felupe-Fulo de Ziguinchor; Felupe- Baiote que habitavam em Avane, Elia, Jobel, Ñambala, formam um subgrupo específico da etnia Jola, com diferenças linguísticas influenciadas pelo português em Ziguinchor; Felupe de Ziguinchor e Felupe-Papel que viviam perto de Cacheu e se misturaram com os Brâme e os Felupe de vacas ou de Foi, que habitam neste último lugar (Lopes, 1987: 57-58). Na região da Senegâmbia e “Rios de Guiné” encontravam-se vários povos muito homogêneos – dos “Serers aos Timenés” possuindo traços comuns, que no conceito clássico de etnia poderiam ser considerados uma etnia (Mota, 1959: 659), mas constituíam vários grupos étnicos.

A predominância de uma determinada etnia na região levou os etnógrafos na época colonial a atribuírem territórios às etnias: *Chão de Balanta*, *Chão de Fula*, *Chão de Papel*, e outros. Como explica o historiador português Avelino Teixeira da Mota: “As várias tribos tinham um “chão”, um território geralmente bem definido, cuja entrada defendiam ciosamente de outros povos, sobretudo, entre as populações animistas do litoral” (Mota, 1954: 162). Neste sentido, Carlos Lopes esclarece que os primeiros exploradores e etnógrafos cometeram erro ao associar ou atribuir um território a cada etnia, considerando-a “uma entidade estática” quando na verdade num território habitam diferentes etnias (Lopes, 1999:49). A ideia de chão étnico no passado não só servia de defesa contra a presença estrangeira ou de estranhos, como representava o predomínio de uma determinada etnia numa região, mas após a independência o uso do termo *tchon* no sentido étnico tornou-se cada vez menos frequente, e atualmente está em desuso.

A região de Cacheu é de predominância da etnia Manjaca, salvo o setor de São Domingos que era considerado *Tchon dos Felupes*.⁵⁰ Os Felupes continuam conservando um perfil étnico coeso e introvertido, virado aos seus próprios costumes e tradições, contrariando tendência à “*manjaquização* “ prevista por Carreira (1962b: 95).

⁵⁰ *Tchon* em português chão significa território étnico ou de um determinado grupo.

No setor de São Domingos conforme salienta Carreira havia dois grupos de populações distintos: os autóctones reais fixados há muito tempo, que são os Felupes, os Baiotes, os Banhuns, os Cassangas, um pequeno grupo de Mancanhas e os Balantas de Candja ou Becandja, e, outros grupos que lá fixaram posteriormente como os Manjacos, os Papeis, os Mandingas, os Balantas do Ingoré e os Fulas (Carreira, 1962c: 408).

Os Cassangas e os Banhuns são em pequeno número e quase inexistentes atualmente, devido ao cruzamento com outros grupos étnicos. Os Baiotes representam menos de 1% da população nacional, são etnicamente idênticos aos Felupes mas diferentes destes em termos linguísticos, conforme Fernando Rogado, aproximam-se mais dos Manjacos (Quintino, 1969).

Os Felupes e os Baiotes são considerados grupos intolerantes aos estranhos nos seus territórios étnicos e em razão disso muitas outras etnias como Fula e Mandinga receavam fixar residência sobretudo em Susana e Varela (Carreira, 1962c).

Atualmente os Felupes são 24. 892 pessoas o que corresponde a 1,7% do total de 1.442.227 da população étnica, de acordo com os dados da repartição da população guineense por grupos étnicos (INE/2009). Relativamente ao recenseamento étnico de 1991, houve aumento numérico desta etnia que tinha 13. 971 pessoas, correspondente a 1,43% do total da população. Este facto explica-se a partir dos anos de 1990 pela intensidade do conflito de Casamansa, muitos Jolas foram refugiar-se na região de Cacheu, alguns acabaram por ficar na Guiné-Bissau, adquirindo a nacionalidade e passaram a ser Felupes guineenses onde 67,1% vive nessa região. Embora sirvam de referência para estudo, esses dados de recenseamentos não são totalmente fiáveis pelas dificuldades inerentes às condições de suas realizações no terreno. “Pois os recenseamentos têm sido realizados com grandes dificuldades e lacunas e bastante irregularidade, o que torna os seus resultados pouco fiáveis. E as estatísticas do registo civil estão ainda longe de cobrir a totalidade da população” (Barata, 1994: 28-29).

Os Felupes à semelhança dos Jolas de Casamansa não têm autoridade centralizada, mas organizam-se por mecanismos informais não institucionalizados. Relativamente à religião são maioritariamente animistas, os cultos tradicionais são muito importantes para os Felupes, que por razões de rituais religiosos priorizam as relações de trocas de bens ao invés do dinheiro.⁵¹ Associam-se aos Balanta, Manjaco, Papel, Mancanha, Mansoanca que também são maioritariamente animistas.⁵²

⁵¹ Por exemplo trocam o vinho de palma e folha de tabaco pelo peixe.

⁵² Os animistas são quase um total de 50%, que tendem a reduzir devido a islamização.

Os Felupes adoram um só Deus “*Atemit*” poderoso e invisível, realizam muitas cerimónias religiosas e animistas como: reza, sacrifícios, ofertas e invocação dos ancestrais obedecendo às suas orientações. Uma das cerimónias importantes é a *iniciação* feita em separado aos homens e as mulheres em diferentes fases da vida, como uma forma de emancipação e cada um dos grupos tem *bois sacré*.⁵³ Em Casamansa existem Jolas casamansenses ou guineenses com raízes nas etnias Balanta, Banhun, Manjaco e Mancanha (Evans, 2004: 3) e são na sua maioria animistas. O animismo é uma tradição religiosa que tem como essência o culto aos mortos, adoração e consulta aos espíritos para tomadas de decisões acatando às suas orientações. Os cristãos têm uma adoração direta à Deus como ser invisível e criador do Universo, acreditando na sua vontade como lei divina.

A abordagem etnográfica é importante para a compreensão do comportamento dos casamansenses e da solidariedade entre essas comunidades locais e as do norte da Guiné-Bissau. Os critérios étnicos, culturais e religiosos na análise desta interligação destacando as composições étnicas e crenças religiosas: animista, cristã e islâmica, parecem os que melhor explicam a aproximação das duas populações separadas pela divisão de fronteiras. As duas áreas culturais Casamansa e Guiné-Bissau antes de serem distintas apresentam características semelhantes, sendo muito difícil um casamansense em São Domingos, sentir-se fora de seu ambiente cultural ou um guineense em Ziguinchor sentir-se fora de seu ambiente cultural.⁵⁴

Os Jolas representam 5,5% do total da população concentrada sobretudo em Casamansa (Ziguinchor e Kolda).

No contexto da Senegâmbia os “Jola-Felupe” fazem parte dos principais grupos étnicos, são quase um milhão de indivíduos tomando em consideração o número das populações recenseadas no Senegal (2013), na Gâmbia (2013) e na Guiné-Bissau (2009)⁵⁵ e as respetivas percentagens da etnia Jola, conforme o quadro seguinte:

⁵³ *Bois sacré* (bosque sagrado) é o lugar tradicional da crença e adoração dos espíritos.

⁵⁴ Quando estive em Ziguinchor para o trabalho de campo, além da semelhança paisagista desta região com a de Cacheu, tive contactos com pessoas de várias etnias de origem guineense e com familiares diretos em várias regiões da Guiné-Bissau e no Setor Autónomo de Bissau.

⁵⁵ Levando em conta os dados da repartição étnica da Guiné-Bissau de 2009, os Jolas são 24. 892, correspondente a 1,7%. E na Senegâmbia seriam um total de 921. 185 pessoas. Há outras fontes que dizem que os Jolas representam 9% da população senegalesa que seria 1.158.624 pessoas, porém não existem dados atualizados da repartição étnica para confirmar ou não esta percentagem.

Quadro 2.5: Composição numérica da etnia “Jola-Felupe” na Senegâmbia

Países da Senegâmbia	População	Jola-Felupe	Percentagem
Senegal	12 .873. 601	708 048	5,5
Gâmbia	1.882.450	188 245	10
Guiné-Bissau	1.520.830	25. 854	1,7
Total		922 147	17,2

Fonte: Dados de recenseamentos gerais e étnicos das populações.

Este número expressivo da etnia “Jola-Felupe” representa uma grande “fronteira étnica” na Senegâmbia, sendo o quarto maior grupo étnico do Senegal e da Gâmbia, já na Guiné-Bissau faz parte dos grupos étnicos minoritários. Esta pertença comum pode traduzir-se numa solidariedade étnica transfronteiriça natural (ver figura 2. 6).

Figura 2. 6: Etnia “Jola-Felupe” na Senegâmbia



Fonte: adaptado do site: www.joshuaproject.net/people_groups/11568/FR

Embora existam semelhanças étnicas e culturais entre estes três países, a Guiné-Bissau conserva ainda os aspetos de sua cultura tradicional marcadamente animista e da religião cristã, que a distingue tanto do Senegal como da Gâmbia, onde predominam o Islão. Genericamente na Guiné-Bissau os animistas representam (50%), seguido dos islamizados (40%); o Senegal tem (92% de islamizados); a Gâmbia (90%) e a Guiné-Conacri (85%). Mas o aumento numérico nos últimos anos, da população islamizada derivado dos processos de

conversões de animistas e cristãos em islamizados e do fluxo de imigrações dos países vizinhos para a Guiné-Bissau, tende a transformar este panorama religioso e cultural. A Guiné-Bissau é formalmente um Estado laico, mas isso não impede a comunidade islâmica de solicitar e obter apoios financeiros do Governo ou do Presidente da República para as “peregrinações à cidade Santa de Meca.” Num sistema democrático os apoios de políticos à uma determinada religião podem funcionar como meios de influências políticas para fins eleitorais.

2.3. Abordagem histórica sobre o conflito de Casamansa

O Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) foi criado em Março de 1947 em Sédhiou e legalizado em 1949, pelos casamansenses: Ibou Diallo (peul) Émile Badiane (jola) e Yero Kandé (mandinga) entre outros, com representações nas principais zonas: Ziguinchor, Bignona, Oussouye Kolda e Velingara, abrangendo todos os departamentos de Casamansa (Tomàs, 2010: 137). Allen Yero Embaló esclareceu que além desses três elementos fazem parte dos membros fundadores do MFDC, Assane Seck e Edouard Diatta, com o objetivo de reivindicar desenvolvimento da região de Casamansa igual às outras Comunas do Senegal: Dakar, Saint-Louis, Goré e Rufisk.⁵⁶

Há outras fontes que explicam que originariamente, o MFDC foi criado em 1944, em Casamansa, com fim étnico e regionalista, denunciou a centralização do poder solicitando que a região assumisse as suas responsabilidades políticas elegendo os seus responsáveis locais (Diouf, 1994: 122). Porém, o movimento passou a ter visibilidade e consistência política só a partir de 1947, quando propôs como objetivos a atingir, maior autonomia económica de Casamansa e um peso político considerável no contexto das colónias francesas da África Ocidental (Diouf, 1994).

Com a independência do Senegal em 1960, o MFDC ficou inativo e desapareceu do cenário político, reaparecendo em forma de rebelião armada separatista em 1982. O MFDC tem uma composição multiétnica, integrando várias etnias donde se destacam as três principais de Casamansa: Jola, Mandinga e Peul e várias confissões religiosas.

Anterior aos períodos referenciados como os de surgimento e ressurgimento do MFDC foi o movimento de resistência pacífica em Casamansa mobilizado pela profetisa Aline Sitoé Diatta⁵⁷, em 1940, contra à administração colonial aconselhando a população a recusar

⁵⁶ Declaração do jornalista Allen Yero Embaló durante a entrevista em Bissau, a 20/06/2011.

⁵⁷ Aline Sitoé Diatta era da etnia Jola, foi presa em 1943 e deportada para Tombouctou e morreu em 1944.

submissão às ordens (Foucher, 2003: 30) a cultura colonial e ao recrutamento militar (1940 – 1941) para a Segunda Guerra Mundial (Diatta, 1994: 429-460).

Levando em conta o ano de 1944 como o do surgimento do MFDC, pode-se dizer que este movimento político conheceu três fases, duas antes da independência do Senegal e outra posterior com objetivos diferentes. Nas duas fases anteriores à independência, constata-se que a independência de Casamansa nunca foi objetivo a atingir, pois conforme destaca Assane Seck, em 1947, o MFDC nunca reivindicou a independência de Casamansa, defendeu a sua *senegalesidade* (Seck, 2005). A reivindicação da independência só surgiu com a rebelião armada em 1982 e o abade Augustin Diamacoune Senghor foi o primeiro casamansense a falar publicamente da questão da independência de Casamansa, embora a ideia de criação do movimento independentista não tenha partido dele, mas do exterior por Mamadou Sané (Nkrumah), casamansense exilado em Paris. Sané conseguiu reunir emigrantes casamansenses em torno da criação do movimento e propôs o então sacerdote Augustin D. Senghor a assumir a liderança (Marut, 2010: 98).

Mamadou Sané originário de Blouf (departamento de Bignona), islamizado, era pouco conhecido em Casamansa, pois deixou a região em 1965, para residir em Mauritânia, posteriormente em Marrocos e em Paris na França, em 1967. Político manifestamente contra o imperialismo pôs em causa a pertença de Casamansa ao Senegal (Marut, 2010). Estruturou o movimento e fez a divulgação através de seu jornal “*KelumaK*” (a palavra) em Jola, que foi determinante na mobilização de pessoas em Dakar e em Ziguinchor (1980 – 1982).

O então líder espiritual Augustin D. Senghor utilizou os seguintes argumentos histórico-políticos e económicos para iniciar a luta:

1. Que a região de Casamansa então que possessão colonial não estava integrada à colónia francesa do Senegal e foi por conseguinte indevidamente anexada no momento da independência do Senegal: “*Casamance never formed part of the French colony of Senegal and was therefore improperly annexed at the time of Senegal’s independence*” (Marut, 2001: 8; Beck e Foucher, 2009: 100)⁵⁸ ;
2. As populações de Casamansa não foram consultadas, nem pelo poder colonial, nem pelo Governo senegalês, para escolher entre as três soluções possíveis: integração territorial ao Senegal, Federação ou Confederação ou independência. Nestas

⁵⁸ Tradução da autora. Casamansa nunca fez parte da colónia francesa do Senegal e foi por conseguinte indevidamente anexada no momento da independência do Senegal.

condições, Casamansa deve tomar sua independência após 20 anos de experiência unitária, em que o balanço tem sido desastroso (Diouf, 1994: 152);

3. A Administração central senegalesa tem marginalizado Casamansa dos benefícios económicos e sociais em benefício de Dakar, pois algumas infraestruturas da região eram desviadas para o centro do Senegal (Beck, 2008; Darbon, 1985).

Os dois dirigentes Mamadou Sané e Augustin Diamacoune Senghor associados aos outros aderentes do movimento como Mustafá Camará, Mamadou Diémé originários de Blouf e Ansou Bodian de Ziguinchor entre outros, iniciaram a preparação da marcha apoiada pelos líderes locais, cujo objetivo principal era a reivindicação da independência de Casamansa, com possível utilização de armas em caso de necessidade (Diallo, 2009). Cientes previamente da situação, as autoridades governamentais fizeram prisões preventivas de Mamadou Sané, em Bignona e de Abbé D. Senghor, em Ziguinchor, dia antes da realização da marcha (Marut, 2010: 100).

Não obstante a prisão preventiva de Abbé Diamacoune Senghor a manifestação pacífica foi realizada em Ziguinchor, a 26 de Dezembro de 1982 e contou com milhares de participantes. Os manifestantes desfilaram com armas tradicionais e numa demonstração de revolta, tiraram a bandeira senegalesa à frente da sede regional do Governo colocando emblema branco, símbolo do MFDC. O Governador de Ziguinchor informou as autoridades em Dakar e a reação das forças de segurança, *Gendarmerie* (polícia militar) de intervenção rápida foi violenta, tendo resultado em detenções, mortos e vários feridos (Sonco, 2004: 30).

Apesar de muitos analistas senegaleses entenderem que o MFDC é instrumento de vizinhos “mal-intencionados” como a Mauritânia, a Gâmbia e a Guiné-Bissau, ou de contrabandistas internacionais de Iraque, Líbia ou Libéria, a formação da rebelião armada MFDC em 1982, não contou com apoio do Governo guineense, por isso não interferiu nas relações entre Senegal e Guiné-Bissau: “*The formation of a separatist movement in Southern Senegal at the end of 1982, led by the MFDC, did not bring about deterioration in relations between Dakar and Bissau*”⁵⁹ (...) (Foucher, 2013: 6).

Paralelamente às razões endógenas, os fatores exógenos, como o golpe de Estado na Guiné-Bissau, que acabara com o projeto político da Unidade Guiné e Cabo-Verde (1980); a tentativa falhada do golpe de Estado na Gâmbia (1981) e o apoio da Guiné-Bissau aos militares golpistas, influenciaram ainda que indiretamente o reaparecimento do MFDC na

⁵⁹ A formação do movimento separatista MFDC, no sul do Senegal, no final de 1982, não deteriorou as relações entre Dakar e Bissau.

forma de rebelião. Nessas circunstâncias, os separatistas poderiam estar convictos do apoio das autoridades políticas da Guiné-Bissau à sua pretensão secessionista, embora oficialmente a Guiné-Bissau manteve-se neutra à refundação do MFDC em 1982.

Um ano após a violenta repressão governamental da manifestação de 1982, após o Tribunal de Segurança ter anunciado aplicação de penas de prisão bastante severas aos manifestantes do ano anterior, o MFDC organizou a segunda e maior manifestação armada em Ziguinchor, a 18 de Dezembro de 1983. Houve confrontos entre os manifestantes e as Forças de Segurança, que resultaram em mortos e feridos de ambas as partes. A partir desta data, o MFDC passou a assumir de forma clara a reivindicação da independência pela via armada.

Em 1988, houve amnistia para o abade Augustin D. Senghor e alguns elementos do MFDC, contudo outros continuaram em prisão, sem julgamento por mais de dois anos (Diouf, 1994: 128). Desde então, os confrontos foram sistemáticos entre os guerrilheiros do MFDC e as Forças Armadas senegalesas. Em 1990, o MFDC fundou a ala armada designada *Atika*,⁶⁰ a partir dessa data houve muitos confrontos armados entre os guerrilheiros do MFDC e as Forças Armadas senegalesas. Abdoulaye Dieng antigo comandante militar foi nomeado governador em Ziguinchor e passou a controlar a área.

No início de 1990, aproveitando o clima de tensão entre o Senegal e a Guiné-Bissau derivado do diferendo sobre a fronteira marítima, o MFDC aproximou-se da elite política dirigente guineense para obter algum apoio, mas não obteve nenhum suporte político do Governo.

Em Outubro de 1990, os separatistas lançaram pela primeira vez a ideia de “*República Jola*” que englobaria a Baixa Casamansa, uma parte da Gâmbia e uma parte da Guiné-Bissau (Diouf, 1994: 129). Aqui há uma demonstração clara que a pretensão secessionista não se limita apenas ao espaço territorial senegalês, mas é mais abrangente, incluindo parcelas territoriais gambiana e guineense. Nesta linha de pensamento, uma eventual consumação da independência de Casamansa poderá no futuro criar problemas diretos para estes dois países, com reivindicações secessionistas pelo MFDC, de *tchons Felupes (Jolas)* no setor de São Domingos na Guiné-Bissau e em Brikama na Gâmbia onde está concentrada 59% da etnia Jola/Karoninka.

Realçando a intransigência Jola na defesa de seus interesses regionalistas, o administrador de Bignona no processo em que deixava de exercer a função (1995) escreveu:

⁶⁰ Conforme Jordi Tomàs (2010), *Atika* em jola significa combatente; mas também pode significar flecha.

La population, 90% d'origine diola, est faite d'une masse paysanne, profondément attachée à une terre difficile et qui a les qualités les défauts de toute communauté terrienne, travail opiniâtre pour retirer du sol le maximum de nourriture et de biens, conscience poussée à l'extrême de ses intérêts de clan, ce qui entraîne tout à la fois une âpreté supérieure à la moyenne dans les contestations foncières et une intolérance raciale et régionaliste qui dépasse quelque fois ses limites extrêmes (Charpy, 1994: 486).

A reivindicação secessionista análoga à do MFDC em Casamansa é a da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) em Angola, embora difere quanto ao peso dos argumentos históricos, porque a FLEC tem reivindicado a independência da região de Cabinda com fundamento histórico na administração colonial autónoma de Cabinda, que foi protetorado e mais tarde província portuguesa.⁶¹ A região de Cabinda pertencia o Congo português, o norte pertencia a França (Congo Brazzaville) e oeste a Bélgica – Congo Belga (Zaire), conforme o traçado fronteiriço colonial. Em 1885, temendo ameaça de ocupação francesa a partir do país vizinho Congo Brazzaville, os governantes locais do Enclave de Cabinda assinaram com o Reino de Portugal um acordo de protetorado para administração através do Tratado de Simulambuco.⁶²

Com instauração da República (1910), e no regime salazarista após o Ato Colonial que implantou o Estado Novo (1930), o império colonial se consolidou e o território do Enclave de Cabinda passou a ser considerado uma subdivisão administrativa e por consequência um distrito da colónia Angola (Silva, 1994: 41).

O referido Tratado no artigo 3º dispõe: “Portugal obriga-se a manter a integridade dos territórios colocados sob o seu Protectorado.” Mas este dispositivo foi desrespeitado por Portugal e os cabindas pouco ou nada puderam fazer para alterar a situação, senão após à independência total de Angola. Com a independência de Angola em 1975, derivado do Acordo de Alvor assinado entre o Estado português, o MPLA, a UNITA e a FNLA, o território e os poderes coloniais de administração de Cabinda foram confiados à República de Angola, o que gerou descontentamento dos responsáveis locais de Cabinda. Perante a ausência de uma solução pacífica negociada, criaram o movimento secessionista FLEC que reivindica sem sucesso há mais de três décadas à independência de Cabinda.

Analisando estes argumentos, alguns investigadores entendem que a reivindicação secessionista da FLEC é mais sólida do ponto de vista histórico, que a reivindicação

⁶¹ Consta que 70% do petróleo que constitui uma das principais riquezas de Angola, provém da parte do Oceano Atlântico pertencente à Cabinda.

⁶² O Tratado de Simulambuco foi assinado a 01/02/1885.

separatista do MFDC, embora a consistência dos argumentos não resultou no reconhecimento do direito à independência. Atualmente, os cabindas já não reivindicam independência ou os 10% de rendimento da exploração petrolífera, mas sim, o desenvolvimento das infraestruturas da região. Os líderes separatistas tradicionais mudaram de posição e a via armada deixou de ser opção relevante.⁶³ O argumento angolano é que Cabinda, apesar de ser uma região muito rica em recursos não tem capacidade para a defesa de soberania territorial e precisa de alguém para defendê-la.

Muitos conflitos armados internos na África subsaariana surgem como consequências de interpretações de fatos históricos ocorridos no período colonial. Grupos étnicos, religiosos e/ou políticos protagonizam contestação da autoridade interna dos Estados pós-coloniais na tentativa de afirmação de identidades, luta pelo acesso aos recursos e controlo do poder.

2.3.1. As zonas do conflito

As principais zonas onde estão localizados os militares são: Baixa Casamansa, Médio e Alta Casamansa, pois as Forças Armadas senegalesas dividiram-se em duas regiões militares: Ziguinchor e Kolda; uma parte para a Baixa Casamansa está estacionada em Ziguinchor, Bignona e Einkine e outra parte para o Médio e a Alta Casamansa, em Kolda (Marut, 2010: 163-164). Durante o evoluir do conflito foram criados muitos aquartelamentos militares à volta de Ziguinchor, uns próximos à fronteira com a Guiné-Bissau em Santhiaba (M'Pack, Youtou e Manjaco) e em direção à Oussouye e Cap Skirring; e outros próximos à fronteira com a Gâmbia (Bignona e Banjul). Os aquartelamentos estão próximos às bases dos rebeldes constituindo uma espécie de cerco, com exceção das zonas florestais onde não foram criados por causa das minas. Não obstante esta distribuição militar estratégica não tem havido registos de confrontos armados simultâneos entre os *Jambars* (*Diambars*) e os guerrilheiros do MFDC nessas localidades, mas em Séléky (1990). Kaguit (1992) e noutros lugares (Tomàs, 2010:143). Alguns incidentes esporádicos também ocorreram e os *Jambars* tiveram confrontos com os guerrilheiros da Frente Sul, ao longo da fronteira da Guiné-Bissau entre 1992 -2000; a leste e ao longo da fronteira da Guiné-Bissau, combateram a facção de Salif Sadio (2000 – 2006) e posteriormente na fronteira da Gâmbia (2006 -2009).⁶⁴

⁶³ Conforme José Manuel Gonçalves, durante o Seminário sobre “ Eleições gerais de 2012 em Angola,” realizado a 26 de Novembro de 2012, no ISCTE-IUL.

⁶⁴ Conforme consta de vários documentos consultados e referenciados.

As Forças Armadas senegalesas contam atualmente com 14.000 homens; em Casamansa estão entre 5.000 a 8.000 homens de que fazem parte *Gendarmerie* que integra grupos móveis de intervenção (GMI), um número duas vezes superior ao dos guerrilheiros do MFDC⁶⁵ (Marut, 2010). Mas apesar da supremacia numérica, profissionalismo, formação e experiência, as Forças Armadas senegalesas não representam ameaça séria contra os guerrilheiros do MFDC e vice-versa, 33 anos após o conflito.

No início do conflito o MFDC possuía uma capacidade bélica rudimentar: arcos, flechas, catanas e contava com uma média de 2.000 homens sem experiências de guerrilha, ocupando as zonas florestais de difícil acesso e próximas às fronteiras, bem como os subúrbios de Ziguinchor (Marut, 2010). Os atos de violência centravam nas emboscadas e ataques contra os veículos das Forças Armadas, mas os confrontos esporádicos ocorridos entre os guerrilheiros do MFDC e as Forças Armadas senegalesas enviadas à região de Casamansa durante a década de 1980, resultaram em várias dezenas de vítimas (Beck e Foucher, 2009: 107).

No início da década de 1990, as tensões entre o Senegal e seus vizinhos (Guiné-Bissau, Gâmbia e Mauritânia) e o ambiente de conflitualidade regional com as guerras civis da Libéria (1989-1997) e Serra Leoa (1997- 2000) são geralmente apontados como fatores que contribuíram para a entrada de armas na região de Casamansa, através de tráfico e contrabando, dificultando a resolução do conflito por meios alternativos pacíficos. A partir de 1992, tem havido confrontos prolongados entre guerrilheiros do MFDC e as Forças Armadas, em diferentes localidades como em Badonda, em Julho de 1995, resultando em 20 soldados mortos das Forças governamentais e em 25 mortos em Mandina-Mancanha, em Agosto de 1997 (Marut, 2010: 140).

O número de guerrilheiros do MFDC foi progressivamente aumentando com adesão dos jovens ao movimento e atualmente o MFDC conta com cerca de 4.000 a 5.000 guerrilheiros, com mais experiências de guerrilha adquiridas ao longo de mais de 33 anos do conflito. Os guerrilheiros chefiados por César Badiate estabeleceram aquartelamentos em Cassolol, desde 2000 e os chefiados por Salif Sadio, em Barraca Mandioca e esses guerrilheiros usam “*gris-gris*” que são amuletos utilizados como poder místico de proteção.

Nas operações de guerra as minas antipessoais e anticarros têm sido utilizadas pelas duas partes em conflito, e até esta data, fizeram mais de 800 vítimas entre mortos e feridos.⁶⁶ Em 2003 foi realizada uma operação de desminagem pelo Governo local, no sul de Ziguinchor até à fronteira com a Guiné-Bissau.

⁶⁵ Na região de Casamansa é facto notório que quase metade das Forças da Ordem são Jola.

⁶⁶ Denúncias das ONGs que atuam no domínio da paz.

Em 2010, no norte de Casamansa tem havido violentos confrontos armados entre o MFDC e as Forças Armadas senegalesas, o que demonstra a resistência armada do MFDC. Muitos militares das Forças Armadas senegalesas receberam formações após o início do conflito em Casamansa e têm participado em operações multinacionais de manutenção da paz, na República Democrática do Congo e na Costa de Marfim.

Com a promessa eleitoral de resolver o problema de Casamansa em 90 dias, o Presidente Wade priorizou o setor de Defesa e Segurança no seu mandato, após a sua ascensão ao poder em 2000, melhorou as condições materiais e financeiras das Forças Armadas, bem como a alimentação nas casernas.

2.4. Os atores e as suas motivações

2.4.1. Os atores

Os principais atores dividem-se em interno que são as partes protagonistas do conflito, quais sejam, o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) e o Governo senegalês e os atores externos que são países vizinhos do Senegal que têm ligações étnicas com Casamansa (Gâmbia e Guiné-Bissau) e a França antiga potência colonizadora e aliada do Senegal nesta causa.

Os separatistas do MFDC consideram que os países vizinhos que fazem fronteiras ao norte e ao sul com o Senegal, nomeadamente Gâmbia e Guiné-Bissau, pertenciam a mesma entidade do reino de Gabu, que fora dividido em fronteiras coloniais. Por esta razão nestes três países encontram-se as mesmas etnias: Jola e assimilados, Mandinga, Peul, Balanta, Mancanha com as mesmas línguas, partilhando os mesmos sobrenomes, das grandes famílias como: Sané e Mané. Sagna no Senegal ou em Casamansa é o mesmo que se escreve Sanhá na Guiné-Bissau e Sanhya na Gâmbia; Diallo no Senegal ou Casamansa é o mesmo Djaló na Guiné-Bissau e Jallow na Gâmbia; Diémé no Senegal ou Casamansa é o mesmo Diémé na Guiné-Bissau e o mesmo que se escreve Jammeh na Gâmbia.⁶⁷ Estes países não sendo partes do conflito, mas em colaboração com o Governo senegalês tiveram intervenção em alguns incidentes que ponham em causa a segurança de suas fronteiras, como foi o caso da Guiné-Bissau aquando do desaparecimento dos turistas franceses na Baixa Casamansa.

⁶⁷ Estes apelidos são os mesmos apenas se diferenciam pelas grafias de acordo com as línguas oficiais dos respetivos países (francês, português e inglês).

Em Abril de 1995, quatro turistas franceses (dois casais) desapareceram misteriosamente em Casamansa entre Ziguinchor e Oussouye.⁶⁸ Mas de acordo com a versão oficial senegalesa, os turistas foram raptados pelos rebeldes do MFDC, no Parque da Baixa Casamansa e conduzidos à *Cap Skirring* junto à fronteira da Guiné-Bissau. Os dirigentes do MFDC não assumiram o rapto, acusando o Governo senegalês de ser o responsável por esse misterioso desaparecimento de turistas. O jornalista guineense Allen Yero Embaló esclareceu que sob a pressão da França, o então Presidente do Senegal Abdou Diouf solicitou às autoridades guineenses diligências com o objetivo de encontrar os turistas desaparecidos. A França disponibilizou meios financeiros às autoridades guineenses para operações de busca⁶⁹ e o Senegal ordenou os militares franceses em Dakar a fazerem a cartografia da zona fronteiriça entre o norte da Guiné-Bissau e o sul do Senegal, com o objetivo de identificar as bases dos rebeldes do MFDC, conseguiram localizar todas as bases da Frente-Sul, desencadeando ofensiva para o desmantelamento. Precedida de manobras militares franco-senegalesas a ofensiva do exército senegalês nas zonas florestais, ao longo da fronteira da Guiné-Bissau, durou três meses mas sem sucesso, pois nem os turistas nem os seus restos mortais foram encontrados.⁷⁰ Paralelamente a esta ação militar, elementos do Estado-Maior-General das Forças Armadas e da Segurança do Estado da Guiné-Bissau, coordenados pelo então Ministro do Interior e o diretor dos Serviços de Informação do Estado foram controlar no terreno as operações de busca.⁷¹

Na época o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas era o Brigadeiro Ansumane Mané, que segundo o jornalista Allen Yero Embaló, já mantinha ligações com alguns elementos do MFDC inclusive com Salif Sadio. Os elementos do MFDC prometeram colaborar com as autoridades guineenses nas buscas e informações dos turistas desaparecidos, mas após terem recebido os meios materiais exigidos não forneceram informações credíveis; informaram sobre a existência de um suposto “túmulo” dos turistas franceses desaparecidos nas zonas florestais próximos à fronteira da Guiné-Bissau. Mas as autoridades guineenses e senegalesas descobriram que se tratava de sepultura dos habitantes locais.

⁶⁸ Inicialmente as autoridades de Dakar haviam dito que os 4 turistas desapareceram no território guineense e não no senegalês. Mas após a posição oficial da Guiné-Bissau recusando essa afirmação, houve um recuo. A França prometeu e apoiou financeiramente o Senegal e a Guiné-Bissau, nas buscas mas nem os turistas, nem os seus cadáveres foram encontrados.

⁶⁹ Entrevista com o jornalista guineense correspondente da RFI, Allen Yero Embaló, durante o trabalho de campo em Bissau, a 20/06/2011.

⁷⁰ Esta operação beneficiou de assistência técnica francesa.

⁷¹ Conforme declarações do Jornalista Allen Yero Embaló o Ministro do Interior era Luís Oliveira Sanca e o diretor dos Serviços de Informação do Estado era o coronel João Monteiro.

O Parque da Baixa Casamansa até à floresta de Bissine foi vedado à circulação e acesso das populações que por consequência foram obrigadas a refugiar na Guiné-Bissau e na Gâmbia (Marut, 1996: 87). O número de refugiados casamansenses estaria na média total de 35.000 sobretudo em Niaguis, Ziguinchor e Oussouye; 28.000 na Guiné-Bissau, maioritariamente nos setores de São Domingos e Ingoré; e 15.000 na Gâmbia.⁷² A questão de refugiados casamansenses no norte da Guiné-Bissau tem colocado problemas humanitários e de segurança, apesar da solidariedade da população local no acolhimento, as capacidades de assistência são bastante limitadas. Mas a ação das ONGs nacional e internacional e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) tem sido fundamental para o apoio humanitário e social.⁷³ Relativamente à questão de segurança existia a desconfiança do Governo senegalês, que muitos dos refugiados são rebeldes do MFDC e por isso deveriam ser identificados e combatidos.

Neste sentido, o patrulhamento conjunto das fronteiras foi um mecanismo utilizado pelos dois Estados para controlar e garantir a segurança de suas fronteiras e das populações. Este patrulhamento pode ser visto como cooperação entre o Senegal e a Guiné-Bissau, para controlar a instabilidade das fronteiras; mas conforme o geógrafo e investigador francês, Jean-Claude Marut, permitiu as Forças Armadas senegalesas perseguirem os rebeldes casamansenses até 7Km além da fronteira entre os dois países ⁷⁴ (Marut, 1996: 87). Para este autor, trata-se de estender o conflito para o território da Guiné-Bissau, com consequências nefastas, na medida em que, o exército senegalês não hesitou em bombardear aldeias guineenses suspeitas de albergarem rebeldes e isso resultou em mortos, sequestros e destruição material (Marut, 1996). O Governo guineense pretendia com o patrulhamento conjunto demonstrar as autoridades senegalesas que não apoiava a rebelião de Casamansa para acabar com o clima de desconfiança, mas não previa essas consequências desastrosas que motivaram sua descontinuidade.

Pelo respeito aos princípios do direito internacional da intangibilidade das fronteiras e da não ingerência de um Estado nos assuntos internos do outro, o direito de perseguição aos rebeldes do MFDC pelo Governo senegalês, ainda que seja no quadro do patrulhamento conjunto derivado do acordo, não deveria implicar a fronteira da Guiné-Bissau. Ao abrigo dos mesmos princípios o Governo guineense não deve colaborar com o MFDC, ou prestar qualquer tipo de apoio à rebelião, nomeadamente o treino de suas forças,

⁷² Dados fornecidos pelo representante do Alto-Comissário para os refugiados em Bissau.

⁷³ As Nações Unidas apoiaram a construção de escolas em São Domingos para os filhos dos refugiados casamansenses.

⁷⁴ Consultar o Acordo militar Bissau e Dakar Carta 1.

o fornecimento de armas ou a cedência de seu território para confrontos (Faye, 1994: 189 - 212).

A Guiné-Bissau e o Senegal assinaram Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança e Defesa, em 1986,⁷⁵ quando os dois chefes de Estado, Abdou Diouf do Senegal e João Bernardo Vieira da Guiné-Bissau, a pedido do Governo senegalês acordaram orientar os Ministros das Forças Armadas dos dois países a realizarem operações militares conjuntas. O patrulhamento conjunto consta do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança e Defesa assinado entre a República do Senegal e a República da Guiné-Bissau, a 27 de Julho de 1990. Os dois Estados podem apoiar-se mutuamente ou efetuar operações conjuntas para impedir que o seu território seja utilizado para preparar ou executar ações subversivas contra ou prejudiciais à Segurança ou Defesa de um dos Estados (Artigos Primeiro e Terceiro) do referido protocolo.

Foram realizadas várias operações conjuntas para detetar e desmantelar as bases dos rebeldes de Casamansa, sendo que a primeira operação conjunta denominada “*Operação Ahinga*,” teria início a 30 de Novembro de 1986 e seria chefiada da parte senegalesa, pelo Coronel N’Doy Oussoumane e da parte guineense, pelo Major Saco Soares Cassamá, mas foi realizada em Dezembro do mesmo ano, sob comando de outras pessoas. Nesta operação foram detetadas no território senegalês concretamente em Bagame, a presença dos rebeldes com alguns equipamentos e utensílios domésticos e 4 indivíduos de nacionalidade senegalesa foram presos (*ver anexo C*), mas no território guineense não foram detetadas bases dos rebeldes.⁷⁶

Numa conversa informal com um alto oficial do Exército guineense este esclareceu que a primeira operação militar conjunta entre o Exército guineense e o Exército senegalês ao longo das fronteiras dos dois países foi realizada em 1986, a partir de M’Pack, isto é, linha da fronteira que divide a Guiné-Bissau do Senegal, fica entre Ziguinchor e São Domingos (*ver anexo D*). O objetivo era desmantelar eventuais bases militares dos guerrilheiros do MFDC, do lado da fronteira da Guiné-Bissau, mas conforme esclarece este oficial não foram encontradas senão meia dúzia de sinais de vestígios de bases militares. Em 1987 e em 1989 foram realizadas outras operações conjuntas ao longo das duas fronteiras com os mesmos objetivos da operação anterior, sendo esta última denominada Operação Conjunta “Amizade III.”⁷⁷

A experiência de patrulhamento conjunto das fronteiras entre Guiné-Bissau e Senegal também foi partilhada entre Senegal e Gâmbia, com assinatura do acordo de patrulhamento

⁷⁵ Operações Conjuntas (1986).

⁷⁶ Informação constante do documento intitulado “Operações Conjuntas” (1986).

⁷⁷ Operações Conjuntas (1986).

conjunto em 2011, que permitiu o patrulhamento das fronteiras entre Senegal e Gâmbia, pelas Forças Armadas com o objetivo de desmentir as informações sobre o apoio da Gâmbia ao MFDC, concretamente à ala liderada por Salif Sadio.

A Guiné-Bissau e a Gâmbia são atores sub-regionais naturais porque são afetados pelo conflito no contexto da Senegâmbia e devem cooperar com o Senegal na sua resolução.

A França é considerada um ator externo e aliado do Senegal, sua antiga colónia, com interesses económicos e políticos na África Ocidental. Embora oficialmente não interfere no conflito interno entre o MFDC e o Governo senegalês, condena a violência e fala de uma solução política, mas escolheu o seu campo. O interesse da França para a África Ocidental é histórico, desde o século XV, com a expansão europeia em África, através de políticas de ocupação territorial, domínio político e exploração económica até metade do século XIX. Com a partilha da África na Conferência de Berlim (1885), a França colonizou nove países da África Ocidental, dentre os quais o Senegal.⁷⁸ O Senegal após a sua independência em 1960, passou a ser um dos pilares da presença francesa em África Ocidental e porta de entrada para os países da África subsaariana, onde operam companhias aéreas africanas, europeias e americanas. Embora não disponha de muitos recursos, mas assegura oportunidades de negócios, sendo visível os investimentos franceses em diferentes domínios: económico, político, militar, linguístico, institucional, cultural e migratório. Existem muitas empresas francesas no Senegal que controlam setores chaves de desenvolvimento: Banco, segurança, transporte marítimo, água, telefone, turismo e infraestruturas contribuindo com 15% a 25% do PIB. Senegal é um dos cinco países africanos que mais Ajuda Pública ao Desenvolvimento recebe da França, correspondente a 40% do total da Ajuda estrangeira (Marut, 2010: 213).⁷⁹ Naturalmente uma parte da ajuda financeira da França tem sido utilizada nas crises de Casamansa.

Considerando a localização geográfica do Senegal e sua integração na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) esta entidade é um ator sub-regional natural, embora até à data presente não teve nenhuma intervenção relevante na resolução do conflito de Casamansa, como foram nos conflitos da Libéria, Serra Leoa e Guiné-Bissau, através da mediação e da *Economic Community of West African States Monitoring Group* (ECOMOG) composta por militares dos Estados-membros. Esta ausência da CEDEAO na resolução do conflito de Casamansa, por um lado, possa estar ligada à posição adotada

⁷⁸ Além do Senegal, os países que foram colonizados pela França na África Ocidental são: Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Guiné – Conacri, Mali, Mauritânia, Níger e Togo.

⁷⁹ Os outros quatro países mais ajudados pela França são: Camarões, Costa do Marfim, Congo e Gabão.

pelo Estado senegalês, em não permitir intervenção de organizações sub-regional ou continental na negociação e mediação para não legitimar o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa e por outro lado, por ser considerado um conflito interno de baixa intensidade e sem perturbações ao nível internacional.

O espaço da CEDEAO é de influência de países francófonos com grande influência económico-financeira e política da França, através de suas antigas colónias sobretudo o Senegal e a Costa do Marfim. A influência financeira da França destaca-se pelo mecanismo de integração monetária criado no seio dos países da CEDEAO, designado União Monetária do Oeste Africano (UMOA), com sede em Abidjan, na Costa do Marfim.

A França controla a política financeira de suas antigas colónias na África Ocidental e na África Central através da Comunidade Financeira da África (CFA), celebra os acordos de cooperação priorizando o acesso aos recursos minerais. O Burquina Faso, a Costa do Marfim, o Senegal e o Togo têm acordos com a França nos domínios da Defesa e assistência militar (Adebajo, 2002: 26).

2.4.2. As motivações: étnicas, socioeconómicas e político-religiosas

Os parâmetros dominantes na investigação do conflito de Casamansa não se diferem dos utilizados pelos investigadores de uma maneira geral, para compreenderem outros conflitos armados em África subsaariana, donde se destacam as questões: económicas, étnicas, e religiosas. A etnicidade muitas vezes é utilizada para explicar o conflito, como no caso típico do conflito étnico entre Hutus e Tutsis no Ruanda, em 1994; e se associam aos fatores religiosos de divergência entre cristãos e muçulmanos como é o caso do conflito entre muçulmanos e cristãos no norte da Nigéria. É neste sentido que muitas vezes o conflito de Casamansa é identificado como um conflito que opõe casamansenses Jola aos Wolof; ou ainda, como um conflito que opõe os casamansenses cristãos e animistas aos muçulmanos do norte, principalmente Wolof. Porém como explica Jean- Claude não é um conflito entre a etnia Jola e a Wolof, porque o movimento tem no seu seio outras etnias, como Peul, Mandinga, Manjaco, etc.; e também não é religioso, porque o movimento tem animistas, cristãos e muçulmanos; e os cristãos não são mais separatistas que os outros (Marut, 2010: 28).

O MFDC considera os casamansenses diferentes dos senegaleses de uma maneira geral, porque ao contrário destes, aqueles habitam perto dos meios florestais são corajosos, trabalhadores, honestos e tolerantes (Marut, 2010 35). Ademais, têm história comum de resistência contra à dominação estrangeira, comprovada durante o domínio português depois de 1645 e da colonização francesa após 1886. É neste sentido que Seynabou Male

Cissé, presidente do *Comité Régional de Solidarité des Femmes pour la Paix en Casamance* (CRSFPC/ USOFORAL)⁸⁰, uma ONG que intervém no domínio da paz em Casamansa, disse que “há diferenças do ponto de vista sociológico entre as sociedades casamansenses e senegalesas, porque aquelas não têm tradição de Estado centralizado e Casamansa é diferente do Senegal e essas questões têm influência no conflito.”⁸¹ Mas entende que estas diferenças não devem constituir fundamentos para a guerra, porque destruiu populações e provocou separação de famílias.

Para o Estado senegalês a origem do conflito está na “dimensão nacionalista” do discurso do MFCD, por consequência inadmissível e que tende a prolongar o conflito associada à reivindicação da independência da região de Casamansa. Para preservar a unidade do povo e a integridade territorial do Senegal, o Estado não pode compactuar com discurso populista e divisionista do MFDC que considera ser porta-voz de uma população casamansense distinta do Senegal. Acrescenta ainda, que o MFDC fala de “Casamansa natural” que vai além dos limites atuais da região de Casamansa, compreende a “*grande Casamance*” que vai do Atlântico à Falémé e se estende por todo o sul do país, incluindo as atuais regiões de Ziguinchor, Sédhiou e Kolda que constituíam a região de Casamansa até 1984 e as regiões de Tambacounda e Kédougou.⁸²

Para os Jolas Casamansa significa “*pays des eaux*” (país das águas), cujo território se estende do Atlântico à Falémé, onde eles como primeiros habitantes, com os Banhuns, teriam acolhido posteriormente outros grupos étnicos como os Mandinga e os Peul durante 350 anos de resistência contra os europeus (Marut, 1992: 197). Com estes argumentos históricos os Jolas utilizam fatores étnicos, linguísticos, territoriais e históricos para reivindicarem identidade casamansense.

Jean Marut explica que esta reivindicação é fundada em dois argumentos: etimológico, donde o nome Casamansa vem de *Kasa amou*, que significa em jola, “*ceux du Kasa*” (estes de Kasa) e se aplicam aos habitantes do “*pays des eaux*” (país das águas), que vai do Atlântico à Falémé e em mandinga, Jola significa “*ceux du pays des eaux*” (estes do país das águas); e um outro argumento histórico, segundo o qual a região de Tambacounda fazia parte das entidades políticas casamansenses como o império Peul de Mousa Molo, no final do século 19 (Marut, 2010; Roche, 1985).

A construção de identidade Jola em que a Igreja Católica teve um papel relevante pela utilização de duas estratégias aparentemente contraditórias, contrasta com o

⁸⁰ *Usoforal* em Diola, significa “unimos as mãos”, conforme declarações de Seynabou Male Cissé durante a entrevista no trabalho de campo, em Ziguinchor, no hotel Néma Kadior, a 02/07/2011.

⁸¹ Tradução da autora

⁸² A região de Tambacounda (ex-Senegal oriental) foi dividida em duas regiões: Tambacounda e Kédougou com a reforma administrativa.

wolofocentrismo dos Wolof. Por um lado, a Igreja utilizou sua influência e fez propagar o catolicismo numa sociedade casamansense essencialmente animista e considerar os modelos ocidentais como superiores aos tradicionais locais. O catolicismo como componente religioso da administração colonial teve muitos adeptos nativos, embora a religião tradicional não se sucumbiu mostrando-se muito resistente na conflitualidade entre os missionários e os nacionalistas. Por outro lado, apercebendo-se da ineficácia estratégica, a Igreja Católica fez uma viragem adotando nova estratégia de apoiar a religião tradicional ao invés de combatê-la, sobretudo a partir do Conselho do Vaticano II (1962 – 1965). O então líder espiritual Augustin Senghor entendia que o verdadeiro Jola de Casamansa admite e tolera a coabitação religiosa entre animistas, cristãos e muçulmanos.

A Igreja Católica exerceu uma grande influência ideológica e sociocultural na Baixa Casamansa, pela formação das elites locais nas escolas católicas (em Ziguinchor e Dakar). Por consequência, muitos líderes políticos tradicionais são católicos, como Robert Sagna do Partido Socialista, antigo presidente da Câmara de Ziguinchor, Pascal Manga, antigo presidente do Conselho Regional e Benedict Lambal do Partido Democrático Senegalês, presidente da Câmara Municipal de Oussouye (Marut, 2010).

O MFDC é caracterizado por uma forte conotação étnica, devido a predominância da etnia Jola no movimento e a base da rebelião ser no “país Jola,” o que conduz as partes a problematizarem a questão da etnicidade.

No âmbito dos estudos sociológicos e antropológicos sobre a natureza dos conflitos armados em África, constata-se ênfase à etnicidade. Na verdade o fator étnico interfere bastante na configuração política e nas divergências internas em muitos países africanos independentes. São os exemplos de casos *Action Group* dos Yoruba e *National Convention of National Citizens* dos Igbo, na Nigéria; a longa luta entre dois partidos políticos em Zimbabwe, ZANU (*Zambian African National Union*) de Robert Mugabe e ZAPU (*Zambian African Progress Union*) de Joshua Nkomo foi considerado o reacender de rivalidades tradicionais no plano político, entre dois grupos étnicos dominantes: Shona e Ndebele (Diouf, 1994: 44). Outros teóricos como os antropólogos Bhebe e Ranger, ao analisarem a luta armada de libertação nacional levada a cabo pela ZANU/PF, na antiga Rodésia (Zimbabwe), preferiram analisar as motivações individuais e interesses de grupos subjacentes à mobilização armada (1995) e não os aspetos étnicos (Bhebe e Ranger, 1995). Porém, no conflito de Casamansa os investigadores preferem analisar entre outros, os aspetos étnicos.

Embora o aspeto étnico tenha sido bastante realçado por alguns autores, a verdade é que, analisando os atores, as motivações e a dinâmica do conflito afasta-se a hipótese de ser um conflito étnico por duas razões fundamentais:

1. Os atores diretos em confronto não são dois ou mais grupos étnicos, mas o MFDC composto por vários grupos étnicos e o Governo senegalês;
2. As motivações do conflito não são meramente étnicas conjugam fatores socioeconómicos, políticos e religiosos.

Para melhor compreensão desta argumentação define-se o conflito étnico como “disputa sobre questões económicas, políticas sociais, culturais ou territoriais entre dois ou mais grupos étnicos, sendo que essa disputa não é necessariamente violenta” (Brown, 2001: 211). O termo grupo étnico é utilizado geralmente na literatura antropológica para designar uma população com grande autonomia de reprodução biológica, que partilha valores culturais básicos formando uma unidade e um espaço de comunicação e interação, com uma origem própria que lhe distingue de outras categorias (Amselle e M’Bokolo, 1985: 18).

A violência não é elemento que caracteriza a etnicidade de um conflito, mas essencialmente são as partes beligerantes e as bases sobre as quais se desenvolvem as relações de conflitualidade. As diferenças étnicas só por si, não são suficientes para explicar o conflito porque podem não gerar violência, como muitas sociedades multiétnicas não evoluíram em conflitos, depende de um conjunto de fatores e do contexto político-social que estão na base de mobilização étnica.

As teorias explicativas de conflitos étnicos centram suas análises em três aspetos:

1. Sistémicos – cuja base é a segurança dos grupos étnicos, ou seja, se as autoridades não têm capacidade de garantir a segurança dos grupos étnicos, eles agem em defesa própria;
2. Doméstico – eficácia do Estado em resolver as necessidades dos seus cidadãos e o impacto do nacionalismo e da democracia nas relações interétnicas;
3. Perceção subjetiva – história, lenda, mitos interpretação de eventos, estereótipos e representação do “outro” (Osaghae, 1994).

Os investigadores que realçam apenas o aspeto étnico no conflito de Casamansa, cometem “erro de análise” ao negligenciarem esses outros aspetos da realidade social que se quer transformar, centrando-se apenas na predominância da etnia Jola no MFDC e no discurso identitário étnico. Mas as causas primárias do conflito podem estar relacionadas com a organização da sociedade em vários níveis, em que se identificam os fatores socioeconómicos (pobreza, distribuição de recursos, discriminação) e fatores políticos e

institucionais. Nesta perspetiva de análise o que pode ser entendido como conflito étnico, pode ser um conflito baseado na “*teoria das necessidades humanas*” derivado de governação ou sistemas políticos que não satisfaçam as necessidades reais dos grupos sociais (Burton, 1993).

A extrema pobreza dos casamansenses e a degradação das infraestruturas sociais em contraste com as riquezas naturais da região, associadas à questão de identidade Jola casamansense podem ser qualificadas como causas primárias do conflito. A rebelião surgiu em Casamansa num contexto de crise manifestado pelo acesso aos recursos e conquista de novos espaços pelos autóctones e o MFDC conseguiu mobilizar jovens casamansenses que abandonaram as escolas para aderir ao movimento. As causas da mobilização destes jovens do sexo masculino não estão ligadas a nenhum ritual de demonstração de coragem ou valentia ou da relação recíproca entre militarismo e masculinidades (Higate & Hopton, 2005:434), mas à luta por uma identidade autónoma casamansense e ao descontentamento com a sua posição social e o sistema desigual de distribuição de recursos que privilegie o norte do Senegal. De igual forma, a guerra civil de Serra-Leoa (1991-2002), conseguiu mobilizar jovens marginalizados pela pobreza, desvantagens de natureza educativa e injustiça (Richards, 1996; Fithen & Richards, 2005: 117). Como escreve a investigadora Sílvia Roque “As causas da mobilização dos jovens para grupos violentos estão amplamente estudadas na sociologia e na antropologia, quer urbana, quer das guerras” (Roque, 2012: 15), citando o Banco Mundial a autora explica que as principais razões apontadas para o envolvimento dos jovens na situação de guerra ou de violência urbana são semelhantes: desemprego, procura de segurança e de poder, sentimento de injustiça e vingança.

No caso da rebelião de Casamansa essas causas estão ligadas ao sentimento de injustiça pelas desigualdades económicas e sociais e procura de acesso ao poder. A mobilização dos jovens para os conflitos armados ocorre regularmente nos conflitos armados internos em África. Esta situação aconteceu por exemplo no conflito político- militar na Guiné-Bissau (1998-1999), em que o então Presidente da República, João Bernardo Vieira (Nino Vieira) recrutou jovens da idade compreendida entre 18 aos 35 anos, da etnia Papel designados “aguentas”, que atuaram ao lado das tropas governamentais e estrangeiras do Senegal e da Guiné-Conacri. As razões do envolvimento desses jovens no conflito são consideradas étnicas por um lado, porque o então Presidente Nino Vieira era da etnia Papel e o recrutamento se fez numa base étnica e por outro, procura de ocupação e/ou melhores condições de vida.

No fim do período da Guerra Fria, finais do século XX os conflitos intraestatais mantiveram a um nível estável, e a partir do sistema bipolar aumentaram com as variantes, de luta pelo poder e pelos recursos naturais. Os conflitos nas regiões do Continente africano

são mais violentos e sangrentos que noutras regiões do mundo como na Ásia, América e Europa ou mesmo no Oriente Médio (Gurr *et al*, 2001). O alto nível de violência armada é considerado por alguns autores, como consequência de subdesenvolvimento e extrema pobreza do Continente africano.

Motivações étnicas

As questões étnicas estão ligadas às questões de identidade social no sentido amplo, por isso importa nesta análise fazer uma pequena abordagem sobre a identidade social. Não se trata de estudo sobre a identidade individual, mas das relações que se estabelecem entre grupos sociais e o sentimento de pertença.

A identidade de um indivíduo é ligada ao conhecimento que este indivíduo tem de sua pertença a determinados grupos sociais e o conhecimento do significado emocional e avaliativo que resulta dessa pertença (Mokoukolo *et al*, 2002: 70). No mesmo sentido, Martin define identidade como “sentimento que um indivíduo tem de si mesmo e de sua pertença ao grupo social” (Martin, 1994: 25), esse grupo social de pertença pode ser uma etnia. A identidade é marcada pela diferença e multiplicidade de pertenças, cada pessoa distingue-se da outra pela sua identidade individual e pelo grupo a que pertence e cada grupo social tem a sua identidade. Para o psicólogo social Henry Tajfel “a identidade social é o conceito do indivíduo no qual deriva o seu conhecimento de sua pertença a um grupo ou mais grupos sociais com o valor e o significado emocional ligado a essa pertença.” A diferenciação entre grupos está ligada à ideia de categorização social e comportamentos dos indivíduos num determinado grupo que lhes diferem de outros (Tajfel, 1978, 62-63).

A diferença pode ser construída negativamente por exclusão ou marginalização daqueles indivíduos que são definidos como “outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser considerada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora (Silva *et al*, 2005: 41).

Assim como a identidade social a identidade étnica é marcada pelo sentimento de pertença de um indivíduo a um determinado grupo diferente de outros grupos étnicos. A identidade social étnica não é senão “um sentimento de pertença a um grupo étnico, com uma componente emotiva e valorativa associada, e que apresenta um padrão de comportamento adequado” (Hobsbawm e Ranger, 1983).

A diferenciação étnica no Senegal constitui fonte de diversidade e heterogeneidade, mas ao mesmo tempo pode ser uma construção negativa por exclusão ou marginalização

do grupo étnico, que se sinta económica e socialmente marginalizado, como é o caso da etnia Jola de Casamansa.

Parece justo que os sociólogos admitam que a distinção entre “nós-mesmos”, nosso grupo e todos os outros, os grupos de outros “seja estabelecida dentro e para o conflito” (Cosser, 1982: 21).

O MFDC tem utilizado discurso identitário étnico destacando a sub-representação Jola nos postos de Administração local, o desfavorecimento no acesso aos recursos de Casamansa e historicamente a região de Casamansa é nação Jola (Marut, 2010) e diferentes argumentos são utilizados para explicar a situação. A análise do discurso identitário étnico induz a abordagem sobre a etnicidade, considerando não só o comportamento isolado do grupo étnico, mas o histórico das relações de conflitos entre grupos; a repartição dos recursos; os interesses e as necessidades dos grupos étnicos, bem como a natureza ideológica do poder dominante.

Assim como a identidade social a etnicidade deve ser considerada como uma construção social ou derivada de um processo histórico fundamental ao contexto em que surge e se constrói. O termo etnicidade tem sido utilizado em diferentes sentidos como “manipulação do sentimento étnico com objetivos concretos”, sendo que todo o processo de construção de identidade, normalmente é gerido por atores étnicos e pelos líderes que executam a criação, a manipulação e auto-regulação do sentimento étnico (Hobsbawm e Ranger, 1983). Para alcançar os objetivos propostos por uma determinada etnicidade, reinventa-se o passado, caso seja necessário, para se adaptar aos interesses do presente, como se vê no discurso identitário étnico do MFDC, que para além do desfavorecimento da etnia Jola pelo poder central, alega que os Jolas e Banhuns são os primeiros habitantes de Casamansa.

A etnicidade também pode surgir como resposta à dominação ou imposição de valores culturais estranhos a um determinado grupo étnico, como no passado por força da colonização; e ainda pode ser concebida como relações de poder, de interesses políticos ou materiais (Werbner e Ranger, 1996). Embora grupos distintos pela língua, tradição e folclore já existiam na África pré-colonial, concebidos como grupos étnicos na África colonial e a construção de um tecido social estranho às populações das colónias ter reforçado a consciência étnica (Werbner e Ranger, 1996), o fenómeno da etnicidade não era visível senão no período pós-colonial. Pois é no Estado pós-colonial que as condições de marginalidade económica e social e de acesso ao poder afetando algum grupo social são problematizadas como questões étnicas.

Para Oumar e Boucounta o discurso identitário étnico deve ser levado a sério, não para servir de fundamento à reivindicação separatista pelo MFDC, ou de argumento do Governo senegalês para diabolizar a rebelião caracterizando-a como ato selvagem e de

banditismo, mas para entender as razões da luta pelo acesso aos recursos e ao poder (Diatta, 2008; Diallo, 2009). A repartição desigual dos recursos aos grupos sociais numa sociedade multiétnica pode levar a uma espécie de mobilização do grupo étnico que se sente mais desfavorecido. Neste sentido, o sociólogo e investigador francês, Jean Bayart escreveu: *“Mais la force contemporaine des consciences ethniques provient bien plus de leur réappropriation par les acteurs autochtones dès qu’elles circonscrivent l’allocation des ressources de l’État”*⁸³ (Bayart, 1989: 77).

Sobre a questão de identidade alguns investigadores entendem que se deve ao facto de Ziguinchor ser considerado capital administrativa e económica da região de Casamansa, desde a época colonial; a visibilidade de migrantes Jolas em Dakar e o facto de grande parte de casamansenses ser Jola. Para o MFDC a sub-representação Jola leva a análise da seguinte realidade: a maioria dos separatistas é Jola e a base da rebelião é sobretudo na Baixa Casamansa “país Jola,” o que significa que os elementos de referência são maioritariamente da sociedade Jola, sobre a qual se constrói o discurso casamansense do MFDC, fazendo com que seja um discurso étnico (Darbon, 1985), embora não se pretenda defender a etnicidade.

Os elementos de identificação e de diferenciação étnicas como língua, costumes, danças, folclores, constituem bases para a tomada de consciência e a necessidade de afirmação na luta pela partilha equitativa dos recursos. Não é de desprezar que as questões de natureza económica possam influenciar o comportamento Jola e reforçar a consciência da etnicidade. A extrema pobreza da população entra em contradição com a riqueza da região de Casamansa que beneficia sobretudo o centro de Dakar. O conflito de Casamansa não é étnico por natureza, a etnicidade é utilizada para mobilização do grupo Jola casamansense para a prossecução de interesses materiais objetivos.

As motivações étnicas são identificadas pela predominância de Jolas no MFDC e pelo discurso étnico como fundamento de desigualdades de acesso aos recursos, mas o movimento secessionista de Casamansa é multiétnico, embora os Jolas são considerados maioria. Esta situação é análoga a do movimento secessionista de Caprivi, em que os Mafwe constituem grupo étnico maioritário e na autoproclamada República de Biafra, onde os Igbo eram a maioria. A aglomeração de várias etnias num movimento secessionista tem como consequência a “colaboração entre várias nacionalidades”(Mamdani, 1996).

O MFDC no seu discurso casamansense considera que existem duas tipologias de identidade: nação étnica Jola e nação cidadã casamansense construídas pelo sangue e pelo

⁸³ Tradução da autora. Mas a força contemporânea das consciências étnicas provém bem mais de sua reapropriação pelos atores autóctones desde que circunscrevem alocação dos recursos do Estado.

lugar de nascimento. Estes dois conceitos de nação étnica Jola e de cidadão Jola se confundem com casamansenses, ou seja, entende-se que casamansense é sinónimo de Jola, pelo facto de esta etnia fornecer quase todas as referências para Casamansa. Porém, a nação Jola não constitui nenhuma instituição política autónoma, senão as comunidades que vivem nas aldeias como às outras. A tendência regionalista Jola de Casamansa contrasta com o *wolofocentrismo* Wolof do Senegal; enquanto o Wolof identifica-se como senegalês, o Jola tende a identificar-se como casamansense. A região de Casamansa é constituída por grupos de cidadãos iguais, mas entende-se que uns são mais iguais que outros. Os investigadores sublinham que a construção de identidade casamansense teve ênfase no período colonial com as possessões francesas da costa sul do rio Casamansa, que culminou com assinatura do tratado fronteiriço franco-português (1886). Esta fronteira colonial que separou por um lado grupos étnicos, agrupou por outro lado, grupos diferentes que passaram a partilhar um espaço comum denominado oficialmente Casamansa,⁸⁴ dividida em Alta e Baixa Casamansa, em 1890 (Darbon, 1988). Com esta delimitação a administração colonial francesa do Senegal estendeu-se à Casamansa com estatuto especial ligado diretamente ao Governador francês em São Luís. Os autóctones funcionários formados no norte, organizaram-se em movimento autónomo e regionalista (1949) estruturado para representar a identidade casamansense, que tornou-se mais consistente com a construção de identidade Jola.

Os movimentos de secessão têm adotado normalmente marca identitária étnica, pois na base das reivindicações estão sempre fundamentos étnicos. A etnicidade tem estado subjacente às reivindicações secessionistas e as elites desses movimentos tentam manipular o poder a seu favor (Chabal e Daloz, 1999). Nesta verdade não se enquadram apenas outros movimentos políticos e conflitos armados intraestatais em África, mas o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa.⁸⁵

⁸⁴ Na literatura colonial, depois dos meados do século XIX o termo Casamansa era utilizado para designar as regiões ao bordo do rio.

⁸⁵ Como exemplo, citamos o SPLM (*Sudan People's Liberation Movement*) do conflito armado no Sudão, que opõe o norte - população branca) de predominância árabe e muçulmana, ao sul (população negra) animista ou cristã. Esta guerra sangrenta desde (1983), terminou com a independência do Sul do Sudão, aprovada em (Fevereiro /2011), decorrente do referendo de (Janeiro/2011), conforme estava previsto no Acordo de Paz, assinado entre o Governo e o SPLM (2005), pela mediação dos Estados Unidos da América.

Motivações socioeconómicas

As motivações socioeconómicas do MFDC estão ligadas às questões da terra e a distribuição desigual de riquezas entre o norte e sul do Senegal. Antes do início da rebelião em 1982, houve conflitos relacionados com a distribuição de terrenos pela Administração local de Casamansa aos cidadãos do norte do Senegal.

Margueritte Kenny, presidente da Kabonketoor disse que “o conflito de Casamansa é decorrente de frustração pela má governação, em que os recursos são mal repartidos e a questão da independência de Casamansa não é consensual no seio do MFDC, porque há outros que não a reivindicam.” A região é rica mas a população é pobre e muitas escolas encontram-se atualmente fechadas e esta situação causa revolta dos casamansenses.⁸⁶

A Lei nº 64-46/1964, de 17 de Junho autorizava atribuição de terrenos não registados ou sem títulos de propriedades às pessoas, pelo que, o uso da terra passou a ser adotado como fundamento para atribuição de terrenos.⁸⁷ A aplicação dessa lei pela Administração local à região de Casamansa, a partir de 1970 tem gerado conflitos, as autoridades locais têm sido acusadas de clientelismo, expropriação de terrenos dos autóctones e outorga aos estrangeiros. Os autóctones organizaram-se para impedir o acesso aos recursos de forma prioritária aos nortistas considerados migrantes, como os Toucouleur (Marut, 2010: 85).

O conflito relativo à distribuição de terrenos foi mais acentuado em Ziguinchor, e, segundo alguns investigadores estava ligado à crise económica gerada pelo aumento demográfico da população de 70.000 para 120.000 habitantes. Atualmente Ziguinchor tem 523.840 pessoas, corresponde a 4% do total da população e toda a região de Casamansa (Ziguinchor, Kolda e Sédhiou) tem 1.592.392 habitantes, isto é, 12% do total da população senegalesa.

Segundo António Carreira nas sociedades animistas a apropriação de terra é uma questão de distinção social, caracterizada por algumas diferenças:

1. “Os que aceitam a intromissão dos chefes políticos ou religiosos, como representantes de Deus na divisão das terras e de matas sob o princípio de nunca terem o poder de negar os homens o direito à apropriação, desde que efetuem o pagamento de certo tributo de sangue, sacrificando animais. Para esses a apropriação só pode ser feita com a presença do sacerdote e fica dependente do ritual (...) (Manjacos, Papeis, Brames);

⁸⁶ Declarações de Margueritte Kenny, presidente da associação “Kabonketoor”, durante a entrevista em Ziguinchor, a 02 de Julho de 2011.

⁸⁷ Esta é considerada a primeira grande reforma sobre a terra no Senegal.

2. Os que, reconhecem as terras como pertença de Deus, não aceitam intermediários reais; mas apenas entes imaginários aos quais solicitam autorização para se apropriarem de parcelas indispensáveis à existência da comunidade familiar (Felupes, Baiotes, Balantas);
3. Por último, os que também reputam terras e matas de Deus outorgando este a um certo número de famílias (as Gerações) o poder de as repartir pelos homens (...)" (apud Nóbrega, 2003: 64).

Na segunda hipótese se enquadram os Jolas de Casamansa, em que a conflitualidade sobre apropriação de terras advém da negação de intermediário (Governo) e na terceira se enquadram os clãs nominais, que reconhecendo a pertença de terras à Deus distribuem-nas a um determinado número de famílias dos primeiros ocupantes. Nas sociedades tradicionais a terra como meio principal de produção é considerada sagrada e existe uma estreita ligação homem/terra.

Além da conflitualidade sobre a terra, no início do ano de 1982, também houve incidente em Ziguinchor, entre autóctones e os pescadores do norte impedidos de pescar e nas áreas hoteleiras de Cap Skirring, Club Mediterrâneo e nas proximidades de Cabo Roxo, exploradas por estrangeiros (franceses e outros), os autóctones reclamavam melhor remuneração pela prestação de serviços. Estes argumentos serviram de base para contestação que punha em causa algumas vantagens auferidas pelas autoridades senegalesas aos compatriotas do norte, como atribuição de terrenos semiurbanos ou litorais, direitos de pesca, direitos de exploração das florestas e atribuição de postos de trabalho na Administração. Os descontentes com as desigualdades sociais entre o norte e sul do Senegal, não hesitaram em aderir e apoiar o MFDC, que se posicionara contra o favorecimento dos nortistas em detrimento dos casamansenses, sobretudo nos domínios de atribuição de terrenos, de postos de trabalhos e do direito das pescas.

Neste sentido argumenta Coser: "*Les répartitions inégales des droits et des privilèges peuvent provoquer des sentiments d'hostilité mais ne suscitent pas forcément le conflit*"⁸⁸ (Coser, 1982: 22). Para este autor, o sentimento de hostilidade distingue-se do conflito, porque o conflito advém de ação recíproca entre dois ou mais atores. E neste ponto de vista, se os sentimentos de hostilidades provoquem conflitos, isso depende em parte, da forma como as desigualdades de repartição de riqueza são encaradas pelo grupo. Isto é, se as diferenças são admitidas e não gerarem frustrações, dificilmente haverá conflito, como por

⁸⁸ Tradução da autora. As repartições desiguais dos direitos e dos privilégios podem provocar sentimentos de hostilidade mas não suscitam forçosamente o conflito.

exemplo, no sistema indiano de castas, mas quando não são admitidas podem gerar conflito como o caso de Casamansa.

A reivindicação dos casamansenses pelo acesso aos recursos “*fonciers*” (ligados à terra) é justificada pela alienação de terrenos aos cidadãos do norte em detrimento dos do sul. As diferenças entre as formas legais e tradicionais de gerir os direitos de atribuição de terras têm sido contraditórias gerando conflitos. Por exemplo, as mulheres são excluídas da gestão da terra tradicionalmente, cuja posse é atribuída aos homens, sendo que, em alguns casos estas situações geraram conflitos entre as pessoas, que evoluíram entre as aldeias.

Os conflitos de terra estão presentes no sul do Senegal em Casamansa, concretamente no departamento de Oussouye, considerado como localidade mais conservadora e mais tradicional. Nesta localidade todas as terras foram expropriadas e mesmo as florestas não são de acesso livre das populações (Dieng, 2006). As situações se agravaram quando o conflito de terra opunha os autóctones aos conterrâneos dos centros das cidades ou de cidadãos vindos dos países vizinhos como a Guiné-Bissau, Gâmbia e Guiné-Conacri. Portanto, difícil é dissociar os conflitos de terra das motivações económicas do conflito de Casamansa, porque os conflitos internos e os conflitos de terras, muitas vezes estão extremamente ligados. Um conflito “*foncier*”⁸⁹ pode evoluir num conflito armado, ou um conflito armado pode envolver imediatamente um conflito “*foncier*” (Sow, 2008: 278). O conceito do direito *foncier* pode ser entendido como um conjunto de regras pelas quais a partilha de espaços se realiza de acordo com as modalidades condicionadas pelo modo social de organização. Portanto, é um conjunto de regras jurídicas de organização da terra em relação ao seu uso pelas pessoas, regras essas que devem ser observadas tanto do ponto de vista económico como ecológico e para efeitos de sucessão. A questão do direito *foncier* determina as ligações existentes entre a terra e as pessoas e serve de indicador para avaliar as orientações do poder segundo as modalidades adotadas.

O MFDC considera que as riquezas de Casamansa são pilhadas pelos “senegaleses” que destroem as suas florestas para fazer carvão e vender em Dakar, substituem as suas grandes árvores naturais por importadas, exploram seus recursos e apropriam indevidamente de suas terras. E ainda, os casamansenses pagam impostos, mas não recebem contrapartida e são obrigados a construir escolas (Marut, 2010).

A distribuição desigual dos recursos sociais é um facto gerador de conflitos, sendo de suma importância o direito de acesso à terra na base de igualdade, pois as desigualdades na distribuição da terra produzem efeitos negativos na luta contra a redução da pobreza, ameaçando a segurança alimentar das populações.

⁸⁹ Conflito sobre a terra.

Para a sustentabilidade económica da rebelião os separatistas contam com as suas quotizações e o apoio da população, praticam agricultura produzindo arroz, frutas e outros produtos para a sua subsistência e recebem apoio da diáspora casamansense do MFDC para a realização das atividades políticas.⁹⁰ Os combatentes do MFDC têm a solidariedade das populações e de seus familiares nas diferentes vilas.

As motivações socioeconómicas não se restringem ao MFDC, mas o Estado senegalês através do Governo tem interesse económico e social na exploração dos recursos florestais, pesqueiros e das potencialidades agrícolas e turísticas de Casamansa. A região de Casamansa assegura 50% da produção do arroz consumido no Senegal e o turismo é uma das principais fontes de receita estatal, cuja contribuição principal é de Casamansa. Portanto, o Governo senegalês não pode ficar alheio ao controlo e exploração dos recursos naturais de Casamansa, uma região pilar do desenvolvimento económico e social.

Motivações político-religiosas

A questão religiosa caracterizada pela divergência entre muçulmanos do norte - Wolof, economicamente mais poderosos e os animistas e cristãos do sul mais desfavorecidos - Jola é um outro elemento que se associa a natureza étnica e regionalista do conflito. As desigualdades económicas entre as populações do norte e sul traduzidas no campo religioso como diferenciação entre muçulmanos, animistas e cristãos constituem um dos fundamentos do conflito.

A Baixa Casamansa é caracterizada pela diversidade religiosa: muçulmanos, grande número de cristãos e crenças jolas, mas observa-se ausência de líderes muçulmanos influentes, fato que se deve a tardia e incompleta islamização desta região (Diouf, 1994: 202). Os *marabouts* da Baixa Casamansa têm autoridade sociopolítica limitada como a dos líderes religiosos católicos e tradicionais do norte do Senegal, que segundo o censo senegalês de 1988, constituem 25% da população.

O islão praticado pelos muçulmanos Jola é diferente do praticado pelos *talibés* (discípulos), do norte onde os *marabouts* (líderes religiosos) têm maior poder económico e socio-religioso (Foucher, 2003a: 14; Copans, 1980; Coulon, 1981).

⁹⁰ Esclarecimentos do jornalista Ibrahima Gassama, em entrevista concedida em Ziguinchor, a 02/07/2011.

As redes de influência das confrarias sobretudo dos *mourides* e da religião islâmica do norte etnicamente Wolof ignoravam outras formas de organização e de poder no território senegalês (Copans, 1980). Essas confrarias concentravam nas zonas mais islamizadas do norte, mais do que nas islamizadas de Casamansa (Moreau, 1990: 166-206).

Nos tempos dos Presidentes Léopold Sédhar Senghor e de Abdou Diouf, bem como nos anos 90, as relações entre o Estado senegalês e as estruturas político-religiosas muçulmanas têm sido dominadas pela representação da *confraria muçulmana dos mourides* (Dias, 2000: 47), que é um poder político-religioso maioritariamente Wolof. O autor afirma que na análise das relações entre o Estado e as estruturas políticas ditas tradicionais transmite-se a seguinte ideia:

(...) o dignitário político-religioso muçulmano se desdobra em duas personagens complementares entre si. Isto é, o dignitário político-religioso muçulmano é, simultaneamente um “patrão” que tem “dependentes clientes” sob o seu controlo e um “cliente” do Estado.

Estas estruturas político-religiosas muçulmanas têm forte conotação étnica, o que evidentemente incomoda os grupos étnicos que não se sentem aí representados como é o caso dos Jolas de Casamansa. A disputa entre os dignitários do Islão “tradicional” dos *marabouts* das aldeias e das confrarias dominantes em várias localidades da Senegâmbia e do Senegal em particular, e os representantes dos movimentos reformadores “arabizantes” iniciou nos anos 80 (Dias, 2001: 34). As diferenças religiosas poderiam não ser necessariamente conflituosas, desde que dissociadas das disputas económicas e políticas e a religião não constituísse um dos elementos de identidades étnicas (Santos, 2011: 35).

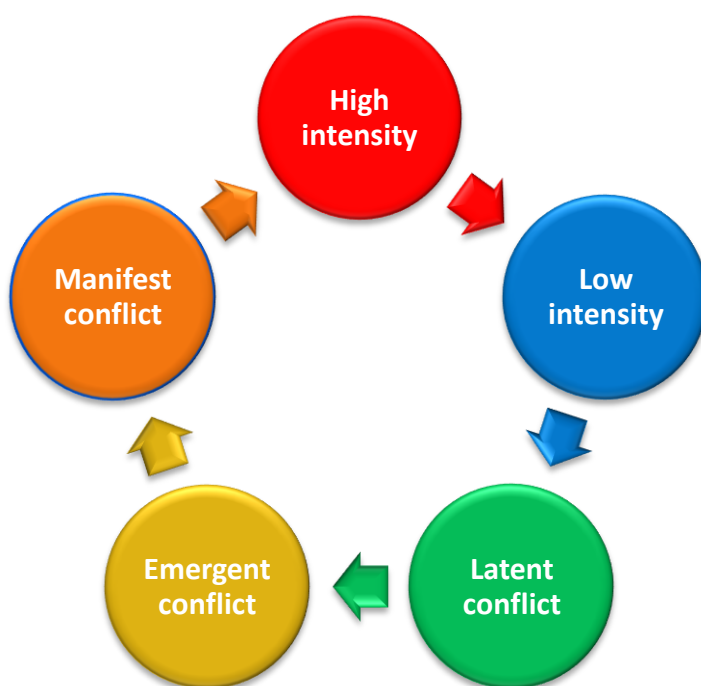
No contexto da Senegâmbia (Senegal, Gâmbia e Guiné-Bissau) existem confrarias que desempenharam um papel histórico importante no poder do Islão, contudo potencialmente têm menor ou maior grau de influência. Em Casamansa e na Gâmbia o seu papel e influências não são de grande notoriedade, diferentemente do que ocorre em outros departamentos do Senegal, ao norte da fronteira com a Gâmbia e na Guiné-Bissau, onde as ligações às diversas confrarias têm mais a ver com o passado e não propriamente com o papel presente (Dias, 2001: 27- 51).

As motivações do conflito são variadas, não se esgotam na identidade étnica como pretendem algumas investigações no contexto da Senegâmbia, que preocupam mais com análise dos aspetos étnicos ou desigualdades sociais que nem sempre evoluem num conflito.

2.5. Ciclo do conflito de Casamansa

Pretende-se com este ciclo identificar o conflito por fases de acordo com o grau de organização e intensidade esquematizado na figura (2.7).

Figura 2.7: Ciclo do conflito



Fonte: Adaptação do modelo (Moore, 1986).

Este ciclo do conflito é uma demonstração das fases do conflito de Casamansa e os níveis de sua intensidade ao longo dos 30 anos. O conflito interfere em todos os domínios das relações humanas e sociais manifestando-se em atos de violência, acordos, violações e desacordos como se descreve:

1. *Latent conflict* (Conflito latente) é caracterizado por tensões subjacentes, cujas causas não estão totalmente desenvolvidas e por isso o conflito ainda não é altamente polarizado (Moore, 1986: 16). As diferenças e os interesses divergentes das partes podem permanecer ocultos em relação ao público durante muito tempo. Alguns factos empíricos de natureza económica foram motivos de tensões entre o MFDC e o Governo senegalês indiciando um conflito latente. O MFDC acusou o Governo senegalês de ter marginalizado a região de Casamansa dos benefícios económicos, facto demonstrado pela expropriação de terrenos semiurbanos ou litorais, outorga de direitos da pesca e de exploração das florestas e atribuições de

postos administrativos aos compatriotas do norte do Senegal, em prejuízo do sul. Com estes argumentos o MFDC conseguiu mobilizar parcialmente a juventude casamansense que abandonou os estudos e aderiu ao movimento. Esta era a fase do conflito latente derivado do sentimento de discriminação, a intenção secessionista do MFDC ainda não estava revelada;

2. *Emergent conflict* (Conflito emergente) - As partes são identificadas, elas reconhecem a divergência e os problemas são claros, mas não há negociação ou processo para a sua resolução (Moore, 1986). As tensões entre as partes não atingiram o limiar da violência, contudo pode haver viragem onde o uso da força torna-se cada vez mais provável (HIIK, 2002). A primeira manifestação organizada pelo MFDC em Ziguinchor (1982), reivindicando a independência de Casamansa foi um argumento político demonstrativo de um conflito emergente, em que as partes foram identificadas (Estado e o movimento separatista) reconheceram o litígio e os problemas existentes, contudo não se envolveram em negociações para a solução da crise, mas a divergência manteve-se criando tensões derivadas de resposta violenta das Forças governamentais. A segunda manifestação organizada em Ziguinchor em 1983, teve maior número de participantes, houve intervenção das forças de “*Gendarmerie*” senegalesas e dos confrontos com os elementos armados do MFDC resultaram mortos para as duas partes. A violência da resposta estatal deve-se ao facto do Governo entender que a sua autoridade política e soberania foram desafiadas internamente por grupos de cidadãos. Mas o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa entendeu que se trata de um conflito entre duas sociedades distintas: casamansenses na sua maioria Jola e senegaleses, na sua maioria Wolof, obrigados a coabitar no mesmo espaço territorial sob as ordens de um único Governo da República do Senegal (Beck e Foucher, 2009: 98);
3. *Manifest conflict* (Conflito manifesto) – Esta fase caracteriza-se quando após os confrontos as partes envolvidas no conflito em curso iniciaram a negociação, mas o impasse mantém-se (Moore, 1986). Após vários confrontos armados as partes beligerantes iniciaram as negociações em 1990, das quais não resultaram acordo e manteve-se o impasse pela inflexibilidade das partes. O conflito tornou-se altamente polarizado e as partes convidaram uma terceira parte (Guiné-Bissau) a intervir para ajudar a encontrar solução pacífica;
4. *High intensity* (Alta intensidade) é um estado de alta tensão entre as partes caracterizado por ameaças de uso de força ou confrontos armados. Os vários

confrontos entre as Forças Armadas senegalesas e os guerrilheiros, assim como as emboscadas de ambos os lados em diferentes momentos e em várias localidades identificadas, demonstram graves crises caracterizando alta intensidade do conflito. A secessão, a luta pelo acesso aos recursos e afirmação de identidade (cultural, étnica e religiosa) pelo MFDC, a preservação de identidade nacional senegalesa e integridade territorial defendida pelo Governo senegalês são fatores endógenos determinantes na relação de conflitualidade entre as partes;

5. *Low intensity* (Baixa intensidade) é caracterizada pela acalmia, ausência de confrontos armados entre as partes. Verifica-se normalmente durante a negociação ou mediação com assinaturas de “acordos de cessar-fogo” ou de paz. É um período que não é de “guerra mas também não é de paz”, é de uma relativa acalmia. O conflito de Casamansa é caracterizado de baixa intensidade *low intensity*, com confrontos armados esporádicos e em 33 anos (1982-2015) as vítimas mortais não ascendem a 6.000 pessoas. Verifica-se menos mortífero que outros conflitos armados em África. O ciclo do conflito é dividido em cinco fases, em que os atores envolvidos (Governo e MFDC) manifestam de diferentes formas as divergências através de interação estratégica de dinâmicas de guerra e paz.

O conflito de Casamansa embora tenha efeitos desestabilizadores interno e transfronteiriço, não tem o risco de pôr em causa os equilíbrios internacionais. Enquadra a categoria de conflitos internos designados pelos “geopolíticos” de *novos conflitos* que não têm riscos de pôr em causa os equilíbrios internacionais e por isso são considerados conflitos de *baixa intensidade*, ainda que sejam mortíferos ou possam desestabilizar as regiões (Moati, 2004: 19). São conflitos atípicos pela sua durabilidade, muitas vezes qualificados como intermináveis, porque podem durar muitas dezenas de anos.

Este conceito de *novos conflitos* mereceu uma abordagem diferente ao nível internacional, a partir de 2001, com os ataques terroristas de 11 de Setembro que derrubaram as “Torres Gêmeas” do *World Trade Center*, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.⁹¹ Estes tipos de conflitos nos Estados frágeis onde os grupos dos rebeldes têm normalmente ligações com organizações terroristas, beneficiando de financiamentos e armamentos, os efeitos transfronteiriços tendem a ser mais significativos e são considerados ameaça à paz e à segurança internacionais. Estado frágil é aquele em

⁹¹ Esses ataques ou atentados terroristas foram organizados pela Organização Fundamentalista Islâmica denominada “Al-Qaeda.”

que as instituições são incapazes de responder de forma adequada os diversos choques e problemáticas sociais.

Na África subsaariana, nomeadamente em Angola, em 27 anos de conflito (1975-1992) entre o MPLA e a UNITA para o controlo do poder e acesso aos recursos (petróleo e diamante) estima-se 500.000 vítimas mortais; Libéria durante os 14 anos de conflito armado (1989-2003) foram cerca de 150.000 o número de vítimas mortais; Serra Leoa, durante 3 anos (1997-2000), foram 75.000 vítimas mortais e Ruanda no conflito entre grupos étnicos Tutsi e Utus (1994), só em três meses foram mais de 800 mil as vítimas mortais (Marut, 2010: 26). Estes conflitos eram de alta intensidade, bastante violentos, diferente do conflito de Casamansa.

2.6. Dimensões transfronteiriças do conflito

Na sub-região do Oeste Africano a Guiné-Bissau e a Gâmbia pelas ligações étnicas “Felupe-Jola” e aproximação geográfica de suas fronteiras com o Senegal sofrem as consequências do conflito nos seus territórios. Os Jolas encontram-se nos três países da Senegâmbia meridional: Senegal, Guiné-Bissau e Gâmbia caracterizada pela grande mobilidade das populações. Esta mobilidade já tinha uma explicação histórica porque o reino de Gabu entre os séculos XIII e XIX abrangia os territórios dos três países e do Fouladou estruturado em Média e Alta Casamansa, constituíam duas principais entidades políticas anteriores à colonização (Abdoul *et al*, 2007: 55-56). A mobilidade das populações destes países continuou durante e após à colonização tanto para relações familiares como comerciais.

Durante a luta armada de libertação da Guiné e Cabo-Verde estima-se nos 70, que mais de 70.000 guineenses entre as etnias Balanta, Manjaco, Mancanha refugiaram na região de Casamansa e muitos desses refugiados e casamansenses combateram ao lado dos guerrilheiros do PAIGC, assim como alguns gambianos. Após a independência muitos guineenses regressaram e outros continuaram em Casamansa, principalmente em Ziguinchor e alguns guerrilheiros de origem estrangeira, adquiriram a nacionalidade guineense, como foi o caso do General Ansumane Mané, então Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas da Guiné-Bissau, guineense de origem gambiana.⁹²

Com início do conflito em Casamansa em 1982, muitos casamansenses de origem guineense regressaram para Guiné-Bissau e perderam por consequência seus bens, outros

⁹² Ansumane Mané foi chefe da rebelião contra o então Presidente João Bernardo Vieira e o seu Governo (1998-1999).

ainda procuraram refúgios na Gâmbia. Segundo os dados oficiais divulgados o número de refugiados repartidos entre Guiné-Bissau e Gâmbia até 1997 era 17. 000, mas esse número não permaneceu estável tem aumentado com o evoluir do conflito. As pessoas abandonaram suas aldeias sobretudo as que se encontram ao longo da fronteira com a Guiné-Bissau; por consequência, 20 aldeias de Casamansa encontravam-se desabitadas entre as quais: Bissine Diola, Bissini Banhune, Bilasse, Marcunda, Turakunda, Sanquere e Diola (Marut, 2001: 15). Se a paz voltar a ser uma realidade muitas pessoas deslocadas poderão regressar à Casamansa, dando continuidade às suas atividades produtivas. Este conflito tem causado prejuízos aos casamansenses e às populações guineenses do Norte, residentes próximas às zonas fronteiriças, reduziu a dinâmica turística que ficou delimitada entre as praias de Cap Skirring e a praia de Varela, no norte da Guiné-Bissau.

A vulnerabilidade das fronteiras entre o sul do Senegal e o norte da Guiné-Bissau tem facilitado a implantação dos rebeldes do MFDC nas zonas florestais ao longo da fronteira da Guiné-Bissau. Nessas condições o território guineense funciona como base de retaguarda, o que significa arrastá-lo para um conflito alheio.⁹³

A facção do MFDC liderada por Salif Sadio refugiou-se na Guiné-Bissau, instalando as bases na *Barraca Mandioca*,⁹⁴ mas numa operação militar designada “Limpeza” as Forças Armadas guineenses expulsaram os guerrilheiros do MFDC e suas bases do território guineense.⁹⁵ Esta operação foi organizada pelo então Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, Tagme Na Waie, com apoio do Presidente Nino Vieira, contou com 600 militares guineenses sob o comando operacional do coronel António N’Jai e uma centena de guerrilheiros da facção de César Badiate e de Magne Diémé (Marut, 2010: 292-293).

Ao procederem assim, as Forças Armadas guineenses cumpriram a sua obrigação, constitucional de defender a integridade territorial. A Guiné-Bissau não deve permitir que o MFDC e as suas facções utilizem o território guineense para ofensivas contra o Estado senegalês, porque também seria violação do artigo 1º do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança e Defesa, assinado entre o Senegal e a Guiné-Bissau, que dispõe que nenhum destes Estados deve permitir que o seu território seja utilizado para preparar ou executar ações subversivas contra outro Estado ou que ponham em causa a sua Segurança ou Defesa. Caso as autoridades guineenses não tivessem

⁹³ Mas os dirigentes do MFDC sempre desmentiram a sua implantação no território guineense.

⁹⁴ *Barraca Mandioca* está situada à leste de M’Pack, linha de fronteira que divide o território da Guiné-Bissau do Senegal.

⁹⁵ Zacarias Goubiaby, tenente do comandante Salif Sadio disse: “os rebeldes não vão deixar ser capturados como galinhas. “Vamos combater como leões,” mas acabaram por ser retirados do território guineense.

reagido essa omissão caracterizaria “ilicitude internacional”, pela proteção ainda que implícita ao referido movimento armado. Pois o direito internacional não protege o *jus ad bellum* (direito de guerra) e a Guiné-Bissau não deveria proceder no sentido contrário, porque o Senegal poderia entender isso, como uma ingerência nos seus assuntos internos, o que poderia abalar as relações político-diplomáticas entre os dois países.

A utilização de uma parcela territorial da Guiné-Bissau pela facção do MFDC liderada por Salif Sadio não foi mero incidente, tinha como fim desenvolver ações subversivas ou ofensivas militares contra o Governo do Senegal, com o qual recusou assinar o acordo de paz, em Dezembro de 2004. Portanto, a expulsão do território guineense era a medida mais adequada.

A questão de movimentação das pessoas nas zonas transfronteiriças entre alguns Estados vizinhos em África tem implicado os territórios e as etnias, porque a dinâmica e a circulação dos grupos étnicos divididos por fronteiras “políticas ou artificiais” tornaram flexíveis ou “permeáveis” as fronteiras. Neste sentido, Döpcke cita como exemplos: Malawi, Moçambique e Zâmbia, onde as fronteiras oficiais separaram espaços culturais das etnias Chewa e Ngoni, mas as populações se movimentavam livremente nas zonas fronteiriças aproveitando os benefícios que cada um dos Estados possuía. O autor esclarece que os zambianos atravessavam a fronteira para se aproveitar das boas e abundantes terras moçambicanas; enquanto os moçambicanos e os malawis mudavam os seus filhos para às escolas zambianas consideradas melhores e utilizavam os serviços médicos gratuitos no lado da fronteira da Zâmbia, porque em Malawi não são gratuitos e no lado da fronteira de Moçambique não existe hospital (Döpcke, 1999: 95). Portanto, ao contrário da posição defendida por alguns investigadores, de que as fronteiras artificiais constituem obstáculos às migrações e aos movimentos das populações africanas, estas fronteiras têm permitido deslocamentos de pessoas em grande escala nas zonas fronteiriças. No período pós-colonial com a criação pelos Estados africanos de organismos sub-regionais de integração económica aumentou a circulação das pessoas para além das fronteiras nacionais.

No espaço da CEDEAO um dos veículos da integração regional é a livre circulação de pessoas e das mercadorias dos Estados-membros sustentada pela eliminação formal de vistos aos cidadãos comunitários, o que permite elasticidade das fronteiras nacionais, cuja utilização deve conformar-se aos objetivos da CEDEAO e a Guiné-Bissau como Estado-membro tem garantido esta liberdade de circulação aos cidadãos desta comunidade.

Cabe aos Estados-membros o uso de mecanismos de controlo interno, por forma a evitar que os seus territórios e fronteiras sejam utilizados para fins contrários à integração regional como o banditismo e o crime organizado. No espaço envolvente da Guiné-Bissau, a francofonia se sobrepõe à anglofonia e à lusofonia e neste sentido, o Professor e investigador, Álvaro Nóbrega faz a seguinte indagação: (...) “a questão que se coloca é a de

saber, comparativamente com os outros Estados que a envolvem, quais as reais possibilidades da Guiné-Bissau sobreviver como unidade política autónoma face ao processo de integração de que está a ser alvo” (Nóbrega, 2003: 41- 42). Esta preocupação é cada vez mais presente para os cidadãos guineenses, na medida em que, com a desorganização administrativa e a fragilidade das instituições não estão garantidos mecanismos eficazes de controlo.

A Guiné-Bissau é igualmente membro da Organização Internacional da Francofonia (OIF), formada pela influência da França (20/03/1970), sob o princípio comum da língua francesa e partilha de valores culturais comuns. Mas a sua evolução e a composição de seus membros demonstram que não se limita apenas a um idioma comum, mas a partilha dos valores linguísticos franceses e aceitação da diversidade linguística e cultural. Embora integrado na sub-região, a Guiné-Bissau conseguiu manter a sua identidade cultural com características da lusofonia e predominância do animismo no espaço francófono islamizado. Porém, há uma tendência à miscigenação cultural, que se verifica pelo fluxo de migrações e pelo crescente número de guineenses falantes da língua francesa facilitada pelas trocas comerciais e intercâmbio cultural regional.

Na verdade a localização geográfica da Guiné-Bissau, na África Ocidental de domínio francófono, associada ao processo de sua integração regional, consubstanciadas nas organizações como: a CEDEAO, a UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano) com sede em Burquina Faso e a UMOA (União Monetária do Oeste Africano), tendem a aproximá-la cada vez mais da francofonia e pode vir a perder algumas características de entidade cultural lusófona num futuro próximo. Por outro lado, o espaço limítrofe guineense cercado pelos seus vizinhos Senegal e Guiné-Conacri coloca-lhe na dependência de relacionamento transfronteiriço saudável com estes dois países, com os quais tem saídas terrestres (norte, leste e sul) para desenvolver as atividades comerciais no espaço sub-regional. Alguns incidentes no passado, entre as populações das zonas fronteiriças no sul do Senegal e no norte da Guiné-Bissau, levaram o Senegal a fechar a sua fronteira terrestre que permite a livre circulação de bens e de mercadorias entre os dois países. Esta situação teve impacto negativo no abastecimento do mercado interno guineense em combustível e alguns géneros alimentícios importados do Senegal e de outros países vizinhos. Muitas mercadorias comercializadas no mercado guineense são importadas do Senegal, Gâmbia e Guiné-Conacri e transportadas via terrestre; existe uma interdependência de comunicação entre Senegal e Guiné-Bissau para o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países que se estendem aos demais países da sub-região, senão as saídas se limitam pelo leste e sul próximos à fronteira com a Guiné-Conacri. A Guiné-Bissau é um pequeno país, tendo em conta a sua “massa crítica” (território e população) e possui todas as condições que tendem a um Estado exíguo:

Os pequenos Estados tendem para exíguos, isto é, sem capacidade de assegurarem autonomamente a realização das finalidades para as quais o Estado foi inventado, e a soberania deixa, para grandes e pequenos, de ser o poder integrado do passado, avaliado relativamente numa balança de poderes (Moreira, 2009: 198).

A extensão do conflito de Casamansa próxima à zona fronteiriça do norte da Guiné-Bissau é uma das causas de violação da fronteira, tanto pelo MFDC como pelo Governo senegalês. O Estado da Guiné-Bissau tem encontrado dificuldades em fazer valer o princípio da inviolabilidade das fronteiras nacionais, um dos elementos fundamentais da soberania nacional dos Estados, situação que em geopolítica, segundo Políbio Almeida caracteriza um Estado Exíguo: “Dispõe de todas as funções de soberania, mas tem dificuldade em manter algumas delas e em salvaguardar a sua independência” (Almeida, 1994: 17).

Os dirigentes do MFDC sempre defenderam que as violações da fronteira da Guiné-Bissau têm sido meros incidentes, não visam implicar este país no conflito de Casamansa, porque não querem arranjar problemas aos seus irmãos guineenses (Marut, 1996: 84). Porém, este discurso contradiz o comportamento atual dos rebeldes do MFDC, que após 1999, têm violado sistematicamente a fronteira no norte da Guiné-Bissau.

Nos dias 22-23 de Novembro de 2014, uma comitiva governamental chefiada pelo então Ministro da Administração Interna, Botche Candé, encontrava-se de visita à zona norte, concretamente em Farim, foi intercetada por um grupo de rebeldes, cerca de 50 homens armados, pertencentes a uma das fações do MFDC, que atua na Secção de Djumbembé, entre as *tabancas* de Sintchã Aladje e Sintchã Béle, próximas à fronteira norte com o Senegal. Este local foi antiga base militar do PAIGC, designado *Herman Cono* (*Ermancono*) durante a luta armada de libertação da Guiné.⁹⁶

A comitiva governamental integrava elementos de segurança do então Ministro, oficiais paramilitares e da Guarda Nacional. Após discussões com os rebeldes a comitiva governamental interrompeu a visita e foi à cidade de Farim, para onde os rebeldes também se deslocaram posteriormente para uma reunião com o Ministro e sua comitiva. Os rebeldes

⁹⁶ Declarações do jornalista Allen Yero Embaló, em Dezembro de 2014, por solicitação da autora, via eletrónica, para alguns esclarecimentos sobre o incidente em Farim, entre os rebeldes do MFDC e a comitiva governamental chefiada pelo então Ministro da Administração Interna, Botche Candé, em Novembro de 2014. Segundo Allen os rebeldes estão instalados no “*No man land*” (Zona de tampão) entre os pilares 111 e 118 na Secção de Djumbembé, desde 1998. *Man land* ou *Buffer zone* é o espaço entre as fronteiras de dois Estados, e tem uma dimensão de 1.000m de largura. No direito internacional, o território de um país começa 500m depois do pilar da demarcação da fronteira. Assim sendo, tanto a Guiné-Bissau como o Senegal devem deixar um espaço livre de 500m, após os pilares.

disseram que “a zona onde a comitiva governamental foi interceptada pertence o território senegalês” e estavam aí por questão de segurança em cumprimento das ordens do chefe Pierre Diédhiou, que não foi avisado da visita do então Ministro guineense.⁹⁷ A reunião da comitiva governamental com os rebeldes do MFDC no território guineense criou um mal-estar político-diplomático e teve como consequência imediata a demissão do Ministro da Administração Interna, Botche Candé.

A ocupação de uma parcela do território guineense pelos rebeldes é demonstrativo de um *conflito latente* entre o MFDC e o Estado guineense. Os interesses subjacentes às operações dos rebeldes do MFDC nessas *tabancas* guineenses próximas à fronteira ao norte com o Senegal, não estão clarificados, razão pela qual, o conflito ainda não é polarizado. Embora a zona em questão seja de difícil acesso, não deve ser considerada *periferia fronteiriça* sem controlo, mas deve ser patrulhada regularmente por militares guineenses, para evitar violação da integridade territorial seja pelo MFDC, ou por qualquer outro grupo estranho para atividades ilícitas.

Farim é uma zona norte de grande mobilidade decorrente do comércio transfronteiriço com os países vizinhos e do ponto de vista estratégico possui recursos minerais (fosfato) que está sendo explorado pelo Estado e outros ainda por explorar.

A tipologia das fronteiras da região da África Ocidental, conforme John Igue, criou espaços que de acordo com as leis do território nacional permitem considerá-los como “*périphéries frontalières*” ou seja, fronteiras nacionais periféricas (Igue, 1995: 58), são verdadeiros enclaves que pelo seu papel económico e social são necessários aos Estados limítrofes. A noção de fronteira nacional neste sentido, implica a existência de um espaço económico autónomo que se liga a dois ou mais Estados, cujo funcionamento se baseia em contrastes geográficos. Igue entende que esta autonomia do espaço económico é caracterizada excecionalmente pela solidariedade étnica das populações separadas por fronteiras coloniais, donde a consciência da origem comum e afinidades culturais permitem a existência de redes de trocas, capazes de ultrapassar as dificuldades ligadas às transações comerciais transfronteiriças. Existem outras regiões fronteiriças designadas “*périphéries nationales*” (fronteiras nacionais) são por exemplo, as desenvolvidas entre a Gâmbia e o Senegal, entre a Nigéria e seus vizinhos Níger e Chade.

⁹⁷ Declarações do jornalista Allen Yero Embaló, em Dezembro de 2014.

2.6.1. Consequências do conflito no Setor de São Domingos

O conflito tem tido impacto negativo na vida da população de São Domingos não só na redução significativa e livre de suas atividades produtivas e comerciais, provocadas por perturbações fronteiriças, mas na liberdade de circulação das pessoas.

O setor de São Domingos fica a 25 Km de Ziguinchor, capital de Casamansa, tem uma superfície de 1.035Km², faz parte dos 7 Setores que formam a região de Cacheu: Bigene, Bula, Cacheu, Caió, Canchungo, Ingoré e São Domingos.

A agricultura de subsistência é a principal atividade no setor de São Domingos, com incidência nas produções do arroz, milho, mandioca, batata-doce e outros. A horticultura, a fruticultura, a fumagem e secagem de peixe e camarão, são outras importantes atividades desenvolvidas pelas mulheres. Estas atividades produtivas associadas a pesca artesanal, ao corte e transporte de palha (capim) para cobertura de habitações sustentam o comércio informal setorial. A cultura do caju é praticada de uma maneira geral pela população como nas demais regiões e setores sobretudo do norte do País.

Os confrontos armados entre as Forças Armadas senegalesas e os guerrilheiros do MFDC no norte da fronteira da Guiné-Bissau, têm sistematicamente provocado quebra da produtividade hortícola local.

Em Março de 2006 os elementos do MFDC lançaram ataque no setor de São Domingos, colocaram minas nas estradas que ligam São Domingos à Susana e Varela, no norte da Guiné-Bissau. E por algum tempo, essas localidades ficaram isoladas e intransitáveis por ordem das autoridades guineenses, posto que dias antes, uma mina explodiu e provocou a morte de doze pessoas. Por outro lado, os atos de violência praticados pelos rebeldes do MFDC no setor de São Domingos delimitam e inibem os habitantes da livre circulação, conforme esclareceu Ana Maria Ferreira Duarte, presidente da Associação de Amizade de São Domingos.⁹⁸

Em São Domingos, muitas mulheres foram vítimas de violência e abuso sexual praticados por elementos do MFDC, e algumas tiveram necessidade de receber tratamento médico no hospital. As mulheres deslocam-se normalmente para fazerem compras em Ziguinchor, mas os rebeldes roubam-nas as compras e as joias pessoais e às vezes conduzem-nas para as matas onde habitam os guerrilheiros, deixando-as à

⁹⁸ Ana Maria Ferreira Duarte foi uma das entrevistadas durante o trabalho de campo na Guiné-Bissau.

própria sorte. Por estas razões, as mulheres em São Domingos não têm a liberdade de circulação à noite.⁹⁹

Muitos atos de violência resultaram em mortes de pessoas, mas a ausência de dados estatísticos locais impossibilitam a quantificação de vítimas mortais, embora entre homens e mulheres tem-se a percepção que as principais vítimas têm sido as mulheres.

Além do impacto negativo da violência transfronteiriça do conflito de Casamansa, o setor de São Domingos foi o que mais recebeu refugiados casamansenses desde o início do conflito a esta parte. Muitos refugiados foram acolhidos pelas famílias guineenses porque não havia campo de refugiados como acontece em situações de conflitos noutras regiões do mundo. Por exemplo, durante o genocídio de Ruanda foi criado um campo de refugiados no leste da República Democrática do Congo.

No domínio alimentar e social os refugiados têm recebido apoios dos organismos do Sistema das Nações Unidas como: UNHCR, PAM, UNFPA, OCHA e das ONGs nacionais e internacionais NADEL, AD, OXFAM América e OXFAM NOVIB e Missão Católica, Congai/Action. Esses apoios foram orientados para organização e prática de atividades rentáveis das famílias refugiadas e construção de escolas para os seus filhos.¹⁰⁰ A assistência humanitária aos refugiados envolveu outras organizações fora do Sistema das Nações Unidas, como a CEDEAO, a PLAN Internacional e a ADRA.

2.6.2. Tráficos transfronteiriços

A guerra tem favorecido o desenvolvimento de tráficos transfronteiros que escapam a fiscalização das autoridades e contam com a participação de vários atores entre os rebeldes e não rebeldes que lutam pelo controlo dessas atividades. Houve explosão de produção de canábis, sobretudo no departamento de Bignona, setor de Diouloulou, sustentando o tráfico para Dakar e Gâmbia de acordo com o relatório do Observatório Geopolítico das Drogas (1994). Consta igualmente, que as mercadorias que circulam no mercado gambiano sem tributação são contrabandeadas para os países vizinhos, em particular, para o Senegal, têm facilitado o tráfico de cocaína para Casamansa.

⁹⁹ Declarações de Ana Maria F. Duarte em entrevista realizada durante o trabalho de campo, em São Domingos, a 01 de Julho de 2011.

¹⁰⁰ Fonte: OCHA e as organizações de ajuda humanitária.

Os rebeldes asseguram a sua autossustentação (alimentos e medicamentos) através de exploração dos recursos da região. Em Balantacounda, a castanha de caju é a principal fonte de subsistência; em Bignona, a colheita de castanha de caju tem sido dominada pelos rebeldes em prejuízo da população local; e em muitas vilas tem-se registado incidentes entre os guerrilheiros e os militares para o controlo da colheita da castanha de caju. A exploração e o contrabando da madeira e de canábis também são outras fontes de rendimento (Marut, 2010: 52). Mas as drogas (canábis e yamba) já eram produzidas em Bignona antes do início da rebelião, porque em 1980, as forças de ordem já haviam apreendido algumas toneladas de canábis e em 1996 apreenderam em Diouloulou 300 toneladas.¹⁰¹ Além do contrabando de mercadorias o roubo de bois e das mercadorias às populações assumiram grandes proporções na zona fronteiriça entre Salquenhé, Balantacounda e Ziguinchor.

O prolongamento do conflito é sustentado por tráficos promovidos pelos atores internos ao movimento, que segundo Marut, têm contribuído para a compra de armas de baixo custo nesta região do Oeste Africano e sua proliferação (Marut, 2001: 15) e pelo contrabando de produtos locais e animais, castanha de caju e bois para a Gâmbia e Guiné-Bissau. Outras fontes de financiamento têm sido ajudas da comunidade Jola e donativos dados aos refugiados na Gâmbia e na Guiné-Bissau, reduzidos a partir de 2000, com ascensão ao poder do Presidente Abdoulaye Wade.

Muitas ONGs casamansenses estão envolvidas nas atividades para a paz em Casamansa e têm recebido muitos apoios financeiros das instituições internacionais. Portanto, em termos financeiros todos ganham com o prolongamento do conflito. Os principais doadores do “Fundo para a Paz” são: França, Canadá, Estados Unidos da América através da USAID e Alemanha através da PROCAS, um programa de apoio financeiro para Casamansa. Os diferentes atores tentam tirar proveitos do prolongamento do conflito que em termos sociais tem resultado apenas em destruição das infraestruturas e perdas humanas, além de manter instabilidade permanente nas zonas fronteiriças.

As zonas de maiores confrontos têm sido sobretudo as regiões de Ziguinchor, Kolda e Sédhiou e, ao longo das fronteiras com a Guiné-Bissau e a Gâmbia, pois os rebeldes do MDFC fazem destas zonas fronteiriças suas bases de apoio. A facção da Frente Sul liderada por Salif Sadio tem controlado o norte de Bignona, próxima à fronteira da Gâmbia perto de Djibidione e antes, as localidades de Sédhiou perto de Farim na Guiné-Bissau; a facção de César Atoute Badiate tem controlado Cassolol e Hameau perto da fronteira da Guiné-Bissau

¹⁰¹ Dados do Observatório Geopolítico das Drogas.

e a Frente Norte controla o noroeste de Bignona.¹⁰² Não se verificam ligações entre os rebeldes e outros grupos armados, senão interações com os refugiados na Guiné-Bissau e na Gâmbia e com as comunidades locais juntos às zonas transfronteiras.

Os confrontos entre as populações residentes nas zonas fronteiriças derivados de furtos de vacas e outras mercadorias motivaram um encontro em Salquenhé, entre o Governo guineense e Governo senegalês em 2000. Nesse encontro participaram as autoridades locais e tradicionais guineenses e senegalesas e as organizações da sociedade civil. Os problemas que afetavam as populações foram analisados e os dois governos acordaram sobre a organização de eventos culturais e desportivos conjuntos, com envolvimento das populações locais como forma de promover convivência harmoniosa. Recomendaram às autoridades locais de Ziguinchor e das regiões de Cacheu e de Oio a tomarem medidas para precaver práticas ilícitas como furtos e outros atos de violência nas zonas fronteiriças.¹⁰³

Por consequência, atividades culturais conjuntas para a paz em Casamansa têm sido organizadas, uma delas de grande impacto na zona fronteiriça em Cambadju (2002), contando com a presença das autoridades políticas e organizações da sociedade civil guineenses e senegalesas e convidados da Gâmbia e da Guiné-Conacri. E seguiram-se várias outras iniciativas para a paz e integração regional.

2.7. As relações Estado-fronteiras e o conflito

A fronteira é uma realidade anterior ao Estado mas incorporado por este através de demarcação territorial. A fronteira e o território têm existência que antecede às realidades humanas e incorporadas por estas. O Estado constrói-se e muda-se com a fronteira e toda a evolução de suas atividades se desenvolve num determinado espaço territorial.

O conceito de fronteira é passível de várias abordagens, como de considerar que é linha natural ou convencional de separação de Estados (Caetano, 1983: 126) ou ainda, linha de tensão entre Estados. Mas em África as fronteiras artificiais embora separaram universos culturais com a divisão das etnias, não constituem simplesmente linhas de tensão ou barreiras (Dubois *et al*, 1998), mas são permeáveis permitindo a circulação das pessoas, o desenvolvimento das relações interétnicas transfronteiriças e constituição de espaços económicos e de integração sub-regionais.

¹⁰² Informações constantes do Observatório Geopolítico das Drogas.

¹⁰³ A delegação governamental guineense foi chefiada pela então Ministra da Justiça, ora autora desta obra e a senegalesa pelo então Ministro de Defesa do Senegal.

Linha de fronteira é a direção contínua, embora certamente variada, que separa o território de um Estado do outro. O Estado forma-se com o território e alarga-se pela conquista de mais território; e, território do Estado é o espaço no qual os órgãos do poder exercem a autoridade política.

O reconhecimento que a relação Estado - território é de carácter pessoal e não de carácter jurídico real é um dos mais importantes resultados da doutrina moderna do direito político (Jellinek, 2000: 376). A concepção patrimonial do Estado foi uma prática desde a Idade Média, em que a ideia de domínio do rei sobre todas as propriedades na Inglaterra e na França antes da Revolução expressava a doutrina patrimonial de Estado. Na Alemanha a teoria patrimonial do Estado subsistiu até fim do império no século XIX.

O Estado patrimonial carece, antes de tudo, da distinção burocrática entre a esfera privada e a pública. Pois a Administração Pública é considerada como uma questão puramente pessoal do Soberano e a posse e exercício do seu poder político são estimados como uma parte integrante da sua fortuna pessoal, que resulta benéfica em virtude dos emolumentos e contribuições (Weber, 1994: 722).

O Estado nasce com existência efetiva de um território sobre o qual exerce poder de domínio; a anexação de território por parte de um Estado ou a secessão de território a um Estado exprimem carácter de domínio pessoal do Estado. A questão de territorialidade coloca-se como uma necessidade de aferição das fronteiras do Estado nacional e criação de um espaço cultural autónomo e uma comunidade sólida, sob pena de surgimento de conflitos com diferentes motivações: recusas de grupos étnicos a pertencerem um determinado território; linha da divisão na zona dos recursos minerais entre dois Estados como os casos do Mali e Burkina Faso e da Guiné-Bissau e Senegal relativo à fronteira marítima; ou a divisão entre antigas entidades históricas em duas, destruindo sua unidade orgânica, que são os exemplos da população *haoussa* entre Níger e Nigéria e das populações *éwé* entre Togo e Gana (Igue, 1995: 28).

A conflitualidade de Casamansa enquadra-se na primeira hipótese, ou seja, recusa dos Jolas casamansenses em pertencerem o território senegalês. O Estado na sua forma mais antiga de organização é caracterizado em primeiro lugar, pela delimitação de jurisdição territorial e em segundo lugar, pela instituição de uma autoridade pública especial com poder de coação que todos devem obediência.

Do ponto de vista da sociologia política o Estado é considerado uma superestrutura, ou seja, um conjunto integrado de instituições com objetivos diversos, que atua através de persuasão ou coerção com a finalidade de manter a sua identidade (Lara, 1987: 74).O poder

político é inerente a qualquer sociedade, impõe o respeito pelas normas que o fundamentam e o defendem contra as suas próprias imperfeições (Balandier, 1980 (1967)).

A conceção histórica do Estado sofreu evolução, sendo que na Idade Média diferentemente da conceção antiga, o elemento territorial – a terra passou a constituir o fundamento do Estado, principalmente quando se refere ao predomínio de grandes territórios, que resultaram na organização política e propriedade do solo. Esta conceção não foi totalmente abandonada na contemporaneidade, a maior parte das investigações científicas sobre o Estado considera-o na sua forma objetiva uma comunidade política. O Estado é instituição suprema na medida em que, nenhuma outra possua poder integrado igual ou superior. O conceito de Estado como estrutura hierarquicamente superior advém da sociologia e da politologia, sendo que os antropólogos preferem a utilização de conceito genérico político. A conceção de Estado pré-colonial difere da conceção colonial, pois enquanto aquela baseava-se na posse da terra, que permitira os reis e imperadores exercerem seus poderes, esta tinha fundamento no controle efetivo do território demarcado em mapa. A Etiópia era a única sociedade africana que tinha tradição significativa de mapa, por ser das poucas sociedades africanas historicamente com tradição de escrita.

A colonização provocou alterações nos modelos tradicionais de organização de poder, com importação e aplicação de formas de gestão político-administrativas das metrópoles coloniais configuradas no modelo repressor da dominação político-económica e social. Pretendia-se com a política colonial baseada no etnocentrismo, a submissão total dos nativos à administração colonial e sua assimilação dos valores culturais da potência colonizadora. Mas longe de construir uma sociedade africana homogénea, com padrões culturais uniformizados, a aculturação forçada acabou por criar resistências, que produziram zonas periféricas fechadas à sua própria cultura (Cooper, 1996: 6-7).

Por consequência as estruturas políticas de organização de Estados africanos pré-coloniais sucumbiram-se parcialmente cedendo espaço às estruturas coloniais implantadas, herdadas pelos Estados pós-coloniais com todas as consequências de conflitualidade. O sentido do termo pós-colonial não se refere só a noção de tempo, mas envolve um certo número de relações e configurações de acontecimentos visíveis, perceptíveis por vezes difusos “policéfalos”, mas que podem testemunhar a contemporaneidade, desde que estejam presentes na consciência (Mbembe, 2000: 33 – 34).

Os Estados pós-coloniais não conseguiram afirmar-se como Estado-nação, para gerir e promover de forma homogénea os interesses de grupos pertencentes às suas áreas territoriais. A ideia de Estado-nação continua sendo um tema bastante polémico nas sociedades africanas, sobretudo nos casos de conflitos gerados por fações internas étnicas ou religiosas de carácter identitário ou secessionista como é o caso do conflito de Casamansa. Outros exemplos são a guerra étnica entre Hutus e Tutsis no Ruanda em 1994;

os confrontos inter-religiosos na Nigéria; a rebelião tuaregue¹⁰⁴ no norte do Níger para afirmação de identidade particular e mais recentemente no norte do Mali. Estes conflitos provam as dificuldades dos Estados pós-coloniais em conciliar os interesses de várias entidades que partilham o mesmo espaço territorial e construir Estado-nação.

Nação é uma “comunidade cultural de base” à qual “pertencem todos quantos nascem num certo ambiente cultural feito de tradições e costumes, geralmente expresso numa língua comum, atualizado num idêntico conceito da vida dinamizado pelas mesmas aspirações e futuro e os mesmos ideais coletivos” (Caetano, 1983: 123).

Na maioria dos países da África Subsaariana formada por sociedades heterogêneas fontes de divisões étnicas, a Nação e o Estado-nação são conceitos que não se enquadram nas estruturas sociais tradicionais. E por outro lado, a transferência ou melhor, a herança de valores sobretudo culturais, político-ideológicos e da burocracia administrativa do Estado colonial para o Estado pós-colonial, obstaculizam a unidade nacional e o desenvolvimento (Goldthorpe, 1996: 213).

Várias nações formam o Estado, mas Estado-nação, pressupõe existência de um território, um governo legítimo e uma população étnico-cultural homogênea. Uma sociedade heterogênea na qual perfilam várias identidades étnicas, como é o caso do Senegal e de muitos outros países africanos torna-se difícil a tarefa de construção de Estado-nação. O Estado coincide com a nação quando existe uma hegemonia cultural e política (Boudon *et al*, 2003: 89-90), mas as sociedades africanas são culturalmente heterogêneas.

A nação se define por um conjunto de características objetivas, hereditárias e exteriores aos indivíduos num território determinado. A raça, a etnia, a língua, os costumes, a religião e a consciência de coesão, destacam-se como elementos essenciais ao conceito de nação. A consciência comum de unidade e coesão é tida como essência da nação, de tal sorte que uma etnia pode não ser considerada nação se lhe faltar esta consciência. É nesta perspectiva de análise que o Estado como entidade política não coincide com a nação, ou ainda, porque é composto por pessoas de diferentes proveniências que falam idiomas diferentes, têm hábitos, costumes, tradições e religiões diversificados; e normalmente não têm sequer a consciência de unidade e coesão por ausência de sentimento de origem étnica comum.

Baseado na política colonial do controlo do território, alguns estudiosos cometem erro de análise ao afirmar que a África pré-colonial não tinha nem Estados, nem sistemas de Estados, (Herbst, 2000: 36), contudo as concepções de Estados modernos continuam a estar

¹⁰⁴ Os tuaregues são grupos nómadas sobretudo pastores cuja economia e modo de vida baseiam-se na criação de animais domésticos.

vinculadas ao controlo do território. Assumir que os Estados não existiam na África pré-colonial simplesmente porque não seguiam modelos de Estados europeus, demonstra uma conceção bastante específica da organização do poder político, na medida em que, existiam reinos e impérios que são formas de organização de Estados formados por grupos tradicionais e culturalmente heterogéneos. O modelo híbrido da administração colonial formou-se utilizando algumas estruturas locais ora existentes, como o regulado que contribuiu na mobilização das massas, para o apoio ao aparelho administrativo e da repressão colonial.¹⁰⁵

Não obstante a retórica da recuperação do passado africano, as tradições pré-coloniais não predominaram e os Estados pós-coloniais foram constituídos nos moldes constitucionais da conceção ocidental, que fundamenta o exercício da soberania com base no território. Contudo alguns priorizam a etnicidade como é o caso do Estado somaliano na sua insurgência contra à Etiópia (1960-1964) e o Quênia (1975-1976), mas paradoxalmente estes dois países exercem a soberania com base no território (Clapham, 1996: 216).¹⁰⁶ Estas conceções diferenciadas do exercício da soberania influenciam as relações Estado-fronteiras e nas suas relações com os grupos étnicos ou religiosos que muitas vezes assumem posições separatistas.

¹⁰⁵ Os régulos são autoridades tradicionais com poderes locais, embora não tivessem enquadramento estatutário na administração colonial, colaboravam na mobilização das populações de sua área de jurisdição para o apoio à máquina colonial.

¹⁰⁶ A Somália país do litoral conhecido como “chifre da África” fica situada no Leste da África; ao Norte faz fronteira com a Etiópia, ao Oeste com Djibouti e ao Sudoeste com o Quênia e no extremo Oriente tem o Golfo de Áden.

CAPÍTULO 3. RESOLUÇÃO DO CONFLITO DE CASAMANSA

3.1. Atores intervenientes

O processo de resolução do conflito de Casamansa teve início em 1990, com negociações diretas entre o Governo senegalês e o MFDC isto é, oito anos após o início do conflito armado em 1982. Os quadros casamansenses sob a orientação de Jean Collin, um colaborador muito próximo do então Presidente Abdou Diouf, foram os primeiros a estabelecerem contactos com os combatentes do MFDC, para os aproximarem do Governo (Foucher, 2009: 149). Segundo Jean-Claude, o Coletivo dos Quadros de Casamansa coordenado por Pierre Goudiaby e a Comissão Clerical da Igreja de Ziguinchor que integrava o líder religioso Abbé Diamacoune Senghor desenvolveram contactos para o diálogo e a aproximação entre o Governo e o MFDC (Marut, 2010), contudo não surtiram efeitos esperados. O General Abdoulaye Dieng era na época governador de Ziguinchor (1990), desempenhou papel importante na gestão do dossiê de Casamansa.

Os deputados casamansenses liderados por Marcel Bassène tiveram papel relevante nos contactos com os beligerantes para pôr termo à ofensiva dos rebeldes em 1990, contudo não houve assinatura de compromisso de paz. Tendo em conta o ciclo de evolução do conflito a intervenção de terceiros ocorreu na fase do *conflito manifesto* perante o impasse de negociações diretas entre as partes e a continuidade de confrontos armados.

Este processo de resolução do conflito teve vários intervenientes: personalidades políticas, autoridades tradicionais, religiosas, organizações da sociedade civil de Casamansa, ONGs estrangeiras, Estados vizinhos e outros como a França cooperando com o Estado senegalês e os Estados Unidos através da USAID. Compreende três níveis de intervenientes: local, sub-regional e internacional, ou seja níveis I, II e III conforme a pirâmide (*ver figura 3.1*). Na resolução de conflitos o nível máximo de intervenção é III, no caso de haver intervenientes: regional, internacional ou multinacional (Bernardino, 2004). O papel desempenhado pelo Estado da Guiné-Bissau será objeto de análise mais adiante em capítulo específico.

É entendimento genérico que a resolução de conflitos torna-se efetiva com diversos atores atuando aos vários níveis «*top-level approach*» (líderes políticos e outros cargos de alta chefia), «*middle-range approach*» (figuras com autoridade que têm um papel fundamental na educação, saúde, ou outras atividades relevantes) e «*grass-roots approach*» (pessoas envolvidas nas comunidades locais) (Ferreira, 2005: 6).

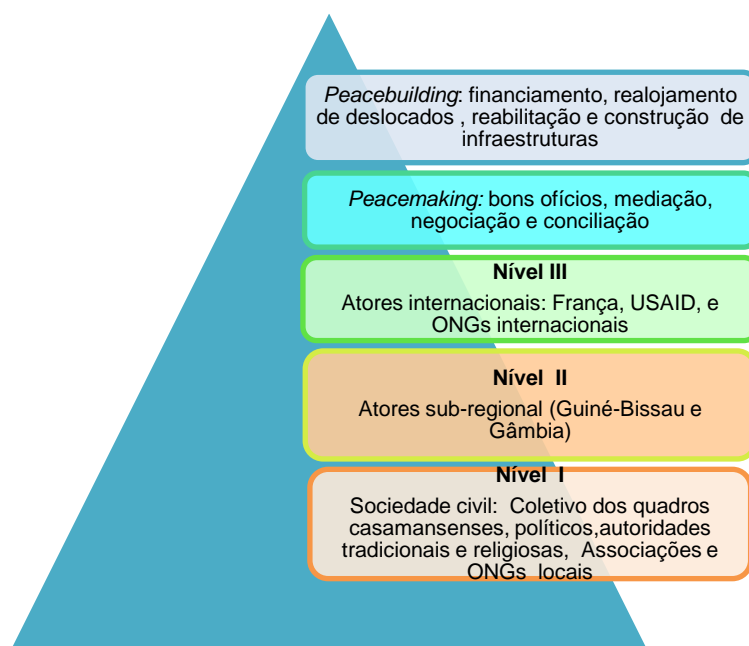
Os cidadãos, as comunidades e os grupos sociais dispõem de variedades de mecanismos normativos diferentes para a resolução de diferendos ou seja, o *workshop* de resolução de problemas. O pluralismo de intervenientes conduziu ao pluralismo jurídico assente em três premissas principais: sistema costumeiro informal (conciliação) assumido pelas instituições tradicionais e religiosas; sistema de resolução de conflito baseado nos meios pacíficos alternativos de resolução de conflitos, que conduziram sobretudo (mediação e negociação) e os esforços diplomáticos que envolveram a Guiné-Bissau.

A compreensão do pluralismo jurídico como “sistema complexo de decisão” pressupõe uma articulação interdisciplinar (Wolkmer, 1999) entre sociologia (sociedade, poder social) e direito (norma), que permita obtenção de legalidade policêntrica e não fragmentada.

A diversidade de instituições de resolução de conflitos em África afigura-se como alternativa à hegemonia de inspiração neoliberal e responde as necessidades de Estados-nações caracterizados pela diversidade cultural e heterogeneidade social. Nesta perspetiva, a legislação estatal não é a única fonte jurídica, na medida em que, existem comunidades, grupos étnicos, sociais ou sociedades globais com autonomia relativa ao Estado, que produzem normas de conduta não institucionalizadas, que gerem suas vidas constituindo a sua própria ordem jurídica.

A pirâmide tem um duplo significado de integração e convergência, tanto no plano individual como no plano coletivo (Chevalier e Gheerbrant, 1995), demonstra o pluralismo de atores intervenientes e os instrumentos teóricos utilizados no processo de resolução deste conflito.

Figura 3.1. Atores intervenientes e mecanismos de resolução do conflito de Casamansa



Fonte: Adaptado do modelo de resolução do conflito em Miall *et al*, 2004: 20.

Ao nível local destacam-se o Coletivo dos Quadros de Casamansa, deputados do PDS (Partido Democrático Senegalês) eleitos em Casamansa, autoridades tradicionais (Rei de Oussouye e chefes tradicionais); autoridades religiosas (Igreja Católica e Sacerdotes), associações e ONGs; os atores ao nível sub-regional: Guiné-Bissau e Gâmbia; ao nível internacional destacam-se as intervenções da França no financiamento das iniciativas de paz, a partir de 1997, através de seu Embaixador em Dakar; dos Estados Unidos da América através da USAID (Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional) e outras ONGs americanas estabelecidas em Casamansa, como a *Catholic Relief Service* e *World Education* que têm financiado programas e projetos das associações e ONGs locais para a paz. O objetivo das Agências e ONGs estrangeiras é mobilizar as instituições tradicionais e líderes de opinião dar-lhes formação para intervirem junto às populações nas iniciativas de paz. A USAID atua em articulação com as ONGs americanas responsáveis pela implementação de programas com seus parceiros locais. Normalmente essas ONGs estão ligadas aos centros de investigação universitários dos Estados Unidos que trabalham com o conceito de “*peace building*.” É neste quadro, que a ONG americana designada *Karuna Center for Peacebuilding* tem recebido apoio financeiro da USAID para execução de

programas de formação no domínio de paz.¹⁰⁷ Trabalha em parceria com as associações e ONGs locais na execução de seus programas: “*Peace Building in Casamansa* e *Peace Building and Prosperity in the Casamansa*” além de levar em conta a tradição local preocupa em suprir as necessidades básicas das populações para diminuir as carências.

O objetivo deste Centro é contribuir para a promoção de cultura da paz nas sociedades com conflitos étnicos, religiosos e políticos, levando em conta as tradições e as culturas locais, na medida em que, esses conflitos mais que simples respostas políticas exigem respostas culturais.

Os mecanismos de resolução de conflitos com base na cultura e tradição locais surgido nos anos 90, compreendem a noção de *empowerment* (empoderamento) segundo a qual, as pessoas de uma comunidade onde se desenvolve o conflito adquiriram conhecimento profundo e possuem capacidades para desenvolver estratégias adequadas à resolução desse conflito (Lederach, 1997). O objetivo deste procedimento é envolver o cidadão e a sua comunidade na solução das divergências reforçando a sua capacidade.

É convicção geral que os guerrilheiros são apoiados pelas populações e nessa base os líderes das ONGs entendem que a ação deve ser no sentido de fazê-las entender que a “guerra não faz sentido e a independência é uma falsa ideia” e aos guerrilheiros “fazer-lhes compreender que Casamansa não pode ser independente” (Marut, 2010: 278). Portanto, todas as iniciativas tradicionais para a paz a partir do acordo de paz de 2004, têm visado a reintegração dos combatentes na vida social; a reconciliação entre os casamansenses; a reabilitação e construção de habitações para os deslocados e os refugiados retornados; e, a construção de infraestruturas económicas e sociais.

Com o crescente número de conflitos armados em África, a partir dos anos 90, as Agências de financiamento, organizações multilaterais e as ONGs têm utilizado o conceito de *peacebuilding* para designar as mais variadas estratégias de intervenção para a paz nos contextos de conflito ou pós-conflito. Muitas vezes, estas ações estratégicas não põem fim ao conflito, mas diminuem tensões entre as partes e criam condições para uma solução pacífica. Sendo a paz uma construção social que consiste na transformação de uma relação de conflito numa relação pacífica entre as partes, essa construção nem sempre é de curto prazo, mas de médio e longo prazos, sobretudo quando se trata de processo complexo.

As estratégias de paz utilizadas pelos diferentes atores no processo de resolução do conflito de Casamansa compreendem a *peacemaking* e a *peacebuilding*. Para a obtenção dos vários acordos de paz entre o Governo senegalês e o MFDC no âmbito da

¹⁰⁷ *Karuna Center for Peacebuilding* foi criado em 1994, está sediado em Massachusetts. Consultar: www.karunacenter.org

peacemaking, além dos bons ofícios, esforços diplomáticos informais e conciliação foram utilizados essencialmente os mecanismos de mediação e negociação pelos terceiros intervenientes. A *peacebuilding* em Casamansa, embora inclua a reabilitação e construção de infraestruturas é aplicada no sentido restrito de construção da paz, na situação de acordo entre as partes em conflito, o que não abrange a consolidação da paz que ocorre na fase posterior. Porém, alguns autores fazem abordagem da *peacebuilding* concebendo a necessidade de transformação das relações de Estado – sociedade, por forma a garantir que as instituições políticas sejam capazes de gerir interesses de vários grupos sociais numa base mais justa e equitativa e sobretudo não violenta (Pankhurst, 1999). Numa perspetiva realista os acordos de paz entre o Governo e o MFDC funcionaram mais como técnicas de gestão de conflitos, porque não resolveram a causa profunda do conflito que é a questão da independência de Casamansa; apenas contribuíram para suspensão temporária de violência entre as partes. Analisando o discurso do MFDC numa perspetiva idealista, as causas da crise consistem em frustrações derivadas de discriminação, desigualdades económicas (entre o norte e sul do Senegal) e injustiça social e a secessão surge como uma razão política fundamentada na história de Casamansa. Esta última questão nunca foi assumida pelo Estado senegalês como um problema comum que as partes partilham e têm interesse em resolver, senão como um problema particular do MFDC que não merece uma abordagem construtiva com vista a sua resolução.

Neste sentido, a terceira parte interveniente ou terceiros intervenientes têm papel fundamental de ajudar as partes a reverem as suas posições para uma colaboração que permita uma solução pacífica duradoura e diferentes mecanismos podem ser utilizados. Esta situação é denominada “paradigma de resolução do conflito” ou de “resolução de conflitos interativa” que permita a aplicação de “*workshop* de resolução de problemas” (Burton, 1987).

Enquadram-se aqui as teorias que fundamentam a “*multi-track diplomacy*” baseadas em mecanismos diferenciados de resolução de conflitos (negociação, mediação, arbitragem e conciliação), outras formas informais e ações de diversos atores intervenientes (associações, ONGs locais e internacionais, autoridades tradicionais e religiosas, grupos culturais). É quase consensual o entendimento que o envolvimento de vários atores e atuações a diferentes níveis potencia a resolução efetiva do conflito. Contudo a polémica reside relativamente na escolha das melhores opções, como sejam, negociações e acordos que cessem rapidamente a violência, sem resolver as causas profundas do conflito; ou ações centradas nas causas profundas do conflito, relações entre as partes e condições que sustentam uma solução duradoura do conflito.

A experiência de resolução do conflito de Casamansa demonstra que as negociações ou mediações que resultaram em acordos cessaram apenas temporariamente as violências,

daí, com base na visão idealista a opção pela atuação virada à solução das causas profundas do conflito poderia constituir base de sustentabilidade para a sua resolução efetiva.

Mas alguns analistas dizem que o Governo senegalês tem tido posições políticas contraditórias relativas à resolução do conflito, na medida em que, aceita a negociação mas ao mesmo tempo, explora as fraquezas de divisão do MFDC para manipulações. Citam como exemplo as estratégias de antigos Presidentes do Senegal, Abdou Diouf e Abdoulaye Wade, em dividir o MFDC, contudo não conseguiram tirar vantagens das divisões, porque nenhuma ala tem legitimidade suficiente para assumir e fazer valer os compromissos de paz. Esta situação levou alguns políticos e militares a pensarem numa solução militar, mas os oficiais superiores se opõem e fundamentam sobre a falta de meios para ação dessa envergadura. Portanto, até à data presente não há alternativa em Casamansa (Foucher, 2003b).

3.1.1. O papel da sociedade civil

O termo sociedade civil é utilizado aqui para designar diversas organizações sociais e ONGs; personalidades políticas; instituições religiosas e culturais; e entidades do tipo tradicional.

Sociedade civil é um conjunto de organismos normalmente privados que se distingue da sociedade política. A sociedade civil apresenta-se como um espaço intermediário entre o Estado e as populações (Bobbio, 1999). A sociedade civil *strito sensu* (personalidades, Organizações não-governamentais e associações) distingue-se da sociedade política (Governo e partidos políticos), sendo que esta tem como objetivo ascensão ao poder para a realização do bem comum, enquanto aquela tem por objetivo a prestação de atividades humanitárias e de defesa dos direitos humanos sem aspiração do poder.

O movimento associativo surgiu no século XIX, para lutar contra a pobreza, o respeito pelos direitos humanos e as desigualdades sociais nos países ocidentais, como organização fora da esfera do poder público reivindicando os direitos sociais (saúde, educação e habitação) em favor da classe operária. Genericamente uma organização é uma coordenação de atividades por parte de um grupo de indivíduos com um determinado objetivo (Vink, 1999: 20). Este conceito é abrangente a todos os tipos de organizações sociais. Uma Organização não-governamental (ONG) é uma associação criada pela iniciativa privada ou mista, que exclua qualquer participação governamental, associando pessoas privadas, públicas, físicas ou morais locais ou de diferentes nacionalidades (Dinh *et al*, 1999: 639). Esta definição exprime um conceito abrangente de ONG como associação

local, nacional ou internacional, contudo afigura-se incompleta porque não destaca a autonomia de ação e fins não lucrativos. Todas as ONGs de uma maneira geral são entidades autónomas, sem fins lucrativos vocacionadas à prestação social.

A identificação da sociedade civil com o conjunto de associações de voluntariado permite uma conceção nova de Estado, composta por organismos comumente privados e políticos ou estatais (Gramsci, 1971: 12). Estes organismos privados: igrejas, partidos, sindicatos, universidades, imprensa, editoras, associações voluntárias de todos os tipos divulgam a ideologia da classe dominante. O conceito de sociedade civil evoluiu adaptando-se aos diferentes contextos sociais e políticos.

Atualmente o conceito de sociedade civil compreende diversidade de espaços e atores: instituições humanitárias; associações profissionais e comerciais, sindicatos; grupos de autoajuda e grupos ativistas; organizações comunitárias, femininas e religiosas e Organizações não- governamentais de desenvolvimento.

Em 1950 o Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) utilizou pela primeira vez a terminologia Organização não-governamental (ONG), para designar Organização da sociedade civil (OSC). Desde então as Organizações não-governamentais (ONGs) são consideradas sinónimos de Organizações da sociedade civil, também designadas de Terceiro Setor (*Third Sector*) ou setor sem fins lucrativos (*Monprofit Sector*).

As ONGs podem ser definidas de diferentes formas: são atores sociais relevantes com protagonismo nas tentativas de reconfiguração das dinâmicas sociais associadas aos processos de desenvolvimento (Sandberg, 1994: 2 – 6); são organizações sem fins lucrativos, criadas por iniciativa privada dos indivíduos ou associações com o objetivo de contribuir para a melhoria da vida das populações, através de realização de projetos. Quanto à dimensão podem ser locais, nacionais regionais ou internacionais.

A Sociedade Antiesclavagista Americana é uma das mais antigas ONG criada em 1833, a esta parte surgiram várias outras ONGs como a Cruz Vermelha (1863), a Cáritas na Alemanha (1897) e posteriormente na Suíça (1901) e a Cáritas Internacional (1950), que agrupa atualmente várias associações católicas em 198 países.

No Continente americano surgiram várias ONGs como a *Catholic Relief Service* (CRS), criada em 1943, apoia financeiramente os projetos nos países subdesenvolvidos. A *American Cooperative Agency for Relief Everywhere* foi fundada após a Segunda Guerra Mundial (1945), para ajudar os povos da Europa e da Ásia arruinados pelas consequências da guerra.

O surgimento das ONGs na Europa foi muito influenciado pela doutrina liberal cuja essência é a defesa dos princípios da liberdade, da igualdade e do respeito pelos direitos humanos, que influenciaram o surgimento das ONGs nos Continentes americano, asiático e africano.

A partir dos anos 60 com a independência dos países africanos, as ONGs passaram a ter uma dinâmica no Continente africano nas suas ações em favor das populações mais carentes. Mas a multiplicidade e intervenção das ONGs nestes países tem a ver com implantação do pluralismo político e social e com o aumento de conflitos armados na África subsaariana nas últimas duas décadas. A transformação mundial do paradigma do desenvolvimento nos finais dos anos 1980 nos países em desenvolvimento, pela fragilidade das instituições de Estados, aliada aos processos de democratização como consequência da queda do “Muro de Berlim,” contribuiu de certa forma para transferência de parcela do poder de Estado para a sociedade civil. Neste contexto, as autoridades tradicionais, as mulheres, os agentes independentes, as instituições religiosas, culturais e sociais consideradas legítimas e eficazes passaram a atuar de forma mais visível nos processos sociais e de resolução de conflitos.

As Organizações da sociedade civil locais têm revelado grande dinâmica na intervenção do processo de paz em Casamansa, contrabalançando a notória ausência das principais organizações da sociedade civil internacionais humanitárias e vocacionadas à resolução de conflitos, com algumas exceções como da ONG francesa *Handicap International* que colaborava com as associações casamansenses locais no apoio às vítimas de minas; Cáritas, *Secours Catholique Sénégalais* (o Socorro Católico Senegalês) e algumas ONGs americanas. O espaço de intervenção das organizações da sociedade civil locais só foi reconhecido a partir dos anos 90, isto é, quase uma década após o início do conflito, devido a resistência estatal de abertura na esfera do conflito.

No domínio dos direitos humanos as organizações da sociedade civil casamansenses, em articulação com *Rencontre Africaine pour la Défense des Droits de l’Homme* (RADDHO) senegalesa e a Amnistia Internacional têm denunciado casos de violação de direitos humanos na esfera do conflito.¹⁰⁸

Esta dinâmica local das organizações da sociedade civil suscita debate do ponto de vista empírico sobre a ONG e a *peacebuilding* (construção da paz). O interesse é conhecer o impacto e a positividade das ações das ONGs neste processo de construção da paz; isto é, analisar a interação entre as suas atividades e as dinâmicas do conflito e paz.

Na primeira fase de intervenção no processo de paz em Casamansa, as organizações da sociedade civil senegalesas trabalharam em estreita colaboração com o Estado senegalês e a França, bem como a Igreja Católica. Foi neste quadro de cooperação que a

¹⁰⁸ O relatório anual da Amnistia Internacional (1999) fala do “terror em Casamansa” ao referir-se aos casos de violação dos direitos humanos.

França tem financiado projetos de desenvolvimento local em Casamansa a partir de 1996 (Foucher, 2009: 150).

As consequências nefastas do conflito têm refletido sobretudo na destruição das infraestruturas sociais. Pois alguns centros de saúde e escolas utilizados como acantonamento dos militares senegaleses foram alvos de ataques dos combatentes do MFDC e por consequência danificados (Foucher, 2009: 156). As organizações da sociedade civil em cooperação com o Estado e as associações comunitárias recuperaram essas infraestruturas sociais.

Nas suas ações no processo de paz as organizações da sociedade civil casamansenses assumiram protagonismo de algumas atividades de grande relevo e a esta parte, têm sido convidadas pelas partes em conflito a tomarem parte nas negociações.

Em 1998, o Conselho das Organizações não-governamentais de Apoio ao Desenvolvimento (CONGAD) uma federação das organizações da sociedade civil senegalesa, organizou em Ziguinchor com os seus próprios meios materiais e financeiros, um Fórum sobre a Paz e o Desenvolvimento em Casamansa (Foucher, 2009). Em Dezembro de 1999, o Grupo de Reflexão para a Paz em Casamansa (GRAPAC) formado por personalidades da sociedade civil casamansense e outras ONGs senegalesas foram convidados para participarem na negociação entre os elementos da ala civil do MFDC e o Governo senegalês, em Banjul, na Gâmbia, sob o alto patrocínio do Presidente Yahya Jammeh. As organizações femininas tiveram estatuto de observadoras sem direito a palavra.¹⁰⁹ Diferentemente de outras rebeliões africanas, uma parte da rebelião do MFDC encontra-se ligada à população que tem desempenhado um importante papel na sensibilização dos combatentes do MFDC para a paz em Casamansa.

As atividades das organizações da sociedade civil em Casamansa têm sido apoiadas pela Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Programa Alimentar Mundial (PAM) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que têm escritório permanente nesta região sul do Senegal, desde 1999 (Foucher, 2009: 151).

Outras organizações internacionais como a *AFRICARE*, *World Education* e *Catholic Relief Service* passaram a atuar em parceria com as ONGs senegalesas no apoio aos programas sociais em Casamansa. A Agência Alemã de Cooperação Técnica tem financiado o Procas, um grande projeto de estudo socioeconómico e relançamento da

¹⁰⁹ Esclarecimentos de Seynabou Male Cissé durante a entrevista em Ziguinchor, a 02 de Julho de 2011.

economia na região de Casamansa, através da ajuda material e financeira.¹¹⁰ As agências de desenvolvimento governamentais e internacionais executam seus programas diretamente ou em parceria com as Organizações não-governamentais locais, asseguram o desenvolvimento participativo das populações contribuindo para o reforço das capacidades.

A Associação dos Jovens Agricultores de Casamansa – Associação de promoção rural do departamento de Nyassia (AJAC – Apran) que tinha paralisado as suas atividades agrícolas pelas consequências da guerra, tem sido apoiada pela USAID. Antes de implementar os programas de reabilitação das zonas destruídas pela guerra, procedeu a uma ampla sensibilização das populações das vilas para a reconciliação (Foucher, 2009: 152).

A USAID em cooperação com as ONGs americanas (*Africare, World Education, Catholic Relief Service*) presentes em Casamansa e organizações senegalesas tem apoiado sobretudo os projetos agrícolas e de reabilitação das infraestruturas sociais. Consta que nos anos 2000 – 2005, despendeu 13 milhões de dólares americanos (Foucher, 2009: 151). O PAM e UNICEF também têm prestado assistência alimentar às crianças e populações carentes através de parcerias com as ONGs e associações femininas em Casamansa.

As associações e Organizações não-governamentais femininas têm-se destacado pelas suas contribuições no processo de paz em Casamansa. As principais Organizações não-governamentais vocacionadas ao processo de paz em Casamansa são lideradas pelas mulheres, que têm realizado muitas atividades de apoio económico e social às populações e contribuído para a desmobilização de combatentes do MFDC. O prolongamento do conflito e as consequências nefastas para as famílias, com repercussões sobretudo para as mulheres, motivaram as associações e ONGs femininas a estenderem as suas ações para a resolução do conflito.

Em Casamansa as atividades económicas são 80% asseguradas por mulheres, por isso, os agrupamentos femininos económicos devem ser implicados no processo de construção de paz, porque são os maiores contribuintes para a redução da pobreza. As mulheres têm uma grande parcela de poder económico na sociedade casamansense, podem influenciar o processo de paz e o desenvolvimento social. O poder não se circunscreve apenas a esfera política formal, derivado das instituições do Estado, está em todos os níveis da sociedade e deve ser exercido. As estruturas de Estado são instituições dentro das esferas de poder, cujas conceções se fundem numa complexa rede de relações de forças na sociedade. O poder neste sentido, consiste não só na capacidade de decidir

¹¹⁰ Esclarecimentos do jornalista Ibrahima Gassama numa entrevista em Ziguinchor, a 01 de Julho de 2011.

sobre a própria vida, mas também na “capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com factos que obrigam, circunscrevem ou impedem” (Lagarde, 1993: 154). Por isso, quem exerce o poder influencia e decide.

A Federação das Associações de Promoção Feminina apoia atividades de capacitação económica das mulheres e em cooperação com a *Handicap International* apoia as vítimas de minas numa casa de acolhimento em Ziguinchor.

A Kabonketoor é uma ONG que atua nas regiões de Ziguinchor e Kolda, foi criada em 1999, tem como objetivo a construção da paz e a reconstrução económica e social de Casamansa; executa os seus projetos em parceria com as populações e as comunidades rurais. Segundo Margueritte Coly Kenny, presidente desta ONG, *kabonketoor* é terminologia Jola que significa “perdoamo-nos”.¹¹¹ As populações cíveis são para esta associação: os eleitos locais; os líderes de opinião (imames, sacerdotes e sacerdotisas); os serviços desconcentrados do Estado; as associações comunitárias de base; os agrupamentos de promoção das mulheres; os agrupamentos de interesse económico de base; os antigos combatentes; as associações socioculturais; as comunidades rurais e suas populações e as populações deslocadas ou refugiadas. Para a presidente desta associação as comunidades de base devem ser preparadas e envolvidas no processo de construção e consolidação da paz em Casamansa, porque sofrem diretamente as consequências da guerra.

A Kobonketoor possui uma estrutura da juventude para a paz, tem feito ações de sensibilização das populações para a paz, organização de marchas e ações de formação em *plaidoyer*.¹¹² Por possuir uma estrutura de intervenção sólida em matéria de resolução de conflitos, nos casos de greves o Governo tem solicitado sua intervenção na mediação. Assim como as outras organizações femininas, a Kabonketoor foi convidada a assistir as negociações entre o MFDC e o Governo senegalês em Banjul, em 1999.

O retorno dos refugiados e os deslocados casamansenses, bem como a reinserção dos combatentes são dois domínios estratégicos de intervenção da Kabonketoor e de outras Organizações não-governamentais senegalesas. O número elevado de refugiados na Guiné-Bissau e na Gâmbia justificaram intervenções das ONGs femininas, que contaram com a colaboração de *Rencontre Africaine pour la Défense des Droits de l’Homme* (RADDHO) na reinserção e realojamento dos refugiados. Os programas de retorno e realojamento dos refugiados e deslocados de guerra compreendem entre outros: transportes para retorno, reabilitação das casas, fornecimentos de materiais de agricultura e bens

¹¹¹ Explicação da presidente da Kabonketoor em entrevista durante o trabalho de campo em Ziguinchor, a 02 de Julho de 2011.

¹¹² *Plaidoyer* significa defesa; apologia. Neste sentido, ações de formação em *plaidoyer* são para a defesa da paz.

alimentares. Em Ziguinchor existe um centro de acolhimento dos refugiados para posterior reinstalação apoiado pelo governador local em cooperação com as organizações internacionais e da sociedade civil.

Relativamente à desmobilização dos combatentes do MFDC, os antigos combatentes e os combatentes em ativo que desejam depor as armas, recebem formação e são financiados na realização de “microprojectos.” Os agrupamentos de interesses económicos (GIE) dos combatentes dirigidos por elementos da sociedade civil casamansenses têm recebido apoios através de fundo de Estado - Fundo Nacional da Promoção da Juventude (Foucher, 2009: 159). Estes apoios visam incentivar os separatistas a deporem as armas para serem reinseridos na vida económica e social auferindo benefícios financeiros.

Comité Régional de Solidarité des Femmes pour la Paix en Casamance (CRSFPC/Usoforal) ou (Comité Regional de Solidariedade das Mulheres para a Paz em Casamansa) é uma das ONG que atua também no domínio do processo de paz em Casamansa, em diversas áreas dentre as quais, as de formação em *plaidoyer e leadership*. Seynabou Male Cissé, presidente desta ONG, explicou que *usoforal* em Jola significa (damo-nos as mãos).¹¹³ O CRSFPC/Usoforal concentra as suas atividades em Ziguinchor onde tem realizado ações de sensibilização junto às populações sobre a paz através de peças teatrais. Ao nível comunitário tem dado formação às mulheres em matéria de mediação dos conflitos sobre a terra. Embora na sociedade tradicional Jola as mulheres podem intervir como terceira parte na resolução do conflito, mas ao nível oficial ainda há na prática restrições de direitos.

A Usoforal em parceria com a Associação Nacional para o Desenvolvimento Local Urbano (NADEL), uma ONG guineense que atua na região de Cacheu, no setor de São Domingos, tem desenvolvido algumas atividades de sensibilização da população nas zonas fronteiriças, no setor de São Domingos, para demonstrar os efeitos nocivos da guerra e a necessidade de se contribuir para a paz.¹¹⁴

A população de São Domingos tem sido diretamente atingida pela violência da rebelião devido a sua aproximação com Ziguinchor, por isso algumas associações e ONGs locais estenderam sua intervenção no domínio da paz para apoiar as vítimas e sensibilizar as populações para não cooperarem com os promotores de violência. As principais vítimas de violência têm sido as mulheres que são frequentemente violadas sexualmente e abandonadas por vezes nas florestas por elementos do MFDC. Para sensibilizar as populações a repudiarem quaisquer atos de violência, a Associação de Amizade de São

¹¹³ Entrevista com a presidente da CRSFPC/ Usoforal, Seynabou Male Cissé, em Ziguinchor, a 02 de Julho de 2011.

¹¹⁴ Declarações de Seynabou Male Cissé durante a entrevista em Ziguinchor, a 02 de Julho de 2011.

Domingos tem apresentado peça teatral denominada *Teatro do Oprimido* junto às comunidades locais para demonstrar o sofrimento das mulheres pelo conflito. As ações de sensibilização e de formação têm sido apoiadas pela Associação *Mon cu mon* e o *Grupo de Teatro do Oprimido (GTO)*.¹¹⁵

A presidente desta associação esclareceu que as mulheres de São Domingos têm restrições à liberdade de circulação por terem sido as principais vítimas de violência sexual, por isso precisam de mais apoios materiais e financeiros e estabelecer parcerias com as ONGs casamansenses para execução das atividades.

As associações femininas de Casamansa reuniram em Janeiro de 2010 e formaram *Plateforme des Femmes de la Casamance pour la Paix* (Plataforma das Mulheres de Casamansa para a Paz) apelaram a união e a solidariedade de todas as mulheres do Senegal e da região para os esforços de paz, que conduzam as partes às negociações para pôr fim aos confrontos armados periodicamente “mortíferos”.¹¹⁶ Neste sentido, apelaram ao Estado senegalês a tomar todas as disposições necessárias para negociações e ao MFDC, a unidade para numa só voz responder o apelo ao diálogo.

Os objetivos desta Plataforma são igualmente dar visibilidade às ações das mulheres no domínio da paz e contribuir para o seu envolvimento e participação nas negociações. Embora muitas associações femininas tenham estado a trabalhar no domínio da paz em Casamansa, mas não há visibilidades das mulheres, porque não são envolvidas nas negociações.¹¹⁷

Para o jornalista Ibrahima Gassama as ONGs são muito bem financiadas pelas atividades no domínio da paz em Casamansa, razão pela qual na última década houve um aumento numérico das ONGs com projetos para a paz. Ibrahima Gassama disse que as iniciativas de paz são oportunidades para as ONGs receberem fundos, mas se por um lado, estas desenvolvem algumas atividades, já “o Governo senegalês não tem desempenhado um papel positivo na medida em que, recebe fundo para a paz e aplica no conflito”.¹¹⁸

¹¹⁵ Entrevista com Ana Maria Ferreira Duarte, presidente da Associação de Amizade de São Domingos, a 01 de Julho de 2011, em São Domingos.

¹¹⁶ Comunicado da Plataforma das Mulheres de Casamansa para a paz, divulgado a 14 de Janeiro de 2011, data da realização da marcha em Ziguinchor, para a paz em Casamansa.

¹¹⁷ Declarações de NDèye Marie Thiam, presidente da Plataforma das Mulheres de Casamansa para a paz, durante uma conversa informal em Ziguinchor, a 02/07/2011.

¹¹⁸ Declarações de Ibrahima Gassama, jornalista da Rádio Ziguinchor – ZIG/FM, durante entrevista em Ziguinchor, realizada a 01 de Julho de 2011.

3.1.2. Autoridades religiosas e tradicionais no processo de paz

A religião ocupa um espaço relevante na cultura Jola e alguns investigadores entendem mesmo ser difícil entender a sociedade Jola sem um estudo de sua religião tradicional, *awaseena* ligada a *mujooloayi* (Baum, 1986). Existe na cultura Jola uma ligação estreita entre a religião e a tradição.

A Usana¹¹⁹ associação feminina de rituais “místicos” criada em 1940 por mulheres idosas com poderes místicos em Ziguinchor, foi uma das primeiras a intervir no domínio da paz em Casamansa. Antes de suas atividades para a paz, desempenhou um papel relevante no final dos anos 1970 e início de 1980, na proteção mística dos elementos do MFDC e na preparação das manifestações de 1982 e 1983 organizadas pelo MFCD em Ziguinchor, através de sacrifícios e cerimónias de reza (Foucher, 2007; Beck & Foucher, 2009: 113). Tradicionalmente na etnia Jola as mulheres preparam os combatentes para a guerra, através de cerimónias místicas e estes antes de entrarem na rebelião armada prestam juramentos; por outro lado, o papel das mulheres é considerado relevante na reconciliação entre as partes em conflito, porque quando intervêm para pôr termo ao conflito entre dois homens, estes são obrigados a cessarem os atos de violência.¹²⁰

A Usana era igualmente intermediária entre o Estado e as populações nas situações de greves dos trabalhadores e outras agitações sociais. Na sua ação coletiva e rituais místicas as mulheres da Usana reuniam em *Antenne*, uma zona suburbana de Mongocouroto, mas foram consideradas subversivas pelas autoridades locais, dispersaram e enveredaram por rituais individuais (Foucher, 2007).

As motivações místicas contribuem para o prolongamento da guerra, na medida em que, os homens quando juram são obrigados a cumprirem os juramentos durante o conflito e não podem desistir da guerra, porque isso significa traição inconcebível nas questões de mitos tradicionais. O aspeto místico constitui um fundamento psicológico para a continuidade da guerra. Os conflitos integrados na defesa das formas mais vitais e dignas correm o perigo de sofrer uma eternização estando de facto a serviço de obstruir ou impedir a diferenciação dos mundos vitais modernos. Estes mundos são diferenciados e devem continuar sendo, para que não sejam eliminados o carácter reflexivo da tradição.

A relação que se estabelece entre o saber não questionado (tradição) e o saber explicitado com origem na (rutura, crítica e crise), enquadra-se no amplo quadro que vai dos fundamentos teológicos aos conceitos das ciências humanas e sociais, constituindo a

¹¹⁹ Usana em jola é considerada “*fétiche*” ou “*bois sacré*.”

¹²⁰ Explicações de Ibrahima Gassama durante a entrevista em Ziguinchor (01/07/2011).

estrutura básica do pensamento místico (Scholem, 1990). A crítica do conhecimento é crítica da sociedade e vice-versa e a consciência depende do conhecimento, que ocorre de acordo com experiência facilitada pela relação entre os constituintes *a priori* do sujeito e os fenómenos do mundo (Kant, 1991 (1781)). Na doutrina transcendental do sujeito expressa-se fielmente a primazia das relações abstratamente racionais, desligadas dos indivíduos particulares. Se a estrutura étnica tradicional dominante reside no misticismo, este passa a constituir racionalidade abstrata para o grupo. Como qualquer etnia africana o misticismo faz parte da cultura Jola, se pode ser utilizado para a guerra também pode ser utilizado para a paz. É neste contexto de intervenção no domínio da paz, que surgiram 10 associações “Usana” em 1990, em Ziguinchor e nas periferias onde estão migrantes Jola. Mas foi a partir do ano 2000 é que passaram a ter visibilidade nacional, regional e internacional, através do discurso de pacificação apelando ao género, à tradição e à sociedade civil na conjugação de esforços (Foucher, 2007).

Essas associações são consideradas pela etnia Jola, como agrupamentos responsáveis de rituais contra os males sociais e cada uma delas é formada em torno de uma sacerdotisa carismática e responsável de um santuário com a missão de pacificar, sendo intermediária entre Deus e os homens (Beck & Foucher, 2009: 114). Os mecanismos tradicionais de resolução de conflitos têm um papel importante no exorcismo de traumas de guerra e reintegração social através de rituais específicos (Honwana, 2003).

Existem vários santuários específicos para diferentes fins sociais, tais como: iniciação masculina, colheita do arroz, crimes violentos, guerra (Tomàs, 2008: 333). Há muitos santuários específicos para mulheres e que são proibidos aos homens, onde os Jolas procuram deste modo encontrar soluções para os seus problemas. O surgimento de novos santuários influencia importantes mudanças nas comunidades, que acreditam no poder espiritual e nos rituais religiosos.¹²¹

Além de rituais religiosos as mulheres da Usana organizam manifestações para a paz apelando ao diálogo entre o MFDC e o Governo. Em Outubro de 2002, milhares de mulheres da Usana desfilaram em Ziguinchor para “ lutar de forma mística contra as forças místicas que impedem o retorno da paz em Casamansa” (Foucher, 2003b: 118). A instrumentalização política destas associações como explica o investigador francês Vincent Foucher, contribuiu para divisões étnicas e políticas entre as lideranças femininas e fragmentação da Usana (Beck & Foucher, 2009: 114), resultou num fracasso o objetivo de

¹²¹Por exemplo, no reino de Oussouye a 30Km ao oeste de Ziguinchor, existem mais de 10 santuários diferentes e cada santuário tem a sua história, legislação e forma de organização interna, um modelo próprio de educação e área de influência social e religiosa.

intervenção para pôr fim ao conflito, contudo este fato não minimiza a relevância da religião tradicional e da mulher no processo de paz.

Segundo a norma costumeira Jola, antes da desminagem as mulheres devem realizar cerimónias para garantirem o sucesso desta atividade. As mulheres do “*bois sacré*” fazem rituais animistas que lhes autorizam a desenterrar “*remédios*” feitos à base de mistério para que haja paz definitiva. Mas as mulheres do *bois sacré* discordam da atuação das líderes das ONGs e não existe ação concertada entre estas mulheres ligadas aos usos e costumes tradicionais e os movimentos femininos para a promoção da paz em Casamansa. Pois aquelas entendem que as líderes das ONGs atuam de forma separada, promovem as atividades no domínio da paz e não se interessam com os rituais tradicionais, embora sejam interessantes para o sucesso de suas atividades. Portanto, existe uma clara contradição entre as entidades tradicionais costumeiras e as organizações modernas relativamente à ocupação de espaço social.

As entidades religiosas e tradicionais buscam a solução de paz através de fórmulas endógenas baseadas na cultura Jola e o poder místico tem sido utilizado em dois sentidos: guerra através de cerimónias para incentivar os homens a filiarem ao movimento armado e paz quando as mulheres do *bois sacré* numa perspetiva de paz são obrigadas a desenterrar “*remédios*” misteriosos para acabar com a guerra.

Embora as autoridades tradicionais não são legalmente reconhecidas pela legislação nacional senegalesa nas suas relações quotidianas com as populações, existe uma estreita cooperação entre o rei e os seus conselheiros, com o chefe da aldeia Jola. A cooperação entre o poder estatal e a autoridade tradicional tem permitido a resolução de muitos conflitos locais. Há porém, uma participação informal dos líderes jolas nas estruturas de governação local, bem como a participação dos membros do Governo senegalês (Ministros) nas estruturas religiosas Jola. Como na maioria das sociedades africanas, em Casamansa, existe uma coabitação pacífica entre o poder local e as estruturas das autoridades tradicionais e religiosas. Normalmente, as autoridades tradicionais coadjuvam os representantes locais da Administração do Estado, na gestão quotidiana da vida das comunidades, sendo previamente consultadas antes de tomadas das decisões e envolvidas na resolução de conflitos locais. Neste sentido, as instituições costumeiras são em muitos casos procuradas em primeiro lugar, pelas comunidades locais para a resolução de conflitos, devido a confiança e a legitimidade que gozam no seio da população e as instituições estatais permanecem como instâncias de recursos, que só são acionadas perante um impasse ou ausência de acordo entre as partes em conflito.

No conflito de Casamansa a intervenção das autoridades tradicionais não teve lugar nos primeiros momentos, por ser um conflito em que uma das partes é o Estado, que acreditava na repressão militar como forma de acabar com a rebelião e seus aderentes. Foi

utilizada a força que passara por torturas físicas, execuções sumárias e prisões arbitrárias dos rebeldes, denunciadas pela Amnistia Internacional e outras organizações de defesa dos direitos humanos. O Governo ignorou as estratégias alternativas de negociação e mediação que pudessem incluir as autoridades tradicionais que gozam de confiança das populações, o que contribuiria para diminuir as tensões do MFDC e possivelmente evitar a criação da ala militar *Atika*.

A ideia era ser preferível deixar o problema nas mãos dos líderes sociopolíticos veteranos porque “são mais propensos a negociar, estabelecer acordos e estar abertos a resultados positivos, que os líderes militares mais jovens, que têm maior tendência em procurar vitória militar” (Zartman & Rubin, 2002: 229).

O modelo tradicional de resolução de conflitos em África, normalmente tende a envolver os líderes tradicionais antes do conflito evoluir para o campo militar, embora no conflito de Casamansa este envolvimento aconteceu após a evolução militar, isto é, depois de esforços falhados de tentativas de paz entre as partes. O Governo senegalês admitiu a intervenção dos intermediários convencionais e das autoridades tradicionais, tornando-se mais flexível a intervenção de terceiras partes no processo de paz.

As autoridades tradicionais não são um grupo homogéneo, “são uma diversidade de instituições, normalmente muito personalizadas, que podem legitimar sua autoridade a partir de uma religião; ou por sua pertença a uma linhagem (rei) considerado como o primeiro ocupante de um determinado território, o único capacitado para executar determinados rituais que propiciam a chuva e a fertilidade da terra; ou por gozar de estatuto de *régulo*, chefe local reconhecido pelo Estado colonial com autoridade numa determinada zona do país (Farré, 2008: 92).

O rei de Oussouye é uma autoridade tradicional com responsabilidades concretas no santuário para o benefício da comunidade e desempenha funções: religiosa, económica e judicial; presta ajudas financeiras aos habitantes do reino em casos de necessidades; possui campos de cultivo de arroz e outros cereais com trabalhadores por sua conta; oferece os produtos agrícolas às pessoas necessitadas; recebe visitas que lhe são pagas e o dinheiro é utilizado para ajudar a população, no caso de doenças de crianças; pode emitir a sua opinião e apresentar propostas para a resolução dos conflitos.

O rei deve ser garante da paz social, o seu poder é considerado divino e sagrado, tendo ele o seu próprio Altar diferente de outros Altares que funcionam de forma hierárquica. Há Altares com funções muito importantes como *Jananande* e *Elung*, que substituem

provisoriamente o rei, em caso de falecimento deste, antes da nomeação de um outro rei.¹²² Cada Altar tem a sua própria norma para aplicação da justiça, o *feitico* é considerado uma forma de justiça. A organização social e política em Oussouye difere de estruturas de outros departamentos de Casamansa não estruturados pela diferenciação social: “As sociedades animistas dividem-se segundo o grau de centralização do poder e de diferenciação social” (Nóbrega, 2003: 57).

O rei de Oussouye e os líderes religiosos tradicionais de *awaseena* têm feito muitas orações de paz através de santuários e alguns líderes têm deslocado até às florestas para convencer os jovens do MFDC a entregarem as armas e regressarem para as suas aldeias. Conseguiram desta forma desmobilizar muitos jovens rebeldes (Tomàs, 2008: 37).

Os mecanismos tradicionais de resolução de conflitos especialmente os religiosos, se concretizam através de cultos nos lugares religiosos especializados que envolvem as comunidades locais e os políticos. *Kasa* é a localidade em Casamansa que mantém mecanismos de resolução de conflitos em lugares de cultos, mas esses mecanismos são utilizados como recurso porque destinam-se a realizações de cultos para afastar os feiticos, procurar o bem-estar e a paz. De uma maneira geral a população reconhece a importância do papel do rei no processo de paz, não só pela realização de rituais religiosos, mas pelos contactos diretos com o então líder religioso e espiritual do MFDC, Abbé Diamacoune Senghor, para realização de atividades em favor da paz. O poder do rei é local e não se estende a toda à região de Casamansa como autoridade religiosa e tradicional para efeitos de paz. Esta estrutura política baseada nos poderes (religioso e judicial) do rei abrange os Jolas - huluf (Jola Fogni, Seleki e Ajamat), excluindo os Jolas não huluf (Wolof, Serer, Mandinga, Fula) que são considerados estrangeiros.

O Departamento de Oussouye tem 36.506 habitantes e os Jola-huluf representam 80% do total da população. Os reis de Oussouye entendem que são marginalizados pelas autoridades oficiais senegalesas contrariamente aos outros chefes costumeiros do Senegal, como os *Jaraafs*, que recebem apoios financeiros do Estado. Por isso, aproveitaram a visita do Governador de Dakar, Cheikh Tidiane Dieng à capital Cassa, para reivindicar tratamento igual; e, enquanto autoridades tradicionais e religiosas reclamaram mais envolvimento no processo de resolução do conflito de Casamansa. Pois entendem que se fossem oficialmente envolvidos o conflito não teria a duração prolongada (Senghor, 2010). Os reis nas sociedades africanas gozam de muito prestígio popular e em situações de conflitos as

¹²² O rei é nomeado através de um complexo processo em que participam apenas cinco famílias reais que formam conselho de chefes dos Altares e as rainhas mães, que são mulheres dos antigos reis. A nomeação dos reis é feita de forma rotativa no seio dos clãs. Esclarecimentos de Jordi Tomàs durante o seminário no ISCTE-IUL, a 14/01/2010.

suas opiniões ou propostas são respeitadas pelas partes beligerantes. Os reis de Oussouye exercem funções judiciais que lhes permitam participar na resolução de diferendos, além de realizarem rituais religiosos específicos para a paz. Como demonstra Jordi, os assuntos da paz e resolução de conflitos fazem parte da tradição do reino de Oussouye, sendo parte das funções do rei (Tomàs, 2005b: 414 - 441).

Figura 3. 2: Imagens dos Reis de Oussouye



Fonte: www.pressafrik.com/Les-rois-d-Oussouye-se-rebellent-contre-les-autorites-de-la-Republique_a25177.html

O Comité dos sábios é composto por um grupo de anciãos muçulmanos tem grande influência e legitimidade igualmente apenas em Diouloulou ao oeste de Casamansa, devido a recente e parcial islamização da Baixa Casamansa. Portanto, não possui legitimidade suficiente para mediar o conflito numa base de diálogo com todas as fações do MFDC, como pretendia o Governo senegalês (Beck e Foucher, 2009: 115).

Nas sociedades animistas ou muçulmanas os anciãos são pessoas de uma faixa etária superior “*homens velhos*” respeitados pelas experiências de vida e sabedoria acumuladas, têm poderes nas tomadas de decisões familiares e influência nos assuntos de interesses das comunidades em que normalmente participam. Esta é uma forma de diferenciação social com base nas classes de idade, em que os velhos são considerados acumuladores de conhecimentos tradicionais, religiosos, morais e de organização comunitária e social.

Em 2003, muitas personalidades sociais juntaram-se às autoridades tradicionais do reino de Oussouye nos esforços conjuntos para a paz. Em Dezembro de 2006, muitas OGNs de Casamansa organizaram uma reunião a que se juntaram mais de sete autoridades tradicionais Jola de todo o departamento de Oussouye (Kabrousse, Oussouye e Esulalu) e as comunidades Jola Ajamat, na Guiné-Bissau, para falar sobre a paz.

Nos esforços internos para a paz em Casamansa cada um dos atores intervenientes utiliza seu discurso para afirmação de legitimidade. A influência religiosa na resolução do conflito pode-se destacar não só na figura do rei e das autoridades tradicionais, mas em algumas organizações religiosas da sociedade civil e na Igreja Católica.

3.1.2. Influência da Igreja Católica e dos Sacerdotes no processo de paz

A diversidade religiosa de Casamansa constitui um dos fundamentos sociológicos para o envolvimento da Igreja Católica na resolução do conflito; por outro lado, o prestígio, os recursos, a organização e a influência da Igreja Católica em Casamansa; bem como a facilidade de diálogo que os líderes eclesiásticos tinham com os representantes do Estado senegalês e com os elementos do MFDC, são outras razões que fundamentaram a participação da Igreja Católica nos primeiros momentos do processo de paz. Os sacerdotes casamansenses são muito respeitados pela população por causa do apoio da Igreja aos programas de desenvolvimento social, como na área da educação. O comité dos clérigos criado após a assinatura do primeiro acordo de cessar-fogo entre o MFDC e o Governo senegalês é uma referência do envolvimento da Igreja no processo de paz. Os elementos do comité desempenharam papel relevante nos contactos com elementos do MFDC e os sacerdotes estiveram envolvidos na negociação e mediação do conflito (Beck e Foucher, 2009).

Não obstante o sacerdote Augustin Diamacoune Senghor ter sido separatista, a Igreja Católica tentou manter sua neutralidade relativa ao conflito para preservar as boas relações com o Governo senegalês, os muçulmanos e os cristãos de todo o Senegal. Por esta razão, o Estado senegalês solicitou inicialmente ajuda da Igreja, para pressionar Augustin Senghor a desvincular-se do MFDC e os elementos do comité clerical passaram a ser portadores de mensagens de paz estabelecendo contactos com Augustin e os combatentes separatistas. Mas a sua continuidade como líder do movimento provaram que suas motivações separatistas eram bastante consistentes, não podendo sucumbir-se em nome da religião.

A Igreja Católica em cooperação com a França, em 1997, lançou uma campanha para a paz, que consistia em projetos de desenvolvimento, doação de alimentos aos combatentes e contactos diretos com os guerrilheiros (Beck e Foucher, 2009: 111).

Os mecanismos de resolução de conflitos em África de uma maneira geral, possuem diferentes performances influenciados fortemente por tradições, usos e costumes locais e religião. Devido a diversidade de tradições e de usos e costumes o processo de resolução do conflito de Casamansa conta com diversas influências costumeiras locais e dos líderes tradicionais e religiosos. Este pluralismo de meios tradicionais na resolução de conflitos

dificulta a uniformização de mecanismos de resolução de conflitos por entidades tradicionais.

Na Baixa Casamansa devido a ausência de hierarquia sociopolítica e cultural os costumes e os rituais místicos têm sido utilizados pelos diferentes atores, tanto para a mobilização dos combatentes para adesão ao MFDC como para o processo de paz. O próprio Estado senegalês também utilizou os costumes para resolver o conflito a seu favor. Com o prolongamento do conflito, as entidades religiosas em colaboração com as organizações da sociedade civil em Casamansa têm concentrado suas atividades e intervenções no domínio da resolução do conflito.

3.1.4. Influência étnica e cultural na resolução do conflito de Casamansa

As investigações sobre a participação das organizações da sociedade civil no processo de paz em Casamansa destacam a *Association Culturelle Ageen Diambogne* (ACAD) como um dos primeiros movimentos associativos a utilizar os costumes e a cultura local na resolução do conflito (De Jong, 2005). Esta associação formada por quadros Serer e Jola foi criada em 1994, por Youba Sambou um jola de Casamansa, quando era governador de Fatick no norte do Senegal (Beck e Foucher, 2009: 116). Esta liderança aproveitou das particularidades socioculturais e históricas de Casamansa, caracterizadas pelo pluralismo étnico maioritariamente Jola, diferente do norte do Senegal dominado pelo grupo étnico Wolof e organizou um festival das origens no território Serer com objetivo de demonstrar a ligação Serer-Jola (Roche, 1985). Tendo em conta as divergências étnicas do conflito que opõe o sul (Casamansa) ao norte do Senegal, a ACAD elaborou um projeto ideológico que tinha como objetivo aproximar as partes em conflito, demonstrando através de laços de parentesco e culturais a profunda ligação existente entre os Jola e os Serer do norte do Senegal, que se encontram principalmente na região de Fatick. Os casamansenses consideram os Jola e os Serer grupos étnicos ligados por laços de parentesco (Awenengo, 2006).

Os Jolas chegaram na mesma altura com os guerrilheiros *Gellewar* e se instalaram no Sine, território Serer antes de repartirem ao sul, na Baixa Casamansa. A situação tomada em conta para explicar o parentesco “Jola-Serer”, designado *Xasonke*, é precisamente essa coabitação Serer-Jola, no chão étnico Serer (Diouf, 1994: 29), na medida em que, não existem cruzamentos biológicos entre estas duas etnias que justifiquem os laços de parentesco. A Baixa Casamansa embora seja de pluralismo étnico não é caracterizada pela mestiçagem, o que leva a pensar que cada etnia tenta preservar sua identidade. Os primeiros habitantes de Casamansa, os *Banhuns* formam um grupo minoritário sem sinais

marcantes de mestiçagem; o Balanta, o Manjaco e o Mancanha têm mais cruzamentos étnicos com o grupo maioritário Jola, por isso, denota-se mais mestiçagem entre estas etnias, sendo que as aproximações étnicas reportam-se às origens históricas. Já em Dakar e noutros centros urbanos do Senegal existem muitos cruzamentos interétnicos, por exemplo, entre os membros do grupo étnico Tenda (Bassari, Bajaranke, Bedik, Koniagi) e do Jola. A aproximação entre os vários grupos étnicos resultaram na formação de uma cultura mestiça, que conjuga diversos valores e formas de vidas coletivas.

Cultura na conceção sociológica significa valores partilhados por um determinado grupo de pessoas, ou membros de uma sociedade, que inclui vida familiar, modo de vestir, casamento, trabalho, cerimónias religiosas, ocupações, tempos livres. Abrange alguns bens que se constroem: arcos, arados, flechas e outros instrumentos (Giddens, 2004: 46 – 47). Portanto, determinados objetos artesanais identificam culturalmente os diferentes grupos das sociedades africanas. Há relação entre cultura e sociedade, sendo que não existe cultura sem sociedade ou sociedade sem cultura. Todas as sociedades têm suas culturas próprias que são transmitidas de geração em geração com uma certa evolução no tempo. As diferenças culturais têm sido causas de vários conflitos armados em África e noutros continentes.

A ACAD tentou demonstrar a tradição cultural entre os Jolas de Casamansa e os Serer do norte do Senegal reclamando pela paz e reconciliação (Foucher, 2007). Mas esta experiência primária e singular de invocação de ligações étnicas e culturais para a resolução do conflito não surtiu os efeitos desejados. Pois, a filosofia étnica não era aplicável neste caso ao Jola e outros grupos étnicos senegaleses nomeadamente o Wolof, e, por consequência não é aplicável ao Estado senegalês, senão de forma restrita a determinados subgrupos Jola e Serer; embora os casamansenses consideram o Jola e o Serer grupos étnicos ligados por laços de parentesco (Awenengo, 2006). Os cruzamentos de parentesco entre as etnias que muitas vezes advêm de laços colaterais (matrimónios) são insuficientes para dissuadir as reivindicações de carácter étnicas, económicas e políticas do conflito. O referido projeto ideológico falhou não só na leitura sociológica de Casamansa e das questões étnicas casamansenses, como não levou em conta as demais motivações do conflito.

Malamine Kourouma fala de “socioculturas” em Casamansa como sinónimo de coabitação de diferentes etnias. Kourouma, da etnia Mandinga, nasceu em Gabu, na Guiné-Bissau, mas emigrou há muitos anos para Casamansa onde vive na *tabanca* de Goudomp, localizada entre Cacheu e Ingoré, onde foi Prefeito eleito pelo Partido Democrático Social (2002). Numa conversa informal com Kourouma sobre o processo de paz em Casamansa, em Junho de 2011, em Dakar, ele explicou que foi indigitado pelos casamansenses, como “mediador de base”, e numa base sociocultural tem estado a trabalhar com 10 etnias de

Casamansa: Jola, Banhun, Balanta, Mancanha, Manjaco, Mandinga, Jacanque, Papel, Soninké, e Poular (Peul). Kourouma entende que o conflito de Casamansa não é apenas um problema da etnia Jola, mas de outras diferentes etnias “as socioculturais” (Gomes, 2011).

Kourouma organizou em 2002, “ *les assises Casamanso-casamançaises*” que reuniu as socioculturais (dez etnias) e os representantes do MFDC com o objetivo de promover a coabitação pacífica e a reconciliação entre as diferentes etnias de Casamansa e o MFDC. As dez etnias que tomaram parte nessas reuniões declararam o seu sentimento de pertença à Casamansa e ao Senegal para desanuviar o sentimento genérico do predomínio da etnia Jola de Casamansa. Pois a identidade casamansense é de diversidade étnica e os espaços culturais e políticos são partilhados entre as diferentes etnias.

3.2. Conferência das Mulheres Líderes Parlamentares e das Organizações da Sociedade Civil sobre a paz nas zonas fronteiriças

A Conferência das mulheres parlamentares e líderes das organizações da sociedade civil sobre a paz nas zonas fronteiriças foi uma iniciativa da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, realizada em João Landim, em 2007. A Conferência reuniu representantes da Guiné-Bissau, Guiné-Conacri e do Senegal em que participaram representantes da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), Gabinete das Nações Unidas de Apoio à Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNOGBIS), representantes do Corpo Diplomático residentes no País e personalidades de outras organizações internacionais.¹²³ A agenda principal da Conferência foi análise das consequências transfronteiriças do conflito para as populações e da implementação da Resolução 1325/2000 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Relativamente à primeira questão, com base nos resultados de estudos sobre as consequências do conflito de Casamansa, para as populações senegalesas e guineenses no domínio socioeconómico e humanitário chegaram as seguintes conclusões: o conflito destruiu infraestruturas sociais; provocou desintegração das famílias e grande número de refugiados para os países vizinhos; gerou clima de insegurança das populações e impacto negativo nas economias locais; aumentou a pobreza e as doenças afetando sobretudo as mulheres e as crianças nas zonas fronteiriças; existência de fraca capacidade de apoio dos

¹²³ Conforme Documento da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau “Conferência das Mulheres Líderes Parlamentares e das Organizações da Sociedade Civil sobre a Paz nas Zonas Fronteiriças” realizada a 26 -27 de Outubro de 2007, em João Landim.

governos senegalês e guineense às vítimas do conflito e do controlo das zonas fronteiriças e existência de focos de tensão entre as forças governamentais e os elementos do MFDC.

Os estudos recomendaram apoio para as populações e as comunidades afetadas pelo conflito aproveitando-se das estruturas locais existentes; pois os missionários têm prestado ajuda às populações sobretudo nas áreas da saúde e educação, mas não conseguiram suprir todas as carências comunitárias. Sobre o controlo das zonas fronteiriças pelos dois governos, na verdade não tem sido ato permanente e contínuo, mas periódico e pontual, sobretudo quando há eminência de confrontos entre o MFDC e as Forças Armadas senegalesas. Mas a natureza e a localização do conflito exigem controlo permanente das zonas fronteiriças como medida preventiva de segurança contra a desestabilização.

Sobre o envolvimento das mulheres no processo de paz, os conferencistas sublinharam que a Resolução 1325/2000 do Conselho de Segurança das Nações Unidas constitui um instrumento legal que permita essencialmente os Estados e Governos adotarem medidas que promovam envolvimento das mulheres nos domínios da paz e segurança. A Resolução tem como destinatários os Estados-membros das Nações Unidas, o Sistema das Nações Unidas, a União Africana e outras organizações internacionais vocacionadas para a paz e segurança. Constataram que houve pouco progresso sobre a integração do género nas negociações de paz e algum progresso no âmbito da CEDEAO na prevenção, gestão e resolução de conflitos, paz e segurança.

Após a análise das consequências socioeconómicas e humanitárias do conflito que afeta sobretudo as zonas fronteiriças do Senegal e da Guiné-Bissau, os intervenientes foram unânimes em enfatizar a necessidade de construção da paz duradoura com a participação das mulheres. Realçaram o papel que os parlamentares podem desempenhar como representantes do poder legislativo na aprovação das leis de educação cívica, com vista a mudança de comportamento das populações e adotaram uma Resolução Final em que constam importantes recomendações:

1. Que sejam adotados programas de reabilitação, reconstrução e construção das infraestruturas socioeconómicas nas zonas afetadas pelo conflito;
2. Que as convenções assinadas no quadro da CEDEAO sejam ratificadas para implementação e divulgação às comunidades;
3. Que sejam feitas ações de *lobbying* junto do Parlamento gambiano com a finalidade de integrar o Comité das Mulheres Líderes Parlamentares e da Sociedade Civil da sub-região do Oeste Africano;

4. Que seja incentivada a elaboração de um plano de ação para operacionalização da Resolução 1325/2000 ao nível dos Estados presentes na Conferência.

Os efeitos psicológicos e sociais do conflito armado nas populações, em particular nas mulheres deveriam constituir fundamentos para o envolvimento das mulheres na prevenção, gestão e resolução de conflitos, porém nem sempre são tomados como motivos relevantes. Os Estados devem adotar mecanismos que promovam maior participação feminina nos processos de construção da paz, porque é constatação quase geral que as mulheres são as principais vítimas das consequências nefastas dos conflitos.

As mulheres gambianas parlamentares e das organizações da sociedade civil não estiveram representadas na Conferência por não integrarem esta organização, contudo devem ter um espaço e voz no diálogo sub-regional sobre a paz e segurança.

CAPÍTULO 4. A GUINÉ-BISSAU NA RESOLUÇÃO DO CONFLITO DE CASAMANSA

4.1. O Estado da Guiné-Bissau – Parte Garante do processo de paz

Após dois fracassos de negociações diretas informais entre o MFDC e o Governo senegalês em Cap-Skiring (1990) e Toubacouta (1991), um dos departamentos de Ziguinchor situado perto do setor de São Domingos, as partes em conflito através de um acordo nomearam o Estado da Guiné-Bissau como Parte Garante do Processo de Paz, na busca de solução pacífica duradoura e as autoridades guineenses aceitaram. Segundo o jornalista Allen Yero Embaló, o MFDC reclamava a independência de Casamansa com fundamento que esta região foi um território autónomo na era colonial e tinha um governador que lhe dava carácter de colónia, mas o Governo senegalês refutou este argumento e manteve-se o impasse.¹²⁴ A partir desta data, o Estado da Guiné-Bissau representado pelas suas autoridades políticas, passou a ser terceira parte na resolução do conflito de Casamansa.

O conceito de autoridade política é utilizado aqui como sinónimo de poder político, no duplo sentido Weberiano: com fundamento legal ou racional e constitucional. Max Weber define poder como “a probabilidade que um homem ou um grupo de homens tem, de impor a própria vontade numa relação social, independente de resistência dos demais membros” (Weber, 1994: 43; Maquet, 1970: 33). Esta definição exprime a dominação ou submissão à autoridade legal.

No conceito de autoridade como poder legítimo Weber define três tipos de autoridade: legal ou racional, tradicional e carismática. Com relação à autoridade legal, a obediência é fundamentada nas normas objetivas legalmente estabelecidas; a autoridade tradicional, a obediência é à pessoa considerada pela tradição como chefe de uma determinada comunidade; e a autoridade carismática, a obediência é à pessoa que goza de prestígio pessoal numa comunidade.

No vocabulário comum e na antropologia, poder e política são conceitos estritamente associados; em ciência política poder é genericamente considerado objeto principal da política e tem como noções: autoridade, influência, Governo, Estado.

Nos termos da Constituição da República da Guiné-Bissau, artigo 62º, nº 2, quem representa o Estado é o Presidente da República. O Governo é o órgão executivo e

¹²⁴ Declarações de Allen Yero Embaló, jornalista e correspondente da Rádio França Internacional (RFI) em Bissau, em entrevista realizada nas instalações da Rádio Bombolom, em Bissau, a 20/06/2011, durante o trabalho de campo.

administrativo supremo e responsável pela política geral do País, conforme os nº1 e 2 do artigo 96º da Constituição da República.

Foi no âmbito de representação de Estado e política geral associada às relações entre Estados (Guiné-Bissau e Senegal), que as autoridades políticas (Presidente da República e Governo) tiveram intervenções no processo de resolução do conflito de Casamansa.

4.1.1. Conceito e papel de Parte Garante do processo de paz

A nomeação do Estado da Guiné-Bissau como Parte Garante do Processo de Paz pelos beligerantes, tem-lhe permitido intervir nas negociações entre o MFDC e o Governo senegalês, mediar e influenciar acordos de paz entre as partes e acompanhar a sua implementação.¹²⁵ Essa nomeação foi uma demonstração de confiança e uma chamada de atenção da necessidade de uma contribuição positiva deste país, na busca de soluções pacíficas para o conflito.

Numa análise jurídico-política o papel da Guiné-Bissau como Parte Garante do processo de paz corresponde ao de terceira parte interveniente, na qualidade de mediadora principal, a quem confere propor às partes soluções de paz duradoura. Em virtude da polarização do conflito entre as partes não se pode menosprezar a relevância do papel de terceira parte não protagonista do conflito, como é o caso da Guiné-Bissau, seja pela aproximação de sua fronteira com o Senegal ou pela interligação étnica “Felupe – Jola” nestes dois países. O mediador deve ter a confiança das partes, porque ele constitui um elo de comunicação entre elas na procura de solução de compromisso de paz. Porém, o desempenho deste papel nem sempre correspondeu às expectativas das partes, posto que em algumas circunstâncias a Guiné-Bissau, através de suas autoridades interveio mais como beligerante e não como parte isenta. Nesta perspectiva, interessa analisar o papel da Guiné-Bissau como terceira parte interveniente no processo de resolução do conflito à luz de tipologia de terceiros intervenientes na abordagem de Simmel (1968).

Como Parte Garante do processo de paz, o Estado da Guiné-Bissau desempenhou papel de mediador e interveniente nas negociações de paz entre o MFDC e o governo senegalês, em que teve alguns sucessos e insucessos. Conseguiu como mediador influenciar as partes para o “cessar-fogo” e assinaturas dos acordos de paz em 1991 e em 1993; conseguiu aproximar as partes através de negociações indiretas em que estivera

¹²⁵ Consultar o documento “République de Guinée-Bissau. Procès Verbal : Consultations avec les Parties sur le conflit de Casamance ” (8-9 Avril, 1992).

presente e acompanhou através de avaliação a implementação de alguns compromissos assumidos pelas partes. Porém, estas questões serão analisadas mais adiante. Se por um lado, o envolvimento das autoridades guineenses no cumprimento dos deveres de garante do processo de paz resultou em sucesso, por outro lado, posições pouco claras ou dúbias e intervenções aliadas aos interesses de uma das partes em conflito, qual seja, o Estado senegalês, como a colaboração na prisão do então líder espiritual do MFDC, abade Augustin D. Senghor, em Bissau , quebraram o princípio de neutralidade da terceira parte, fragilizando o seu papel de Parte Garante do Processo de Paz. Este tipo de terceiro interveniente enquadra a tipologia *tertius gaudens* (Simmel, 1968). A Guiné-Bissau como terceira parte não implicada diretamente no conflito, aliou-se aos interesses do Senegal auferindo-lhe vantagens e criando dificuldades ao MFDC.

Estes problemas associados a divisão do MFDC, ao tráfico de armas para Casamansa, que originou o conflito político-militar na Guiné-Bissau, em que o Governo senegalês aliou-se às forças governamentais e a ala do MFDC sob comando de Salif Sadio aliou-se à Junta Militar, contribuíram para o insucesso da Guiné-Bissau na mediação e negociação indireta, para as quais deixou de merecer a confiança das duas partes. Uma das condições relevantes para a mediação é a neutralidade no conflito como já se referenciou, para permitir melhor colaboração entre as partes envolvidas no processo de paz.

A Guiné-Bissau tem adotado uma posição oficial de neutralidade em relação ao conflito de Casamansa, demonstrada através de discursos políticos, contudo o Governo senegalês tinha suspeita que apoiava de forma sorrateira a rebelião (Faye, 1994). Por outro lado, algumas pessoas entendem que as ligações interétnicas e familiares entre guineenses e senegaleses de uma maneira geral e em particular, entre os Felupes e os Jolas, estes últimos na sua maioria separatistas de Casamansa, são situações que retiram isenção das autoridades guineenses como garantes do processo de paz. Segundo o Embaixador guineense Ensa Djandy, um dos entrevistados durante o trabalho de campo em Bissau, “existe um apoio da população guineense aos elementos do MFDC, que passeiam livremente nas *tabancas*”.¹²⁶ Entende por isso, que a Guiné-Bissau não deveria ser Parte Garante do processo de paz, mas um outro país.

A questão de solidariedade étnica é transversal à vontade soberana dos Estados e funciona sobretudo nas situações de conflito. Se os indivíduos falam a mesma língua, têm os mesmos costumes é difícil distingui-los em Felupe guineense ou Jola senegalês de Casamansa ou gambiano.

¹²⁶Entrevista concedida por Ensa Djandy, a 28/05/2011, em Bissau, durante o trabalho de campo. Ensa Mahatma Djandy é Embaixador guineense aposentado.

Numa conversa informal com um oficial do Exército guineense, este enfatizou a questão da influência étnica do conflito nos territórios do Senegal, Guiné-Bissau e Gâmbia, dizendo que “os Felupes e os Jolas tanto podem declarar serem guineenses, como senegaleses ou gambianos”, porque falam a mesma língua, fazem os mesmos tipos de cerimónias tradicionais e religiosas¹²⁷. Os “Jola-Felupe” do Senegal e da Guiné-Bissau têm bolanha comum em Budjim, uma zona que fica entre Varela e Cap Skirring e os régulos felupes são escolhidos entre os Felupes da Guiné-Bissau e Jolas do Senegal e da Gâmbia e todo o grupo étnico lhes devem obediência.

O grupo étnico Jola dividido por fronteiras artificiais dos três países, continua unido mantendo ligações étnicas através de casamentos, visitas, festas de famílias, cerimónias e eventos culturais, mas estas atividades não preocupam oficialmente os Governos e por consequência, não são dificultadas ou reprimidas por estes.

Numa outra perspectiva de análise, qual seja militar, este oficial do Exército guineense disse que a Guiné-Bissau deve continuar a ser Parte Garante do processo de paz de Casamansa, mas deve organizar-se melhor e criar condições materiais aos militares guineenses, para inspirar mais confiança e credibilidade das partes em conflito e garantir melhores resultados na mediação do conflito. Pois de seu ponto de vista pessoal, entende que, a falta de transporte, meios de comunicação, ausência de trajes militares condignos e insuficiência financeira dificultam as missões de pacificação e por consequência a obtenção de resultados esperados.¹²⁸ Para isso deve haver posicionamento claro das autoridades guineenses sobre a questão de Casamansa.

As ligações étnicas e familiares entre guineenses e casamansenses, na sua maioria Jola, são laços naturais que constituem fronteira étnica distinta das fronteiras artificiais das áreas de soberania dos Estados da Guiné-Bissau e do Senegal. A Guiné-Bissau não é parte direta no conflito, mas os Felupe de São Domingos (Susana e Varela) são o mesmo grupo étnico Jola de Casamansa; por isso, ainda que o conflito não seja no seu território, não lhe é alheio e deve ser parte interessada na sua resolução pacífica. A esse propósito os investigadores sobre o processo de paz de Casamansa são quase unânimes em admitir, que tanto o Estado da Guiné-Bissau como o da Gâmbia devem ser envolvidos, porque têm um papel relevante a jogar na resolução do conflito como países vizinhos do Senegal; ademais, uma de suas etnias faz parte do Movimento das Forças Democráticas de Casamansa. Pois conforme sustenta Paul Williams: “Os mediadores e suas equipas, que

¹²⁷ Conversa informal com um oficial do exército guineense, a 12/09/2012, em Monte Abraão, Queluz, no Concelho de Sintra.

¹²⁸ Foram as declarações do oficial do Exército guineense durante uma conversa a 12/09/2012 em Monte Abraão, Queluz, no Concelho de Sintra.

residem em permanência na região em causa, exercem por esse motivo uma influência mais positiva do que os enviados especiais que apenas efectuam visitas curtas às zonas de conflito” (Williams, 2013: 8).

O estatuto da Guiné-Bissau como Parte Garante do processo de paz atribuiu uma responsabilidade acrescida às autoridades guineenses, que não só deviam mediar ou facilitar o acordo entre as partes, como acompanhar todas as fases do processo, zelar pelo cumprimento dos acordos de paz, não manifestar apoio à nenhuma das partes, ou permitir que o seu território seja utilizado por uma das partes em conflito contra à outra.

A construção da paz definitiva em Casamansa com ajuda da terceira parte mantém-se como um ideal a atingir. Embora as partes não estejam em confrontos armados diretos mas não vivem uma situação de paz, porque a paz não é apenas ausência da guerra, mas algo mais, “ausência de violência” (Galtung, 1981: 184) e continua existindo violência psicológica e social.

4.2. Interesses e posições das partes na mediação do conflito

A estrutura das relações tem influenciado o processo e os resultados de mediação, pela inferência das variáveis ideológicas e políticas e de posições ambíguas das partes intervenientes. O interesse da ala dura do MFDC na continuidade da guerra pela independência tem condicionado os acordos de paz não integrativos, quer pela falta de adesão global do movimento, quer pela ausência de um debate aprofundado da questão da independência.

A posição da Parte Garante do processo de paz caracterizada pela sua intervenção ambígua, ora como parte neutra, ora como implicada ou com interesse no conflito, antes de contribuir para um ambiente positivo (Moore, 2003), criou desconfiança entre as partes. Veja o comportamento das partes na mediação (*quadro 4.1*).

Quadro 4.1: Estruturação de comportamentos das partes na mediação do conflito

Dimensões de atitudes	
Conflito	Competição para desgaste do outro (MFDC versus Governo)
Contenção da agressão	Negociações; acordos de cessar-fogo e de paz
Mediação	Parte Garante: neutralismo de cortesia e imparcialidade relativa
Cooperação	Partes beligerantes: cooperação mútua e tentativas de conciliação
Conluio	Parte Garante: colabora na prisão de Abbé D. Senghor, em Bissau
Antagonismo	Partes beligerantes: confrontos esporádicos
Desconfiança entre as partes	Posições ambíguas das partes envolvidas
Acalmia	Confiança limitada; Confiança total

Fonte: Adaptação do modelo (Walton & Mckersie, 1991:189).

Este quadro serve para demonstrar as atitudes e relações entre o MFDC e o Governo senegalês e entre estes e a Parte Garante na mediação do conflito.

Conflito - a relação de conflitualidade entre o MFDC e o Governo senegalês tem sido normalmente de competição vertical, relativa ao poder de cada parte fazer valer seus interesses recusando os da outra. O Governo recusa reconhecer a legitimidade do MFDC e sua pretensão separatista, colocando-se numa posição de supremacia, enquanto o MFDC recusa continuar subordinada à soberania territorial senegalesa. Neste sentido, Kenneth Boulding define conflito como: “uma situação de concorrência, onde as partes estão conscientes da incompatibilidade de futuras posições potenciais, e na qual cada uma delas deseja ocupar uma posição incompatível com os desejos da outra” (Boulding, 1962). O objetivo principal pretendido por ambas as partes é o desgaste ou enfraquecimento de uma em relação à outra para afirmação de interesses.

Ao contrário da teoria realista das relações internacionais que encara o conflito como um fator de evolução positiva, capaz de impulsionar progresso social (Miall *et al*, 2004), este conflito continua sendo um fator de atraso da região e sociedade casamansenses, porquanto as partes não assumirem com seriedade os compromissos firmados dos acordos de paz. Esta concepção que atribui o conflito uma dinâmica própria associada à mudança social contradiz a real situação de Casamansa.

Os confrontos esporádicos ocorridos sempre após assinaturas dos acordos de cessar-fogo ou de paz levaram a um clima de desconfiança extrema entre as partes. As alas duras do MFDC com objetivos divergentes aos constantes dos sucessivos acordos têm entrado

em confrontos diretos com as Forças Armadas senegalesas. Permanece no seio do MFDC a dicotomia de vontades e o antagonismo de objetivos entre este movimento e o Governo. O MFDC continua firme nos seus objetivos e inflexível nos meios para alcançá-los.

Contenção da agressão – durante as negociações e assinaturas dos acordos de paz e de cessar-fogo, as partes tendem a conter atos de agressões, através de moderação. Verifica-se uma relativa acalmia contudo a desconfiança se mantenha pela relutância do reconhecimento de legitimidade mútua.

Mediação – a terceira parte ou seja, a Parte Garante do processo de paz assume uma posição diplomática de neutralidade no conflito para facilitar a aproximação das partes na tentativa de solução pacífica. Porém, observa-se que é beneficiária de uma confiança limitada das partes pela ambiguidade de posições adotadas face ao conflito (Marut, 1996: 86). Para merecer a confiança plena das partes impunha-se a Guiné-Bissau um dever de neutralidade inquestionável que passa pela sua não associação em favor a uma das partes. Esta missão foi de difícil execução pela Guiné-Bissau, porquanto algumas de suas intervenções no processo contrariaram o seu papel de mediador, que não deve estar envolvida diretamente no conflito e não tenha interesses particulares sobre a questão em disputa para melhor conduzir o processo de mediação.

Analisando a situação de facto pode-se dizer que a Guiné-Bissau não é parte direta no conflito e não tem interesse particular nessa conflitualidade que tem contribuído pela desestabilização da fronteira norte do país, porque embora os Felupes constituem uma das etnias guineenses centralizadas em São Domingos, a reivindicação secessionista é relativa à Casamansa, no sul do Senegal. Por outro lado, sendo esta etnia guineense a mesma de Casamansa e da Gâmbia dividida apenas pela soberania territorial dos Estados, tanto a Guiné-Bissau como a Gâmbia, não sendo partes diretas do problema deveriam ser partes da solução.

Cooperação – a cooperação é uma atitude colaborativa das partes que procuram entendimento mútuo, através de comportamentos positivos tais como: diálogo e negociações. A cooperação tem espaço na observância do respeito mútuo entre as partes apesar das diferenças. Mas a cooperação MFDC/Governo à procura de solução consensual para o conflito tem sido parcial porque sem envolvimento das alas duras. Por isso, tem facilitado apenas tentativas de conciliação entre as partes beligerantes sem efeitos práticos duradouros.

Conluio – É manifestação de comportamentos negativos de uma ou mais partes envolvidas no processo de resolução do conflito. As partes através de reconhecimentos de legitimidades, formas de coligação alargam agenda de negociações a outros pontos não convencionados ou não de interesse direto das partes em conflito (Cunha, 2001).

As autoridades guineenses tiveram atitudes de conluio durante intervenção no processo de paz, quando em coligação com o Governo senegalês colaboraram da prisão do abade Augustin Diamacoune Senghor, em Bissau, em 1993, após uma reunião entre o MFDC e o Governo senegalês, na qual não resultara nenhum acordo de cessar-fogo ou outro compromisso sério.

Para o jornalista Allen Yero Embaló a colaboração das autoridades guineenses na prisão do líder Augustin D. Senghor foi uma traição ao MFDC, embora na sua opinião a Guiné-Bissau queria lavar a sua imagem de que não apoiava a rebelião.¹²⁹

Nestas circunstâncias a Guiné-Bissau agiu como parte implicada ou com algum interesse no conflito e não como terceira parte neutra. Esta implicação demonstra a conflitualidade de papel atribuído à Guiné-Bissau como Garante do processo de paz que lhe exige imparcialidade e sua aliança a uma das partes do conflito. Pois, ainda que haja posição inflexível de uma das partes, o mediador deve utilizar todos os meios para identificar os interesses das partes, até os menos claros e ajudá-las através de propostas a diminuïrem as diferenças e nunca envolver-se em benefício de uma delas.

4.3. Acordos de paz entre o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa e o Governo senegalês

4. 3.1. O primeiro acordo de paz

O primeiro acordo de paz entre o MFDC e o Governo designado “acordo de cessar-fogo” foi assinado a 31 de Maio de 1991, em Bissau, mediante intervenção do Governo da Guiné-Bissau como terceira parte.¹³⁰ Na negociação a delegação senegalesa foi chefiada pelo então Ministro das Forças Armadas, Médoune Fall, a do MFDC pelo então comandante Sidy Badji e a Parte Garante pelo então Ministro da Defesa da Guiné-Bissau, Samba Lamine Mané (Marut, 1994b: 219). Foram quatro os pontos fundamentais do acordo:

1. Cessação de todos os atos de violência armada pelas partes;
2. Retirada de todas as forças militares e de intervenção nas suas casernas;

¹²⁹Declarações de Allen Yero Embaló durante a entrevista em Bissau, a 20 de Junho de 2011.

¹³⁰ République de Guinée-Bissau – Partie Garante, “ Procès-Verbal. Consultations avec les Parties sur le conflit de Casamance,” Ziguinchor, 8-9 AVRIL, 1992, Casamance. Este documento é um manuscrito.

3. Libertação de todos os prisioneiros políticos e guerrilheiros e garantia de livre circulação das pessoas e dos bens;
4. Amnistia de todos os rebeldes do MFDC pelos crimes cometidos.

O primeiro ponto refere-se ao cessar-fogo, pois quando o conflito atingir alto nível de violência armada entre as partes, entra-se na fase reativa de sua resolução, em que numa primeira etapa, o objetivo primordial deve ser “cessar – fogo” (Fisas, 2004: 33). Conseguindo o cessar-fogo, ou seja, a cessação de todos os atos de violência armada entre as partes, apela-se à manutenção da paz para criar as condições de negociações de outras questões agendadas. Um conjunto de medidas pode ser adotado nesta etapa para resolver alguns pontos de divergência constantes do acordo.

O acordo alcançado representava uma esperança de paz definitiva e o MFDC sentiu-se reforçado política e moralmente, na medida em que, algumas de suas reivindicações como o cessar-fogo e a libertação dos prisioneiros constam do acordo. Este acordo representava esperança de construção da paz. Os pontos acordados possibilitariam numa segunda etapa a implementação de mecanismos tendentes a resolver a raiz do conflito, a fim de restaurar a paz estável e duradoura. Porém, a falta de consenso no seio do MFDC frustrou a expectativa da paz.

A Lei da Amnistia Geral a todos os implicados no conflito foi aprovada pela Assembleia Nacional Popular do Senegal, a 28 de Junho de 1991. Por consequência o Governo senegalês libertou 350 prisioneiros políticos e guerrilheiros do MFDC.

Foi criada uma Comissão de Gestão da Paz durante a reunião entre o MFDC, o Governo senegalês e a Parte Garante realizada em Ziguinchor, em Dezembro de 1991, que tinha como objetivo principal, acompanhar o processo de paz e zelar pelo cumprimento do acordo de cessar-fogo pelas partes. A Comissão de Gestão da Paz era presidida por um presidente, o coronel Mamadou Niang designado pelas partes e um coordenador senhor Marcel Bassène, deputado casamansense do PDS, indigitado pelo então Presidente da República do Senegal, Abdou Diouf. Mas segundo Vincent, esta comissão na sua composição não compreendia senão, os altos funcionários do MFDC, e o próprio líder abade Augustin D. Senghor não fazia parte dela (Foucher, 2009: 149). Por consequência, a gestão da paz pela comissão não foi fácil devido a contradição existente entre os dirigentes do MFDC.

Houve a primeira cisão no seio do MFDC, Sidy Badji que foi comandante da Frente Norte, com Kamougaye Diatta, cessaram o combate respeitando o acordo de cessar-fogo assinado entre o MFDC e Governo senegalês, mas a Frente Sul liderada pelo abade Augustin D. Senghor, retomou o combate contra as Forças Armadas senegalesas em 1992,

entre o rio Casamansa e a fronteira da Guiné-Bissau e no departamento de Oussouye (Marut, 2001:13).

Portanto, denota-se uma clara divisão dos independentistas em moderados e duros (*ver mapa, anexo E*). Com efeito, a divergência de interesses no seio do MFDC tem impulsionado os dirigentes a atuarem em perspectivas diferentes, tornando difícil e morosa a resolução do conflito.¹³¹ Por consequência, não houve condições de se passar a etapa seguinte, à vista de confrontos que perduraram até 1993.

Em Abril de 1992, uma delegação da Guiné-Bissau chefiada pelo então Ministro da Defesa, Samba Lamine Mané, integrando o Embaixador Ensa Djandy, Tenente-coronel Sandji Fati e o Capitão Balanto Dabó, deslocou-se à Casamansa para uma reunião de trabalho com as autoridades administrativas senegalesas e a Comissão de Gestão da Paz (CGP) em Ziguinchor, na qualidade de Parte Garante do processo de paz. A reunião tinha como agenda avaliar a situação após assinatura do 1º acordo de paz (cessar-fogo), a implementação da CGP e debruçar sobre as medidas necessárias para a paz duradoura. Durante a reunião em que estiveram presentes, o presidente e o coordenador da CGP, respetivamente, coronel Mamadou Niang e o senhor Marcel Bassène, as autoridades administrativas senegalesas, informaram de forma sucinta alguns atos praticados pelo MFDC em Casamansa, que punham em causa o acordo de Bissau, tais como: arresto de um membro das Forças da Ordem, incitação da população à desobediência civil e recusa de pagamento de impostos e demais incidentes considerados grave.¹³² A divisão no seio do MFDC inviabilizou o objetivo da paz, que se supunha ter alcançado com o acordo.

A Frente Norte de Kamougaye Diatta ignorou a existência da direção do MFDC, intensificou ações em Bignona para o controle territorial da parte islamizada, incentivando a população à recusa de pagamento do imposto ao Estado, com a contrapartida de recolher fundos para o movimento. Tentou regulamentar o comércio local através de fixação de taxas dos produtos agrícolas e dos transportes; interditou as atividades dos partidos políticos senegaleses em Casamansa e na região de Tambacounda e reivindicava monopólio político casamansense (Marut, 1994b).

O presidente da Comissão de Gestão da Paz reconheceu obstáculos existentes à gestão pacífica do conflito, diante da divisão do MFDC em fações, uma liderada pelo abade Augustin Diamacoune. Senghor que autoproclamou Secretário -geral do movimento e outra aliada à Sidy Badji. A Comissão de Gestão da Paz solicitou a Parte Garante do processo de

¹³¹ A divergência no seio do MFDC após a assinatura do primeiro acordo de paz na Guiné-Bissau (1991) deve-se a acusação a que foi vítima Sidy Badji de ter recebido de Marcel Bassène um suborno de 50 milhões de Francos CFA, para desengajar-se da luta armada, acusação refutada por Badji.

¹³² Conforme informações constantes do “Procès-Verbal. Consultation avec les Parties sur le conflit de Casamance”, Ziguinchor, 1992.

paz a convocatória de uma reunião com o MFDC, com a finalidade de contribuir para a unidade do movimento e ter um único interlocutor para o processo de paz. A Parte Garante tomou as diligências necessárias tendo convocado a reunião com os responsáveis do MFDC no setor de São Domingos, na região de Cacheu. Estiveram presentes na reunião de consultação apenas os responsáveis da Frente Norte de Kamougaye, que informaram das divergências existentes no seio do movimento, agravadas pela prisão de Sidy Badji, comandante em chefe do estado-maior do MFDC há mais de sete meses. Sidy Badji foi quem criou *Atika* em 1990, que são os combatentes do MFDC, embora haja outras informações de que a *Atika* foi criada em 1985 (Tomàs, 2010).

Tornaram clara sua posição que o reconhecimento do abade Augustin D. Senghor como Secretário-geral do MFDC estava condicionado pela Frente Norte, ao reconhecimento de Sidy Badji como comandante em chefe do estado-maior do MFDC. Reiteraram o cumprimento do cessar-fogo e a fidelidade ao acordo de paz assinado pelas partes na Guiné-Bissau, pelo respeito a este país, ao seu Presidente e ao seu Povo.

O então Secretário-geral e os restantes membros foram igualmente recebidos pela Parte Garante, que lhes informara da reunião informal com a Frente Norte, em São Domingos e reprovou a atitude da Frente Sul, que não compareceu, afirmando que não honrava o MFDC e constituía uma afronta à Parte Garante do processo de paz.¹³³ O abade Augustin apresentou suas escusas à delegação guineense por estes incidentes no curso do processo de paz. Mas acusou e responsabilizou o Governo senegalês de jamais ter cumprido o acordo de paz assinado em Bissau, ao recusar retirar as bases militares instaladas em Casamansa.

Relativamente a incitação da população à desobediência civil, o abade Augustin esclareceu que foi a própria população que teve a iniciativa de recusar o pagamento dos impostos pela situação de guerra que se vivia em Casamansa. Por conseguinte, o MFDC não tem tido nenhuma influência particular nas reivindicações das populações rurais.

A Parte Garante instou os dirigentes do MFDC a porem fim as práticas que contrariam o espírito do cessar-fogo, reconhecerem que a situação de violência prevalente em Casamansa poderá evoluir para confrontos com as Forças Armadas governamentais. Assim sendo, e para evitar o pior seria pertinente a realização de uma reunião com todos os dirigentes do MFDC. Aqui, a terceira parte exerceu um papel dissuasor entre as partes em conflito promovendo o entendimento.

¹³³ “Procès-Verbal. Consultation avec les Parties sur le conflit de Casamance”, Ziguinchor, 1992.

A reunião de 8-9 de Abril de 1992, realizada em Ziguinchor, na verdade permitiu à Parte Garante encontrar uma solução de aproximar os grupos divergentes no seio do MFDC e ter um único interlocutor sério com quem se poderia negociar e celebrar acordos, que vinculassem o movimento como um todo e não apenas uma facção. Pois o entendimento era que, não se podia obter resultados positivos na gestão da paz enquanto houver divisão do MFDC.

Reunião do MFDC em Cacheu

Após a reunião de consultação entre a Parte Garante do processo de paz, a Comissão de Gestão da Paz e as partes em conflito, em Ziguinchor (1992), constatou-se que a profunda divisão no seio do MFDC tem sido a causa principal da violação do acordo de cessar-fogo e a continuidade de confrontos armados entre a Frente Sul dirigida pelo abade Augustin Senghor e o exército governamental. Esses confrontos já tinham resultados em mais de 500 mortos (Albert-Barbier, 1994). Havia uma clara divisão entre os habitantes do norte e os do sul, sendo estes últimos designados *nhac* um termo wolof que significa gentio.¹³⁴

Por estas razões houve consenso entre todos os envolvidos no processo de paz, sobre a necessidade da Parte Garante convocar uma reunião do MFDC em Cacheu, reunião essa que permitiria a Comissão de Gestão da Paz debater a situação e adotar medidas para influenciar a coesão no seio deste movimento e facilitar o processo de negociações em curso. Contudo, o abade Augustin manifestou reservas quanto a participação da Frente Norte na reunião, alegando que não possuía nenhum poder sobre esta facção.

Para contornar estas dificuldades a Parte Garante, deu instruções ao seu Cônsul Geral em Ziguinchor, para apoiar oficialmente Augustin nas diligências de convocatória da reunião do MFDC, extensiva a todos os grupos do norte, do sul e dos centros urbanos. A paz em Casamansa beneficia a Guiné-Bissau, por isso, enquanto Parte Garante deveria persuadir as partes beligerantes a respeitarem o funcionamento da Comissão da Gestão da Paz. Isso obrigava o Governo senegalês a assumir suas responsabilidades e escusar-se de qualquer tipo de ingerência naquela comissão, para que a mesma adquirisse a sua credibilidade necessária.

Após as diligências necessárias a reunião foi convocada para ser realizada de 15 -16 de Abril de 1992 em Cacheu, tendo fixado o número máximo de 30 participantes do

¹³⁴ Declaração do Embaixador Ensa Djandy, em entrevista na sua residência em Bissau, a 28 de Maio de 2011.

MFDC.¹³⁵ Esta reunião designada “*Assise du MFDC*” acabou por ser realizada de 15- 17 de Abril de 1992 em Cacheu, tendo como agenda principal a reconciliação do MFDC, em substituição do Congresso que havia sido reclamado por Kamouguaye (Marut, 1994b: 222). Participaram desta reunião elementos do MFDC e signatários do primeiro acordo de cessar-fogo. Conforme esclareceu o Embaixador Ensa Djandy, da parte dos dirigentes do MFDC estiveram presentes o abade Augustin Senghor, Sidy Badji e outros e da parte governamental o então coronel Mamadou Niang atualmente General, o antigo Ministro senegalês da Defesa, Assane Seck e o Chefe da Casa Militar da Presidência.¹³⁶

Da reconciliação entre as fações moderada e radical resultou uma nova organização política e militar do MFDC, com uma direção coesa na qual o abade Augustin Senghor foi confirmado como Presidente e Sidy Badji Vice-presidente (Marut, 1994b). Nessa reunião de Cacheu não se debateu a questão relativa à independência de Casamansa, por isso, a ala dura recusou esta solução. Três meses após a reunião, Augustin Senghor desapareceu misteriosamente de seu domicílio em Casamansa e foi encontrado ao longo da fronteira da Guiné-Bissau. Mas conforme esclareceu o jornalista Allen Yero Embaló, foi raptado pelos guerrilheiros de *Atika* que o conduziram ao mato.¹³⁷ Após o exílio de oito meses na Guiné-Bissau, Augustin Senghor regressou à Casamansa fazendo apelo às partes para o cessar-fogo, mas não conseguiu controlar a fúria de seus guerrilheiros (Alber-Barbier, 1994).

Em Julho de 1992, o exército governamental e a ala dura do MFDC entraram em confrontos armados em Casamansa no sul de Ziguinchor e em *Kasa* ao longo da fronteira da Guiné-Bissau, onde se encontravam os guerrilheiros controlados pela ala dura (Albert-Barbier, 1994). A Frente Sul recusou o acordo assinado pela Frente Norte e continuou a guerra.

Difícil tem sido a tarefa das autoridades guineenses em controlar as movimentações dos elementos do MFDC no território guineense, por causa de ligação étnica “Jola-Felupe”, acrescida da falta de vigilância permanente na linha da fronteira. Mas o isolamento da Frente Sul aliado às relações de cooperação entre o Senegal e a Guiné-Bissau, permitiram o exército governamental senegalês desenvolver atividades de controlo junto à fronteira da Guiné-Bissau.

Em Abril de 1993, a Parte Garante proporcionou uma reunião entre o MFDC e o Governo senegalês em Bissau, mas não resultou qualquer acordo, as partes acusaram-se

¹³⁵ Conforme “Procès-Verbal. Consultations avec les Parties sur le conflit de Casamance”, Ziguinchor, 1992, p. 8.

¹³⁶ Entrevista realizada ao Embaixador guineense, Ensa Djandy, na sua residência no Bairro de Ajuda, em Bissau, a 28 de Maio de 2011.

¹³⁷ Esclarecimentos prestados pelo jornalista Allen Y. Embaló em entrevista realizada a 20 de Junho de 2011, durante o trabalho de campo em Bissau.

mutuamente de violação do cessar-fogo anteriormente assinado. No final da reunião e de regresso à Casamansa, Augustin Diamacoune Senghor foi preso a partir do Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira em Bissau, pela delegação senegalesa com a colaboração do Governo guineense e levado para o Senegal, onde ficou em prisão domiciliar vigiada, em Ziguinchor.¹³⁸ Para Allen Yero Embaló, essa reunião de Bissau era uma “armadilha” do Governo senegalês em cooperação com as autoridades guineenses, para detenção e entrega dos dirigentes do MFDC ao Governo senegalês.¹³⁹ Trata-se de um conluio tramado entre o Governo guineense e o Governo senegalês para a detenção do então líder do MFDC.

A Parte Garante do processo de paz ao colaborar na prisão do líder do MFDC violou o princípio de neutralidade de terceiro interveniente, para negociar ou mediar um conflito criando dificuldades ao MFDC. Portanto, sua intervenção neste quadro equivale ao que Simmel designa *tertius gaudens*, ou seja, um terceiro não implicado diretamente no conflito, mas a quem uma das partes deixa espaço de atuação livre a seu favor, dificultando à outra parte (Simmel, 1968: 75-94).

Este tipo de envolvimento se contrapõe ao papel que lhe fora confiado pela vontade livre das partes em conflito, deveria manter isenção necessária escusar-se de envolver no conflito, em favor a uma das partes para o êxito da mediação. Após a libertação de Augustin Senghor da prisão a Frente Sul flexibilizou a sua posição e aceitou a retoma das negociações com o Governo senegalês, perante a situação de fragilidade política e abalo moral de seu líder, criando as condições para futuros acordos.

4.3.2. O segundo acordo de paz

O segundo acordo de paz entre o MFDC e o Governo senegalês foi assinado a 8 de Julho de 1993, em Ziguinchor, após aceitação de Augustin Senghor, então líder da Frente Sul. No ato de assinatura do acordo o MFDC estava representado apenas por Augustin Senghor como Secretário-geral do MFDC, o Governo senegalês pelo então Ministro das Forças Armadas, Madia Mary Dieng e a Parte Garante do processo de paz representada pelo então Ministro das Forças Armadas, Samba Lamine Mané, estando presente ainda “a Comissão dos sacerdotes de Casamansa” (Marut, 1994b: 228-229).

¹³⁸ Declarações de Ensa Djandy numa entrevista em Bissau, a 28 de Maio de 2011, durante o trabalho de campo.

¹³⁹ Declarações de Allen Yero Embaló, numa entrevista em Bissau, a 20 de Junho de 2011.

Os principais pontos constantes do acordo são os seguintes:

1. Cessar-fogo imediato;
2. Libertação dos detidos;
3. Não reforço dos efetivos militares;
4. Término das operações dos separatistas;
5. Retorno voluntário dos refugiados à região de Casamansa.

Com assinatura deste acordo renasce a esperança de paz, na perspectiva de seu cumprimento pelas partes, contudo duas situações seguintes contribuíram para a frustração dos propósitos da paz: o acordo não reuniu consenso no seio do MFDC, tendo sido assinado apenas por Augustin Senghor; a ala dura não aderiu porque considerou as condições do segundo acordo menos favoráveis aos separatistas relativamente ao primeiro, na medida em que, obrigava o MFDC a aceitar que o exército governamental mantivesse a ordem em Casamansa, o que reduzia a margem de negociações futuras.

Sidy Badji abandonou a luta armada após a assinatura deste segundo acordo de paz, porque o abade Augustin D. Senghor não tinha documentos de provas exigidos para fundamentar a posição secessionista, com base no argumento histórico que a região de Casamansa teve administração territorial independente do Senegal no período colonial.¹⁴⁰ Léopold Sagna, considerado moderado substituiu Sidy Badji na chefia de estado-maior do MFDC, mas os guerrilheiros da ala dura agruparam-se sob o comando de Salif Sadio.

Confrontado com a situação pelos elementos do MFDC, Augustin Senghor esclareceu que fora obrigado a assinar o segundo acordo de paz e renunciar a reivindicação pela independência. Há dois tipos de acordos de paz: global e parcial; no primeiro todas as grandes questões do conflito são negociadas de forma aceitável pelas partes, no segundo apenas algumas questões são tratadas com êxito (Albert, 2007: 11). O segundo acordo de paz na verdade parece ser menos completo que o primeiro e foi parcial na medida em que, o ponto fundamental da reivindicação armada, qual seja, a independência de Casamansa, não foi tratado com êxito.

¹⁴⁰ Entrevista de Seynabou Male Cissé, em Ziguinchor a 02/07/2011.

Diante destes argumentos era evidente a sua fragilidade e a violência armada continuou, tendo o MFDC denunciado a morte de um de seus guerrilheiros em Ziguinchor pelo exército governamental. Seguiram-se atos de muita violência com pilhagens das *tabancas*¹⁴¹ perto da fronteira da Guiné-Bissau, prisões, torturas não só dos separatistas como de civis, homens e mulheres defensores de identidade casamansense, por parte das forças do Governo e assassinatos de alguns líderes de opinião por parte do MFDC, por estes terem feito campanha das eleições presidenciais e legislativas de Março e Maio de 1993, na Baixa Casamansa. Pois foram acusados de ter aderido ao jogo político do Presidente Abdou Diouf, opondo-se à vontade política do MFDC (Marut, 1994b).

Continuando a reivindicação da independência de Casamansa, Augustin Senghor, exigiu ao Governo senegalês que a França apresentasse um documento confirmando que a administração de Casamansa foi separada do Senegal no período colonial (Marut, 1994b: 213- 231). O Governo senegalês admitindo a legitimidade das exigências do MFDC, com vista ao esclarecimento dos factos, solicitou a França a fazer-se representar na negociação entre as partes em conflito, para dar o seu testemunho histórico sobre o caso evitando tomar posição política.

Em Dezembro de 1993 foi realizada em Ziguinchor, uma reunião entre o Governo senegalês, o MFDC e a Parte Garante do processo de paz com a presença do consultor francês, Jacques Charpy, nomeado pela França para apresentar o relatório sobre administração colonial francesa de Casamansa. No relatório de 200 páginas apresentado constava que no “período colonial a região de Casamansa pertencia o território senegalês e nunca foi administrada de forma independente do Senegal”.¹⁴² Mas Augustin Senghor discordou do relatório técnico apresentado por Charpy, denunciou o acordo de paz e a Frente Sul liderada por ele continuou a luta pela independência de Casamansa. O MFDC ao solicitar a arbitragem da França, pretendia obter deste país a confirmação que a região de Casamansa teve uma administração independente do território senegalês. Porém, foi uma tentativa frustrada, na medida em que, trata-se de um facto não registado pela história (Tomàs, 2010: 14).

O papel desempenhado pela França não foi de árbitro, mas de facilitador ou intermediário para esclarecimentos sobre a administração colonial de Casamansa, pois o consultor Jacques Charpy não tinha poderes de decisão outorgados pelas partes para pôr fim ao conflito, com base no parecer técnico que não se tratava de sentença arbitral. Na

¹⁴¹ *Tabancas* são aldeias do tipo tradicional com casas de construções precárias.

¹⁴² Esclarecimentos do Embaixador guineense Ensa Djandy, a 28/05/2011 em Bissau. Ele esteve presente nessa reunião integrando a delegação guineense.

arbitragem o terceiro escolhido pelas partes como árbitro possui poderes para decidir sobre a controvérsia (Carmona, 2004: 51).

A região de Casamansa possuía um estatuto administrativo autónomo, ou especial até 1939, estando diretamente subordinada à administração do Governador da África Ocidental francesa em *Saint-Louis*, posteriormente foi incorporada como distrito do Senegal, então colónia francesa (Beck e Foucher, 2009: 100). Analisando os factos empíricos da história da colonização francesa do Senegal, não existem dados probatórios que a região de Casamansa não integrava a área de soberania territorial do Estado senegalês.

O artigo III, nº3 da Carta da OUA, atual União Africana (UA), consagra o princípio da intangibilidade das fronteiras coloniais ou artificiais ao referir-se ao respeito da soberania e integridade territorial dos Estados e os seus direitos inalienáveis de existência independente. Com fundamento neste princípio, uma região pode pretender separação ou independência, desde que os pretendentes consigam provar, que durante determinado período colonial foi administrada pela Metrópole independente do resto dos territórios. Se assim não for, qualquer pretensão secessionista carece de bases legais para ser acolhida, permanecendo a fronteira colonial herdada. Tendo em conta os factos não provados, o MFDC viu reduzida a força de sua reivindicação separatista com fundamento na administração colonial de Casamansa separada do Senegal, contudo recusou a aceitar essa realidade.

As sociedades africanas pré-coloniais já tinham a noção de fronteira na medida em que, os reinados e impérios eram delimitados em termos territoriais e partilhados entre diversos grupos étnicos. Os poderes dos reis incidiam sobre as pessoas e o território que implica fronteiras. Para Wolfgang Döpcke: “as sociedades africanas tinham ideia clara de território inclusive de fronteiras” (Döpcke, 1999: 79) e cita entre vários exemplos, o Califado de Sokoto que demarcou o seu território construindo cidades muradas na sua fronteira; e, os Emirados de Bauchi e Kano, que estavam localizados também na região da atual Nigéria, aplicaram a mesma política. Vale dizer que a organização política das sociedades africanas pré-coloniais incidia fundamentalmente em duas entidades: política e territorial.

A noção de fronteira no período pré-colonial era natural, formada por acidentes geográficos – mares, rios, lagos, montes, planícies, cordilheiras, bosques e desertos. Porém, essa noção pré-colonial de fronteira natural foi diferente da época colonial de fronteira “artificial ou política” traçada pelas potências europeias através dos mapas durante a Conferência de Berlim (1884 – 1885).¹⁴³ A Conferência foi baseada nas possessões

¹⁴³ A Conferência de Berlim realizada entre 19/11/1884 a 26/02/1885 tinha um total de 15 países, sendo 13 europeus, entre os quais Portugal; e, os Estados Unidos da América e a Turquia. Sobre o assunto, consultar: www.socgeografialisboa.pt/historia/conferencia-de-berlim

européias em África, na qual estiveram representantes de 15 países entre os quais Portugal (Santos, 2007b: 58). Nenhum país africano foi convidado a participar e a divisão não respeitou as relações interétnicas africanas, dividindo os mesmos grupos étnicos em territórios diferentes. A partilha da África ficou fundamentada na “ocupação efetiva” dos territórios pelos pretensos colonizadores, que precisavam apresentar provas dessa ocupação e não bastava apenas os acordos entre eles e os chefes africanos locais. Essas delimitações não tiveram em conta a complexidade das sociedades africanas, culturalmente heterogêneas e etnicamente diversificadas. Por exemplo, na região dos Grandes Lagos a questão da herança da fronteira entre Uganda e a República Democrática de Congo, levou ao surgimento de movimento secessionista gerando conflito protagonizado por grupos armados. O movimento reivindicativo do reino de Rwenzururu criado por duas etnias diferentes o Konzo e o Amba em 1961, para se libertar do Reino de Toro e das ordens de Lord Lugard em 1891, conduziu as negociações e à proclamação da independência de Uganda em 1962. Este movimento transformou-se em secessionista, quando lhe foi negada a sua pretensão de constituir um novo distrito dos Konzo e Amba independente da administração do reino de Toro (Farré, 2010: 367).

A rebelião de Casamansa com base na reivindicação secessionista fundamenta-se na negação de que Casamansa integrava o território do Senegal no período colonial e os separatistas optaram por continuar a rebelião após terem negado o relatório da França.

Em 1995, os confrontos armados foram muito intensos sobretudo ao longo da fronteira com a Guiné-Bissau; a proliferação de minas antipessoais e anticarros, sendo que nenhuma das partes assumira as responsabilidades desses atos desumanos. Nesse mesmo ano, a Guiné-Bissau e o Senegal assinaram Acordo de Cooperação e Segurança das Fronteiras, Augustin. Senghor fez apelo para o cessar-fogo e a retoma das negociações num clima de paz.

Tendo em conta a importância do papel do abade Augustin Senghor, pela sua influência ideológica no MFDC e como figura religiosa foi criada a “Comissão Religiosa” que enquadrava este líder, com a finalidade de contribuir na moderação do MFDC. Em Setembro de 1995, foi criada uma nova Comissão de Gestão da Paz, dirigida por Assane Seck, então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal.¹⁴⁴ Em Ziguinchor esta comissão tinha grande número de colaboradores, membros da sociedade civil não pertencentes às estruturas do Estado ou do partido no poder e os religiosos da comissão religiosa (Foucher, 2009: 149).

¹⁴⁴ Assane Seck é Wolof nascido em Casamansa.

Em Outubro de 1995 o Exército governamental lançou uma ofensiva na Baixa Casamansa, o que fez aumentar a tensão decorrente de torturas imputadas às Forças da Ordem senegalesas, pelas organizações de defesa dos direitos humanos sediadas em Dakar, como *Rencontre Africaine pour la Défense des Droits de l' Homme* (RADDHO) e a denúncia de atrocidades contra as populações pelos elementos do MFDC, segundo a Amnesty International (1998).

Em Janeiro de 1996, a nova Comissão de Gestão da Paz iniciou as primeiras conversações com os rebeldes do MFDC. O Presidente senegalês Abdou Diouf solicitou à França através de seu Embaixador em Dakar, André Lewin, a desempenhar um papel de facilitador nas negociações entre o Estado e o MFDC (Foucher, 2009: 150). A França acudiu a solicitação e o seu Embaixador passou a trabalhar no dossiê de Casamansa em cooperação com algumas organizações da sociedade civil até 1999.

O pluralismo de pontos de vista diferenciados sobre a questão da independência e a melhor forma de sua reivindicação havia provocado novas divisões no seio do MFDC em 1997. Retomaram-se os confrontos após os rebeldes terem mortos soldados governamentais em Mandina Mancanha, nos subúrbios ao sul de Ziguinchor. Foi um reverso do processo de paz com consequências no plano militar, pela reposta e repressão das Forças Armadas senegalesas; e no plano político, pelo desmantelamento da direção local do MFDC. Pois quatro colaboradores de Augustin Senghor foram obrigados a deixar a Casa das obras católicas em Ziguinchor e um deles, Sarani Manga Badiane, desapareceu de sua residência, após ter sido levado por homens armados não identificados (Marut, 2001: 14). Mas as Forças Armadas não assumiram este ato de barbárie e imputaram responsabilidades à rebelião. Outros três colaboradores de Augustin Senghor foram constringidos ao exílio e partiram para a Guiné-Bissau e Gâmbia.

O desmantelamento da direção local do movimento pelas Forças Armadas governamentais fragilizou politicamente o MFDC. Os quatro secretários permanentes afetos ao Abbé D. Senghor representavam oficialmente os guerrilheiros e tiveram papel relevante na facilitação dos contactos entre os combatentes do MFDC, o Governo e outros intervenientes no processo de paz. Por outro lado, permitiram contactos entre as diferentes alas no seio do MFDC e contribuíram para o encontro do Embaixador da França com a ala exterior exilada em Paris, sob o comando de Mamadou Sané, com o objetivo de pôr fim às divisões que dificultavam as negociações. Mamadou Sané era número dois do MFDC, considerado da ala dura pela sua inflexibilidade relativa à renúncia da reivindicação da independência pela via armada.

Este desmantelamento do movimento conduziu igualmente o isolamento de Augustin Senghor, nas suas posições que foram postas em causa pela ala dura, como as de condenar atrocidades cometidas por alguns guerrilheiros. A partir daí, o líder Augustin

Senghor flexibilizou a sua posição relativa a reivindicação da independência pela via armada, aproximou-se dos moderados, Sidy Badji, Bertrand Diamacoune, Jean – Marie François Biagui e dos críticos da ala dura (Marut, 2001: 16). Porém, não renunciou o seu ideal independentista mas priorizou a luta política demarcando-se da posição inflexível de Mamadou N’Krumah Sané, então Secretário-geral do MFDC exilado em Paris desde 1993, após a sua libertação da prisão no Senegal.¹⁴⁵

Com a reorganização do MFDC, Ansoumana Badji, um jovem passou a ser porta-voz do movimento e Jean-Marie François Biagui, residente em Lyon na França, passou a ser responsável oficial da ala externa.¹⁴⁶ Esta reestruturação gerou ainda mais divisão do movimento por falta de bom senso dos dirigentes. Mamadou N’Krumah Sané continuou a considerar-se representante da ala exterior, por entender que a maioria das secções externas lhe eram fiéis e por consequência não obedecia às ordens e decisões de Augustin Senghor que ele considerava prisioneiro.

O debate que divide os rebeldes entre moderados e duros reside na questão estratégica de continuar ou não com a via armada para reivindicação da independência de Casamansa. Os duros entendem que a opção armada deve continuar como forma de pressão ao Governo senegalês, enquanto os moderados defendem pressão política e não de força. As divisões aumentaram no seio do MFDC entre a ala política liderada por Augustin Senghor e a ala militar chefiada por Sidy Badji (*ver anexo F*) e a militar dividiu-se pelo menos em três comandos diferentes:

1. A Frente Norte de Kamougaye Diatta que depôs as armas após o acordo de paz de 1991, passou a viver no norte de Bignona e uma parte de seus elementos tem-se dedicado em pequenos projetos económicos beneficiando de apoios oficiais. Esta Frente dividiu-se em duas fações: os fiéis de Léopold Sagna à Oeste e os partidários de Salif Sadio à Este;
2. A Frente Sul oriental chefiada por Salif Sadio tinha sua base perto de Ingoré reagrupando a maioria dos combatentes do MFDC. O grupo de Ousmane Goudiaby no norte entre Diouloulou e a fronteira da Gâmbia e o grupo de Ebadiouti, que atuava

¹⁴⁵ Mamadou Sané foi um dos primeiros detidos da manifestação do MFDC organizada em Ziguinchor (1982).

¹⁴⁶ Ansoumana Badji estava a estudar em Lisboa, mas já regressou e está a viver em Dakar.

em Nyassia ao oeste de Ziguinchor dependiam dele, mas este último grupo foi eliminado.¹⁴⁷

No seio da Frente Sul as tensões existentes desde 1993, continuaram quando Léopold Sagna, substituto de Sidy Badji fora retirado na chefia de estado-maior da guerrilha do MFDC, os radicais civis e militares aliados ao Salif Sadio haviam-no marginalizado. A reinstalação de Léopold Sagna na chefia da guerrilha em Julho de 1999, por Augustin Senghor não conseguiu amenizar o clima de desconfiança existente entre as diferentes alas do movimento (Foucher, 2003b). Os confrontos perseguiram entre os guerrilheiros sob comando de Léopold Sagna e os aliados de Salif Sadio. Após estes confrontos a Frente Sul ocidental de Léopold Sagna, com base ao oeste de Ziguinchor manteve-se aparentemente calma, parecendo não constituir ameaça contra às Forças Armadas senegalesas.

Os combatentes aliados ao Salif Sadio da zona Este, eliminaram Léopold Sagna em 2001 e uma parte de seus combatentes no departamento de Bignona, deslocaram-se em direção à fronteira da Gâmbia e Salif Sadio líder militar rodeado dos radicais autoproclamou-se chefe de estado-maior do MFDC (Foucher, 2003b). César Atoute Badiate, que foi chefe de estado-maior do MFDC reconhecido por Augustin Senghor, assumiu o comando dos combatentes de Léopold Sagna. Acusado de corrupção, foi substituído da chefia militar por Ousmane Nianthang Diatta em 2010 e Mamadou N’Krumah Sané passou a submeter-se às ordens deste e não as de Salif Sadio e César Badiate, que não obedeciam as diretivas de Augustin Senghor.

Dividido em várias frentes e sem apoio financeiro internacional consistente, os guerrilheiros do MFDC não dispõem de condições materiais suficientes para um controlo prolongado das operações militares nas zonas fronteiriças. Esta situação financeira e material constrangedora levou-os a aproximarem da população civil, para obtenção de apoio e como contrapartida, esta pressionou-os para negociação e acordo de paz. Por consequência, as diferentes fações do MFDC adotaram posições diferentes quanto ao processo de paz: umas preferiram negociações e outras manter a guerra.

Paralelamente à divisão do MFDC em várias fações, a disputa entre o Senegal e a Guiné-Bissau sobre a fronteira marítima derivada da descoberta do jazigo petrolífero *offshore* em 1974, na zona litigiosa “*Dôme Flore*” situada na (ZEE) de duas centenas de milhas, teve início no final de 1989, provocou tensões e confrontos armados entre as Forças Armadas dos dois países, designados “guerra de petróleo,” em Maio de 1990. Após vários

¹⁴⁷ Consultar Marut (2001: 17-18). Conforme *Sud Quotidien* (2001), o grupo de Ebadiouti foi eliminado pelos aliados de Léopold Sagna.

confrontos armados ao longo da fronteira com a Guiné-Bissau, as Forças Armadas senegalesas tiveram a ousadia de penetrar no norte do território guineense, concretamente em São Domingos e Cacheu, tendo sido prontamente expulsos pelos militares guineenses.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, Parte V, artigo 55, dispõe que a zona económica exclusiva” é uma zona situada além do mar territorial e a Este adjacente, sujeita ao regime jurídico específico estabelecido na presente Parte, segundo o qual os direitos e a jurisdição do Estado costeiro e os direitos e liberdades dos demais Estados são regidos pelas disposições pertinentes da presente Convenção.” O Estado costeiro exerce a soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo e referente à exploração de outras atividades, levando em conta os direitos e deveres dos outros Estados. Relativamente à jurisdição o Estado costeiro tem o direito de colocação e utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas; investigação científica marinha; proteção e preservação do meio marinho entre outros e direitos previstos na presente Convenção (Artigo 56, nº 1, alíneas a), b) e c) e nº 2).

O artigo 57 reconhece aos Estados uma profundidade de até “ 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial.”

O traçado da fronteira marítima e os limites da Zona Económica Exclusiva (ZEE) prolongam em regra o traçado terrestre. O contencioso entre Dakar e Bissau reside no facto do traçado da fronteira marítima e dos limites da ZEE prolongarem o traçado da fronteira terrestre. Porém, a fronteira terrestre não foi e não é contestado por nenhum dos países, embora as águas territoriais e a zona económica exclusiva de cada um dos países, não parecem ser as mesmas, quando se toma em conta o traçado da fronteira ao nível de Cabo Roxo, no sentido Nordeste /Sudeste (NE/SO) segundo a reivindicação do Senegal; ou, quando se toma em conta o sentido geral Este/Oeste de acordo com a reivindicação da Guiné-Bissau (Marut, 1996: 83).

Esta questão fronteiriça poderia não constituir problemas entre os dois países, se não fosse a descoberta do petróleo na zona do litígio. Mas as expectativas dos dois países relativas a rentabilidade da exploração petrolífera estimada em mais de um milhão de barris, aliadas a abundância dos recursos haliêuticos motivaram confrontos armados entre as partes.

A Primeira Conferência sobre o Direito do Mar realizada em Genebra, em 1958, reconheceu a integração do mar territorial no território do Estado e aprovou a Convenção sobre a Plataforma Continental. O artigo 1º, a) desta Convenção define Plataforma Continental como: “ o leito do mar e o subsolo das regiões submarinas adjacentes às costas mas situadas fora do mar territorial até uma profundidade de 200m ou, para além deste

limite, até ao ponto onde a profundidade das águas suprajacentes permita a exploração dos recursos naturais das ditas regiões.”

O nº 2, do artigo 6º da Convenção sobre a Plataforma Continental autoriza legalmente dois Estados limítrofes a celebrarem um acordo para a delimitação da plataforma continental, no caso em que a mesma plataforma continental é adjacente aos seus territórios.

A delimitação do mar territorial, das zonas contíguas e da plataforma continental foi um acordo assinado entre as duas potências coloniais França e Portugal, a 26 de Abril de 1960, no qual se escreveu o seguinte:

*Jusqu'à la limite extérieure des mers territoriales, la frontière serait définie par une ligne droite, orientée à 240°, partant du point d'intersection du prolongement de la frontière terrestre et de la laisse de basse-mer, représentée à cet effet par le phare du Cap Roxo. En ce qui concerne les zones contiguës et le plateau continental, la délimitation serait constituée par le prolongement rectiligne dans la même direction, de la frontière des mers territoriales.*¹⁴⁸

Este acordo pôs fim a um contencioso relativo à fronteira marítima entre as antigas possessões coloniais luso-francesas, originadas pelo Decreto português de 16 de Fevereiro de 1958, que autorizou o Ministro do Ultramar a assinar um contrato de concessão com a Esso Exploration Guiné INC, para prospeções na plataforma continental da então Guiné-Portuguesa (Vamain, 1996: 41).

O acordo luso-francês de 1960 foi interpretado de forma diferente pelos dois países independentes, que após as tentativas vãs de entendimento partiram para o contencioso jurídico internacional e confrontos armados, que agravaram a situação de conflitualidade nas zonas fronteiriças entre Casamansa e o norte da Guiné-Bissau, pela instrumentalização dos rebeldes do MFDC.

A Guiné-Bissau contestou o acordo com base nos argumentos de que o referido acordo não foi publicado pelo Estado português, conforme previsto pelos artigos 81, § 9 e 150, § 2, da Constituição portuguesa de 1933 e não foi registado no Secretariado das Nações Unidas, conforme o estipulado no artigo 120, § 1 da Carta das Nações Unidas. Recorreu igualmente a Convenção de Genebra de 29 de Abril de 1958 sobre o mar territorial

¹⁴⁸ Tradução da autora. Até limite exterior dos mares territoriais, a fronteira será definida por uma linha direita, orientada a 240°, partindo do ponto de interceção do prolongamento da fronteira terrestre e representada para este efeito pelo farol de Cabo Roxo. No que concerne as zonas contíguas e a plataforma continental, a delimitação será constituída pelo prolongamento retilíneo, na mesma direção da fronteira dos mares territoriais.

e a zona contígua e aos artigos 74 e 83 da Convenção de Montego Bay de 10 de Dezembro de 1982, segundo os quais, nos casos de conflitos entre os Estados sobre a delimitação de fronteira marítima, estes podem utilizar procedimentos previstos na Parte XV da Convenção, com vista a verificação ou revisão do acordo internacional.

O Senegal contrapôs os argumentos alegando a publicidade do acordo pelo Jornal Oficial da República francesa (30/Maio/1960), Jornal Oficial da Comunidade (15/Junho/1960), Jornal Oficial da Federação do Mali (20/Agosto/1960) e sua publicação ao nível Internacional.¹⁴⁹

As partes decidiram recorrer à Corte Internacional de Justiça de Haia, para decidir sobre a validade ou não do referido acordo, a sentença arbitral de 31 de Julho de 1989, decidiu que o referido acordo é válido e vincula os dois países no que concerne as zonas nelas mencionadas: mar territorial, zona contígua e a plataforma continental que constituíam o direito do mar, na data da assinatura do acordo em 1960. O Estado da Guiné-Bissau interpôs ação de nulidade da sentença arbitral, mas a demanda foi denegada.

Para pôr fim a crise os Governos dos dois países decidiram partilhar os recursos, assinaram um Acordo de Gestão e Cooperação a 14 de Outubro de 1993, que instituiu a Agência de exploração conjunta dos recursos haliêuticos e minerais da zona em disputa, em que 50% dos recursos haliêuticos e 85% das reservas petrolíferas são para o Senegal e 50% e 15% são para a Guiné-Bissau. O referido acordo foi ratificado pelos Parlamentos dos dois países e o Senegal passou a considerar a Guiné-Bissau como um importante parceiro económico; pois ao Senegal não interessava manter o clima de tensão com o seu vizinho, porque só contribuiria para agravar a crise em Casamansa. O acordo com clara desvantagem para a Guiné-Bissau foi bastante criticado pela oposição guineense, o que gerou um sentimento geral de se tratar de um arranjo político em benefício financeiro do então Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira e não do povo. Um dos maiores críticos do referido acordo tem sido o antigo Presidente Koumba Ialá, na época, opositor, dizia em tom sarcástico e irónico, que o acordo tratava-se da “matemática de Boé “85% = 15%.”¹⁵⁰

A associação dos dois países para exploração conjunta foi um mecanismo que pôs fim a este diferendo marítimo, com implicações negativas no processo de paz de Casamansa. Para a implementação do acordo os dois Governos do Senegal e da Guiné-Bissau assinaram a 12 de Junho de 1995, em Bissau, o Protocolo de Acordo relativo à Organização

¹⁴⁹ Consulta Revue Générale de Droit International Public, 64, (1960, pp.891-892) e Cour Internationale de Justice – C. I. J. Recueil, (1969, p. 126).

¹⁵⁰ Madina do Boé é um dos Setores da Guiné-Bissau, na região de Gabu, foi onde o PAIGC proclamou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau, a 24 de Setembro de 1973.

e Funcionamento da Agência de Gestão e Cooperação, cuja sede foi fixada em Dakar. Este acordo foi igualmente ratificado pelos Parlamentos dos dois países. Desde então, o Governo da Guiné-Bissau passou a nomear um Secretário-geral da Agência cuja coordenação compete ao Senegal, que nomeia um Diretor-geral para o efeito. Mas sobre a exploração conjunta dos recursos, decorridos quase 20 anos, ainda não trouxe grandes benefícios até à data presente, senão sobre as prospeções. Atualmente o acordo de exploração conjunta está em revisão para avaliar a evolução de sua implementação e a possibilidade de renovação.

Algumas crises fronteiriças entre Estados na África subsaariana assentam-se nas zonas de recursos, como é o caso entre Camarões e Nigéria para a soberania do território de Bakassi, nos anos 80, com fundamento na linha da fronteira artificial que separa os dois países, do sul para o norte de Bakassi, próximo ao Golfo da Guiné, uma zona rica em recursos petrolíferos. A Nigéria fundamentou a sua posição na delimitação fronteiriça de 1885 e Camarões no Acordo anglo-alemão de 1913. Recorreram à Corte Internacional de Justiça, a decisão arbitral de 1996, reconheceu a soberania territorial de Bakassi ao Camarões, mas o diferendo só terminou com a retirada das tropas nigerianas em 2008.¹⁵¹

4.3.3. O terceiro acordo de paz

O terceiro acordo de paz foi assinado entre o Governo senegalês e o MFDC durante as negociações para a paz, em Banjul, a 26 de Dezembro de 1999.¹⁵² Este acordo que incide nos principais pontos dos acordos anteriores representava sem dúvida uma esperança de paz.

As negociações do acordo de paz foram previamente preparadas pela reunião do MFDC “Jornada de reflexão para a paz em Casamansa,” realizada em Banjul, de 22-25 de Junho de 1999, sob o patrocínio do Presidente Yahya Jammeh. Pretendia-se com esta reunião a reestruturação e coesão interna do MFDC para facilitar as futuras negociações, aprovando o projeto de estatutos e o regulamento interno do MFDC. Porém, estes objetivos não foram alcançados, devido a divergência de pontos de vista sobre a agenda. Para as diferentes fações militares a participação na reunião não foi consensual, porque na agenda não constava a questão principal sobre o estatuto a atribuir à Casamansa. Para alguns a atribuição de estatuto especial à Casamansa poderia constituir um verdadeiro caminho para

¹⁵¹ Jurisprudência da Corte Internacional de Justiça – Contencioso relativo à fronteira terrestre e marítima entre Camarões e Nigéria (1994 – 2002), decisão de 15 de Março de 1996.

¹⁵² Consultar: casamance.tripod.com/troisieme.htm

a paz, mas para outros seria o início de uma fragmentação do Senegal, pondo em risco a centralização do Estado e a ideia de construção de Estado-nação.

As personalidades e organizações da sociedade civil casamansenses envolvidas no processo de paz foram convidadas e tomaram parte apenas como observadoras, sem direito de participar nos debates. Mas como esclareceu o jornalista Ibrahima Gassama, desta reunião não resultou nenhum acordo de paz ou de cessar-fogo.¹⁵³ Na ausência de um novo acordo de cessar-fogo as partes prosseguiram os atos de violência armada.

A Guiné-Bissau enquanto Parte Garante do processo de paz não tomou parte nas reuniões de Banjul, que se presume justificar-se pela transição política que estava em curso no país e falta de condições objetivas e de isenção para participar no processo de paz de Casamansa. Em 1999, as autoridades políticas guineenses não estavam em condições de se fazer representar nas negociações para a paz, porquanto o território da Guiné-Bissau foi “palco do conflito interno senegalês” durante o conflito político-militar (1998-1999), na Guiné-Bissau, onde houve intervenção das Forças Armadas senegalesas e da Guiné-Conacri, apoiando o Presidente João Bernardo Vieira e o Governo e Salif Sadio, chefe da Frente Sul, apoiando a Junta Militar liderada pelo Brigadeiro Ansumane Mané.¹⁵⁴ Por outro lado, não era de estranhar a ausência da Guiné-Bissau, porque inicialmente a Gâmbia não tinha tomado posição clara de condenação da rebelião armada, contudo envolveu-se posteriormente nos esforços diplomáticos para paz. Alguns analistas entenderam que esta posição devia-se ao facto do Brigadeiro Ansumane Mané, que dirigia a rebelião militar, ser de origem gambiana e o Presidente Yahya Jammeh ser da etnia Jola, uma das que compõem o MFDC que apoiou a Junta Militar.

O conflito político-militar na Guiné-Bissau, de Junho/1998 a Maio de 1999, influenciou de forma negativa o papel que a Guiné-Bissau vinha desempenhando como Parte Garante do processo de paz de Casamansa. Este conflito conduziu alianças estratégicas das partes beligerantes na sua intervenção e por consequência, a Guiné-Bissau perdeu a neutralidade para mediar o conflito. Daí em diante, a Guiné-Bissau não teve condições de intervir como terceira parte na resolução do conflito e passou para a qualidade de mediador mal preparado. Um negociador ou mediador mal preparado limita-se a não reagir perante os acontecimentos, porque não os pode dirigir (Kennedy *et al*, 1986). A natureza do conflito determina por vezes o tipo de neutralidade necessário ao terceiro interveniente para não perder a confiança das partes. Mas as alianças constituídas com contrapartidas

¹⁵³ Esclarecimentos de Ibrahima Gassama em entrevista durante o trabalho de campo em Ziguinchor, a 01/07/2011.

¹⁵⁴ O Brigadeiro Ansumane Mané tomou parte na reunião do MFDC em Banjul, de 22-25 de Junho de 1999.

desconhecidas pelo público, tiveram reflexos negativos no afastamento da Guiné-Bissau no processo de paz pela perda da confiança das partes. Neste sentido, convém analisar as raízes deste conflito que afetou a intervenção da Guiné-Bissau no processo de paz.

O tráfico de armas para Casamansa tem sido apontado como umas das principais causas do conflito armado, associado à tensão política derivada da divisão interna sobre o VI Congresso do PAIGC e o mal-estar dos Combatentes da Liberdade da Pátria.¹⁵⁵

Em Janeiro de 1998, João Bernardo Vieira (Nino Vieira), então Presidente da República da Guiné-Bissau, suspendeu o Brigadeiro Ansumane Mané de sua função de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, acusando-lhe de ter negligenciado a situação sobre o tráfico de armas para Casamansa e foi aberto um inquérito dirigido pela Segurança de Estado.

A responsabilização do então Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas pelo tráfico de armas começou em 1998, quando o Presidente senegalês Abdou Diouf fez um apelo ao Presidente guineense Nino Vieira, para “fazer a limpeza em sua casa” (Gaillard, 1999: 231), alertando-lhe que algo não estava certo no seio das Forças Armadas.

O Governo senegalês conseguiu identificar a origem das armas apreendidas aos rebeldes de Casamansa, como as metralhadoras e pistolas doadas pela França à Força de Intervenção Rápida guineense, por isso pressionou o Presidente Nino Vieira a tomar medidas para pôr fim ao tráfico de armas.

Ansumane Mané alegou a sua inocência sobre o tráfico de armas do paiol de Brá e atribuiu a responsabilidade ao Presidente Nino Vieira, que tinha uma das chaves do paiol, acusando-lhe de ter conhecimento do tráfico de armas para Casamansa, desde o início da rebelião em 1982, mas este negou o seu conhecimento sobre o tráfico de armas.¹⁵⁶ O Presidente mandou desarmar Ansumane Mané mas encontrou resistência e, desde então, passou a ser protegido por um grupo de militares aliados. Instaurado o conflito entre o Presidente da República e o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, o Parlamento guineense decidiu a 27 de Fevereiro, criar uma comissão de inquérito multipartidário, integrando 4 deputados do PAIGC e 4 deputados da oposição, para apurar a veracidade dos factos.¹⁵⁷ Num clima de tensão política aguardava-se as conclusões do inquérito que deveriam ser apresentadas a 8 de Junho durante uma sessão parlamentar. Mas antes, o Presidente João Bernardo Vieira decidiu a 5 de Junho nomear um novo Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Humberto Gomes.

¹⁵⁵ No seio do PAIGC havia uma clara divisão entre os apoiantes da recandidatura de Nino Vieira à liderança do partido e os que pressionavam Malam Bacai Sanhá a apresentar sua candidatura contra a de Nino Vieira.

¹⁵⁶ Consultar o jornal *Diário Bissau*, nº 37 de 15/04/1998.

¹⁵⁷ O Presidente da Assembleia Nacional Popular era Malam Bacai Sanhá.

No dia 7 de Junho de 1998, um oficial da guarda-presidencial e o chefe de Protocolo de Estado morreram numa emboscada militar junto ao Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, quando se deslocavam para preparar a viagem do Presidente à Burquina Faso para a Cimeira da OUA (UA). Por consequência o Presidente cancelou a viagem por questões de segurança. Paralelamente aos assassinatos, um grupo de militares armados dirigiram-se à residência de Ansumane Mané, próxima ao Hotel 24 de Setembro, e iniciaram os tiros ao ar, as populações vizinhas e os clientes do hotel entraram em pânico.¹⁵⁸ Estes militares amotinaram no quartel-general no Bairro de Luanda e nos edifícios militares continuando os disparos. Os soldados enviados para controlar a rebelião juntaram-se ao motim, e seguiram para a Base aérea de Bissalanca e o quartel em Brá onde se encontra a brigada mecanizada (artilharia pesada do Exército guineense). Houve confrontos que resultaram em duas mortes da parte governamental e os militares revoltosos disseram que estavam dispostos a negociar com o Presidente da República.¹⁵⁹

No mesmo dia à noite, o Presidente dirigiu um discurso oficial à Nação, disse que não negociaria com os rebeldes, criminosos e traficantes de armas e que, a situação estava controlada pelo Governo, o fim da rebelião “é uma questão de tempo.”¹⁶⁰ Apesar deste discurso convincente os disparos e bombardeamentos prosseguiram em direção ao centro da cidade de Bissau, destruindo casas e ceifando vidas de muitos civis guineenses inocentes; iniciou-se a deslocação da população para lugares mais seguros e no interior do país. Os líderes de várias formações políticas na oposição apelaram ao Presidente Nino Vieira à negociar, este respondeu que enquanto Presidente eleito democraticamente não negociaria com os “rebeldes e criminosos”, pois estava convencido que poderia controlar a rebelião.¹⁶¹

Os militares revoltosos assumiram o controlo da rádio privada Bombolom, a 9 de Junho e passou a ser designada “Voz da Junta Militar.”¹⁶² O porta-voz dos militares revoltosos, capitão-de-mar-e-guerra, José Zamora Induta, anunciou a criação do “Comando Supremo da Junta Militar para a Consolidação da Democracia, da Paz e da Justiça”. Esclareceu que a Junta Militar não aspirava ascender ao poder, mas queria dialogar com o Presidente da República para a melhoria das condições de vida dos soldados e nas

¹⁵⁸ Ansumane Mané vulgarmente conhecido por “Brick- Brak” era da etnia Mandinga, “braço-direito” do Presidente Nino Vieira desde após o golpe de Estado de 1980, na Guiné-Bissau. Foi morto em 2000, na região de Biombo, após a sua fuga logo depois da tentativa do golpe de Estado para derrubar o então Presidente Koumba Ialá, eleito democraticamente no segundo turno das eleições presidenciais, em Janeiro de 2000.

¹⁵⁹ Informações da Rádio Bombolom, no dia 07 de Junho de 1998.

¹⁶⁰ Discurso do Presidente da República Nino Vieira, difundido pela Radiodifusão Nacional da Guiné-Bissau, a 07 de Junho de 1998.

¹⁶¹ Eu própria fiz um apelo à negociação juntando a minha voz a de outros líderes políticos.

¹⁶² A Rádio Bombolom é privada pertencente ao jornalista Agnelo Regalla.

casernas, mas mesmo assim, o Presidente continuou recusando o diálogo. A Junta Militar em resposta à inflexibilidade do Presidente exigiu a sua renúncia e a formação de um governo de transição para a realização das eleições presidenciais. Um grupo de civis que integrava líderes religiosos: católicos, islâmicos e protestantes, parlamentares e diplomatas estrangeiros tentou aproximar as partes com vista a um acordo, mas o Presidente invocando legitimidade de seu poder recusou, dizendo que a rebelião deveria render-se sem imposição de condições.¹⁶³

As Forças Armadas guineenses dividiram-se em dois grupos, de um lado, um grupinho aliado ao Governo e Presidente João Bernardo Vieira, sob o comando do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Humberto Gomes, e do outro, a Junta Militar formada por oficiais e soldados liderados pelo Brigadeiro Ansumane Mané. O então Presidente da Guiné- Conacri, Lansana Conté, enviou helicópteros e 400 militares para se juntar às forças aliadas ao Governo, em apoio ao seu homólogo e amigo Presidente Nino Vieira, a 10 de Junho.

O Presidente senegalês Abdou Diouf, por sua vez enviou um contingente formado por 2.200 militares senegaleses para “*Operação Gabou*” (10 de Junho), chefiado pelo coronel Abdoulaye Fall, então comandante militar em Casamansa, nomeado comandante das operações militares dos *Jambars* ou *Diambars* (tropas senegalesas) em Bissau. Posteriormente, as forças militares senegalesas, guineenses e governamentais formando uma Força multinacional integrada (*Conformi*), estiveram sob o comando conjunto do então Chefe de Estado-maior General das Forças Armadas guineenses, Humberto Gomes e o coronel senegalês Yoro Koné, que foi comandante da zona sul do Senegal, em Casamansa, onde as suas tropas estavam engajadas na luta contra os rebeldes do MFDC.

O coronel Yoro Koné controlava uma parte de Bissau, isto é, de Bissau Velho até o Hotti Bissau Hotel, no Bairro de Cuntum. A circulação de pessoas nesse espaço de Bissau, designado *Bissaucinho*, pelo jornalista Nuno Grilo da rádio “Voz da Junta militar” fora obstaculizada e controlada por barricadas (tanques e arria). Caso as populações quisessem circular nessa via tinham necessariamente de pedir autorização “*laissez passer*” ao coronel Yoro Koné investido de poder na Guiné-Bissau.¹⁶⁴

Os militares fiéis ao Governo e ao Presidente Nino Vieira invocaram existência de acordos secretos de defesa assinados entre Senegal e Guiné-Bissau (1975 e 1990), para

¹⁶³ A continuidade da guerra deve-se a recusa do Presidente Nino Vieira em negociar, menosprezando e ignorando a quantidade numérica de soldados revoltosos e a dimensão do problema.

¹⁶⁴ Eu e outros dirigentes políticos em Bissau, ao deslocarmos à Bula, na região de Cacheu, para reunir com alguns líderes da oposição deslocados de Bissau foi necessário obtermos o *laissez passer* do coronel Yoro Koné.

justificar a intervenção senegalesa (Marut, 2001). No mesmo sentido, o jornal senegalês *Libération* (Julho/1998) refere-se que a intervenção do Senegal esteve na base de um acordo secreto entre os dois Presidentes, Abdou Diouf e João Bernardo Vieira.¹⁶⁵ Mas os referidos acordos além de não serem secretos porque foram publicados, não autorizam esse tipo de intervenção das Forças Armadas de um Estado num conflito interno do outro Estado.

O Senegal e a Guiné-Bissau assinaram um “Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança e Defesa”, a 8 de Janeiro de 1975, cujo artigo 5º serviu de base para assinatura posterior do Protocolo Adicional. Por outro lado, a 12 de Novembro de 1975, em Dakar, foi assinado o “Tratado de Amizade e Cooperação entre a República do Senegal e a República da Guiné-Bissau”, pelos respetivos Presidentes dos dois países, Abdou Diouf e Luís Cabral. Este tratado não prevê defesa militar mútua que permita “ingerência de um Estado” num conflito interno do outro Estado.

Tratado “é acordo de vontades, em forma escrita entre sujeitos de Direito Internacional, agindo nesta qualidade, de que resulta a produção de efeitos jurídicos” (Pereira e Quadros, 2001:173). O referido tratado é um instrumento jurídico que observa os princípios do direito internacional, dispõe sobre o reforço da cooperação nos domínios político, económico, cultural e técnico entre os dois países. O ambiente interno de paz que se vivia nos primórdios da independência da Guiné-Bissau, pela conquista da liberdade e soberania nacional, não constituía motivo de preocupações em matéria de defesa e segurança, senão para o reforço e estreitamento das relações de amizade e cooperação com outros países africanos. O tratado foi assinado tendo em consideração os princípios da Carta da ONU e da OUA (UA) de contribuir para a paz interna e exterior ao Continente africano, priorizando a solução pacífica de diferendos.

Com a mudança da situação política na Guiné-Bissau a partir de 1980, associada a turbulência na sub-região do Oeste Africano caracterizada por rebeliões internas em alguns países como no Senegal, Libéria e Serra Leoa e mudanças políticas através de golpes de Estado, como na Gâmbia, a segurança territorial dos países tornou-se cada vez mais vulnerável havendo necessidade de conjugação de esforços para a defesa dos territórios.

A República do Senegal e a República da Guiné-Bissau assinaram o Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança e Defesa, a 27 de Julho de 1990. O Artigo Primeiro dispõe que, cada um dos Estados se compromete a impedir que o seu território seja utilizado para preparar ou executar ações subversivas contra o outro ou

¹⁶⁵ Un accord secret d'assistance mutuelle: les généraux à l'origine de l'intervention auraient fait un mauvais calcul, *Libération* (11 July 1998). Tradução da autora: Um acordo de assistência mútua: os generais responsáveis pela intervenção teriam feito um erro de cálculo.

prejudiciais a sua Segurança ou a sua Defesa (*Ver anexo G*). O acordo tem como objetivos: o reforço dos laços de fraternidade e relações de boa vizinhança e paz; a defesa mútua ou conjunta contra a segurança, a estabilidade, integridade territorial e unidade de um dos dois países, que possam ser desenvolvidas através da sua fronteira comum ou a partir do território do outro. Portanto, a defesa mútua ou conjunta é contra ameaças ou agressões externas, que ponham em causa a paz interna de um dos dois Estados e não num conflito interno. É uma cooperação bilateral específica em que os dois Estados, enquanto entidades jurídicas unipessoais e sujeitos da relação jurídica definiram o âmbito e a forma de sua aplicação.

A intervenção das tropas senegalesas no conflito interno da Guiné-Bissau tinha por fim interesses políticos despidos de argumentos jurídicos assentes nos referidos acordos; como esclarece Jean-Claude, estava ligada ao “conflito casamansense” e tinha como objetivos: “*éviter l’installation à Bissau d’un régime considéré comme proche de la rébellion, et prendre à revers les maquisards du Mouvement des forces démocratiques de la Casamance (Mfdc)*” (Marut, 2001 : 4).

A ausência de base jurídica para a intervenção senegalesa no conflito interno da Guiné-Bissau, também se aplica à intervenção das tropas da Guiné-Conacri. O Tratado de Amizade e Cooperação entre a República da Guiné e a República da Guiné-Bissau, de 6 de Agosto de 1994, não contempla nenhum dispositivo que autoriza a intervenção armada, versa fundamentalmente sobre o reforço da cooperação técnico-política e da solidariedade entre os dois povos e países. A cooperação de natureza técnica verifica-se em razão da matéria, ou seja: “a matéria regulada se prende diretamente com a utilização ou com a disposição de conhecimentos científicos, tecnológicos ou de “*Know-how*” (Leite, 1979:106).

Este Tratado fora assinado por Ahmed Sékou Touré, o primeiro Presidente da Guiné-Conacri, após sua independência da França em 1958¹⁶⁶ e João Bernardo Vieira (Nino) da Guiné-Bissau, que ascendeu ao poder pelo golpe de Estado em 1980. Mas na época do conflito político -militar na Guiné-Bissau, o Presidente da Guiné-Conacri era Lansana Conté, que ascendeu ao poder pelo golpe de Estado, em Abril de 1984, logo após a morte do Presidente Ahmed Sékou Touré.

O então Presidente Lansana Conté era um amigo pessoal do Presidente João Bernardo Vieira ou mesmo nas palavras deste “era quase um irmão.” Durante o conflito não só enviou um contingente de intervenção militar à Guiné-Bissau para apoiar o seu amigo como concedeu refúgio temporário à sua família em Conacri.

¹⁶⁶ Ahmed Sekou Touré foi grande líder político, africanista e anticolonialista, foi Presidente da Guiné-Conacri desde 1958 até à data da sua morte a 26 de Março de 1984, em Cleveland nos Estados Unidos da América.

As intervenções armadas do Senegal e da Guiné-Conacri no conflito interno da Guiné-Bissau caracterizam do ponto de vista do direito internacional a violação do *jus cogens*, ou seja, da norma imperativa sobre o “princípio da não ingerência nos assuntos internos” de um Estado, no caso concreto a Guiné-Bissau. Do ponto de vista do direito interno guineense, configura uma violação do artigo 75º alínea c) da Constituição da República que dispõe que a declaração da guerra e instauração da paz são competência do Conselho de Estado. Este órgão não foi consultado previamente para pronunciar sobre a guerra e muito menos informado das intervenções externas solicitadas pelo então Presidente da República aos seus homólogos do Senegal e da Guiné-Conacri. Consta-se a ausência de base jurídica para a intervenção armada do Senegal e igualmente da Guiné-Conacri. Estiveram em jogo apenas interesses pessoais e políticos dos intervenientes no conflito.

Muitos combatentes da liberdade da Pátria e civis revoltados com a intromissão das Forças estrangeiras num conflito interno que qualificaram de invasão, aliaram-se à Junta Militar, numa verdadeira demonstração de nacionalismo e a rebelião passou a contar com o apoio massivo popular. Pois o que estava em causa já não era um diferendo interno, mas uma ameaça de perda de independência territorial e soberania nacional.

A ala dos separatistas de Casamansa sob o comando de Salif Sadio aliou-se à Junta Militar sob o comando do então Brigadeiro Ansumane Mané, contra o Presidente e o Governo guineenses apoiados pelas Forças Armadas senegalesas.¹⁶⁷ A Guiné-Bissau passou a ser “palco” do conflito de Casamansa, com a presença dos dois beligerantes: Governo senegalês e o MFDC na guerra, o que naturalmente teve reflexos negativos no processo de paz e nas relações entre Senegal e Guiné-Bissau. Houve esforços de negociações diplomáticas que envolveram a Gâmbia, a CEDEAO, a CPLP, a OUA (UA) e a ONU. Em Abuja (Nigéria) foi assinado o Acordo de paz, a 2 de Novembro de 1998¹⁶⁸, que previa entre outras questões: o respeito pelos acordos de cessar-fogo anteriormente assinados ao bordo do navio português “Corte Real” e na Cidade da Praia, em Cabo-Verde; a retirada total das tropas estrangeiras do território da Guiné-Bissau e a instalação de uma força de interposição da paz sob a supervisão da CEDEAO, para garantir a separação das partes, a segurança ao longo da fronteira entre a Guiné-Bissau e o Senegal e o acesso das populações aos géneros alimentícios; a formação de um Governo de Unidade Nacional que incluísse os representantes da Junta Militar, até à realização das eleições legislativas e presidenciais.

¹⁶⁷ Consta que foram no total 500 homens do MFDC que se aliaram à Junta militar durante a guerra.

¹⁶⁸ O Acordo de Paz de Abuja foi assinado pelo então Presidente da República, João Bernardo Vieira, em representação do Governo guineense e pelo Brigadeiro Ansumane Mané, em nome da Junta Militar.

O conflito agravou a situação humanitária e sanitária dos deslocados e exigiu a cooperação de várias organizações internacionais e humanitárias como: o PAM; o UNDP, a OCHA; a Cruz Vermelha entre outras. Aumentou a insegurança das fronteiras entre o Senegal e a Guiné-Bissau, gerou um clima de grande desconfiança entre os dois países, fragilizando por consequência as relações de cooperação bilateral.

O Governo de Unidade Nacional foi empossado a 20 de Fevereiro de 1999, para criar as condições à realização das eleições e a retoma da normalidade constitucional. Os militares senegaleses e da Guiné-Conacri foram totalmente retirados, permaneceram no terreno apenas os efetivos militares da ECOMOG, como forças de interposição da paz da CEDEAO, as que os militares senegaleses queriam integrar, mas não conseguiram. Não obstante a acalmia aparente, o conflito continuou, a Junta Militar cercou a cidade de Bissau e o Palácio presidencial e derrubou o Presidente Nino Vieira, a 07 de Maio de 1999, que foi refugiar-se na Embaixada de Portugal em Bissau, onde posteriormente assinou a declaração de rendição total e incondicional e a renúncia ao Cargo de Presidente da República. O então Presidente da Assembleia Nacional Popular, Malam Bacai Sanhá, assumiu interinamente as funções de Presidente da República, o Governo de Unidade Nacional manteve em funções e os partidos políticos assinaram a Carta de Transição, instrumento jurídico que sustentou o período de transição até à retoma da normalidade constitucional, após a realização das eleições legislativas e presidências simultâneas, a 28 de Novembro de 1999. Essas eleições foram vencidas pelo Partido da Renovação Social e o seu candidato Koumba Ialá, apoiado no segundo turno pelos partidos políticos da oposição.

4.3.4.O quarto acordo de paz

O quarto acordo de paz assinado entre o Governo senegalês e o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa foi em 2001. O Presidente senegalês Abdoulaye Wade enquanto opositor, em 1991 prometeu em caso de vitória nas eleições presidenciais que resolveria o problema de Casamansa, 100 dias após a sua tomada de posse. Logo após a sua ascensão ao poder em Abril de 2000, mandou cessar todas as atividades das associações para a paz em Casamansa, a fim de retomar as negociações com o MFDC.

O Presidente Wade e a opinião pública senegalesa criticaram a forma como o Presidente Abdou Diouf vinha gerindo o dossiê de Casamansa, acreditando que aí residia a razão do fracasso do processo de paz.

Nomeou um casamansense da etnia Jola, Youba Sambou para Ministro das Forças Armadas e promoveu o coronel Babacar Gaye para Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas¹⁶⁹ (Foucher, 2003b: 104). A nomeação do coronel Gaye como Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas apesar de significar uma inovação não produziu os resultados político-militares esperados pelo Presidente Wade, qual seja, de controlar a ala militar do MFDC. Possuindo uma experiência como comandante militar na região de Casamansa, Babacar Gaye conseguiu melhorar a organização dos serviços nas Forças Armadas, melhorando a situação do respeito pelos direitos humanos, mas não conseguiu neutralizar a rebelião armada, senão de forma estratégica diminuir os riscos de ataques e confrontos mortíferos frequentes.

Paralelamente à promoção de casamansenses aos postos de responsabilidade militar, o Presidente Wade adotou a estratégia de contactos e negociações diretos com os dirigentes do MFDC, afastando as possibilidades de intervenção da Guiné-Bissau e da Gâmbia, sob pretexto do conflito ser um problema interno, cuja solução deve ser nacional. Esta atitude foi singular, na medida em que, era inédita comparativamente ao seu predecessor Abdou Diouf (Foucher, 2003b: 102). Após os contactos diretos com a ala política, procurou contactos com a ala militar aproximando-se da Frente Sul. O então Ministro do Interior, Mamadou Niang, que participou dos acordos de paz de 1991 e 1993, teve um papel fundamental na facilitação desses contactos.¹⁷⁰

Recebeu em Dakar o então líder do MFDC, Augustin Senghor e posteriormente deslocou-se a Casamansa para um encontro com os elementos do MFDC, na busca de uma solução para a paz. Havia uma percepção geral que a vitória de Wade poderia contribuir para acalmar os separatistas e abrir um caminho para a paz. O Partido Democrático Social do Presidente Abdoulaye Wade tinha grande implantação em Ziguinchor, obtendo bons resultados depois de 1978 e muitos de seus elementos eram ligados aos separatistas. O próprio Presidente Wade conhece pessoalmente os dirigentes do MFDC, porque foi advogado destes no passado não muito distante. Mas a nova estratégia de negociação inaugurada pelo Presidente Wade, não foi suficiente para dissuadir os combatentes do MFDC da reivindicação armada secessionista e continuou a dividi-los entre os duros e os moderados.

A partir de Fevereiro de 2001 os ataques de grupos armados contra transportes de passageiros e massacres das populações aumentaram em Bignona e milhares de pessoas

¹⁶⁹ O coronel Babacar Gaye foi comandante em Casamansa, Oussouye e Kolda e dirigiu os serviços secretos senegaleses.

¹⁷⁰ Mamadou Niang foi Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas do Senegal (1988-1990), foi presidente da Comissão de Gestão da Paz em 1991 e Embaixador do Senegal na Guiné-Bissau (1999-2000).

abandonaram suas residências para refugiar-se na Gâmbia (Marut, 2001: 18), o que fez aumentar o risco de instabilidade da fronteira desse país. Não obstante as hostilidades das diferentes fações militares, o Presidente senegalês continuou as negociações com a ala civil do MFDC.

Durante as negociações entre o MFDC e o Governo, 16 - 20 de Março de 2001, o Presidente Wade assinou um acordo de paz com o líder do MFDC, Augustin Senghor, em Ziguinchor, sem envolvimento da Guiné-Bissau ou da Gâmbia. Augustin assumiu-se como um interlocutor legítimo, não implicando Salif Sadio e Sidy Badji e a Frente Norte (Foucher, 2003b: 112). Esta situação provocou reação dos excluídos e radicalização de posições contra as decisões de Augustin Senghor. O objetivo do novo acordo era consolidar o cessar-fogo de 1999. Os pontos contantes desse acordo são:

1. Garantia da liberdade de circulação das pessoas e bens;
2. Aberturas das ruas e estradas bloqueadas devido aos ataques que mataram mais de 20 civis, provocando greve dos transportadores;
3. Fim das prisões arbitrárias, torturas e mortes das pessoas;
4. Libertação dos prisioneiros;
5. Retorno dos refugiados e das pessoas deslocadas;
6. Elaboração de programas de integração e implementação dos projetos de construção das infraestruturas sociais;
7. Desarmamento, destruição de armas e acantonamento das Forças Democráticas de Casamansa e o retorno dos militares às casernas.

Mais que um acordo de cessar-fogo este é um acordo de paz, porque no seu conteúdo não contempla apenas a cessação dos atos de violência pelas partes, como também o desarmamento, o acantonamento e a integração dos combatentes do MFDC, mas o cessar-fogo é a condição necessária para implementação dessas medidas de pacificação.

A livre circulação das pessoas e bens é uma garantia constante do protocolo da CEDEAO assinado pelos chefes de Estado e de Governo em 29/05/1979, mas a sua aplicação em situações de conflito interno pelos países membros, como é o caso do Senegal, tem criado problemas de segurança relativas às fronteiras. Os confrontos armados

nas zonas fronteiriças constituem algumas restrições à liberdade de circulação de pessoas e bens. Com o conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999) agravou a insegurança das zonas fronteiriças entre Guiné-Bissau e Senegal e as autoridades dos dois países exerciam controlo excessivo da circulação das pessoas e dos bens. Em “tempos de paz” essas medidas restritivas de liberdade não se justificam, mas em “tempos de guerra” são necessárias.

Perante a falta de consenso no seio do MFDC os objetivos do novo acordo de paz não foram alcançados e as fações discordantes multiplicaram comunicados agressivos contra atuações do Governo senegalês e de Augustin Senghor.

O naufrágio marítimo “*Joola*” a 26 de Setembro de 2002 ao largo da Gâmbia, a 40 Km da costa, no qual morreram 1863 pessoas, segundo as fontes oficiais foi um acontecimento que fez aumentar as tensões entre o MFDC e o Governo. Os duros acusaram o Governo de ser o responsável por esse maior naufrágio marítimo do Senegal. O número exato das vítimas desse naufrágio não foi revelado, na medida em que, fontes não oficiais informaram de 1953 vítimas mortais e 64 resgatados e outras ainda referiram a 2000 vítimas mortais. Foi considerado um dos maiores naufrágios deste século, que fez mais vítimas mortais que “Titanic”.¹⁷¹ O *Joola* era um grande barco de passageiros com capacidade para 550 pessoas, assegurava a ligação entre Dakar e Casamansa fazendo o percurso Dakar – Carabane – Ziguinchor. A sobrecarga de passageiros foi apontada como a causa principal desse grande naufrágio que agravou a tensão em Casamansa.

Por consequência do ambiente de tensão, em 2003 retomaram-se os confrontos entre o MFDC e as Forças Armadas provocando mais deslocações de pessoas. Para desanuviar esse ambiente muito tenso, as autoridades guineenses preparavam para acolher a reunião do MFDC e o Governo senegalês, em Bissau, no mês de Junho. A agenda da reunião era facilitar a coesão no seio do MFDC, mas com a morte de Sidy Badji, a 22 de Maio de 2003, a reunião foi adiada “*sine die*” pelo MFDC e abriu-se a luta interna pela sucessão de Badji, no comando da Frente Norte, sendo o seu sucessor Kamougaye Diatta. Porém, este não gozava de legitimidade da ala militar que contestou sua chefia e Magne Diémé seu antigo aliado criou uma nova fação. O MFDC realizou uma Conferência em que os líderes moderados declararam que a guerra terminaria, mas esta declaração não foi partilhada pelas fações duras.

¹⁷¹ Consultar: *Le naufrage du “Joola.” Le naufrage du “Joola” a fait plus de victimes que “Le Titanic”, 1953 morts et seulement 64 rescapés*, em : www.kassoumay.com/joola

4.3.5. O quinto acordo de paz

O quinto acordo de paz assinado entre o Estado senegalês e o MFDC em 2004 criou expectativas de paz duradoura mas foi mais um fracasso. As divergências no seio do MFDC agudizaram com a morte de Sidy Badji, resultando não só na luta interna pela sucessão, mas na multiplicação de posições inconciliáveis relativamente ao cumprimento dos acordos de paz. As fações duras não cederam a pressão para a desistência da via armada, enquanto os moderados continuaram a protagonizar posições ambíguas. Esta situação fez reacender os confrontos entre os guerrilheiros do MFDC e as Forças governamentais e houve a necessidade de retoma das negociações para a paz.

O Presidente Abdoulaye Wade, frustrado na sua promessa bastante otimista de resolver o conflito de Casamansa, 100 dias após à sua ascensão ao poder, não lhe restava outra solução, senão a retoma das negociações e a tentativa de assinatura de novo acordo de paz. Retomada as negociações o Governo foi representado pelo então Ministro do Interior Ousmane Ngom e o MFDC por Augustin Senghor, assinaram um acordo de paz sem intervenção de terceira parte, em 30 de Dezembro de 2004, sendo este, o último até à data presente.

Os principais pontos constantes deste acordo de paz são os seguintes:

1. Cessar- fogo e de todas as hostilidades pelas partes;
2. Renúncia pelo MFDC da luta armada;
3. Amnistia geral dos combatentes do MFDC;
4. Acantonamento dos guerrilheiros do MFDC, num total de mais de 5.000 homens;
5. Desmobilização e reintegração dos combatentes na vida civil e no exército senegalês;
6. Desminagem em Casamansa;
7. Reconstrução e desenvolvimento de Casamansa através de um programa específico.

Este parece ser o mais completo acordo de paz assinado entre as partes, embora à semelhança dos outros também não foi cumprido. Para implementação de algumas medidas do acordo o Governo anunciou a criação de Agência Nacional para a reconstrução da Província Sul do Senegal (Casamansa) e de um Fundo de Garantia, correspondente acerca de 94.000.000 € para financiar as despesas de reconstrução. A verba destinava-se concretamente ao realojamento de quase 60.000 mil refugiados retornados das aldeias limítrofes da Guiné-Bissau e da Gâmbia e a construção de infraestruturas sociais.

Numa manifestação inequívoca de esperança de paz duradoura, após a assinatura do acordo e o compromisso do Governo para sua implementação, o Presidente Abdoulaye Wade afirmou que “o ano 2004 não seria mais um entre tantos outros”, referenciando os acordos anteriores não cumpridos (Neto, 2005).

Porém, Salif Sadio que lidera a ala dura da Frente Sul recusou a assinar o acordo de paz, sentiu-se pressionado foi instalar sua base militar em “Barraca Mandioca,” na Guiné-Bissau, em 2005 e foi expulso do território guineense em 2006.

Outras vozes discordantes no seio do movimento se associaram à contestação do acordo, como as de César Atoute Badiate, chefe de estado-maior do MFDC, que exigiu a deslocação de Augustin Diamacoune Senghor à floresta de Casamansa para debater com os guerrilheiros e conhecer as suas preocupações e posições; e, de Mamadou N’Krumah Sané, Secretário-geral adjunto, residente em Paris, que disse que esse acordo era uma “declaração de guerra” (Neto, 2005).

César Badiate disse que Augustin estava refém das autoridades senegalesas, na sua residência em Ziguinchor e não tinha a liberdade suficiente para negociar. Com assinatura do acordo de paz, quis apenas demonstrar imagem de pacificação à comunidade internacional para beneficiar dos fundos. Em comunicado de imprensa César Badiate questionou a escolha pelo Governo de Augustin Senghor para assinatura do acordo de paz e não de Jean-Marie Biagui, então Secretário-geral do MFDC.

Na época da assinatura do acordo de paz em Dezembro de 2004, Augustin D. Senghor era apenas Presidente honorário do MFDC, porque foi afastado da chefia do MFDC, sob fundamento de “incapacidade objetiva” e foi substituído por Jean-Marie Biagui, em Assembleia geral organizada pelo MFDC, em Setembro de 2004 (Neto, 2005). Portanto, assim sendo, com estatuto de honorabilidade e sem poderes na ala militar, Augustin Senghor não tinha legitimidade para assinatura do acordo de paz que vinculasse o movimento. Qualquer organização seja ela social ou política, o presidente honorário não tem poderes de representar ou vincular com os seus atos. A questão de poder para negociar e assumir compromissos é muito importante e não deveria ser negligenciado. O título de presidente honorário é simbólico atribuído à uma pessoa ou personalidade, em reconhecimento de alguma prestação positiva relevante à organização. O presidente

honorário não tem os mesmos direitos e deveres estatutários como os membros efetivos da organização.

O acordo de paz, apesar de ser substancialmente bastante rico carecia de bases legítimas de sustentabilidade pelas diversas manifestações de discórdia; ademais não tratou a questão de fundo sobre a independência de Casamansa. Para os guerrilheiros do MFDC, a “paz definitiva” só seria possível pela “libertação nacional” do território reivindicado, porque a independência é “um direito real, absoluto, imprescindível e inegociável” (Neto, 2005). Por isso preferiram a continuidade da guerra rejeitando o acordo de paz.

Diante desta discórdia Augustin Senghor tentou sem sucesso organizar na sua residência em Ziguinchor, uma reunião de reconciliação mas os combatentes da Frente Sul não compareceram, assim como não estiveram presentes na assinatura do acordo de paz.

Em Fevereiro de 2005, uma reunião foi realizada em Foundiougue entre o Governo senegalês e o MFDC, este representado por Ansoumana Badji com a presença de Augustin Senghor. A reunião tinha como agenda a discussão das recomendações do acordo de paz de 2004, relativas as medidas para o desenvolvimento de Casamansa e a integração dos combatentes do MFDC e assinatura pelas partes do Protocolo Adicional ao Acordo de Paz, testemunhadas pelas Organizações da Sociedade Civil. Mas segundo o jornalista Ibrahima Gassama não se chegou ao acordo, porque Augustin Senghor durante o seu discurso nessa reunião disse que não renunciaria a reivindicação da independência de Casamansa.¹⁷²

O chefe de estado-maior César Badiate e seus guerrilheiros em Cassolol estavam dispostos teoricamente a parar a guerra, mas esta posição não era partilhada por outras fações do MFDC: na região de Sédhiou em Balantacounda, chefiada por Ousmane Nianthang; no norte perto da Gâmbia, chefiada por Salif Sadio e em Mahmouda, por Lamarana Bambo Sambu, sucessor de Ismaila Magne Diémé que foi morto na Gâmbia.¹⁷³

Este acordo de paz que proporcionou uma acalmia temporária em Casamansa, fracassou pelas múltiplas divisões militares e descoordenação política do MFDC e os ataques esporádicos voltaram com o limiar da violência no norte.

Paralelamente aos 5 acordos de paz aqui identificados através das fontes escritas de pesquisa, algumas fontes orais e o jornalista Ibrahima Gassama referem-se ao acordo de “cessar-fogo” alcançado em negociação direta entre as partes, em 29 de Março de 1991, em Toubacouta, departamento de Ziguinchor. Ibrahima Gassama disse que o Governo senegalês foi representado por Abdoulaye Wade, na época, Ministro de Estado do Governo de coligação do PS, do então Presidente da República do Senegal Abdou Diouf, e alguns

¹⁷² Declarações de Ibrahima Gassama, durante a entrevista em Ziguinchor, a 01 de Julho de 2011.

¹⁷³ Declarações de Ibrahima Gassama.

deputados do PDS e o MFDC esteve representado apenas por Sidy Badji, que assinou o acordo. Assinado nesta circunstância, as partes não o respeitaram e retomaram o combate em menos de 3 meses. Qualquer acordo de paz não pode ter sucesso senão pela vontade inequívoca das partes beligerantes.

Atualmente o MFDC encontra-se dividido em 5 fações: 3 ao norte e dois ao sul (*Ver anexo H*). No norte tem as fações próximas ao Salif Sadio que autoproclamou-se chefe dos guerrilheiros do MFCD e tem a sua base em Tambaff, perto da fronteira com a Gâmbia; Lamarana Sambou está no departamento de Bignona, concretamente em Blouf e Paul Assine está em Diakaye, antigo estado-maior do comandante Kamougaye Diatta. No sul, César Atoute Badiate está com a sua base em Cassolol perto da fronteira da Guiné-Bissau, em Farim e Ibrahima Kompasse Diatta tem a sua base no terminal de Pilar 142. Este último substituiu Ousmane Nianthang Diatta que separou de César Atoute Badiate, em 2007.

4.4. Causas de fracassos dos acordos de paz

As principais causas do fracasso dos acordos de paz são:

1. Divisão entre políticos e guerrilheiros do MFDC em diferentes alas;
2. Luta pelo poder no seio do MFDC;
3. Falta de coordenação política;
4. Divergência de opinião entre os elementos do MFDC relativa a reivindicação da independência de Casamansa via rebelião e entre estes e o Governo senegalês.

A falta de coordenação política tem resultado em divergências entre os civis e entre civis e guerrilheiros do MFDC, e por consequência estes não se subordinam às orientações políticas dos dirigentes e violam sistematicamente os acordos de paz. A questão da reivindicação da independência por via armada, dividiu os políticos e guerrilheiros do MFDC em moderados e duros, sendo aqueles os que admitem a possibilidade de desistência da opção armada e estes os que vêm a opção armada como meio mais adequado para atingir o objetivo separatista.

Após a assinatura do acordo de paz em 2004, a reação dos duros foi imediata, recusaram a adesão, dois elementos autoproclamaram-se “Alto Comando do MFDC” e

apelaram a continuidade da guerra (Neto, 2005). A luta interna para o controlo do poder no MFDC deu origem a várias lideranças autoproclamadas por diferentes individualidades no movimento. Esta luta agudizou após a morte de Augustin Senghor, em 2007¹⁷⁴ com três dirigentes que se autoproclamaram Secretário-geral do MFDC: Jean-Marie François Biagui, Mamadou N’Krumah Sané e Ansoumana Badji.¹⁷⁵ Mamadou N’krumah Sané residente em Paris¹⁷⁶ tem legitimidade histórica por ser um dos fundadores do MFDC e legitimidade política, porque jamais renunciou ou mudou de posição relativa à independência de Casamansa (Marut, 2010). Jean-Marie François Biagui, residente em Lyon na França é considerado mais moderado que Mamadou N’krumah Sané e Ansoumana Badji em Dakar. Os residentes em França, não obstante a questão geográfica têm mais legitimidade junto dos combatentes do MFDC. Desde a divisão gerada no seio do MFDC após o primeiro acordo de paz, as negociações passaram a ser não integrativas, na medida em que, não contaram com a participação de todas as alas. E por consequência os sucessivos acordos daí derivados geraram sempre discórdias, não sendo respeitados pelas alas que ficaram de fora das negociações.

A falta de colaboração das alas opostas nas negociações ou mediações de paz gerou uma espécie de competição entre elas, com comunicações controladas ou distorcidas, conforme as posições (Cunha, 2001). A deficiente comunicação entre as alas do movimento teve efeitos prejudiciais à estratégia de maximização de benefícios com os acordos de paz, pois há claramente objetivos divergentes em confrontos no movimento. Em termos ideológicos o MFDC divide-se em moderados e duros e possui uma estrutura organizacional complexa pela não subordinação total da ala militar à ala política que tem facilitado a formação de fações e surgimento de várias lideranças políticas e militares e a continuidade da guerra.

Apesar do apelo à coesão do MFDC para falar a uma só voz, a dialética do antagonismo permanece no movimento, impedindo o cumprimento dos acordos de paz. Por consequência, revelaram-se pouco duradouros, o que na abordagem dos críticos da paz liberal, correspondem a “paz liberal”, reduziram a violência no curto espaço de tempo, mas não proporcionaram as condições para uma paz sustentável entre a comunidade em causa e o Estado que a representa (Richmond, 2011: 4-13). Nos conflitos internos os críticos da “paz liberal” entendem que as grandes potências concebem a paz na conceção ocidental e exercem pressões institucionais nos regimes de democracia liberal nos países em

¹⁷⁴ O abade Augustin Diamacoune Senghor morreu vítima de doença, com 78 anos, a 14 de Janeiro de 2007, no hospital militar Val de Grâce, em Paris.

¹⁷⁵ Informações do jornalista Ibrahima Gassama durante entrevista em Ziguinchor, a 01/07/2011.

¹⁷⁶ N’Krumah Sané está exilado em Paris há mais de 20 anos, após ter sido libertado de prisão em Dakar.

desenvolvimento, sem levar em conta as realidades locais e as causas profundas do conflito.

A partir dos anos 90 muitos investigadores sociais questionaram a eficácia das teorias de resolução de conflitos devido aos métodos muitas vezes desenquadrados das realidades da cultura local. Mas como explica Patrícia, essa crítica está ligada em parte às teorias “realistas” das Relações Internacionais que encaram o conflito como um acontecimento normal da sociedade e a paz como ausência de violência. Por consequência, priorizam “abordagens de negociação objetiva de ganhos, controlo racional das políticas e dos processos de tomada de decisão, e de técnicas de gestão de crises que permitam atingir a meta principal, que é a obtenção de um acordo entre as partes” (Ferreira, 2014: 63).

O fracasso dos acordos de paz não se enquadra nesta visão realista, mas idealista considerando que as causas da violência são decorrentes de situações de frustrações que incluem discriminação e desigualdades económicas, injustiça social entre outras. Essas situações só podem ser banidas com abordagens construtivas que tomem em conta as causas profundas do conflito considerando-as como um problema comum, que as partes têm interesse em resolver (Ferreira, 2014; Nye Jr., 2002)

A dissuasão à violência para desencorajar a continuidade da guerra não convenceu ainda todos os combatentes e civis do MFDC, que continuaram na dinâmica de subversão. A subversão tem por finalidade a subtração de uma população à autoridade administrativa e moral de um poder estabelecido e de integrá-la às outras entidades políticas ou militares por vezes para a luta (Aron, 1962: 173).

As tentativas de resolução do conflito de Casamansa têm demonstrado, que apesar de ser considerado de baixa intensidade é um conflito quase estável e muito difícil de resolver, embora não seja impossível. Tornou-se num ciclo vicioso de ação e reação entre as partes, retroalimentando-se frequentemente com atos de violência, que reduzem os esforços de sua resolução. Desde o acordo de paz de 2004 não houve nenhum outro, mas é preciso que se criem condições de resolução do conflito e isso passa em primeiro lugar, pela unificação do MFDC e a identificação e aceitação das causas profundas do conflito pelas partes.

4.4.1. Retoma das negociações

Em Fevereiro de 2005, tanto os civis como os militares do MFDC apelaram à retoma das negociações, contudo a existência de muitas fações no movimento coloca o problema de ausência de interlocutor legítimo para assumir e fazer respeitar os compromissos de paz.

Em 2006 foi realizada uma reunião entre o Governo senegalês e o MFDC em São Domingos, na tentativa de retomar as negociações para uma solução pacífica do conflito. O

Governo esteve representado por Pierre Goudiaby e o MFDC por alguns dirigentes civis e militares das diferentes alas: Augustin Senghor, César Atoute Badiate, Dauda, um dos comandantes da Frente Norte e Ismaila Diémé. A ala liderada por Salif Sadio não participou e ficou frustrada a tentativa do acordo. Da parte guineense estiveram presentes o então Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Tagme Na Waie, António N'jai então comandante militar da zona norte, Rui Gonçalves administrador do Setor de São Domingos e Baciro Dabó.¹⁷⁷ Os militares presentes na negociação não tinham poderes de representação oficial do Estado, pouco ou nada podiam fazer no quadro da mediação de um conflito, por causa da natureza de suas funções. Pois em situações de conflitos armados internos os militares são intervenientes de facto, por isso não possuem isenção necessária para mediar o conflito.

O Presidente Wade durante a sua visita oficial à Gâmbia, a 16 de Agosto de 2011, solicitou apoio de seu homólogo Presidente Yahya Jammeh na resolução pacífica do conflito de Casamansa. Este apelo de Wade revela sem dúvida mudança da forma direta como tinha estado a negociar e formular acordos com o MFDC, que não resultaram na paz duradoura, mas o Governo senegalês não manifestara interesse pela intervenção da Organização das Nações Unidas na resolução deste conflito interno, não a tendo solicitado para evitar o reconhecimento internacional do MFDC. Um eventual acordo de paz, resultante de intervenção das organizações internacionais tais como: Nações Unidas ou União Africana com apoios das ONGs humanitárias e de Defesa dos Direitos Humanos dariam aos rebeldes um reconhecimento internacional de facto (Tshiyembe, 2003: 24). Este reconhecimento dar-lhes-ia mais visibilidade e força política, por esta razão, o Governo senegalês nunca fez apelo à intervenção destas organizações ou mesmo da CEDEAO.

As promessas de construções de infraestruturas em Casamansa para melhorar as ligações com o resto do Senegal, permanecem presentes nos discursos políticos das autoridades senegalesas, que reconhecem entre outras necessidades as de restauração de ruas, estradas e pontes, bem como a construção de aeroporto internacional. Neste sentido, o Presidente senegalês, Macky Sall, durante a sua estada em Ziguinchor para o lançamento do projeto de desenvolvimento de Casamansa, em Março de 2014, apelou a todos os envolvidos nesta conflitualidade, para o que ele designou de “*paix des braves sans vainquers ni vaincus*” (paz dos bravos sem vencedores nem vencidos). Afirmou-se aberto ao diálogo construtivo para a paz definitiva, preservando a integridade territorial do Senegal, porque Casamansa é Senegal. O Estado senegalês não pode prosperar sem Casamansa,

¹⁷⁷ Declarações de Rui Gonçalves, administrador de São Domingos, em conversa informal em São Domingos, a 30 de Junho de 2011, durante o trabalho de campo realizado na Guiné-Bissau.

que é uma região com potencialidades agrícolas e turísticas, é necessário a reconciliação dos casamansenses para a consolidação da paz.¹⁷⁸

No quadro da execução do projeto de desenvolvimento de Casamansa a empresa norte-americana que deverá construir a ponte entre Kolda e Ziguinchor, impôs como condição ao Governo senegalês, a garantia da paz e estabilidade para viabilizar e rentabilizar o investimento.

César Atoute Badiate, chefe de estado-maior de uma facção do MFDC instaurada em Cassolol afirmou que a cessação da violência e a garantia da paz devem ser objeto de um acordo de paz entre as partes. Afirmou a disponibilidade do MFDC para a retoma das negociações com o Governo e sugeriu a possibilidade de mediação pelo Governo norte-americano, nos Estados Unidos da América, com vista a um acordo de paz entre as partes. Todavia, o Presidente Macky Sall não reagiu a esta proposta, presumindo-se que não seja opinião por ele partilhada.

Quanto a divisão do MFDC em várias facções, dificultando o processo de paz, César Atoute Badiate afirmou ser favorável à conferência para reunificação do movimento, porque o MFDC tem um “Bureau Político” a quem compete conduzir as negociações para falar a uma só voz. O Governo senegalês tem dado a entender que está a negociar com todos os grupos, mas isso não corresponde a realidade e ele não apoia esta estratégia de divisão.

4.5. A gestão do Dossiê de Casamansa na Guiné-Bissau e as relações político-diplomáticas Senegal/Guiné-Bissau

O Dossiê de Casamansa na Guiné-Bissau, oficialmente tem sido tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros desde a assinatura do primeiro acordo de paz entre o Governo senegalês e o MFDC em Bissau, em 1991 até 2005. A gestão deste dossiê tem sido partilhada na prática com o Ministério da Defesa, na medida em que, a maioria das diligências e intervenções no âmbito do processo de paz foi chefiada pelo então Ministro da Defesa, Samba Lamine Mané, integrando os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e alguns oficiais das Forças Armadas. Nas negociações entre o MFDC e o Governo senegalês, a Guiné-Bissau como terceira parte fez-se representar sempre através do então Ministro de Defesa, que tem chefiado muitas missões no quadro da Comissão de Gestão da paz. No âmbito de suas atribuições o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem estabelecido contactos com o Governo senegalês e os dirigentes do MFDC, para as

¹⁷⁸ Agence de Presse Sénégalaise, Dakar, 17 mars, 2014.

negociações de paz, em que tomaram parte altos funcionários deste Ministério acompanhando o processo de resolução do conflito até 2005. Após a operação “limpeza” na fronteira em *Barraca Mandioca*, onde foi expulso do território guineense a base militar da ala dura dos rebeldes (2006), o Dossiê de Casamansa passou a ser tutelado apenas pelo Ministério da Defesa até à data presente.¹⁷⁹

A gestão deste dossiê passou por várias fases políticas das relações entre o Senegal e a Guiné-Bissau, destacando-se as três principais: a primeira durante as Presidências de Abdou Diouf e de João Bernardo Vieira (1982-1998) a segunda, durante as Presidências de Abdoulaye Wade e de Koumba Ialá (2000-2003) e a terceira, durante as Presidências de Abdoulay Wade e de João Bernardo Vieira (2005-2009), respetivamente Presidentes do Senegal e da Guiné-Bissau.

Na primeira fase (1982-1998), quando iniciou o conflito de Casamansa em 1982, o Presidente da Guiné-Bissau, Nino Vieira tinha assumido o poder pelo golpe de Estado há dois anos (1980), derrubou o primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau, Luís de Almeida Cabral e acabou com o projeto de “Unidade Guiné e Cabo-Verde.” Na época o Presidente do Senegal era Abdou Diouf, este país não tomou nenhuma posição de condenação do golpe e manteve as relações de cooperação com o novo regime político.

Anterior ao golpe de Estado na Guiné-Bissau, foi a tentativa do golpe de Estado na Gâmbia contra o então Presidente Dawda Jawara, em 1981, em que os Presidentes do Senegal, Abdou Diouf e da Guiné-Bissau, Nino Vieira tiveram posicionamentos diferenciados. Senegal enviou militares senegaleses à Gâmbia para apoiar o Presidente e o Governo gambiano e a Guiné-Bissau acolheu o líder do golpe, Kukoi Samba Sanyang e os seus aliados militares.¹⁸⁰

Relativamente ao conflito de Casamansa, apesar do Senegal entender que não houve posicionamento claro do regime político de Nino Vieira, os dois Presidentes decidiram reforçar a cooperação no domínio da Segurança, que se traduziu posteriormente no primeiro patrulhamento militar conjunto nas zonas fronteiriças entre os dois países, em 1986. A Guiné-Bissau adotou posição oficial de neutralidade relativa ao conflito e as relações entre os dois países não estiveram em causa, senão aquando dos incidentes já referenciados: disputa sobre a fronteira marítima (1990) e as intervenções do Estado senegalês e do MFDC na rebelião militar na Guiné-Bissau (1998-1999).

¹⁷⁹ Declarações do Embaixador Ensa Djandy em entrevista realizada em Bissau, a 28 de Maio de 2011.

¹⁸⁰ Kukoi Samba Sanyang é Jola de Casamansa nascido em Bignona, onde é conhecido por Dominique Sagna, emigrou para Gâmbia onde naturalizou (Marut, 2010).

A segunda fase das relações (2000-2003) foi marcada pelas Presidências de Abdoulaye Wade do Senegal e Koumba Ialá da Guiné-Bissau. Estes dois Presidentes assumiram o poder em 2000, após terem sido eleitos democraticamente nos respectivos países, no contexto político em que as relações entre o Senegal e a Guiné-Bissau estavam fragilizadas por causa das intervenções do Senegal e do MFDC na rebelião interna na Guiné-Bissau (1998-1999), em campos opostos. Por consequência era necessário reforçar as relações político-diplomáticas e de cooperação pós-conflito, formou-se uma aliança entre Dakar e Bissau (Foucher, 2013: 5-7). Os dois Presidentes entenderam ser prioritário preservar as relações de “boa vizinhança” e reforçar os laços de amizade e cooperação há muito tempo existentes.

O Presidente Koumba Ialá, no seu discurso de tomada de posse em Fevereiro (2000), relativamente à política externa já havia dito ser necessário ultrapassar a situação criada pelo conflito armado em Bissau, “reforçando as relações de amizade e de cooperação com o Senegal e Guiné-Conacri”, que intervieram no conflito armado apoiando o então Presidente João B. Vieira. Posicionou-se claramente e sem ambiguidade contra o conflito de Casamansa e a utilização do território guineense pelos rebeldes de Casamansa, o que permitiu os dois países reforçarem a cooperação no domínio da Defesa.

A aproximação entre as novas autoridades guineenses e senegalesas abriu portas para negociações e acordos. Em Agosto de 2000, durante uma visita oficial do Presidente Koumba Ialá ao Senegal, os dois chefes de Estado, assinaram um protocolo adicional ao acordo de partilha dos recursos petrolíferos e haliêuticos, em que a Guiné-Bissau passaria a beneficiar de 20% da exploração dos recursos petrolíferos ao invés dos 15% anteriormente acordados entre os Presidentes Abdou Diouf e João Bernardo Vieira.¹⁸¹ Mas foi um ato meramente político, assumido apenas pelos dois Presidentes, Abdoulaye Wade e Koumba Ialá, sem engajamento dos Governos e ratificação pelos Parlamentos. Portanto, prevalece o acordo anterior que auferia 15% de recursos petrolíferos à Guiné-Bissau e 85% ao Senegal.

Paralelamente à diplomacia económica e política, as autoridades guineenses com fundamento na destruição do material bélico decorrente do conflito armado em Bissau, não hesitaram em comprar material militar da China e da Ucrânia para rearmamento das Forças Armadas. O Presidente senegalês Abdoulaye Wade por sua vez viajou à Paris solicitando o apoio do Governo francês, em material bélico.¹⁸² O recurso a compra de material bélico pelos dois países espelhava um clima de desconfiança que se supôs ter derivado da insegurança nas zonas fronteiriças. Havia informações dos serviços de Segurança do

¹⁸¹ A autora enquanto Ministra da Justiça e membro do Governo, integrou a delegação presidencial de visita oficial à Dakar.

¹⁸² Notícia avançada pela *Agence France Presse* (2000).

Estado, que a facção do MFDC liderada por Salif Sadio estabeleceu base militar no norte da Guiné-Bissau. Ansumane Mané ex-chefe da Junta Militar e parte de suas tropas estavam ainda na Base aérea militar e na Direção Geral da Aviação Civil no Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, em Bissalanca. O argumento de Ansumane Mané para continuar na sua base militar em Bissalanca e não ter aceitado o posto de Ministro de Defesa para o qual tinha sido convidado a ocupar, pelo então Presidente Koumba Ialá, era que os militares viviam em condições precárias e com muitos problemas não resolvidos pelos governantes. Por isso, só “abandonaria essa base quando esses problemas militares forem resolvidos”. Acrescentou dizendo que havia falta de condições materiais e de géneros alimentícios nos Quartéis e isso não poderia continuar porque não dignifica nenhum Exército¹⁸³. Não queria correr o risco de ser condenado pelos seus pares de ter resolvido apenas o seu problema pessoal, daí preferia ser guardião do interesse dos militares, enquanto ex-chefe da Junta Militar. Após o conflito, o brigadeiro Ansumane Mané era um militar muito respeitado e prestigiado, tendo sido promovido para General, mas a sua coabitação com o novo poder político na Guiné-Bissau, não foi isenta de incidentes derivados de interferências na governação.

Perante o aumento dos incidentes fronteiriços e um clima de mal-estar entre o Presidente Koumba Ialá e o General Ansumane Mané, pelas constantes interferências deste na governação e a não submissão dos militares ao poder político eleito democraticamente, o Presidente Wade aproximou-se de seu homólogo guineense, Koumba Ialá, a quem chamava “*mon fix*” (meu filho). Condenou a aliança “Ansumane Mané e Salif Sadio,” manifestou solidariedade e a possibilidade de apoiar o novo poder eleito na Guiné-Bissau, em caso de eventual rebelião militar protagonizada por Mané e seus aliados.

Mas a crise agudizou entre o Presidente Koumba Ialá e Ansumane Mané, quando este se opôs às promoções dos oficiais das Forças Armadas efetuadas por aquele. O General Ansumane Mané autoproclamou-se “Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas,” posto que era ocupado por Veríssimo Seabra, convidou os altos oficiais promovidos a devolverem as patentes num ato público, na sua base militar com cobertura dos órgãos de comunicação social guineense e estrangeiro (televisão, rádios, jornais). Esse ato foi

¹⁸³ Declarações de Ansumane Mané em conversa informal na sua residência, no Bairro 24 de Setembro, em Bissau, aquando de sua recusa em participar na cerimónia de tomada de posse dos oficiais das Forças Armadas promovida pelo então Presidente Koumba Ialá, em 2000. Disse que discordava das promoções porque o Estado não tinha condições orçamentais para as sustentar.

considerado pelos oficiais militares como grande humilhação e gerou uma crise militar que culminou com a sua morte.¹⁸⁴

Em Dezembro de 2000, após a morte de Ansumane Mané, uma parte dos combatentes da Frente Sul aliada ao Salif Sadio sob comando de Ousmane Goudiaby, instalou-se em Bignona juntando-se à Frente Norte de Kamougaye Diatta e a outra parte continuou perto da fronteira da Guiné-Bissau.

Em Janeiro de 2001, seguiram-se várias ofensivas de militares guineenses sob o comando de Tagme Na Waie, contra as bases dos rebeldes aliados ao Salif Sadio no norte, ao longo da fronteira da Guiné-Bissau.¹⁸⁵ Em 2002, as Forças Armadas guineenses anunciaram a destruição das bases dos rebeldes e a expulsão de Salif Sadio e os guerrilheiros sob seu comando.

Após o derrube de Koumba Ialá pelo golpe de Estado em 2003, o Presidente de Transição, Henrique Pereira Rosa durante o seu mandato (2003-2005) procurou manter as boas relações com o Senegal e não tomou qualquer posicionamento político invulgar, digno de destaque relativo ao conflito de Casamansa ou sobre o processo de paz.

A terceira fase das relações Senegal/Guiné-Bissau (2005-2009) foi marcada com o regresso ao poder do Presidente João Bernardo Vieira e as relações político-militares entre os dois países tiveram outros contornos relativamente ao conflito de Casamansa. Por causa das alianças construídas no conflito militar guineense, Nino Vieira passou a apoiar os separatistas do MFDC adversários de Salif Sadio, incentivou a operação “limpeza” executada pelos militares guineenses, que expulsaram no norte do país a facção de Salif Sadio, que se transferiu para a fronteira próxima da Gâmbia, em 2006 e o Governo guineense reforçou a cooperação militar com o Senegal.

Após o assassinato do Presidente Nino Vieira em 2009, foram realizadas eleições presidenciais antecipadas e foram vencidas por Malam Bacai Sanhá, candidato do PAIGC.

Na presidência de Malam Bacai Sanhá, (2009-2012), este privilegiou as relações político-diplomáticas com o Senegal e assumiu uma posição de neutralidade relativa ao conflito de Casamansa. Numa entrevista sobre confrontos entre as Forças Armadas senegalesas e os rebeldes do MFDC, Malam Bacai Sanhá foi perentório em dizer: “O conflito de Casamansa é um problema interno do Senegal e a Guiné-Bissau não é parte desse conflito,”¹⁸⁶ por isso, deveria ser poupado de perturbações fronteiriças. Revelou

¹⁸⁴ Segundo as informações dos órgãos de comunicação social, Ansumane Mané morreu no norte da Guiné-Bissau, na região de Biombo, a 30 de Novembro de 2000, após a fuga depois da tentativa falhada do golpe de Estado para derrubar o então Presidente Koumba Ialá.

¹⁸⁵ Agence France Presse anunciou morte de 20 rebeldes do MFDC no norte da Guiné-Bissau (8/01/2001).

¹⁸⁶ Declarações do Presidente Malam Bacai Sanhá em entrevista à Radiodifusão Nacional, em 2010.

equidistância ao conflito e igualmente ao processo de paz de Casamansa, esquecendo que as perturbações fronteiriças derivam da dimensão transfronteira do conflito, com efeitos nefastos no norte da Guiné-Bissau. Por outro lado, o então Governo liderado por Carlos Gomes Júnior, não tem demonstrado engajamento no processo paz de Casamansa, por ausência de *bons officios* neste sentido. Daí resulta, que Koumba Ialá foi considerado até então, o único Presidente da República Guiné-Bissau que assumiu posição clara e sem equívocos contra a rebelião de Casamansa. Veja a cronologia do conflito e processo de paz (*anexo I*).

O conflito de Casamansa apesar de ser um conflito interno do Senegal influencia o contexto geopolítico da Senegâmbia interferindo nas relações do Senegal com os seus vizinhos Guiné-Bissau e Gâmbia, devido o triângulo fronteiriço e étnico entre os três países. O Senegal tem investido em influências diplomáticas e político- económicas para ter os seus vizinhos como parceiros e incentivá-los a não permitirem que seus territórios sejam utilizados pelos rebeldes de Casamansa.

A Gâmbia é um pequeno país com 11.000 Km², encravado no Senegal, com exceção de sua fachada marítima, razão pela qual todas as suas trocas comerciais terrestres com os países vizinhos passam necessariamente no território senegalês. A Gâmbia possui influência natural no conflito de Casamansa, devido a sua localização geográfica e a etnia Jola. Não possui recursos minerais como o petróleo ou urânio, sua economia depende essencialmente da agricultura e do turismo internacional. Existem estreitas relações económicas entre Gâmbia e Senegal do ponto de vista informal, sustentadas por trocas comerciais e circulação de vendedores ambulantes.

Antes do início do conflito de Casamansa, o Senegal tem sido um parceiro político inquestionável da Gâmbia, esse facto tornou-se evidente aquando da intervenção militar do Senegal na Gâmbia, em 1981, para apoiar o então Presidente Dawda Jawara, vítima de tentativa de golpe de Estado, que falhara pela ação das Forças militares senegalesas.¹⁸⁷

Em 1982, coincidentemente com o início do conflito de Casamansa, foi criada a Confederação da Senegâmbia (Senegal e Gâmbia) que era um espaço político-económico. O Senegal passou a ter influência política assumindo o compromisso político-militar de garantir proteção ao Presidente Dawda Jawara, contra eventuais rebeliões internas, tendo como contrapartida económica controlar a evasão das divisas do contrabando dos produtos da zona.¹⁸⁸ Mas a Confederação da Senegâmbia durou apenas sete anos (1982-1989), foi

¹⁸⁷ Dawda Jawara foi o primeiro Presidente da Gâmbia, tendo assumido o poder em 1970, cinco anos após a independência da Gâmbia, em 1965.

¹⁸⁸ www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/gambia/gambia.php

dissolvida porque a Gâmbia precisava ter mais autonomia político-militar e controlo interno do fluxo monetário.

O Presidente Dawda Jawara foi destituído do poder em 1994, por um golpe de Estado liderado por Yahya Jammeh, que assumiu o poder a esta parte e implantou o regime militar. Em 1996, foi eleito Presidente da República da Gâmbia, nas eleições livres e democráticas. Para os senegaleses, com a ascensão ao poder do Presidente Yahya Jammeh, da etnia Jola, a mesma dos separatistas de Casamansa, a Gâmbia continua sendo um parceiro necessário, todavia desconfortável para a resolução do conflito de Casamansa, na medida em que, tanto pode intervir como terceira parte na negociação, como pode apoiar os rebeldes do MFDC. Há manifesta desconfiança de uma das partes protagonistas do conflito, o Estado senegalês sobre a neutralidade da Gâmbia, condição necessária da terceira parte interveniente (Jabri, 1990).

O Presidente Yahya Jammeh tem sido sistematicamente acusado de apoiar os rebeldes e que alguns elementos de sua guarda presidencial são do movimento separatista,¹⁸⁹ contudo o Senegal não prescinde de sua intervenção na mediação para a paz. Em 2005, as relações entre a Gâmbia e o Senegal tornaram-se tensas devido o aumento pela Gâmbia do preço de travessia do barco que garante a ligação com o Senegal. A CEDEAO designou o então Chefe de Estado nigeriano e Presidente em exercício da União Africana, Olesegun Obasanjo a utilizar os seus bons ofícios para a normalização das relações entre os dois países.¹⁹⁰ Para suprir as ligações precárias entre os dois países, o Senegal avançou com a proposta de construção da ponte, mas a Gâmbia recusou a aceitar a construção da ponte entre Senegal e Gâmbia e as ligações terrestres entre Banjul e Ziguinchor continuam sendo realizadas normalmente através de viaturas ligeiras. Para os senegaleses a razão dessa recusa é que os gambianos não têm simpatia pelos francófonos de uma maneira geral e pelos senegaleses de um modo particular.

Em 2006, com a expulsão de Salif Sadio e seus homens no norte da Guiné-Bissau, muitos casamansenses foram refugiar-se na Gâmbia e o Presidente do Senegal Abdoulaye Wade pediu à Gâmbia que recebesse os refugiados, “mas não deixasse o seu território ser utilizado pelos rebeldes,” porque estes tinham estado a fazer ataques mortíferos contra as tropas senegalesas através de emboscadas no sul do rio Gâmbia.

Em 21 de Outubro de 2010, a polícia nigeriana interveio no porto de Lagos, por causa do carregamento de 13 contentores de armas sofisticadas provenientes do Irão com destino à Gâmbia. Segundo informações das fontes oficiais iranianas essas armas destinavam-se a

¹⁸⁹Conforme análise do cientista político senegalês Barca Bá, em Dakar, em 2010.

¹⁹⁰ Consultar: www.panapress.com/Presidente-nigeriano-medeia-diferendo-entre-senegalegambia

apoiar o MFDC,¹⁹¹ o que fez aumentar o clima de desconfiança entre as autoridades gambianas e senegalesas, não obstante o desmentido da Gâmbia sobre o destino das armas.¹⁹² Outras informações davam conta que o MFDC recebeu armas provenientes do contrabando da Líbia, Iraque e Burquina Faso, que transitaram por Mauritânia, Gâmbia e Guiné-Bissau. As Forças Armadas senegalesas responderam de forma incisiva a estas informações e os confrontos armados intensificaram no norte de Casamansa. A violência de um conflito pode não ser imputável a técnica dos combatentes, ou paixões dos beligerantes, mas a geometria dos relatórios de forças (Aron, 1962: 161).

Apesar das suspeitas de envolvimento da Gâmbia no apoio ao MFDC as relações entre Senegal e Gâmbia não estiveram em causa, os dois países reforçaram a cooperação em matéria de segurança, a 24/02/2011, com assinatura do acordo de patrulhamento conjunto na linha da fronteira entre Casamansa e Gâmbia, restabelecendo as relações de confiança, como tivemos oportunidade de analisar.

O então Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade não hesitou em fazer visita oficial à Banjul, em gesto de aproximação ao seu homólogo, presidente Yahya Jammeh. Em contrapartida, Senegal cortou as relações diplomáticas com Irão, em 23/02/2011, porque não admitiu qualquer desculpa de Teerão sobre as armas iranianas utilizadas pelo MFDC.

Alguns incidentes ocorridos posteriormente deterioraram as relações entre o Senegal e a Gâmbia, como a execução de dois senegaleses, em Agosto de 2012, dentre os nove condenados à morte, em que havia um indivíduo de nacionalidade guineense, segundo informação das ONGs dos direitos humanos. As organizações de defesa dos direitos humanos protestaram contra a pena capital, mas a justiça gambiana executou a sua decisão. O Governo senegalês disse que a Gâmbia deveria informar ao Senegal por via diplomática sobre a condenação à morte de dois cidadãos senegaleses antes de os executar, o que não aconteceu. O Presidente do Senegal, Macky Sall condenou duramente a execução e afirmou ser: “uma violação flagrante da Convenção de Viena de 1963, sobre os assuntos consulares e das relações de boa vizinhança entre Senegal e Gâmbia” (Juillet, 2012). Exigiu que fossem aplicadas sanções contra a Gâmbia pelo ato que ele qualificou de desprezo do Presidente gambiano pela vida humana.¹⁹³

¹⁹¹ Os contentores tinham (granadas, obuses, morteiros, etc.). Consultar: www.voaportugues.com/content/article-02-23-2011-ivory-coast-iran-weapons-116752259/1259614.html

¹⁹² O Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas do Senegal apresentou o relatório sobre utilização de armas iranianas sofisticadas pelo MFDC, o que motivou grande mal-estar entre Dakar e Teerão.

¹⁹³ Juillet, Christie, 31/8/2012, “Sénégal: Macky Sall exige des sanctions contre la Gambie”, (Online). Disponível em: www.afrik.com/article26849.html

O Presidente Yahya Jammeh afirmou que as relações entre o Senegal e a Gâmbia não eram boas, porque o Senegal acolheu e deu asilo aos seus opositores e os implicados na tentativa de golpe de Estado na Gâmbia (2013).¹⁹⁴

As relações do Senegal com os seus vizinhos tem um peso particular no processo de paz, razão pela qual devem ser boas para influenciar de forma positiva a resolução do conflito. Pois, é uma opinião partilhada pela maioria dos investigadores da Senegâmbia, que a Guiné-Bissau e a Gâmbia não devem ser afastadas do processo de resolução do conflito de Casamansa, devido os laços históricos multiformes existentes entre estes três países e os seus povos.

4.6. Perceção dos entrevistados sobre o papel da Guiné-Bissau como Parte Garante do processo de paz

Durante o trabalho de campo na Guiné-Bissau e em Casamansa (2011), em entrevistas e conversas informais realizadas com diferentes personalidades, pude verificar que existem opiniões divergentes relativas a intervenção da Guiné-Bissau como terceira parte na resolução do conflito de Casamansa.

As questões colocadas obedeceram a forma de entrevista semiestruturada, com perguntas iguais para todos os entrevistados em duas versões (portuguesa e francesa) e os tópicos serviram de base; para as mulheres em particular, foram baseadas nas perguntas específicas realizadas durante a entrevista no trabalho de campo em Bissau e Casamansa sobre: “*Le rôle de la femme dans la résolution du conflit de Casamance*” (ver anexos A e B).

O conjunto de perguntas de uma maneira geral trata das perceções dos entrevistados relativas ao conflito e seus efeitos locais e transfronteiros, bem como o papel desempenhado pela Guiné-Bissau no processo de paz. Relativamente as questões dirigidas às mulheres deu-se ênfase a implicação e contribuição destas nas negociações para a paz, tendo sido as entrevistadas previamente selecionadas levando em consideração os domínios de suas atividades. Foi aplicada a técnica de “Bola de neve” que é uma metodologia em que informantes-chave indicam outras pessoas ou instituição que tenham informações relevantes para a pesquisa.

¹⁹⁴ Consultar ANGOP – Agência Angola Press: “Presidente Jammeh acusa Senegal”, data de edição: 05.07.2013, em: www.portalangop.co.ao

O primeiro entrevistado foi o Embaixador Ensa Mahatma Djandy, na sua residência e gabinete de trabalho no Bairro de Ajuda em Bissau, a 28 de maio de 2011. Ele foi durante 11 anos responsável pelo Dossiê de Casamansa (1991-2002), quando este assunto estava sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Acompanhou várias intervenções da Guiné-Bissau no processo de resolução do conflito e fez parte da delegação governamental guineense que esteve presente nas reuniões entre o MFDC e o Governo senegalês, realizadas em Cacheu em 1992, em Buba e em Ziguinchor, em 1993. Ensa Djandy disse:

A ligação da etnia “Felupe – Jola” é um fator que tira isenção às autoridades da Guiné-Bissau como Parte Garante da resolução do conflito. Por motivos de ligações étnicas e familiares os separatistas recebem apoio da população da região de Cacheu e passeiam livremente nas *tabancas*. Neste sentido, a Parte Garante deveria ser um outro país e não a Guiné-Bissau.¹⁹⁵

Mas disse que a intervenção da Guiné-Bissau como terceira parte foi motivada pela “insistência do então líder Augustin Diamacoune Senghor e o Presidente Abdou Diouf que considera este país como único interlocutor neutro,” que possa dar algum contributo positivo no processo de paz.

Ensa Djandy explicou que o então Presidente da República João Bernardo Vieira, aquando de seu regresso ao poder em 2005, tentou mediar o conflito, convocando o Governo senegalês e o MFDC para uma reunião em Bissau. Mas essa convocatória foi parcialmente aceite, porque só compareceu o então Presidente Abdoulaye Wade, os dirigentes do MFDC não compareceram. A ala de Salif Sadio que havia dado o seu acordo, a última hora desistiu invocando a falta de confiança nas autoridades guineenses, por terem no passado colaborado na prisão do então líder Augustin. Senghor, após a negociação com a delegação senegalesa em Bissau. Mas esclareceu que tinha conhecimento do seguinte: “a ala do MFDC favorável ao então Presidente Abdoulaye Wade recebia apoio financeiro e em géneros do Presidente Nino Vieira. Os elementos do MFDC iam até Bissau, levantar os géneros alimentícios para suas subsistências, porém, desconhecia a contrapartida disso.”¹⁹⁶ Ensa Djandy entende que as autoridades políticas atuais não têm condições para mediar o conflito de Casamansa, porque existe um conflito latente entre a Guiné-Bissau e o Senegal devido a ocupação de Cabo Roxo pelos senegaleses.

Cabo Roxo é zona pertencente ao território da Guiné-Bissau situada ao norte próxima a fronteira com o Senegal. Conforme a convenção luso-francesa de 1886, sobre as

¹⁹⁵ Declarações do Embaixador Ensa Djandy, durante a entrevista em Bissau, a 28 de Maio de 2011.

¹⁹⁶ Declarações de Ensa Djandy durante a entrevista em Bissau.

possessões portuguesas e francesas, Cabo Roxo, pertencia o domínio colonial de Portugal (Matos, 1965: 64).

O Embaixador do Senegal na Guiné-Bissau, Abdoulaye Dieng foi uma das pessoas entrevistadas sobre a problemática da intervenção da Guiné-Bissau como Parte Garante na resolução do conflito de Casamansa. Enquanto militar e General na reserva é conhecedor profundo da rebelião de Casamansa e do processo de sua resolução. No seu ponto de vista, entende que o conflito de Casamansa foi muito influenciado por fatores ideológicos externos:

A Guerra Fria entre os Estados Unidos da América e a então URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) criou respetivamente dois Blocos: Ocidental formado de um lado, pelos países da Europa Ocidental, OTAN, Estados Unidos da América e pelos países do Leste europeu; o Bloco de Leste era comunista e a Guiné-Bissau tinha como aliados comunistas a ex-URSS, Cuba e China, enquanto o Senegal era aliado do Bloco Ocidental e tinha como principais parceiros a França, a Inglaterra e os Estados Unidos da América.¹⁹⁷

Os dois Blocos utilizaram os pequenos países para formar alianças e em razão disso, nos primeiros anos de independência havia muitos soviéticos na Guiné-Bissau. As ideologias dos dois países que formavam dois Blocos eram diferentes, na medida em que, a ideologia comunista apoiava os países aliados ao Bloco do Leste e os movimentos de libertação e isso facilitou a penetração dos elementos do MFDC no território guineense. Para o Embaixador embora existam ligações familiares entre casamansenses e guineenses, “não foi a população que apoiou o MFDC, mas o então regime militar ditatorial na Guiné-Bissau não foi claro nem transparente nas suas ações e o MFDC desenvolveu suas atividades com a cumplicidade do regime do Presidente Nino Vieira”.¹⁹⁸ Do seu ponto de vista Nino Vieira não era livre porque estava ligado à ideologia comunista do Leste europeu e não tinha a neutralidade para desempenhar um papel diferente. Para o Embaixador, houve períodos que evidenciaram a cumplicidade das autoridades guineenses no conflito de Casamansa:

No período entre 1982 - 1998, a posição da Guiné-Bissau não tem sido clara e, presume-se que as autoridades políticas e militares guineenses estiveram implicadas na instrução, formação e fornecimento de armas ao MFDC. A guerra em Bissau

¹⁹⁷ Declarações do Embaixador do Senegal Abdoulaye Dieng, durante a entrevista realizada na Embaixada do Senegal, em Bissau, a 03 de Junho de 2011.

¹⁹⁸ Tradução da autora do francês.

(Junho/1998 a Maio/1999) teve como causa discussão e acusação mútua entre o Brigadeiro Ansumane Mané, então Chefe de Estado-Maior General das Forças e o Presidente Nino Vieira sobre a venda de armas para os rebeldes do MFDC. Ansumane Mané foi acusado de tráfico de armas para Casamansa, mas refutou e disse que não podia fazer isso sozinho sem anuência do Presidente Nino Vieira, porque este enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas também tinha a chave do paiol onde estavam as armas. Foi instaurado o inquérito parlamentar que ilibou o Presidente Nino Vieira, concluindo pela implicação de Ansumane Mané no tráfico de armas, este por consequência foi imediatamente exonerado de sua função de chefia de Estado-maior General das Forças Armadas e a situação evoluiu para o conflito armado. Durante a guerra em Bissau, Ansumane Mané recrutou elementos do MFDC pertencentes à facção liderada por Salif Sadio para combater Nino Vieira. Após o conflito alguns desses elementos recrutados integraram as FARP (Forças Armadas Revolucionárias do Povo) e outros, as Forças de Segurança da Guiné-Bissau, adquiriram posteriormente nacionalidade guineense e falam, *kriol* (crioulo), Wolof, Jola e francês, mas português não.

O segundo período iniciou após a guerra, com ascensão ao poder do Presidente Koumba Ialá em 2000 e nesse período o MFDC não criou muitos problemas na fronteira entre Senegal e Guiné-Bissau. Veríssimo Seabra, então Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas desempenhou um papel relevante estabelecendo boas relações com as Forças Armadas senegalesas durante a presidência de Koumba Ialá e após o derrube deste, durante a transição mantendo-se equidistante do MFDC. O Presidente de Transição, Henrique Pereira Rosa durante o seu mandato (2003-2005) foi apenas um testemunho, manteve o País calmo, mas não tomou qualquer posição política relativa ao conflito de Casamansa. Em 2005, Nino Vieira foi candidato apoiado pela comunidade internacional às eleições presidenciais na perspectiva de estabilização; quando ganhou assumiu o poder na Guiné-Bissau e mudou de estratégia com relação ao MFDC. Desistiu da posição de cumplicidade com os atos do MFDC, porque quis provar ao Senegal que não era cúmplice da rebelião, não permitindo que a partir de Bissau o MFDC atuasse contra Dakar.¹⁹⁹

Relativamente ao antigo Primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior, o Embaixador Dieng, disse que apenas procurou ter boas relações com o Senegal e negligenciou um pouco o espaço regional e por consequência a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), privilegiando mais as relações com a CPLP (Comunidade dos Países da

¹⁹⁹ Entrevista do Embaixador do Senegal na Guiné-Bissau, Abdoulaye Dieng, em Bissau, a 3 de Junho de 2011. Tradução da autora.

Língua Portuguesa). Mas a CEDEAO é muito importante como organização de integração regional; e os países membros desta comunidade têm participado na manutenção da paz no âmbito da Organização das Nações Unidas. Por exemplo, militares do Senegal e de Gana já participaram na manutenção da paz em África e os senegaleses comandaram as Forças de manutenção da paz das Nações Unidas, na Costa do Marfim e no Congo. Portanto, “o ex-Primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior, deveria manter boas relações com a CEDEAO e a UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano) tendo em conta a necessidade de manter a paz na Guiné-Bissau.”²⁰⁰

Um outro entrevistado foi Etchen Sambú,²⁰¹ guineense da etnia Felupe, ex-coordenador Nacional da WANEP (*West Africa Network for Peacebuilding*), disse que “a Guiné-Bissau não assumiu a posição de neutralidade no conflito, porque as autoridades permitiram que muitos combatentes do MFDC instalassem no território guineense, sob pretexto de serem refugiados, mas estavam misturados com os elementos do MFDC.” A propósito da situação constatada o Governo senegalês fez proposta para que os rebeldes da linha fronteira mudassem para a outra margem do rio Cacheu, enquanto os refugiados seriam instalados em Bachil e no interior ao sul (Nhala) localizada em Buba, mas o Governo guineense não acolheu a proposta. As autoridades guineenses só tomaram medidas contra os rebeldes quando estes começaram a perturbar as populações das zonas fronteiriças.²⁰² Etchen Sambú entende que a confiança do Governo senegalês para que a Guiné-Bissau fosse “palco das negociações de paz” deve-se sobretudo a proximidade das fronteiras entre os dois países e não da confiança nas autoridades. Para Etchen Sambú:

O então Presidente Malam Bacai Sanhá poderia desempenhar um papel fundamental na mediação do conflito de Casamansa, porque priorizou as relações sub-regionais, “mas o Governo não reunia as condições porque o então Primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior não privilegiou a parceria regional”. Embora o espaço geofísico sub-regional seja muito importante, mas o então Governo liderado por Carlos Gomes Júnior não tomava isso em conta e por isso não iria dar muito interesse a mediação.²⁰³

²⁰⁰ Declarações do Embaixador Abdoulaye Dieng durante a entrevista em Bissau, a 03 de Junho de 2011.

²⁰¹ Etchen Sambú é Felupe do subgrupo Baiote, nascido no setor de São Domingos em Arame.

²⁰² Entrevista de Etchen Sambú realizada em Bissau, a 03 de Junho de 2011.

²⁰³ O Presidente Malam Bacai Sanhá faleceu por motivo de doença no hospital de Val de Grâce em Paris, a 09/01/2012; o Governo de Carlos Gomes Júnior foi deposto por golpe de Estado, a 12/04/2012.

Considera importante que haja mudança de estratégia da parte do Governo guineense para reforçar os laços de cooperação no contexto sub-regional e bilateral com o Senegal para melhor contribuir na mediação do conflito de Casamansa.

Dembo Djité, guineense, um dos deputados da Assembleia Nacional Popular, ex-presidente da Comissão Especializada da Defesa e Segurança, esteve envolvido no dossiê de Casamansa durante 5 anos (2001-2006). Nas suas declarações em entrevista sobre o papel da Guiné-Bissau como terceira parte na resolução do conflito disse: “a Guiné-Bissau deve mediar o conflito de Casamansa através das autoridades políticas (Presidente e Governo), porque existem ligações históricas entre Guiné-Bissau e Casamansa e ligações étnicas e familiares entre guineenses e casamansenses.” Sabe-se porém, que os Felupes daqui são os mesmos Jolas de lá, os Mandingas daqui são os mesmos de lá, assim como as outras etnias.²⁰⁴

Durante a luta armada para a libertação nacional da Guiné dirigida pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) os guerrilheiros sempre colaboraram com a população da Baixa-Casamansa, para a busca de apoios e os casamansenses sofreram muito com bombardeamentos portugueses na linha da fronteira com a Guiné-Bissau.²⁰⁵

Explicou que em 1968, a população de Sedjo, departamento de Casamansa pertencente a região de Ziguinchor, reuniu manifestando seu descontentamento pela situação. Assane Seck então deputado do círculo de Casamansa disse nessa ocasião: “Hoje os guineenses são hóspedes em Casamansa, mas amanhã os casamansenses podem vir a ser hóspedes na Guiné-Bissau.”²⁰⁶

Os fundadores do PAIGC (1956) Amílcar Cabral, Luís Cabral, Aristides Pereira, Elysé Turpin e Fernando Fortes e outros dirigentes políticos residiam em Conacri (Lopes, 1987: 44). A partir daí mantiveram contactos externos que resultaram em apoios políticos e materiais necessários ao sucesso da luta armada de libertação. No sul do Senegal contaram sobretudo com a solidariedade das populações, o que contribuiu para o alargamento das bases de apoio popular. É neste sentido que Amílcar Cabral afirmou ter sido importante aproveitar a existência de países vizinhos independentes, ou senão de um deles, a

²⁰⁴ Declarações de Dembo Djité, durante a entrevista na sede da ANP em Bissau, a 09/06/2011. Djité deputado da Bancada Parlamentar do PAIGC, foi presidente da Comissão Especializada da Defesa e Segurança (2001-2007) e esteve ligado ao Dossiê de Casamansa.

²⁰⁵ Tradução da autora do crioulo.

²⁰⁶ Entrevista concedida na sede da Assembleia Nacional Popular em Bissau, pelo deputado Dembo Djité, a 09/06/2011.

República da Guiné, que permitiu com que alguns dirigentes políticos ali instalassem provisoriamente procurando apoios necessários à luta. (Cabral, s.a.:12). A mobilização interna e adesão dos camponeses foram decisivas para o início da luta de libertação nacional mas também não foi menos importante o apoio dos países vizinhos.

Assim como no passado, os casamansenses sofreram consequências com a luta armada de libertação da Guiné, hoje a pirâmide inverteu-se e são os guineenses que sofrem as consequências da rebelião armada de Casamansa e os casamansenses passaram a ser “hóspedes na Guiné-Bissau”. As vivências de situações de guerras pelos guineenses e casamansenses devem contribuir no reforço do espírito de solidariedade entre as populações e refletir de forma positiva na intervenção da Guiné-Bissau, como terceira parte na resolução do conflito de Casamansa.

Allen Yero Embaló, jornalista guineense e correspondente da RFI (Rádio França Internacional) em Bissau, foi um dos entrevistados, pois pelo exercício de sua profissão tem acompanhado ao longo de muitos anos o conflito de Casamansa e o processo de paz que envolveu diferentes intermediários, dentre os quais a Guiné-Bissau e a Gâmbia. Pelos seus esclarecimentos durante a entrevista revela-se um conhecedor profundo da conflitualidade de Casamansa e das múltiplas facetas do envolvimento da Guiné-Bissau.

Allen Yero Embaló disse durante a entrevista que “as autoridades guineenses não podem ter neutralidade no conflito, devido as ligações históricas entre Casamansa e Guiné-Bissau e as relações familiares entre casamansenses e guineenses.”

O então Presidente João Bernardo Vieira (Nino Vieira) e o Governo guineense não tinham isenção para mediar este conflito, porque a Guiné-Bissau obteve sua independência através da luta de libertação nacional em que participaram muitos casamansenses. O PAIGC tinha duas bases militares: a primeira em Conacri e a segunda em Ziguinchor onde havia grande comunidade guineense e lá foram instalados um lar e um internato. Portanto, a falta de isenção não se explica apenas por laços históricos, sociais e económicos entre Guiné-Bissau e Ziguinchor, ou ainda laços familiares, mas pela “dívida da Guiné-Bissau com os casamansenses” que participaram na luta armada de libertação nacional. Por consequência, o PAIGC, após a proclamação da independência da Guiné-Bissau em 1973, reconhecia todos os movimentos para a libertação de países africanos. A propósito desse reconhecimento as autoridades guineenses atribuíram passaportes diplomáticos aos dirigentes da Frente Polisário, que em nome do povo saharai lutam contra anexação de Saara Ocidental por Marrocos. Allen Yero Embaló acrescentou dizendo:

Seria difícil não haver envolvimento do então Presidente Nino Vieira no conflito de Casamansa, porque assumiu o poder pelo uso da força através do golpe de Estado em 1980, e, precisava de aliados para criar “uma zona de influência.” Recebeu apoio da

população de Ziguinchor, por isso “não poderia ficar de fora do conflito” e ao mesmo tempo tinha a necessidade de construir uma aliança com os rebeldes de Casamansa por causa do diferendo sobre a fronteira marítima entre o Senegal e a Guiné-Bissau.²⁰⁷

Por outro lado, em Julho de 1981, houve tentativa de golpe de Estado na Gâmbia contra o regime do então Presidente Dawda Jawara, mas falhou porque o Senegal enviou suas tropas para apoiar o poder político. O líder golpista Kukoi Samba Sanyang foi pedir asilo na Guiné-Bissau e foi acolhido em Bissau, com os seus homens munidos de armas de proveniência da Líbia.²⁰⁸ Allen Yero Embaló afirmou por outro lado, que havia informações oficiosas que os elementos do MFDC receberam instruções militares por parte de militares guineenses. Diante destas posições divergentes relativamente à tentativa de golpe de Estado na Gâmbia não poderia haver relações de confiança entre estes dois países, que favorecesse a mediação da Guiné-Bissau.

Allen Yero Embaló entende que as autoridades políticas atuais da Guiné-Bissau não estão conotadas com o MFDC, porque não têm laços fortes com os rebeldes divididos em fações. Contudo entende que a mediação da Guiné-Bissau não será tarefa fácil, devido o carácter da rebelião que não garante a condição de equidistância da Guiné-Bissau. Durante a Presidência de Koumba Ialá houve rutura clara com os rebeldes, pois Baptista Tagme Na Waie, era na altura comandante da Frente Norte, expulsou os rebeldes do território guineense em 2001. Na operação “Barraca Mandioca” em 2006, quando já era Chefe de Estado- Maior General das Forças Armadas, expulsou as bases dos rebeldes de Casamansa no norte do país na região de Cacheu.

Satú Camará Pinto, ex-Governadora da região de Cacheu foi entrevistada em Bissau, no seu gabinete na Presidência da República, a 05 de Julho de 2011, onde exercia o cargo de Chefe da Casa Civil da Presidência. Enquanto Governadora da região de Cacheu disse que acompanhou o processo de paz, tendo participado em várias negociações que se realizaram em São Domingos, Kolda e Ziguinchor. Em Abril/Maio de 1992 assistiu a negociação entre o MFDC e o Governo senegalês em Cacheu e descreve: “ Nessa negociação o líder Augustin D. Senghor não esteve presente e foi representado por Sidy Badji. Houve assinatura do acordo mas não foi cumprido porque os jovens do MFDC não concordaram.” As mulheres antigas combatentes da liberdade de Pátria têm feito ações de sensibilização junto às

²⁰⁷ Declarações do jornalista Allen Yero Embaló, durante a entrevista nas instalações da Rádio Bombolom, em Bissau, a 20 de Junho de 2011.

²⁰⁸ Entrevista do jornalista Allen Yero Emabaló, em Bissau, a 20 de Junho de 2011.

populações na linha de fronteira para não apoiarem a guerra. Relativamente ao papel da Guiné-Bissau como terceira parte, Satú Camará Pinto disse:

As autoridades guineenses poderiam desempenhar um papel importante na resolução do conflito de Casamansa, mas a localização geográfica da Guiné-Bissau relativamente ao conflito não é favorável a esta missão. Pois os senegaleses pensam que as autoridades guineenses têm dado apoio aos rebeldes do MFDC, por via marítima, isto é, deixando-os utilizar o mar territorial guineense. Mas não se trata de apoio governamental, é porque o país não tem o devido controlo de seu mar territorial. Por outro lado, o procedimento das autoridades guineenses em colaborar na prisão de Augustin Senghor em Bissau, para entregá-lo às autoridades senegalesas, também não foi correto, gerou muita desconfiança atrapalhando o papel da Guiné-Bissau na mediação do conflito. Portanto, aí a Guiné-Bissau deixou de ter neutralidade e passou a ser cúmplice do conflito.²⁰⁹

Não obstante estas questões acredita que as autoridades guineenses ainda podem desempenhar um papel importante no processo de paz, porque “os senegaleses entendem que o centro do poder místico tradicional “Jola-Felupe” está na Guiné-Bissau, pois o reinado principal Felupe está localizado no reino de Felupe grande em Baceor, uma pequena *tabanca* no norte do país, entre Cassolol e Sucudjaque.” Existe grande crença de várias etnias no poder místico, por exemplo, as mulheres Balanta Mané fazem cerimónias para que acabe a guerra, os Mandinga e os Felupe fazem igualmente cerimónias para a paz.

Rui Gonçalves Cardoso, então administrador do Setor de São Domingos durante uma conversa informal em São Domingos, disse ter assistido as primeiras negociações entre o MFDC e o Governo senegalês em Cacheu, mas na época não era administrador do Setor de São Domingos. Como administrador do Setor de São Domingos esteve presente numa reunião entre o MFDC e o Governo senegalês, realizado em São Domingos em 2006, em que estiveram presentes elementos da chefia militar guineense: Baptista Tagme Na Waie, então Chefe de Estado-Maior General das Forças Armada; António N'jai então comandante militar da Zona Norte e Baciro Dabó, então diretor dos serviços da Segurança de Estado. Mas não houve acordo pela divisão no seio do MFDC, pois César Atoute Badiate, chefe de estado-maior do MFDC e seus aliados que se encontram do lado norte da fronteira da Guiné-Bissau estiveram presentes, enquanto a facção adversária liderada por Salif Sadio que se encontrava alojada na “Barraca Mandioca” esteve ausente. Rui G. Cardoso esclareceu

²⁰⁹ Declarações de Satú Camará Pinto (Adja), durante a entrevista em Bissau, a 05/07/2011.

que “após essa tentativa frustrada de solução negociada o Estado-Maior General das Forças Armadas guineenses desencadeou uma operação militar na “Barraca Mandioca” expulsando a base rebelde de Salif Sadio, que transitara para o território gambiano, mas a Guiné-Bissau sofreu muitas baixas.” A presença da base militar de Salif Sadio na Guiné-Bissau constituía um obstáculo à circulação das pessoas, atrapalhando o turismo em Cap Skirring.²¹⁰

Esta não foi a primeira operação das Forças Armadas guineenses contra Salif Sadio, pois de 2000 até 2006, as Forças Armadas da Guiné-Bissau realizaram três operações diretas contra Salif Sadio, que foi obrigado a retirar-se do território guineense e transferiu sua base militar próxima a fronteira da Gâmbia (Foucher, 2013: 7).

Dembo Djité durante a entrevista concedida para este trabalho, explicou que houve três ataques dos militares guineenses na fronteira da Guiné-Bissau contra os rebeldes de Casamansa²¹¹ nas seguintes datas:

O primeiro ataque durou 8 meses, de Março a Novembro de 2001. Os deputados não tinham conhecimento dessa operação militar porque o Governo não informou a Assembleia Nacional Popular, que soube através dos órgãos de comunicação social. A comissão especializada de Defesa e Segurança que eu presidia deslocou numa missão conjunta com a Organização das Nações Unidas para a zona da fronteira. Estivemos em São Domingos, reunimos no quartel com os militares e posteriormente com o Administrador e outras entidades locais, para negociar o acordo de cessar-fogo. Nessa época, António N'jai era comandante da Zona Norte do Batalhão de Mansoa;

O segundo ataque dos militares guineenses contra os rebeldes de Casamansa foi desencadeado em 2004, na linha de fronteira na área de Djumbembé e durou apenas onze dias;

O terceiro ataque foi uma operação de militares guineenses contra as bases dos rebeldes nas seguintes *tabancas*: Paracatá, Bafatá e Mandioca (Março/Maio 2006), sendo que nesta última encontrava-se a facção de Salif Sadio. Todas essas *tabancas* são povoadas pela etnia Manjaco. Os rebeldes haviam cortado a circulação da estrada que liga São Domingos, Susana e Varela, incendiaram *Djeque*, expulsaram os habitantes de *Suncutoto*, a 10Km de São Domingos e ocuparam suas casas. A população de São

²¹⁰ Declarações de Rui Gonçalves Cardoso, então administrador do Setor de São Domingos, em São Domingos, a 30 de Junho de 2011.

²¹¹ Esclarecimentos do deputado guineense Dembo Djité, em entrevista, na sede da Assembleia Nacional Popular, em Bissau, a 09/06/2011.

Domingos tinha construído uma fonte (poço de água), mas os rebeldes passaram a utilizar esse poço e os cajueiros da zona; violavam as horticultoras e outras mulheres que utilizavam esse poço de água. Face a esses abusos as autoridades guineenses entenderam que a solução seria desalojar os rebeldes, daí a operação *Barraca Mandioca*, na qual houve muitas vítimas mortais. A operação militar durou quase três meses, houve deslocamentos das populações de São Domingos, Sedengal, Tchetché, Varela, Cassolol e Ilia para Bula, Ingoré, Cacheu e Canchungo.

Dembo Djité explicou que esteve em São Domingos durante três dias e junto com os elementos das Nações Unidas e da Cruz Vermelha, visitou os deslocados em Bula, São Domingos, Ingoré, Canchungo e Cacheu; e que esta tomada de posição do Governo e do Parlamento guineenses era necessária por causa do clima de tensão e de insegurança nas zonas de fronteiras entre o Senegal e Guiné-Bissau. Esclareceu que no ano 2000, houve alguns incidentes que envolveram as populações das zonas fronteiriças entre Senegal e Guiné-Bissau e os dois Governos tiveram que negociar e assinar compromissos para realizações de atividades culturais conjuntas com o objetivo de contribuir para o clima de paz.

Ana Maria Ferreira Duarte, presidente da Associação de Amizade de São Domingos, durante a entrevista disse que a Guiné-Bissau deve ser envolvida na resolução do conflito porque a população de São Domingos sofre muito com as consequências do conflito e atos de violência praticados pelos rebeldes do MFDC.

Ibrahima Gassama, casamansense, jornalista da Rádio ZIG/FM em Ziguinchor, apresentava um programa de sensibilização para a paz em Casamansa e convidava para debates líderes das ONGs e algumas personalidades políticas. Como casamansense e jornalista conhece bem o processo de paz, indicou outras pessoas que se revelam importante para este estudo, como algumas mulheres líderes das ONGs que trabalham no domínio da paz em Casamansa. Relativamente à intervenção da Guiné-Bissau como Parte Garante do processo de paz entende com normalidade isso, contudo baseando no dinamismo das ONGs femininas nas iniciativas para a paz em Casamansa, a partir dos anos 2000, disse: “acredito que as mulheres podem contribuir para a resolução deste conflito, sendo necessário apenas a unidade das ONGs e o entendimento de suas lideranças com as mulheres de usos tradicionais”.²¹² Criticou a posição do então Presidente Abdoulaye Wade que após ascender ao poder em Abril de 2000, mandou cessar todas as atividades das

²¹² Tradução da autora.

Associações e ONGs para a paz em Casamansa, retomando de seguida as negociações diretas com o MFDC. Entendeu que essa medida prejudicou a dinâmica e o desenvolvimento das atividades e projetos de paz com reflexos negativos nas negociações.

Tendo em conta que as mulheres asseguram 80% das atividades económicas, os agrupamentos femininos económicos são os maiores contribuintes de redução da pobreza. Com uma parte considerável do poder económico na sociedade casamansense associada ao papel relevante da mulher Jola na resolução do conflito, as mulheres devem ser implicadas no processo de paz porque têm poder de o influenciar. O poder não se limita apenas a esfera pública ou da política formal, resultante de instituições formais do Estado, encontra-se a todos os níveis da sociedade e deve ser exercido pelos indivíduos ou grupos organizados. O poder neste sentido, consiste não somente na capacidade de decidir sobre sua própria vida, mas também na “capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção de fatos que obrigam, delimitam ou impedem” (Lagarde, 1993: 154).

Margueritte Coly Kenny, casamansense, presidente da Kabonketoor foi uma das entrevistadas em Ziguinchor, no hotel Néma Kadior, a 02 de Julho de 2011. Kabonketoor significa em Diola “perdoamo-nos” é uma ONG que integra mulheres das religiões tradicional, católica e muçulmana muito ativa no domínio de paz em Casamansa.

Sobre a intervenção da Guiné-Bissau no processo de paz, Margueritte Kenny disse:

É muito importante a intervenção da Guiné-Bissau e da Gâmbia para encontrar solução pacífica, por serem países vizinhos do Senegal e com ligações interétnicas. A Kabonketoor e outras ONGs têm sido convidadas para algumas negociações de paz entre o MFDC e o Governo senegalês, mas apenas como observadoras e nunca desempenharam qualquer outro papel relevante. Há dois anos atrás a Kobenketoor foi recebida uma vez pelo então Presidente Abdoulaye Wade, a quem entregou um documento solicitando uma verdadeira negociação com o MFDC; este prometeu contactar a associação, mas até agora não tem feito. Acredito no papel relevante que as mulheres podem desempenhar na resolução deste conflito, mas é preciso que as líderes das ONGs se entendam com as mulheres *fetiches* para melhor coordenação das atividades para a paz.²¹³

Seynabou Male Cissé, casamansense, socióloga, presidente da CRSFPC/USOFORAL, durante a entrevista no hotel Néma Kadior em Ziguinchor, a 02 de

²¹³ Tradução da autora. *Fetiches* são mulheres de crenças tradicionais que realizam cultos e outras cerimónias ocupando-se das questões do MFCD.

Julho de 2011, disse que “conhece o conflito de Casamansa e a reivindicação da independência da região pelo MFDC, com pressuposto na existência de um documento da época colonial de que Casamansa foi administrada de forma autônoma do Senegal.” Mas Sidy Badji abandonou a luta armada pela independência em 1993, mas Abbé D. Senghor apesar de não ter conseguido apresentar o referido documento continuou a luta:

O prolongamento do conflito tem causado danos morais de reparação complexa sobretudo às mulheres dos ex-combatentes, que ficaram viúvas em razão de morte dos maridos e passaram a assumir a responsabilidade da família. Como se não bastasse, as mulheres ainda estão expostas a outros tipos de violência: violação sexual e chantagem e elas têm medo de denunciar. Os rebeldes aproveitam sua condição de portadores de armas, invadem as casas na ausência dos maridos levam o que querem e violam as mulheres.²¹⁴

As chantagens e as desigualdades de armas conduzem ao medo predominante nessa relação de conflitualidade e justificam não falar de assuntos carregados de “emoções e sentimentos” que segundo Seidler são fontes genuínas de conhecimento” (Almeida, 2000: 84).

A assunção para a mulher da responsabilidade familiar e sua autonomia resultante de implicação nos conflitos armados têm sido referenciadas como causas de transformação dos papéis e dos relatórios do gênero. Ducados esclarece a necessidade de empoderamento de algumas mulheres para assumirem o papel da educação da família na ausência dos homens afirmando:

The distortion of family values is seen by some women to have brought certain advantages. Women have been forced take on additional roles and in some cases to provide for their families in the absence of men. Some women have realized the value of an education and felt the necessity to get further training. Emancipation and empowerment of gender roles and relations (Ducados, 2000: 12).

Relativamente aos intervenientes no processo de paz, Seynabou entende que a Guiné-Bissau deve fazer parte do processo de paz, mas sublinhou a importância do papel das mulheres Jolas afirmando:

²¹⁴ Tradução da autora.

Na sociedade tradicional Jola as mulheres têm poder de intervir para pôr termo a um conflito, mas só podem resolver os problemas de suas localidades. Nas aldeias as mulheres organizam-se por etnias diferentes sem uma coordenação, umas apoiam o MFDC e outras apoiam o Governo senegalês. Daí o desafio das ONGs de constituírem um grande movimento de união das mulheres para a paz.²¹⁵

A Plataforma das Mulheres de Casamansa para a Paz pretende sensibilizar mulheres de Casamansa e do Senegal em geral, de todas as categorias sociais e confissões religiosas a unirem os esforços no apelo à paz.

Les protagonistes du conflit doivent négocier une solution pacifique et épargner les vies humaines. Les femmes ont démontré dans leur déclaration que le prolongement de la guerre a causé la désintégration économique et sociale de Casamance et a empêché le développement agricole et urbain de la région, dans la mesure où les forêts, les rizières et les rues ont été transformés dans des champs de confrontations armées causant l'insécurité et la peur aux populations. En tant que femmes et mères, elles ne pouvaient pas rester indifférentes à cette souffrance, puisque tous ceux qui ont été mort des deux côtés sont leurs fils et enfants (Gomes, 2011 :40).

Como afirma Russo “Se a mulher é a essência da vida como podia ela contribuir para a morte?” Seriam elas agentes ou vítimas? (Russo, 1994).

A coordenadora da Plataforma das Mulheres de Casamansa para a Paz, NDèye Marie Thiam, numa conversa informal na sua residência em Ziguinchor, sobre o processo de paz em Casamansa, esclareceu que o objetivo da criação da Plataforma em 2010 é unir as diferentes associações femininas para promover maior envolvimento das mulheres no processo de resolução do conflito. Por consequência a Plataforma tem organizado muitas atividades, dentre as quais, uma marcha pacífica em Ziguinchor,²¹⁶ porque as mulheres não podiam estar indiferentes aos acontecimentos de 26 e 27 de Dezembro de 2010, em Bingnona (confrontos) entre soldados governamentais e elementos supostos pertencerem ao MFDC, que resultaram em mortes e detenções instaurando um clima de medo e desconfiança no seio das populações. Emitiu um comunicado de imprensa apelando as partes protagonistas do conflito à cessação imediata dos atos de violência para retoma das negociações. As mulheres demonstraram na sua declaração que o prolongamento do conflito tem causado desintegração económica e social de Casamansa e impedido o

²¹⁵ Tradução da autora.

²¹⁶ Marcha da Plataforma das Mulheres de Casamansa para a Paz, organizada em Ziguinchor, a 13 de Janeiro de 2011.

desenvolvimento agrícola e urbana da região, na medida em que as florestas os arrozais e as ruas são transformados em campos de confrontações armadas, causando insegurança e medo às populações. Como mulheres e mães não podiam ficar indiferentes a este sofrimento: *Ceux qui meurent dans les deux camps sont nos fils, nos enfants. Ils sont des frères dont la perte ou les mutilations affectent durablement vécu de donneuses de vie chargées aussi de la protéger.*²¹⁷ Portanto, deixaram claro a consciência que as mulheres têm de seus deveres como mães dadoras e protetoras da vida. Esta união das mulheres para a paz, vem provar o que se constata na grande parte da literatura, que associa os homens aos conflitos e as mulheres ao processo de paz, onde a “imagem da mãe se opõe à de guerreira – dar a vida e dar a morte” (Moura, 2005: 52 – 67).

Análise sobre a percepção dos entrevistados

Todos os entrevistados demonstraram ter conhecimento sobre o conflito de Casamansa e têm uma opinião própria sobre o envolvimento da Guiné-Bissau, como Parte Garante do processo de paz, donde se destacam duas posições distintas:

1. Alguns entendem que a Guiné-Bissau não tem condições de isenção necessária para ser Parte Garante do processo de paz por causa das ligações históricas e de solidariedade étnica entre os Jolas de Casamansa e os Felupes de Susana, no setor de São Domingos, região de Cacheu na Guiné-Bissau, porque estas ligações têm sido exploradas pelos rebeldes do MFDC;
2. Outros entendem que por causa das ligações históricas e de solidariedade étnica entre os Jolas de Casamansa e os Felupes de Susana e Varela no setor de São Domingos, a Guiné-Bissau deve ser envolvida como terceira parte na resolução do conflito.

O Embaixador Ença Djandi, Allen Iero Embaló e Etchem Sambú enquadram-se na primeira posição porque entendem que a Guiné-Bissau não tem isenção para desempenhar o papel de Parte Garante do processo de paz, ou seja, terceira parte interveniente devido as ligações naturais e interétnicas entre os Felupe- Jola no Senegal e na Guiné-Bissau.

²¹⁷ Declaração da Plataforma das Mulheres de Casamansa para a Paz.

O jornalista guineense Allen Yero Embaló nas suas declarações, embora não tenha apontado factos de implicação direta das autoridades políticas guineenses no eclodir do conflito em 1982, mas levantou suspeitas sobre a neutralidade da Guiné-Bissau, referindo-se ao apoio que Nino Vieira recebeu da população de Ziguinchor na sua ascensão ao poder de Presidente da República, pelo golpe de Estado na Guiné-Bissau, em 1980 e a participação nos anos 60 de casamansenses na luta armada de libertação da Guiné. Por outro lado, referiu-se a influência negativa do ambiente sub-regional provocado pela tentativa do golpe de Estado na Gâmbia em 1981, contra o então Presidente Dawda Jawara e a necessidade da Guiné-Bissau ter como aliado o MFDC nos anos 90, no diferendo com o Senegal sobre a fronteira marítima.

Os patrulhamentos das Forças de Defesa ao longo da fronteira entre o Senegal e a Guiné-Bissau em 1990, alimentaram suspeitas do apoio da Guiné-Bissau ao MFDC, embora o Governo não apoiou como esclarece Vincent Fouchet: *“Skirmishes over border delimitation between Senegalese and Guinea-Bissau forces in 1990 fuelled such suspicions but although the MFDC enjoyed some sympathy among elements of the Guinea-Bissau political elite, the Bissau government did not offer its support”* (Foucher, 2013: 6).

Para Etchem Sambú as autoridades políticas guineenses demonstraram falta de neutralidade no conflito ao admitirem que guerrilheiros do MFDC se instalem no território guineense, sob capa de refugiados e só reagiram quando estes começaram a perturbar a população da zona fronteiriça. Entende por esse facto, que alguns atos demonstram o envolvimento da Guiné-Bissau e faz prolongar o conflito.

Dembo Djité faz parte do grupo dos que entendem que por existirem ligações étnicas entre casamansenses e guineenses o Estado da Guiné-Bissau deve ser envolvido na resolução do conflito, porque tem condições de desempenhar o papel de mediador. Existem elementos muito importante na aproximação das partes, como os laços familiares, étnicos e culturais e podem ser mais-valia para o processo de paz.

Outra opinião importante de realçar aqui, é do então Embaixador do Senegal, na Guiné-Bissau, General Abdoulaye Dieng, sem discordar de forma expressa do papel da Guiné-Bissau, como Parte Garante do processo de paz, faz uma abordagem das circunstâncias político-ideológicas externas dos Blocos Ocidental e do Leste e suas influências nos países africanos e concretamente nos posicionamentos do Senegal (aliado do Ocidente) e da Guiné-Bissau (aliado do Leste) este último, apoiante dos movimentos de libertação o que na sua análise, facilitou a “cumplicidade do regime do então Presidente

Nino Vieira com o MFDC.” Para ele “não foi a população que apoiou os rebeldes do MFDC, mas as autoridades políticas e militares.”²¹⁸

O Embaixador Abdoulaye Dieng, durante a entrevista que ocorreu no seu gabinete, na Embaixada do Senegal em Bissau, disse que não obstante o seu título de embaixador, deve colaborar na prestação de informações para um trabalho científico sobre um assunto que ele conhece como senegalês e como militar. Não existem dúvidas sobre o seu conhecimento nesta matéria de conflitualidade de Casamansa, sendo ele militar de carreira que ascendeu ao posto de General. Por isso não se pode analisar as suas declarações como um simples cidadão senegalês, despido de suas vestes e qualidades de militar e representante diplomático do Estado senegalês. Nesta base, embora as entrevistas são sempre opiniões individuais, mas as declarações do Embaixador, ao mesmo tempo que são suas transmitem alguma posição do Estado senegalês, ainda que seja por convergência de opiniões. As suas declarações espelham a desconfiança do Estado senegalês sobre a implicação das autoridades guineenses no conflito de Casamansa, embora a Guiné-Bissau tenha assumido posição oficial de neutralidade relativa ao conflito.

A aliança dos movimentos de libertação nacional ao Bloco do Leste liderado pela ideologia marxista da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas como foi o caso do PAIGC nos anos 60, apoiado pela Guiné-Conacri, sob a presidência de Ahmed Sékou Touré, se contrapunha à linha de orientação pró-Occidental do Senegal, sob a presidência de Léopold Sédar Senghor deteriorando as relações entre o PAIGC e o Senegal, tendo este país virado o seu apoio à Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING), como reconhece Vincent Fouchet:

During the 1960s the PAIGC opted for armed struggle, winning support from the Soviet bloc and from former French Guinea (by then the République of Guinea), under President Sékou Touré, a Marxist nationalist hostile to Senghor's pro-Western line. Inevitably the relationship between Dakar and the PAIGC deteriorated and Senegal openly supported moderate nationalists hostile to the PAIGC, which by 1962 had gathered to form the Liberation Front for the National Independence of Guinea (FLING), to little avail (Foucher, 2013: 6).

Amílcar Cabral 1981 (1961), numa das Conferências em Dakar afirmou: “*Si nous avions à chaque frontière des pays qui nous créent autant de problèmes que Sénégal, ça*

²¹⁸ Tradução da autora.

irait très mal, camarades.”²¹⁹ Contudo as divergências ideológicas não impediram a guerrilha guineense procurar apoios da população casamansense e fazer desta região uma segunda base de apoio. Pois em Ziguinchor residia uma grande comunidade guineense e o PAIGC tinha aí um internato.

O ex-presidente da Guiné-Bissau, Nino Vieira foi Combatente da Liberdade da Pátria e comandante militar em várias frentes e certamente conhecia a posição do Senegal e as relações deste país com o PAIGC.

Os posicionamentos diferentes entre o PAIGC e o Senegal face aos dois blocos e a falta de um apoio aberto do então presidente senegalês, Léopold Sédar Senghor à luta armada de libertação da Guiné, podem ter influenciado as relações pós-independência entre os dois países por ressentimentos e certamente pesaram na desconfiança do Estado senegalês da implicação do regime de Nino Vieira no conflito de Casamansa. Contudo não existem provas materiais que fundamentem estes fatos, que permanecem como suspeições, não determinantes no surgimento da rebelião em Casamansa. Os conflitos não surgem por acaso nos espaços geográficos sobretudo de complexidade política e histórica como é caso da região da África Ocidental, mas resultam de combinação de fatores endógenos tais como: atores, recursos, território, etnia, religião, luta pelo poder e fatores exógenos derivados de conjuntura externa e tendências geopolíticas e geoestratégias do momento. É neste contexto que o conflito de Casamansa surgiu, como consequência da dinâmica interna do Senegal, que envolveu diferentes componentes já analisados e dinâmica externa sub-regional caracterizada pela instabilidade político-militar nos países vizinhos do Senegal, nomeadamente Gâmbia e Guiné-Bissau, num ambiente internacional da Guerra Fria num mundo “cortado em dois” (Fanon, 1967).

Porém, nenhuma influência estes dois mundos antagónicos parecem ter neste conflito e na sua evolução, na medida em que, os interesses geoestratégicos do Bloco de Leste em apoiar em material bélico os movimentos armados de libertação nacional esgotaram com a independência dos países africanos.

No sentido oposto às declarações do Embaixador do Senegal, são as declarações de Satú Camará Pinto (Adja), ex-Governadora da região de Cacheu, tenta demonstrar que as autoridades guineenses têm cooperado com o Senegal na solução da crise de Casamansa. Mas ao mesmo tempo reconhece que algumas situações têm atrapalhado a mediação, criando suspeitas de falta de imparcialidade das autoridades guineenses, tais como: a prisão de Abbé D. Senghor em Bissau e sua entrega às autoridades senegalesas e a utilização do

²¹⁹ Tradução da autora. Se nos tivessem criados tantos problemas a cada fronteira dos países que nem o Senegal, isto iria muito mal camaradas.

mar territorial guineense pelos rebeldes. Para ela são incidentes que não devem contribuir para afastar a Guiné-Bissau da mediação do conflito, porque este país tem ligações familiares, étnicas e culturais com Casamansa que possam favorecer a resolução da crise.

Quanto aos outros entrevistados de uma maneira geral, sobretudo as mulheres casamansenses, não se opõem à mediação da Guiné-Bissau ou mesmo da Gâmbia, mas consideram que as mulheres devem ser envolvidas devido a importância que a etnia Jola atribui a intervenção da mulher na resolução do conflito. Convém referenciar que todas as mulheres entrevistadas puseram acento tónico na vulnerabilidade das mulheres casamansenses e guineenses à violência sexual pelos rebeldes e na necessidade de maior engajamento das mulheres no processo de paz.

A sujeição das mulheres à violação tem sido marcante nos conflitos armados nas diferentes partes do mundo. Como vítimas reais ou potenciais de violação as mulheres fazem parte de um grupo distinto devido à sua vulnerabilidade a esta situação (Mackinnon, 1982: 3). Embora isso não constitua “ um elemento de identidade ” a posição de vítima real ou potencial é uma marca comum a todas as mulheres.

Relativamente ao processo de paz a participação das mulheres não só é importante do ponto de vista étnico, como social, na medida em que a maioria das iniciativas e projetos para a paz em Casamansa são protagonizados por mulheres. Estas iniciativas vão no sentido da Resolução 1325/ 2000, do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas que dispõe sobre a participação de maior número de mulheres nos mecanismos destinados à prevenção, gestão e resolução de conflitos. A União Africana através do Protocolo Adicional à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos relativos aos Direitos da Mulher em África reafirma a Resolução 1325 /2000 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e exorta os Estados africanos a adotarem medidas que assegurem a participação das mulheres nos processos de prevenção, gestão e resolução de conflitos aos níveis: nacional, sub-regional, continental e internacional, conforme recomenda o artigo 10, nº 1 e 2 alínea b) do referido Protocolo. A igualdade de género, desenvolvimento e paz devem ter como consequência igual participação das mulheres nos esforços para a paz.

As entrevistas deram para perceber que existe um sentimento generalizado de cansaço e de “memória do sofrimento” (Blanes, 2009: 161:181), das populações casamansenses com os efeitos nefastos do conflito e que há necessidade de ajuda de terceiros na sua resolução. Embora todos demonstraram marcados pelo desgaste do conflito, mas influenciados pela “relação intrínseca existente entre militarismo e masculinidades” (Higate & Hopton, 2005: 434) e pela relação entre pacifismo e feminilidades as mulheres assumiram como as principais intervencionistas nas iniciativas de paz, por isso devem ser envolvidas no processo de resolução do conflito.

Os líderes das confissões religiosas, as organizações da sociedade civil e a população casamansense, apelaram em diversas ocasiões a todas às forças políticas, personalidades e o povo senegalês em geral, a assumirem o conflito de Casamansa como uma “questão nacional” de grande importância, que requer a participação de todos com vista a uma solução justa.

A coligação da oposição senegalesa, Benoo Siggil Senegal (BSS), em conferência dos líderes em Dakar (2010), apelou a necessidade do envolvimento da Guiné-Bissau na resolução do conflito de Casamansa, referindo-se a “fraternidade de armas” entre os combatentes guineenses e populações senegalesas durante a luta armada de libertação da Guiné e Cabo-Verde dirigida pelo PAIGC, em que Casamansa foi vítima.²²⁰ Referiu-se ainda, que nos anos 90, a Guiné-Bissau foi garante dos acordos de paz entre o MFDC e o Estado do Senegal, em 1991 e em 1993 e a capital da Gâmbia, Banjul albergou em 1999, o encontro entre o MFDC e o Governo senegalês, em que participou a sociedade civil de Casamansa.

Os líderes da oposição criticaram a política do Presidente Abdoulaye Wade de afastar “a Guiné-Bissau e a Gâmbia na gestão do conflito e a situação não para de deteriorar em Casamansa.” Entenderam ser necessário o envolvimento destes dois países vizinhos no processo de paz, sendo imperioso a análise das causas profundas do conflito, da sua evolução e das iniciativas empreendidas até agora, “avançar com determinação, realismo e espírito de acompanhamento para uma solução negociada de saída da crise, visando uma paz efetiva e duradoura”.²²¹

²²⁰ Conferência da coligação da oposição senegalesa, Benoo Siggil Senegal (BSS), em Dakar (01/04/2010).

²²¹ Posição defendida pela coligação da oposição senegalesa, Benoo Siggil Senegal (BSS), em 2010.

CONCLUSÃO

*Nous sommes convaincues que s'il ya un temps pour la guerre, il ya aussi et surtout un temps précieux et salutaire pour la paix. Il n'y a jamais de guerre sans fin. Il faut alors mettre fin à la souffrance tragique vécue en Casamance.*²²²

Um conflito qualquer que seja a sua causa pode ser transformado desde que as partes queiram. A maioria dos investigadores da Senegâmbia destaca a questão da identidade étnica Jola de Casamansa, como principal causa da reivindicação separatista, porque esta etnia é maioritária no MFDC, contudo existem outras razões não menos importantes aqui demonstradas.

A Senegâmbia meridional (Senegal, Guiné-Bissau e Gâmbia) é caracterizada por grande mobilidade das populações divididas em etnias: Jola, Mandinga, Peul, Toucouleur, Balanta, Mancanha, Manjaco e outras, quer nas migrações antigas como nas recentes facilitadas pela livre circulação de pessoas e bens no âmbito da CEDEAO. As migrações geraram sobretudo conflitos económicos e sociais relativos à posse da terra entre os autóctones e as populações migradas e políticos, influenciando de certa forma a reivindicação separatista.

No aspeto étnico o Senegal, a Guiné-Bissau e a Gâmbia têm um grupo étnico comum, Jola ou Felupe casamansense ou senegalês, gambiano e guineense onde existe uma solidariedade étnica natural, que advém do sentimento de pertença comum, independente da relação de conflitualidade que opõe o MFDC ao Estado senegalês. A língua os costumes e a estrutura de organização do poder comuns são fortes elementos de integração étnica.

No aspeto político existe um fator histórico bastante polemizado pelo MFDC, que é a questão da independência de Casamansa, fundamentada em razões políticas e históricas, isto é: “a região de Casamansa foi irregularmente anexada por Senegal, no momento da independência, porque não integrava o território colonial do Senegal”. Este argumento permanece como causa profunda do conflito e fundamento para a continuidade da guerra.

UM elemento de origem etimológico considerado não menos importante neste conflito de secessão é o termo *casamance* que vem de *Kasa amou*, em jola significa *Kasa*, compreende residentes do país das águas que vai do Atlântico à Falémé. A reivindicação pelo abade Augustin Diamacoune Senghor da “*Grande Casamance*,” que ia do Atlântico à

²²² Excerto da Declaração da Plataforma das Mulheres de Casamansa para a Paz (13 de Janeiro de 2011), em Ziguinchor.

Falémé, incluindo as regiões de Ziguinchor, Sédhiou e Kolda que eram regiões de Casamansa até 1984, compreendendo ainda a região de Tambacounda, tinha como fundamento a origem etimológica do termo *casamance*. A atual região de Tambacounda fazia parte de entidades políticas casamansenses como o império Peul de Moussa Molo, no fim do século XIX, que era muito rico em minerais. Não se pode negar a pertença Jola e a sua grande influência cultural em Casamansa, mas também não se pode construir a identidade de Casamansa em torno da etnia Jola, na medida em que, antes da colonização esta entidade territorial era uma região descontínua ao longo do rio Casamansa, composta por uma sociedade heterogênea e multiétnica ainda marcante na atualidade. Embora a sociedade Jola forneça muitos elementos culturais de referência em Casamansa, casamansense não é sinónimo de Jola, mas de uma comunidade sociocultural mais ampla que inclui muitas etnias.

Do ponto de vista económico e social a região de Casamansa ainda carece de infraestruturas e meios de comunicações do interior com Dakar, embora estas questões fazem parte da agenda da paz apresentada pelo Governo senegalês.

Relativamente ao Estado senegalês há a destacar as seguintes posições: não admitir a discussão sobre a independência de Casamansa para não pôr em causa a unidade e a integridade territorial; não solicitar mediação internacional, salvo dos países vizinhos (Guiné-Bissau e Gâmbia), para não legitimar o MFDC ao nível internacional. Por consequência, como medida política para contrapor a reivindicação secessionista de Casamansa e identidade casamansense Jola, o Governo fez desaparecer Casamansa como região administrativa, dividindo-a em três: Ziguinchor, Kolda e Sédhiou.²²³

Relativamente à terceira parte, o papel confiado a Guiné-Bissau como Parte Garante do processo de paz certamente levou em consideração o relevante elemento geográfico de aproximação fronteiriça, contudo as questões étnico-culturais entre os países constituem um ponto de desconfiança sobre a isenção da Guiné-Bissau, devido ao fator étnico do conflito que envolve o grupo Jola de Casamansa, o mesmo Felupe de São Domingos, na Guiné-Bissau. O espaço geográfico natural do Senegal e a localização de Casamansa próxima à fronteira da Guiné-Bissau, atribui uma responsabilidade ou senão, um dever moral a este país vizinho de contribuir para a paz em Casamansa, que significa ao mesmo tempo estabilidade fronteiriça da Guiné-Bissau. O papel atribuído à Guiné-Bissau como Parte Garante do processo de paz, nem sempre foi isento de ambiguidade, tendo-se esgotado com o conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999), com a intervenção militar

²²³ Esclarecimentos de Seynabou Male Cissé, Presidente da USOFORAL durante a entrevista em Ziguinchor, em 02/07/2011.

senegalesa aliada às Forças governamentais guineenses e alguns rebeldes do MFDC aliados à Junta Militar.

Na análise interpretativa dos dados obtidos nas diversas fontes encontraram-se respostas às perguntas de partida formuladas no início desta investigação científica:

1. A Guiné-Bissau contribuiu no processo de resolução do conflito na qualidade de Parte Garante do processo de paz, tendo sido mediadora e garante dos acordos de paz entre o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) e o Estado do Senegal, em Maio de 1991, em Bissau e, em Julho de 1993, em Ziguinchor e participado em várias outras negociações para a paz. Não teve quaisquer participações nos acordos de paz de 1999, 2001 e 2004, este último decorrente das negociações diretas entre o MFDC e o Estado do Senegal, sem a presença da terceira parte;
2. O Estado da Guiné-Bissau não se afirmou como principal mediador do processo de paz, embora o papel de Parte Garante do processo de paz que lhe fora atribuído pelas partes em conflito o permitisse. Porém, as intervenções multifacetadas das autoridades guineenses no processo de paz e na conflitualidade fragilizaram naturalmente a confiança das partes na intervenção isenta da Guiné-Bissau. Destacam-se aqui, a prisão do então líder espiritual do MFDC, Augustin Diamacoune Senghor em Bissau, em 1993, com a colaboração do Governo guineense, após uma reunião entre as partes e o tráfico de armas para Casamansa e suas consequências no eclodir do conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999). Portanto, o papel da Guiné-Bissau como Parte Garante do processo de paz conheceu duas fases principais: sucesso em ser garante de dois acordos de paz entre o MFDC e o Governo senegalês (1991 e 1993), participação nas negociações e acompanhamento do processo de paz até 1998 e insucesso pela desconfiança das partes de sua isenção devido as intervenções que vão contra o papel de neutralidade de terceira parte; e, consequentemente o seu afastamento tácito no processo de paz.
3. As pessoas entrevistadas não partilham a mesma opinião sobre o papel da Guiné-Bissau: algumas entendem que foi positivo e outras acham que não, por falta de isenção.

4. As autoridades políticas senegalesas têm adotado posições diferentes quanto ao envolvimento de terceira parte na resolução do conflito. Pois, se o então Presidente Abdou Diouf mostrou-se interessado no envolvimento da Guiné-Bissau como Parte Garante do processo de paz, já o então Presidente Abdoulaye Wade, entendeu que esse envolvimento não era imprescindível e privilegiou contactos diretos com o MFDC. Por outro lado, o Governo senegalês tem dúvidas sobre a isenção das autoridades guineenses, não obstante estas terem adotado posição oficial de neutralidade relativa ao conflito;
5. Após o regime do Presidente guineense, Nino Vieira, identificado como cúmplice do conflito de Casamansa deixaram de existir razões de suspeitas do apoio das autoridades guineenses aos rebeldes de Casamansa. Neste novo contexto político, as autoridades políticas guineenses não envolvidas no passado em intervenções contraditórias no processo de paz, têm isenção que possa aspirar a confiança das partes na mediação do conflito;
6. O Estado da Guiné-Bissau deve retomar o seu papel de Parte Garante do processo paz e desempenhá-lo com isenção, desde que seja vontade das partes beligerantes, comunicada oficialmente pelo Estado senegalês ao Estado guineense e na ausência de qualquer comunicação, deverá fazer os seus *bons officios* por via diplomática;
7. A maioria dos investigadores da Senegâmbia defende que tanto a Guiné-Bissau como a Gâmbia devem ser envolvidos no processo de paz de Casamansa, devido a proximidade das fronteiras e as ligações históricas e interétnicas entre os três países;
8. Apesar da intervenção de vários atores e mecanismos de resolução pacífica do conflito as dificuldades para a paz em Casamansa ainda subsistem e residem essencialmente na divisão do MFDC em várias fações e ausência de discussão pelas partes das causas profundas do conflito e concessões mútuas. Mediante estas dificuldades faz-se a seguinte indagação:

A paz tem futuro em Casamansa?

Numa perspectiva idealista a resposta é afirmativa, considerando a possibilidade de transformação do conflito e que a guerra é um mal e a paz um bem. As partes devem envidar esforços no sentido de ultrapassarem as divergências sobre as causas profundas do conflito, para que os acordos de paz deixem de ser apenas “tréguas” e haver um entendimento para a paz sustentável e duradoura, ou seja, uma paz positiva.

O Presidente do Senegal, Macky Sall elegeu a paz em Casamansa como uma prioridade de sua política e uma realidade a atingir através do diálogo. Ao propor uma paz sem vencedores nem vencidos: “*paix des braves, sans vainqueurs ni vaincus, mais dans le respect de l'intégrité territoriale du Sénégal*”, afasta a hipótese de uma solução militar e manifesta-se favorável a uma resolução pacífica.²²⁴

O MFDC através de seu porta-voz em Ziguinchor, Abdou Elinkine Diatta afirmou estar aberto ao diálogo para a paz definitiva e o desenvolvimento. Porém, entende que o diálogo para a paz não deve envolver apenas a facção de Salif Sadio, que esteve em negociação com o Governo senegalês, sob a mediação da Comunidade de *Sant'Egidio* em Roma e Dakar em 2012, mas também as outras facções, porque aquela facção armada não é um interlocutor do movimento.²²⁵ Por outro lado, advertiu pelo risco de haver vários intermediários em contactos com os guerrilheiros do MFDC, sob pena de desarticulação, sendo necessário a coordenação de suas atividades.

Reagindo ao discurso do Presidente Macky Sall, Salif Sadio admitiu a hipótese de paz e avançou com a proposta do Governo investir na área da saúde em Casamansa, concretamente no hospital regional de Ziguinchor e César Atoute Badiate admitiu negociações com o Governo senegalês.

Tendo em conta a abertura das partes ao diálogo os terceiros intervenientes devem contribuir para uma cooperação mútua com vista a um acordo de paz duradoura. Neste sentido, a participação de outros intervenientes não deve excluir a do Estado da Guiné-Bissau, que deve deixar de ser “terceiro ausente” e reassumir na plenitude o seu papel de Parte Garante do processo de paz, incentivar o diálogo entre as partes para uma abordagem construtiva sobre a paz definitiva. A paz em Casamansa é necessária não só para a estabilidade e desenvolvimento dessa região, como para a estabilidade da zona

²²⁴ Discurso do Presidente Macky Sall em Ziguinchor durante a sua primeira visita à Casamansa, a 17 de Março de 2014, conforme RFI.

²²⁵ Sob a mediação da Comunidade de Sant'Egidio e o apoio da Gâmbia, oito militares senegaleses foram libertados pelo MFDC, a 03/12/2012, após um ano de prisão, conforme RFI.

fronteira no norte da Guiné-Bissau e de sua população. Por consequência, o Estado da Guiné-Bissau deve ser parte da solução pacífica do conflito de Casamansa.

FONTES

LEGISLAÇÃO

Legislação da Guiné-Bissau:

Constituição da República da Guiné-Bissau, 1984 (1996).

Boletim Oficial Nº 39/1887.

Legislação do Senegal:

Gouvernement du Sénégal, Loi portant organisation de l'Administration territoriale :

Loi nº-2008- 14 du 18 mars 2008 modifiant la loi nº 72-02 du 1º de février 1972, (Online).

Disponível em: www.gouv.sn/Loi-portant-organisation-de-l.html

Documentos das Instituições Públicas e Internacionais

Amnesty International (1998), "Sénégal: La terreur en Casamance", *Rapport de l'Amnesty International* (17 February 1998).

Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, "Conferência das Mulheres Líderes Parlamentares e das Organizações da Sociedade Civil sobre a Paz nas Zonas Fronteiriças" realizada de 26 -27 de Outubro de 2007, em João Landim.

Convenção sobre a Plataforma Continental, de 28 de Outubro de 1958.

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de Dezembro de 1982.

Cour International de Justice – C. I. J. Recueil, (1969, p. 126).

Desbuissons, Louis Edouard (1886), *Carte de la délimitation Franco-Portugaise en Guinée* [Material cartográfico], Paris, Erhard, F [re] res, Biblioteca Nacional de Portugal.

Gambia Tribes and Ethnic Group (2003), (Online).

Disponível em: www.accessgambia.com/information/people-tribes.html

Guiné-Bissau, Instituto Nacional de Estatística – INE (2010), Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População Humana – RGPH 2009.

Guiné-Bissau e Senegal, "Operações Conjuntas", (30 de Novembro de 1986), Bissau.

République de la da Guinée-Bissau – Partie Garante "Procès-Verbal. Consultations avec les Parties sur le Conflit de Casamance", 8-9 Avril, Ziguinchor, Casamance, 1992.

Jurisprudência da Corte Internacional de Justiça – Contencioso relativo à fronteira terrestre e marítima entre Camarões e Nigéria (1994 – 2002), decisão de 15 de Março de 1996.

Observatoire Géopolitique des Drogues (1994), "Étude régional sur le trafic, la production et la consommation de drogues dans les pays d'Afrique de l'Ouest", Rapport.

OUA (1963), Charte de l'OUA, Addis Ababa, le 25 Mai, 1963.

OUA, (1964), "Resolution on Border Disputes made on the Assembly of Heads of State and Government at its First Ordinary Session", held in Cairo, U.A.R. from 17 to 21 July 1964.

Small Arms Survey (2004), (Online).

Disponível em: www.smallarmssurvey.org

Sénégal – Agence Nationale de la Statistique et de la Démographie (ANSD), "Recensement Général de la Population et de l'Habitat et de l'Agriculture et l'Esclavage (RGPHAE, 2013)", (Online).

Disponível em: www.ansd/sn

UN Secretary-General, Boutros-Ghali, Boutros (1992), "An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peacekeeping," *Report of the Secretary-General, A/47/277 – S/24111*, New York, (Online).

Disponível em: www.unrol.org/files/a_47_277.pdf

United Nations, Charter of the United Nations, (Online).

Disponível em: www.un.org/en/charter-united-nations/index.html

United Nations, Documents, (Online).

Disponível em: www.un.org/en/documents

Agências de Notícias, Jornais e Rádios

Agência Angola Press - ANGOP

Agence France Presse (22 mai 2000).

Agence Presse Sénégalaise (17 mars 2014).

Banobero, (50), 17/Abril/1998, pp.1-2.

Diário Bissau, (137), 15/ Abril/1998.

Gazeta de Notícias, Bissau (5 Jan. 2005).

Libération (11 July 1998).

Sud Quotidien, Dakar (20 Septembre 2003).

Rádiodifusão Nacional.

Rádio Bombolom.

Radio France International.

Websites

African Union:

www.au.int [Acesso: 20/10/2012].

Countries World Bank:

www.worldbank.org/en/country [Acesso: 25/02/2014].

Ethnologue. Languages of the World:

www.ethnologue.com/browse/maps [Acesso: 20/05/2012].

Heidelberg Institute for International Conflict Research – HIIK:

www.hiik.de/en [Acesso: 05/04/2011].

Index Mundi:

www.indexmundi.com [Acesso: 21/09/2012].

Stockholm International Peace Research Institute – SIPRI:

www.sipri.org [Acesso: 12/10/2010].

United Nations Peacemaker – Peacemaking Mandate:

www.peacemaker.un.org/peacemaking-mandate [Acesso: 15/09/2012].

United Nations Department of Political Affairs:

<http://www.un.org/wcm/content/site/undpa/main/issues/peacemaking> [Acesso: 15/09/2012].

United Nations Peacekeeping:

www.un.org/en/peacekeeping [Acesso: 06/11/2012].

Karuna Center for Peacebuilding:

www.karunacenter.org [Acesso: 18/10/2013].

BIBLIOGRAFIA

- Abdoul, Mohamadou *et al* (2007), “Le cas de la Sénégal méridionale,” em Diapol Enda (org.), *Les Dynamiques Transfrontalières en Afrique de l’Ouest*, Ottawa, CRDI, Dakar, Enda Diapol & Paris, Karthala.
- Adebajo, Adekeye (2002), *Building Peace in West Africa: Liberia, Sierra Leone, and Guinea-Bissau*, Colorado & London, Lynne Rienner Publishers.
- Albert-Barbier, Brigitte (1994), “Le cœur : l’histoire d’Adèle D”, em François George Barbier – Wiesser (coord.), *Comprendre la Casamance : Chronique d’une intégration contrastée*, Paris, Éditions Karthala.
- Albert, Isaac Olawale (2007), “Concepts and methods in peace and conflict studies”, em Celestine Oyom Basse & Oshita O. Oshita (eds.), *Conflict, Resolution, Identity Crisis and Development in Africa*, Abuja, Institute for Peace and Conflict Resolution.
- Almeida, João e Augusto Silva (1987), “Da Problemática à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais”, em Augusto Silva e José Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- Almeida, Miguel Vale de (2000), *Senhores de Si: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, 2ª ed., Lisboa, Fim do Século.
- Almeida, Políbio Valente de (1994), *Ensaio de Geopolítica*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Almeida, Políbio Valente de (1990), *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento geopolítico da hierarquia das Potências*, Lisboa, ISCSP.
- Amselle, Jean-Loup e Elikia M’Bokolo (1985) (orgs.), *Au cœur de l’ethnie : Ethnies, tribalisme et État en Afrique*, Paris, La Découverte.
- Arendt, Hannah (1970), *On Violence*, San Diego, Harcourt Brace.
- Aron, Raymond (1962), *Paix et Guerre entre les Nations*, Paris, Calmann – Lévy.
- Awenengo, Séverine (2006), “A qui appartient la Paix ? Résolution du conflit, compétitions et recompositions identitaires en Casamance (Sénégal)”, *Journal des Anthropologues*, 104 (105), pp. 79 – 109.
- Badi, Mbuyi Kabunda e Germain Ngoie Tshibambe (2010), “La Secesión del Katanga revisitada o las incertidumbres de la creación del Estado-nación en el África postcolonial”, em Jordi Tomàs, (ed.), *Secesionismo en África*, Barcelona, Edicions Bellaterra.
- Badie, Bertrand (1995), *La fin des Territoires : Essai sur le désordre International et sur l’utilité Sociale du Respect*, Paris, Fayard.
- Balandier, Georges, 1980 (1967), *Antropologia Política*, Lisboa, Editorial Presença.
- Barata, Óscar Soares (1994), “As Bases Demográficas da Lusofonia”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 112 (1-12), janeiro-dezembro, pp. 28-29.
- Barata, Óscar Soares (1986), *Introdução às Ciências Sociais*, Vol. 2, Lisboa, Bertrand Editora.
- Barreto, Honório (1843), *Memória sobre o estado actual da Senegâmbia portuguesa: Causas de sua decadência e meios de o fazer prosperar*, Lisboa, Typographia da Viúva Coelho & Cia.
- Barry, Boubacar (1988), *La Sénégal du XVe au XIXe Siècle: Traite Nègrière, Islam et Conquête Coloniale*, Paris, L’Harmattan.

- Baum, Robert M. (1986), *A Religious and Social History of the Diola-Esulalu in Pre-colonial Senegambia*, Yale, Yale University Press.
- Bayart, Jean-François (1989), *L'État en Afrique: La Politique du Ventre*, Paris, Librairie Arth.
- Beck, Linda et al (2001) (orgs.), "Conflict prevention and peace building case study: the Casamance conflict and peace process, 1982 – 2001", *West Africa: Civil Society Strengthening for Conflict Prevention Study*, pp.1-45.
- Beck, Linda (2008), *Limited Brokers: Casamançais Sons of the Soil in Southern Senegal. Brokering Democracy in Africa*, New York, Palgrave.
- Beck, Linda J. e Vincent Foucher (2009), "(Re) creando la comunidad. El uso de la autoridad consuetudinaria para resolver el conflicto de Casamance en Senegal", *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, 87. *Procesos de Reconciliación Posbélica en Africa Subsahariana*, pp. 95-121.
- Becker, Charles e Victor Martin (1975), "Les groupes ethniques", em *Atlas du Sénégal*, Éditions J.A.
- Bhebe, Ngwabi e Terence Ranger (1995) (eds.), *Soldiers in Zimbabwe's Liberation War*, London, James Currey.
- Bell, Judith (1997), *Como Realizar um Projecto de Investigação*, Lisboa, Gradiva.
- Bell, Judith (1993), *Doing Your Research Project: A Guide for first-time Researchers in Education and Social Science*, Second edition, London, Library of Congress Cataloging –in Publication Data.
- Benjaminsen, Tor A. (2008), "Does supply-induced scarcity drive violent conflicts in the African Sahel? The case of the Tuareg rebellion in northern Mali", *Journal of Peace Research* 45 (6): pp. 831 - 848.
- Bernardino, Luís Manuel Brás (2004), *A Prevenção e Resolução de Conflitos. Contributos para uma Sistematização*, (Online).
Disponível em: www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=354
- Bessa, António Marques (2000), "Uma análise da Conflitualidade", *Episteme* (3-4), Nov. 1999/Fev. 2000, pp. 263 -277.
- Bierschenk, Thomas e Jean-Pierre Olivier de Sardan (1996), "Les pouvoirs en l'absence de l'État. Configurations du pouvoir politique local et rapports à l'état en milieu rural centrafricain", *Working Papers on African Societies*, 1, Berlin, Das Arabische Buch.
- Blanes, Ruy Llera (2009), "Remembering and Suffering: Memory and Shifting Allegiances in the Angolan Tokoist Church", *Exchange*, (38), pp. 161- 181.
- Bobbio, Norberto (1999), *Ensaio sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil*, São Paulo, Paz e Terra.
- Bonnafé, Jean-Pierre (1985), "Age et sexe matériels et sociaux (un exemple congolais)", em Marc Abèlés e Chantal Collard (dirs.), *Age, Pouvoir et Société en Afrique Noire*, Paris, Éditions Karthala e Montréal, Presses de l'Université de Montréal.
- Boniface, Pascal (2008), *Dicionário das Relações Internacionais*, Lisboa, Plátano Editora.
- Boudon, Raymond et al (2003), *Dictionnaire de Sociologie: Larousse*, Paris, Édition Betsabée Blumel et Janine Faure.
- Boudon, Raymond (1991), *Theories of Sociological Change: A Critical Appraisal*, Paris, University of Paris, Sorbonne.
- Boulding, Kenneth E. (1962), *Conflict and Defense: A General Theory*, New York, Harper and Row.

- Boulègue, Jean (1989), *Les Luso-Africains de Sénégal – XVIè – XIXè Siècles*, Lisboa, Ministério da Educação – Instituto de Investigação Científica Tropical e Paris, Université de Paris I, Centre de Recherches Africaines.
- Braillard, Philippe, (1990) “O que é uma Teoria?”, em Philippe Braillard, *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Brown, Michael (2001), “Ethnic and Internal Conflicts: Causes and Implication”, em Chester Crocker; Fen Osler Hampson and Pamela AAll (eds.), *Turbulent Peace: The Challenges of Managing International Conflict*, Washington, Institute of Peace.
- Burton, John (1993) (ed.), *Conflict: Human Needs Theory*, Palgrave Macmillan.
- Burton, John Wear (1987), *Resolving Deep-Rooted Conflict. A Handbook*, London and New York, University Press of America.
- Cabral, Amílcar, 1981 (1961), “Rapport Général sur la Lutte de Libération Nationale”, présenté à la *Conférence des Organisations Nationalistes de la Guinée et des Îles du Cap-Vert*, tenue à Dakar, du 12 au 14 juillet 1961, em A. Cabral, *Unité et Lutte*, Paris, Maspero.
- Cabral, Amílcar (s.a.), *Textos Políticos*, Porto, Afrontamento.
- Caetano, Marcello (1983), *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6ª ed., Tomo I, Coimbra, Almedina.
- Caplow, Theodore (1970), *L'enquête Sociologique*, Paris, Librairie Armand Colin.
- Cardoso, Fernando Jorge e Patrícia Magalhães Ferreira (2005), *África e Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional*, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais.
- Carr, Edward Hallet (1981), *Vinte Anos de Crise: 1919 – 1939*, Brasília, UNB.
- Carreira, António (1964), “A etnonímia dos povos de entre o Gâmbia e o estuário do Geba”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, (75), pp. 233 - 275.
- Carreira, António (1962a), “O fundamento dos etnónimos na Guiné Portuguesa”, *Garcia de Orta*, 10, (2), pp. 305 – 323.
- Carreira, António (1962b), “População Autóctone segundo os Recenseamentos para fins Fiscais – Circunscrição de Bolama, Bijagós e Cacheu”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, XVII, (65), pp. 57 – 118.
- Carreira, António (1962c), “População Autóctone segundo os Recenseamentos para fins Fiscais”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, XVII, (67), pp. 405 – 436.
- Carmona, Carlos Alberto (2004), *Arbitragem e Processo: Um Comentário à Lei nº 9307/1996*, 2ª ed., São Paulo, Atlas.
- Chabal, Patrick e Jean-Pascal Daloz (1999), *Africa Woks: Disorder as Political Instrument*, Oxford, James Currey.
- Charpy, Jacques (1994), “Casamance et Sénégal au temps de la colonisation française”, em François George Barbier-Wieser (coord.), *Comprendre la Casamance: Chronique d'une intégration contrastée*, Paris, Éditions Karthala.
- Chevalier, Jean e Alain Gheerbrant (1995), *Dicionário de Símbolos : Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, Trad. Vera Costa e Silva, s. I, s.n.
- Cissé, Noah et al (2000), *La Crise Casamançaise : Les Initiatives et Propositions de Sortie de Crise*, Ziguinchor, AJAC/APRAN.

- Clapham, Christopher (1996), *Africa and International System: The Politics of State Survival*, Cambridge, University Press.
- Copans, Jean (1980), *Les Marabouts de l'Arachide : La Confrérie Mouride et les Paysans du Sénégal*, Paris, Le Sycomore.
- Cooper, Frederick (1996), *Decolonization and African Society: The labor question in French and British Africa*, Cambridge, University Press.
- Cooper, Tom (2003), *Civic War in Nigeria: Biafra, 1967 – 1970*, s.l, ACIG Books.
- Coser, Lewis A. (1982), *Les Fonctions du Conflit Social*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Coulon, Christian (1981), *Le Marabout et le Prince: Islam et Pouvoir au Sénégal*, Paris, Editions A. Pedone.
- Cunha, Pedro (2001), *Conflito e Negociação*, Porto, Edições Asa.
- Dahrendorf, Ralf (1982), *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*, Brasília, Universidade de Brasília.
- Darbon, Dominique (1988), *L'Administration et le Paysan en Casamance: Essai d'anthropologie administrative*, Paris, Pedone.
- Darbon, Dominique (1985), "La Voix de la Casamance", *Politique africaine*, (18), pp.127 – 140.
- David, Charles-Philippe (2001), *A Guerra e a Paz. Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia*, Lisboa, Instituto Piaget.
- D'Eça, Vicente Almeida (1903), "A Exposição de Cartografia", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 21ª Série, pp. 429 – 481.
- Defarges, Philippe Moreau (2003), *Introdução à Geopolítica*, Lisboa, Gradiva.
- De Jong, F. A Joking (2005), "Nation: Conflict resolution in Senegal", *Revue Canadienne des Études Africaines*, 9, (2), pp. 389- 413.
- Delafausse, Maurice (1941), *Les Noirs de l'Afrique*, Paris, Payot.
- Denzin, Norman K. (1970), *The Research Act in Sociology: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*, London, LexisNexis, Butterworths.
- Deutsch, Morton. (1973), *The Resolution of Conflict*, New Haven Yale, University Press.
- Diallo, Boucounta (2009), *Problématique et Voies de Solutions*, Paris, L' Harmattan.
- Dias, Eduardo Costa (2001), "Estado, política e dignitários político-religiosos. O caso senegâmbiano," *Cadernos de Estudos Africanos*, (1), pp. 27 – 51.
- Dias, Eduardo Costa (2000), "Estado, estruturas políticas tradicionais e cidadania: o caso Senegâmbiano," em José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania Integração e Globalização*, Oeiras, Celta Editora.
- Dias, Eduardo Costa (1996), *O Sistema Agrário dos Mandingas de Contuboeil (Guiné-Bissau): Memória, Saber, Poder e Reprodução Social*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social, Lisboa, ISCTE.
- Diatta, Nazaire (1994), "Demain, le dialogue des religions ? Religions révélées et religion traditionnelle des Diola", em François George Barbier-Wiesser, *Comprendre la Casamance : Chronique d'une intégration contrastée*, Paris, Éditions Karthala.
- Diatta, Oumar (2008), *La Casamance. Essai sur le destin tumultueux d'une région*, Paris, L'Harmattan.
- Dieng, Ami (2006), *Décentralisation et Gestion des Conflits au Sénégal*, Mémoire DEA, St. Louis, Université Gaston Berger.

- Dinh, Nguyen *et al* (1999), *Direito Internacional Público*, 4ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Diop, Cheik Anta (1977), *Parenté génétique de l'égyptien pharaonique et des langues négro-africaines : Processus de sémitisation*, Ifan-Dakar, Les Nouvelles Éditions Africaines.
- Diop, Momar-Coumba (1994) (*ed. lit.*), *Le Sénégal et ses voisins*, Dakar, Sociétés-Espaces-Temps.
- Diouf, Makhtar (1994), *Sénégal: Les Ethnies et la Nation*, Paris, L'Harmattan.
- Döpcke, Wolfgang (1999), "A vida longa das linhas retas: Cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra", *Revista Brasileira de Política Internacional*, 42, (1), pp. 77-109.
- Dougherty, James E. e Robert L. Pfaltzgraff, Jr. (2003), *Relações Internacionais. As Teorias em Confronto*, Lisboa, Gradiva.
- Dozon, Jean-Pierre (1985), *La Société bété: Histoires d'une « ethnie » de Côte d'Ivoire*, Paris, Éditions Karthala; Bondy, Éditions de l'Orstom.
- Dubois *et al* (1998) (*eds.*), *Frontières plurielles, Frontières conflictuelles en Afrique subsaharienne*, Actes du colloque, « États frontières en Afrique subsaharienne », 7 au 9 mai 1998, organisé par l'Institut d'Histoire Comparé des Civilisations, Paris, H et L'Harmattan.
- Ducados, Henda (2000), "Angolan Women's Survival in Times of War in an All Men's Show", *Rede Humanitária Angolana (AngoNet)*, (Online).
Disponível em: <http://www.angonet.org/article.php?Story=20061116155403643>
- Durkheim, Émile (1963), *Les Règles de la Méthode Sociologique*, 2e éd., Paris, PUF.
- Erlanson, David A. *et al* (1993) (*orgs.*), *Doing Naturalistic Inquiry: A guide to methods*, Newbury Park, California *et al*, Sage Publication.
- Esteves, Maria Luísa (1988), *A Questão de Casamança e a Delimitação de Fronteiras da Guiné*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga.
- Evans, Graham e Jeffrey Newnham (1998), *Conflict Resolution*, London, Penguin Books.
- Evans, Martin (2004), "Sénégal: Mouvement des Forces Démocratiques de la Casamance", *Africa Programme Briefing Paper*, 04/2002. Armed Non-State Actors Project, (Online).
Disponível em: <http://www.chathamhouse.org.uk/pdf/research/africa/BPmeDec04.pdf>
- Fanon, Frantz (1967), *A Dying Colonialism*, New York, Grove Press.
- Farré, Albert (2010), "Ni acéfalos, ni feudales: Rwenzururu Kingdom ! Las herencias del indirect rule en la frontera entre Uganda y la R.D.Congo", em Jordi Tomás (ed.) *Secesionismo en África*, Barcelona, Edicions Bellaterra.
- Farré, Albert (2008), "Estado y autoridad tradicional: La importancia y los límites del pluralismo", *Soronda - Revista de Estudos Guineenses, Número Especial, Experiências Locais de Gestão de Conflitos, Local Experiences of Conflict Management*, pp. 91-112.
- Faye, Ousseynou (1994), "La crise casamançaise et les relations du Sénégal avec la Gambie et la Guinée-Bissau (1980-1992)", em Momar-Coumba Diop (dir.), *Le Sénégal et ses Voisins*, Dakar, Sociétés-Espaces-Temps.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (2004), *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*, 3ª ed., Curitiba, Positivo.
- Ferreira, Patrícia Magalhães (2014), *Estados Frágeis em África: A intervenção externa nos processos de construção do Estado (Statebuilding) e da paz (peacebuilding)*, Tese de Doutoramento em Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.

- Ferreira, Patrícia Magalhães (2005), “Justiça e Reconciliação pós-conflito em África”, *Cadernos de Estudos Africanos*, (6/7), pp. 9-29, (Online).
Disponível em <https://cea.revues.org/1370>.
- Ferreira, Vinicius R.T. (2008), “O cérebro reptiliano”, *Blog Psicologia cognitiva*, [Internet], Postado em 30 de Abril de 2008, (Online).
Disponível em: www.psicologiaciencia.blogspot.com/2008/04/o-crebo-reptiliano.html
- Fisas, Vicenç (2004), *Procesos de Paz e Negociación en Conflictos Armados*, Barcelona, Paidós, Ibérica.
- Fithen, Caspar & Paul Richards (2005), “Making War, Crafting Peace: Militia Solidarities E Demobilisation in Sierra Leone ”, em Paul Richards (ed.), *No Peace No War: An Anthropology of Contemporary Armed Conflicts*, Athens, Ohio University Press and Oxford, James Currey.
- Foucher, Vincent (2013), “Wade’s Senegal and its Relations with Guinea-Bissau: Brother, Patron or Regional Hegemon?,” *SALIA Occasional Paper*, 132, pp.1 - 26.
- Foucher, Vincent (2009), “La guerre par d’autres moyens ? La société civile dans le processus de paix en Casamance ”, *Raisons politiques*, (35), pp. 143 – 166.
- Foucher, Vincent (2007), “Tradition africaine et résolution des conflits: Un exemple sénégalais”, *Politix*, (80), pp.59 - 80.
- Foucher, Vincent (2003a), “Church and Nation. The Catholic contribution to war and peace in Casamance (Senegal),” *Social Sciences & Missions*, Bordeaux, Centre d’Études d’Afrique Noire, pp. 11 – 40.
- Foucher, Vincent (2003b), “Pas d’alternance en Casamance? Le nouveau pouvoir sénégalais face à la revendication séparatiste casamançaise”, *Politique africaine*, (91), pp. 101- 119.
- Freund, Julien (1983), *Sociologie du Conflit*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Freudenberger, Karen Schoonmaker et al (1989), *Rapid Rural Appraisal and Post-production Systems Research: A Training Experience*, Dakar, Regional Office for West and Central Africa, International Development Research Centre.
- Gaillard, Gérald (1999), “Guinée-Bissau: un pas douloureux vers la démocratie”, *Afrique contemporaine*, (191), pp. 43-57.
- Gallie, Walter, Bryce (1979), *Os Filósofos da Paz e da Guerra*, Trad. S. Rangel, Rio de Janeiro, Artenova; Brasília, UNB.
- Galtung, Johan (1990), “Cultural violence”, *Journal of Peace Research*, (Online), 27 (3), pp. 291-305.
Disponível em: <http://jpr.sagepub.com/content/27/3/291.full.pdf+htm>
- Galtung, Johan (1981), “Social cosmology and concept of peace”, *Journal of Peace Research*, (Online), 18 (2), pp.184 – 199.
Disponível em: <http://jpr.sagepub.com/content/18/2/183.full.pdf+htm>
- Galtung, Johan (1973), *Teoría e Métodos de la Investigación Social*, Tomo I, Buenos Aires, Editorial Universitaria.
- Gautron, Jean Claude (1982), “La Confédération de la Ségambie: entre l’union et le protectorat ?”, *L’Année Africaine*, pp. 239-272.
- Giddens, Anthony (2004), *Sociologia*, 4ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Girard, Jean (1992), *L’or de Bamouk: Une Dynamique de la Civilisation Ouest- Africaine – Du royaume de Gabou à la Casamance*, Genève, Georg.

- Goldthorpe, J. E. (1996), *The Sociology of Post-Colonial Societies: Economic, Disparity, Cultural Diversity, and Development*, Cambridge, University Press.
- Gomes, Antonieta Rosa (2011), “Le Rôle de la Femme dans la résolution du Conflit de Casamance”, Comunicação apresentada na *Third Regional Conference, Narratives, Facts and History: Documenting Peace and Conflict in West Africa*, December 12-14, 2011, Praia, Cape Verde.
- Gonçalves, Adelto (2006) Casamança, um grito de liberdade sufocado, *Forum de São Paulo*, Ano 4, (39), pp. 42- 43.
- Guibert, Jöel e Guy Jumel (1997), *Méthodologie des Pratiques de Terrain en Sciences Humaines et Sociales*, Paris, Masson.
- Graça, Pedro Borges (2005), *A Construção da Nação em África*, Coimbra, Almedina.
- Gramsci, Antonio (1971), *Selections from the Prison Notebooks*, London, Laerence and Wishart.
- Gray, Paul et al (2007) (orgs.), *The Research Imagination: An Introduction to Qualitative and Quantitative Methods*, New York, Cambridge University Press.
- Gurr, Ted Robert et al (2001), *Peace and Conflict 2001: A global survey of armed conflict, self-determination movements and democracy*, College Park, Maryland, University of Maryland, The Center for International Development and Conflict Management (CIDCM).
- Habermas, Jürgen (1996), *La Paix Perpétuelle – Le Bicentenaire d'une Idée Kantienne*, Trad. Rainer Rochlitz, Paris, Les Éditions du Cerf.
- Herbst, Jeffrey (2000), “Power and space in precolonial Africa”, em Jeffrey Herbst (ed.), *States and Power in Africa: Comparative lessons in authority and control*, New Jersey, Princeton, University Press.
- Higate, Paul & John Hopton (2005), “War, Militarism and Masculinities”, em Michael S. Kimmel et al (orgs.), *Handbook of Studies en Men Masculinities*, Thousand Oaks, Sage, pp. 432 – 447.
- Hobbes, Thomas (1971), *Leviathan 1651, Chap. XIII*, Paris, Sirey.
- Hobsbawm, Eric e Terence Ranger (1983) (eds.), *The Invention of Tradition*, Cambridge University Press.
- Honwana, Alcinda Manuel (2003), *Espíritos Vivos, Tradições Modernas: Possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no Sul de Moçambique*, Lisboa, Ela por Ela.
- Hughes, Arnold (1994), “L’effondrement de la Fédération de la Sénégal”, em Momar-Coumba Diop (éd.), *Le Sénégal et ses Voisins*, Dakar, Société-Espaces-Temps.
- Hume, Cameron, (1994), *Ending Mozambique’s war: The Role of Mediation and Good offices*, Washington D. C., United States Institute of Peace.
- Huntzinger, Jacques (1991), *Introdução às Relações Internacionais*, Lisboa, PE – Edições.
- Igue, John O. (1995), *Le Territoire et l’État en Afrique : Les Dimensions Spatiales du Développement*, Paris, Éditions Karthala.
- Jabri, Vivienne (1990), *Mediating Conflict: Decision-making and Western intervention in Namibia*, Manchester University Press.
- Jellinek, Georg (2000), *Teoría General del Estado*, México, Fondo de Cultura Económica.
- Juillet, Christie (2012), “Sénégal: Macky Sall exige des sanctions contre la Gambie”, (Online).
Disponível em: www.afrik.com/article26849.html
- Julliard, André (1994), “Droit du sol en Guinée-Bissau: Dieu, la terre et les hommes chez Diola-Ajamat”, em François George Barbier-Wiesser (coord.), *Comprendre la Casamance : Chronique d’une intégration contrastée*, Paris, Éditions Karthala.

- Kant, Immanuel (2004), *A Paz Perpétua e os outros Opúsculos*, Trad. Artur Mourão, Lisboa, Edições 70.
- Kant, Immanuel, 1991 (1781), *Crítica da Razão Pura*, São Paulo, Nova Cultural.
- Kant, Immanuel (1971), *Premiers principes métaphysiques de la science de la nature*, Paris, Librairie Philosophique J. Urin.
- Kant, Immanuel, 1795 (1903), *Perpetual Peace: A philosophical essay*, London, Swannonschein & CO. LIM.
- Kennedy, Gavin *et al* (1986), *Cómo negociar con éxito*, Bilbao, Deusto.
- Kieh Jr., George Klay e Ida Rousseau Mukenge (2002) (eds.), *Zones of Conflict in Africa: Theories and Cases*, Westport, CT, Praeger, (Online).
Disponível em: <http://www.questia.com/.../zones-of-conflict-in-africa>
- Kimmel, Allan J. (1996), *Ethical Issues in Behavioral Research: A Survey*, Cambridge, Massachusetts, Blackwell.
- Krueger, Paulus (2000), *Corpus Iuris Civilis*, 1, Novallae Institutiones, XVIII, Berlin, Weidemann.
- Lagarde, Marcela (1993), *Cautiveiros de las Mujeres: Medresposas, monjas, putas, presas y locas*, México, UNAM.
- Lara, António de Sousa (1987), *A Subversão do Estado*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Lawler, Peter (2008), "Peace Studies", em Paul D. Willians (ed.), *Security Studies: Un Introduction*, London, Routledge.
- Leal, Rosemiro Pereira (2001), *Teoria Geral do Processo: Primeiros Estudos*, Porto Alegre, Síntese.
- Lederach, John (2003), *Key Issues in Peace and Reconciliation Studies*, United Kingdom, Coventry University, Centre for Study of Forgiveness and Reconciliation.
- Lederach, John (1997), *Building peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies*, Tokio, United Nations University.
- Leite, Luís Ferreira (1979), *Introdução do Direito da Cooperação*, Lisboa, Moraes Editores.
- Locke, John (1984), *Traité du Gouvernement Civil (1690)*, Second Traité, Garnier, Flammarion.
- Lofland, John e H. Lyn Lofland (1995), *Analyzing Social Settings: A guide to Qualitative Observation and Analysis*, California, Belmont, Wads Worth Publishing Company.
- Lopes, Carlos (1999), *Kaabunké: Espaço, Território e Poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance Pré-coloniais*, Trads. Maria Augusta Júdice e Lurdes Júdice, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Lopes, Carlos (1987), *A Transição Histórica na Guiné-Bissau: Do Movimento de Libertação Nacional ao Estado*, Bissau, INEP.
- Mackinnon, C. (1982), "Marxism, method and the State: An Agenda for theory" *Signs*, 3, (7).
- Mamdani, Mahmood (1996), *Citizen and Subject. Contemporary Africa and the Legacy of late Colonialism*, Princeton, Princeton University Press.
- Maquet, Jacques (1970), *Pouvoir et Société en Afrique*, Paris, Hachette.
- Maquiavel (1993), *O Príncipe*, Trad. Maria Júlia Goldwasser, São Paulo, Martins Fontes.
- Mark, Peter (2002), *"Portuguese" Style and Luso-african Identity: Precolonial Senegambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries*, Indiana University Press.
- Martin, Denis-C. (1994), *Cartes d'identité: Comment dit-on « nous » en politique ?* Paris, Presse de la Fondation National des Sciences Politiques.

- Marut, Jean-Claude (2010), *Le Conflit de Casamance : Ce que disent les armes*, Paris, Éditions Karthala.
- Marut, Jean-Claude (2001), "Guinea-Bissau and Casamance: Instability and Stabilization", *Rapport WRITENET*, 15/ 2000, pp. 1- 25.
- Marut, Jean-Claude (1996), "Après avoir perdu l'Est, la Guinée-Bissau perd-elle aussi le Nord ?", *Lusotopie*, pp. 81 - 92.
- Marut, Jean-Claude (1994a), "Le mythe: Penser la Casamance", em François-George Barbier-Wiesser (coord.), *Comprendre la Casamance: Chronique d'une intégration contrastée*, Paris, Éditions Karthala.
- Marut, Jean-Claude (1994b), "Guerre et paix en Casamance. Repères pour un conflit, 1990-1993", em François-George Barbier-Wiesser (coord.), *Comprendre la Casamance: Chronique d'une intégration contrastée*, Paris, Éditions Karthala.
- Marut, Jean-Claude (1992), "Casamance: du particularisme au séparatisme ", *Hérodote*, (65/66), pp. 207-233.
- Matos, Luís de (1966), "A delimitação das fronteiras da Guiné ", em Luís de Matos (ed.), *Cabo-Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe – Curso de Extensão Universitária, Ano lectivo 1965-1966*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Mbembe, Achille (2000), *De la Postcolonie: Essai sur l'imagination Politique dans l'Afrique Contemporaine*, Paris, Éditions Karthala.
- Merton, Robert K. (1949), *Social theory and Social Structure*, New York, Free Press.
- Messari, Nizar e João Pontes Nogueira (2005), *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*, Rio de Janeiro, Elsevier - Campus.
- Miall, Hugh *et al* (2004), *Contemporary Conflict Resolution*, Great Britain, Cambridge, Rex Features Lda.
- Milando, João (2003), *O Desenvolvimento Participativo em Contextos Institucionais Adversos: Aspectos Africanos*, Tese de Doutoramento em Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE.
- Mill, John Stuart (1990), *De la Liberté*, Gallimard, Folio Essais.
- Miller, Christopher E. (2005), *A Glossary of Terms and Concepts in Peace and Conflict Studies*, em Mary E. King (ed.), Geneva, University for Peace, Africa Programme, 2nd ed., (Online).
Disponível em: www.upeace.org/pdf/glossaryv2.pdf
- Moati, Sophie (2004), *Les Conflits en Afrique*, Paris, La Documentation Française.
- Mokoukolo, René *et al* (2002), "Soi, Identité Ethnique et Groupes Sociaux de Référence: Le cas des Algériens en France ", em Colette Sabatier, Hanna Malewska e Fabienne Tanon (orgs.), *Identité, Acculturation et Altérité*, Paris, Hongrie e Italie, L'Harmattan.
- Montesquieu (s. a), *L'Esprit des Lois*, Nouvelle Édition, Tome Premier, Paris, Librairie Garnier Frères.
- Moore, Christopher (2003), *The Mediation Process: Practical Strategies for Resolving Conflict*, 3rd ed., San Francisco, Jossey – Bass Publishers.
- Moore, Christopher (1986), *The Mediation Process: Practical Strategies for Resolving Conflict*, San Francisco, Jossey-Bass Publishers.
- Moreau, Marie-Louise (1990), "Diola, français et wolof dans l'imaginaire", *Plurilinguismes*, (2), pp. 166-206.
- Moreira, Adriano (2011), *Teoria das Relações Internacionais*, 7^a ed., Coimbra, Almedina.
- Moreira, Adriano (2009), *A circunstância do Estado Exíguo*, 2^a ed., Loures, Diário de Bordo.

- Moreira, Adriano (2002), *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina.
- Moreira, Adriano (1999), *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Moreira, Carlos Diogo (2007), *Teorias e Práticas de Investigação*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Morgenthau, Hans J. (2005), *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, 7th ed., New York, Mc Graw-Hill.
- Mota, Avelino Teixeira da (1959), "Contactos culturais luso-africanos na Guiné de Cabo-Verde", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 69, (11/12), pp. 659.
- Mota, Avelino Teixeira da (1954), *Guiné Portuguesa*, I e II Vols., Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Mota, Avelino Teixeira da (1946), "A Descoberta da Guiné", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 1, (2), pp. 13 – 68.
- Moura, Tatiana (2005), *Entre Atenas e Esparta: Mulheres, paz e conflitos armados*, Coimbra, Quarteto.
- Neto, Jorge (2005), "Casamansa – Paz incerta", (Online).
Disponível em: <http://www.alem-mar.org>
- Niane, Djibril Tamsir (1989), *Histoire des Mandingues de l'Ouest*, Paris, Karthala.
- Nnoli, Okwudiba (2007), "Theories and concepts of ethnicity" em Celestine Oyom Bassey & Oshita O. Oshita (eds.), *Conflict, Resolution, Identity Crisis and Development in Africa*, Abuja, Institute for Peace and Conflict Resolution.
- Nóbrega, Álvaro (2003), *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Nye Jr., Joseph S. (2002), *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Gradiva.
- Osaghae E. Eghosa (2006), "Ethnicity and the State in Africa", *Working Paper Series*, 7, pp. 1-26.
- Pankhurst, Donna (1999), "Issues of Justice and Reconciliation in Complex Political Emergencies: Conceptualising, reconciliation, justice and peace ", *Third World Quarterly*, 20 (1), pp. 239 -256).
- Osaghae E., Eghosa (1994) "Ethnicity in Africa or African Ethnicity: The Search for Contextual Understanding," em U. Himmelstrand *et al* (eds.), *African Perspectives on Development*, London, and New York, James Currey and St. Martin's.
- Pereira, André Gonçalves e Fausto Quadros (2001), *Manual de Direito Internacional Público*, 3^a ed., Coimbra, Livraria Almedina.
- Pessoa, Fernando (1980), "Cinco Diálogos sobre a Tirania," em Joel Serrão (org.), *Ultimatum a Páginas de Sociologia Política*, Lisboa, Ática.
- Porto, João Gomes (s.a.), "A Nova Arquitetura de Segurança Africana: O alerta antecipado no seio da União Africana", (Online).
Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/porto_nova_arquitetura_seg_africana.pdf.
- Pureza, José Manuel (2011), "O desafio crítico dos estudos para a paz", *Relações Internacionais*, (32), pp. 5-22.
- Quintino, Fernando Rogado (1969), "Os Povos da Guiné," *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, XXIV (96), pp. 5- 40.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 5^a ed., Lisboa, Gradiva.

- Richards, Paul (1996), *Fighting for the rain forest: War, youth = and resources in Sierra Leone*, Oxford, The International African Institute.
- Richmond, Oliver P. (2011), *A Post – Liberal Peace*, London, Routledge.
- Roche, Christian (1985), *Histoire de la Casamance. Conquête et Résistance : 1850- 1920*, Paris, Éditions Karthala.
- Roque, Sílvia (2012), “Por que razões não se “mobilizam” os jovens? Gerindo possibilidades mínimas em Bissau”, em José Manuel Pureza, Sílvia Roque e Katia Cardoso (orgs.), *Jovens e Trajetórias de Violência: Os Casos de Bissau e da Praia*, Coimbra, Almedina.
- Russo, Valéria (1994), “The Constitution of a Gendered Enemy”, em Elisabetta Addis, Valéria Russo e Lorenza Sebesta (orgs.), *Women Soldiers: Images and Realities*, New York, St. Martin’s Press.
- Sall, Ebrima (1992), “Sénégal : territoires, frontières, espaces et réseaux sociaux”, *Travaux et Documents*, (36) pp.1- 28.
- Sandber, Even (1994), *The Changing Politics of Non – Governmental Organizations an African States*, London, Praeger.
- Sandole, Dennis J. D. (1993), “Paradigm, theories, and metaphors in conflict and conflict resolution: Coherence or confusion?”, em Dennis J. D. Sandole e Hugo Van der Merwe (eds.), *Conflict Resolution Theory and Practice: Integration and Application*, Manchester University Press.
- Santos, Luís Ivaldo Viialafañe Gomes (2011), *A Arquitetura de Paz e Segurança Africana*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.
- Santos, Vítor Marques dos (2007a), *Introdução à Teoria das Relações Internacionais: Referências de enquadramento teórico- analítico*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Santos, Vítor Marques dos (2007b), *A Questão Africana e as Relações Luso-Britânicas 1884-1914*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Scholem, Gershom, 1897-1982 (1990), *A Cabala e a Mística Judaica*, Trad. Pedro de Freitas Leal, Lisboa, Dom Quixote.
- Seck, Assane (2005), *Sénégal. Émergence d’une Démocratie Moderne*, Paris, Éditions Karthala.
- Senghor, Charles Thialice (2010), “Les Rois d’Oussouye se rebellent contre les autorités de la République”, 29 Mars, (Online).
Disponível em: www.pressafrik.com/Les-rois-d-Oussouye-se-rebellent-contre-les-autorites-de-la-Republique_a25177.html
- Silva, Adulcino (1994), *Cabinda: A Verdade Oculta*, Oeiras, C. L. Artes Gráficas Lda.
- Silva, Artur Augusto da (1983), *Direitos Civil e Penal dos Mandingas e dos Felupes da Guiné-Bissau*, 4ª ed., Bissau, Dedild.
- Silva, Artur Augusto da (1968), “Usos e Costumes Jurídicos dos Mandinga”, *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, XXIII, (91 – 92), maio-agosto, pp. 233 – 300.
- Silva, Francisco Carlos Teixeira da (2004) (org.), *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: As Grandes Transformações do Mundo Contemporâneo*, Rio de Janeiro, Campus.
- Silva, Tomaz Tadeu da et al (2005) (orgs.), *Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais*, 4ª ed., Petrópolis, Vozes.
- Simmel, Georg (1968), *Soziologie*, 5th ed., Berlin, Duncker and Humblot.
- Simmel, Georg (1964), *Conflict and the Web of Group-Affiliations*, New York, Free Press e London, Collier- Macmillan.

- Sonco, Bruno (2004), "The Casamance Conflict: A Forgotten Civil War?" *CODESRIA Bulletin*, 3 & 4, pp.30- 33.
- Sow, Abdoul Aziz (2008), "Les ressources sociales dans la gestion des conflits fonciers au Sénégal: cas du conflit casamançais", *Soronda - Revista de Estudos Guineenses, Número Especial, Experiências Locais de Gestão de Conflitos, Local Experiences of Conflict Management*, pp. 173 – 185.
- Tajfel, Henry (1978), "Social Categorization, Social Identity and Social Comparison", em Henry Tajfel (ed.), *Differentiation Between Social Groups: Studies in social psychology of intergroup relations*, London, Academic Press.
- Tomàs, Jordi (2010), "Casamance: el particularismo inquietante", em Jordi Tomàs (ed.), *Secesionismo en África*, Barcelona, Edicions Bellaterra.
- Tomàs, Jordi (2008), "Religion, peace and conflict resolution: a sacred King among Joola-húluf of Casamance in the 21st century", *Soronda - Revista de Estudos Guineenses, Número Especial, Experiências Locais de Gestão de Conflitos, Local Experiences of Conflict Management*, pp. 329 - 348.
- Tomàs i Guilera, Jordi (2005a), *La Identitat Ètnica entre els Joola d'Oussouye (Húluf, Bubajum áai)*, Tesi doctoral, Universitat Autònoma de Barcelona, Departament d'Antropologia Social i Cultural, (Online).
Disponível em: www.tdx.cat/bitstream/10803/5511/1/jtg1de1.pdf
- Tomàs, Jordi (2005b), "La parole de paix n'a jamais tort". La paix et la tradition dans le royaume d'Oussouye (Casamance, Sénégal)", *Revue Canadienne des Études Africaines*, 39, (2), pp. 414 – 441.
- Thomas, Louis-Vincent (1994), "Les Diola d'antan: A propos des Diola "traditionnels" de Basse-Casamance", em François-George Barbier-Wiesser (coord.), *Comprendre la Casamance: Chronique d'une intégration contrastée*, Paris, Éditions Karthala.
- Triviniños, Augusto N. S. (1987), *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*, São Paulo, Atlas.
- Tshiyembe, Mwayila (2003), *Géopolitique de Paix en Afrique Médiante: Angola, Burundi, République Démocratique du Congo, République du Congo, Ouganda, Rwanda*, Paris: L'Harmattan.
- Vamain, Carlos (1996), *Ação de Nulidade do Laudo Arbitral perante a Corte Internacional de Justiça: O Caso Guiné-Bissau/Senegal*, Dissertação de Mestrado em Direito Internacional, São Paulo, Universidade de São Paulo, FDUSP.
- Vink, Nico (1999), *The Challenge of Institutional Change: A practical guide for development consultants*, Amsterdam (Netherlands), Royal Tropical Institute.
- Viotti, Paul R e Mark V. Kauppi (1998), *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond*, 3rd ed., Boston, Library of Congress Cataloging.
- Wallensteen, Peter (2004), *Understanding Conflict Resolution, War, Peace and Global System*, New Delhi, Sage Publication.
- Walton, Richard E. & Robert B. Mckersie (1991), *A Behavioral Theory of Labor Negotiations: An analysis of a social interaction system*, New York, ILR Press.
- Weber, Max (1994), *Economia y Sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*, México, Fondo de Cultura Económica.
- Weber, Max (1983), *Fundamentos da Sociologia*, Porto, Rês Editora.

- Weber, Max (1971), *Economie et Société*, Paris, Plon.
- Werbner, Richard P. e Terence O. Ranger (1996) (eds.), *Postcolonial Identities in Africa*, London, Zed Books.
- Wilde, Zulema D. e Luis M. Gaibrois (2003), *O que é a Mediação*, Coimbra Editora.
- Williams, Paul D. (2013), “Operações de paz em África: Lições Aprendidas Desde o Ano 2000”, *Resumo de Segurança em África*, 25. (Online).
Disponível em: http://africacenter.org/wp-content/uploads/2013/11/ASB25Final_POR.pdf
- Wolkmer, António Carlos (1999) “Pluralismo jurídico: O novo paradigma de legitimação”, (Online).
Disponível em: www.passeidireto.com/.../pluralismo-juridico---novo-paradigma-de-legitimacao
- Yameogo, Hermann (1993), *Repenser l'État Africain: Ses Dimensions et Prérogatives*, Paris, L'Harmattan.
- Zartman, I William & Jeffrey Z. Rubin (2002) (eds.), *Power and Negotiation*, University of Michigan Press.

ANEXOS

ANEXO A – LISTA NOMINAL DOS ENTREVISTADOS

Abdoulaye Dieng, senegalês, General, foi Embaixador Plenipotenciário do Senegal na Guiné-Bissau (2001-2014).

Allen Yero Embaló, guineense, é jornalista e correspondente da Rádio França Internacional, na Guiné-Bissau, desde 1997 à data presente. Assistiu a primeira manifestação do MFDC em Ziguinchor, em 1982 e fez cobertura de diferentes atos de conflitualidade e do processo de paz de Casamansa.

Ana Maria Ferreira Duarte, guineense, é presidente da Associação de Amizade de São Domingos, desde (1998). Esta associação atua no domínio da paz.

Dembo Djité, guineense foi deputado da Bancada parlamentar do PAIGC, eleito três vezes sucessivos (1999; 2004 e 2008) e Presidente da Comissão Especializada da Defesa e Segurança (2001 - 2007).

Ensa Mahatma Djandy, guineense, Embaixador, foi Diretor do Departamento África, Ásia e Oceânia do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1991-1997) e responsável do Dossiê de Casamansa (1991-2002).

Etchen Sambú, guineense, foi coordenador da West Africa Network for Peacebuilding (WANEP).

Ibrahima Gassama, senegalês (casamansense), jornalista, é Diretor-geral da Rádio ZIG-FM de Ziguinchor.

Margueritte Coly Kenny, Senegalesa (casamansense), é presidente da KABONKETOOR, associação que atua no domínio da paz em Casamansa.

Satú Camará Pinto (Adja), guineense, deputada, foi Governadora da região de Cacheu (1991-1996), esteve presente na reunião de Cacheu entre o MFDC e o Governo senegalês, em 1992.

Seynabou Male Cissé, senegalesa (casamansense) professora, formada em geografia é coordenadora da CRSFPC/USOFORAL, desde 2003.

ANEXO B - GUIÃO DE ENTREVISTA

PROJETO DE TESE: A GUINÉ-BISSAU NO PROCESSO DE RESOLUÇÃO DO CONFLITO DE CASAMANSA

TÓPICOS E QUESTÕES

Primeiro tópico: O conflito de Casamansa

Pergunta: O Sr./Sra. já ouviu falar do conflito de Casamansa no sul do Senegal?

Segundo tópico: Efeitos do conflito

Pergunta: Conhece as implicações deste conflito para a Guiné-Bissau?

Terceiro tópico: Processo de paz

Pergunta: Tem conhecimento que o primeiro Acordo de paz entre o Governo senegalês e o Movimento Democrático de Casamansa foi assinado em Bissau, na República da Guiné-Bissau?

Quarto tópico: Guiné-Bissau Parte Garante do processo de paz

Pergunta: O Sr./Sra. tem conhecimento que a Guiné-Bissau foi Parte Garante do processo de paz de Casamansa?

Quinto tópico: Mediação

Pergunta: Na sua opinião, a Guiné-Bissau reúne suficientemente as condições de imparcialidade e neutralidade para desempenhar o papel de mediador do conflito de Casamansa?

GUIDE DE L'ENQUETE

PROJET DE TESE: LA GUINÉE-BISSAU DANS LE PROCESSUS DE RÉOLUTION DU CONFLIT DE LA CASAMANCE

SUJETS ET QUESTIONS

Premier sujet: conflit de LA casamance

Question: M/Mme a déjà entendu parler du conflit de la Casamance au sud du Sénégal?

Deuxième sujet: Les effets du conflit

Question: Connaissez-vous les conséquences de ce conflit pour la Guinée-Bissau?

Troisième sujet: Guinée-Bissau Partie Garante du processus de paix

Question: M/Mme avez vous connaissance que Guinée-Bissau était Partie Garante du processus de la paix de la Casamance?

Quatrième sujet: Processus de la paix

Question: Avez-vous la connaissance que le premier Accord de paix entre le Gouvernement sénégalais et le Mouvement des Forces Démocratiques de Casamance a été signé à Bissau, dans la République de Guinée-Bissau?

Cinquième sujet: Médiation

Question: À votre avis, la Guinée-Bissau remplit suffisamment les conditions d'impartialité et neutralité pour jouer le rôle de médiateur dans la résolution du conflit de la Casamance?

TÓPICOS E PERGUNTAS DIRIGIDAS ESPECIFICAMENTE ÀS MULHERES

Primeiro tópico: Conflito de Casamansa

Pergunta: A Senhora já ouviu falar do conflito de Casamansa no sul do Senegal?

Segundo tópico: Efeitos locais do conflito

Pergunta: Quais os efeitos do conflito para a população local?

Terceiro tópico: Negociações

Pergunta: A Senhora tem sido implicada nas negociações ou outras atividades para a paz em Casamansa?

Quarto tópico: Iniciativas e contribuições das associações e das mulheres para a paz

Pergunta: Quais as iniciativas que têm sido promovidas pelas associações femininas em favor à paz em Casamansa?

Pergunta: Que análise faz da implicação e contribuição das mulheres no processo de paz em Casamansa?

SUJETS ET QUESTIONS ADRESSÉES SPECIFIQUEMENT AUX FEMMES

Premier sujet: Conflit de Casamance

Question: Avez-vous déjà entendu parler du conflit de la Casamance au sud du Sénégal?

Deuxième sujet: Les effets locaux du conflit

Question: Quels sont les effets du conflit pour la population locale?

Troisième sujet: Négociations

Question: Mme aviez-vous été impliquée dans des négociations ou toute autre activité en faveur de la paix en Casamance?

Quatrième sujet: Initiatives et contributions des associations et des femmes pour la paix en Casamance.

Question: Quelles initiatives ont été promues par des associations féminines pour la paix en Casamance?

Question: Quelle analyse faites-vous de l'implication et de contribution des femmes dans le processus de paix en Casamance?

ANEXO C - OPERAÇÕES CONJUNTAS

NOTA DE ABERTURA

NA SEQUÊNCIA DE VÁRIOS CONTACTOS HAVIDOS ENTRE OS DOIS CHEFES DE ESTADOS, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E PRESIDENTE DA REPÚBLICA SENEGALESA;

TENDO EM CONTA A SITUAÇÃO QUE VEM PREVALECENDO NA FRONTEIRA SUL DA REPÚBLICA DO SENEGAL EM RELAÇÃO AS ACÇÕES DO MFDC;

E CONSIDERANDO AINDA OS LAÇOS DE AMIZADE E O ESPÍRITO DE COLABORAÇÃO QUE SEMPRE CARACTERIZOU A VONTADE POLÍTICA ENTRE OS DOIS CHEFES DE ESTADO,

DECIDIU-SE DAR ORIENTAÇÕES AOS DOIS MINISTROS DAS FORÇAS ARMADAS PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES CONJUNTAS.

1ª OPERAÇÃO CONJUNTA

A 1ª operação conjunta foi denominada “OPERAÇÃO AHINGA”. A referida operação cujo conceito foi elaborado por indicações superiores, foi realizada a pedido do Senegal, conforme se pode constatar pela nota introdutória do presente documento, datado de 30 de Novembro de 1986.

Com efeito, baseando-se nos resultados de patrulhamento das forças Senegalesas no terreno após 22 de Novembro do mesmo ano, conjuntamente se achou conveniente organizá-lo.

Assim, decidiu-se que:

- a) A operação Ahinga duraria 3 dias;
- b) Tomariam parte nela 3 Companhias:

2 Companhias Senegalesas
1 Companhia Guineense.

- c) A Direcção de Operação Ahinga seria conjunta:

Parte Senegalesa - Coronel N'DOY OOSSOUMANE,
Parte Guineense - Major Saco Soares Cassama.

- d) A operação em questão teria início no dia 30. XI. 986.

RESULTADOS:

Na sequência da realização da Operação Ahinga foram obtidos os seguintes resultados:

- a) No dia 01. XII. 986, foi detectado no território Senegalês, mais concretamente na localidade de BAGAME, a presença dos REBELDES, traduzida em:

- 1 – 62 barracas;
- 2 – 1 espingarda tipo MAS -36, de fabrico Francês sob o nº L – 72581;
- 3 – Flechas e utensílios de cozinha;
- 4– Foram aprisionados 4 elementos de nacionalidade Senegalesa:

- PERRE SANHA;
- ERNESTO BADJI
- MAMADU BADIGA e
- TEREM MANGA

De salientar que a busca se estendeu até Pilar 172.

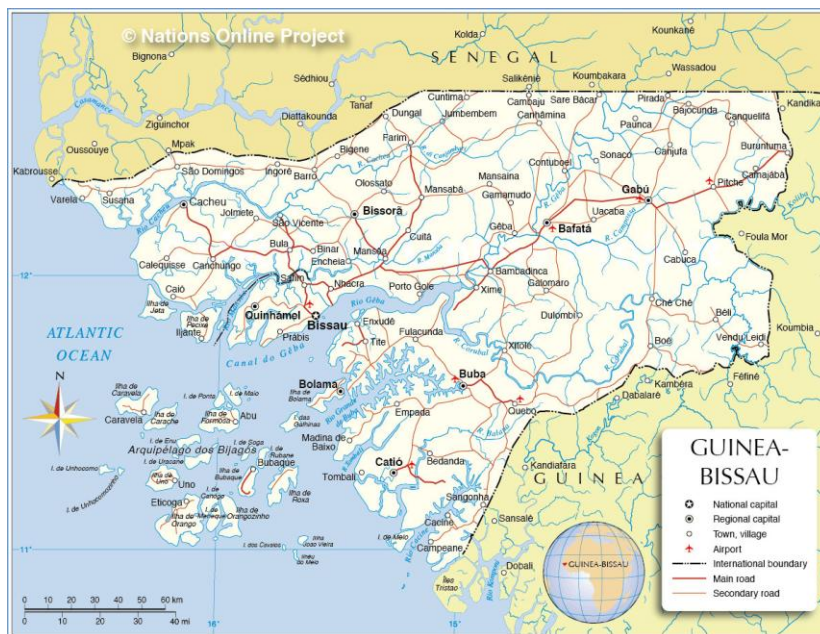
Houve troca de observadores, 11 de cada lado.

Assim, como foi criado um Estado-Maior-Conjunto, as Forças Senegalesas no terreno foram comandados pelo Major FAL.

Durante a operação não se constatou a existência de bases de Rebeldes no território Guineense.

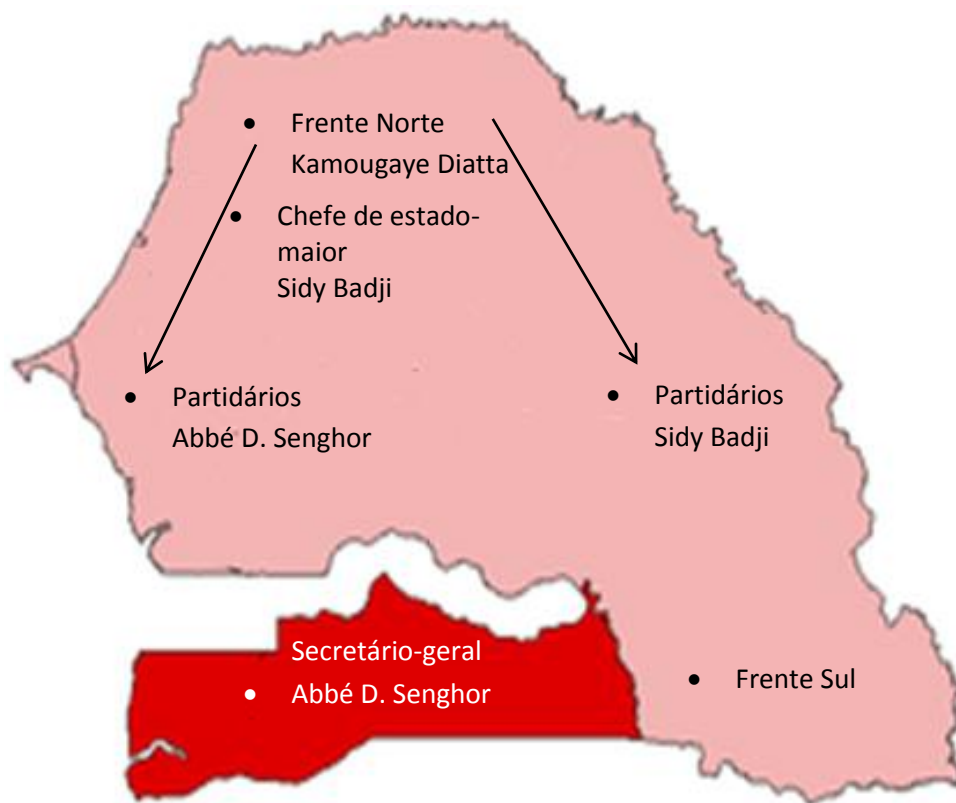
ANEXO D - LINHA DA FRONTEIRA ENTRE GUINÉ-BISSAU E SENEGAL

M'Pack é linha da fronteira que divide o território da Guiné-Bissau do Senegal.



Fonte: www.nationsonline.org/maps/guinea-bissau-political-map.jpg

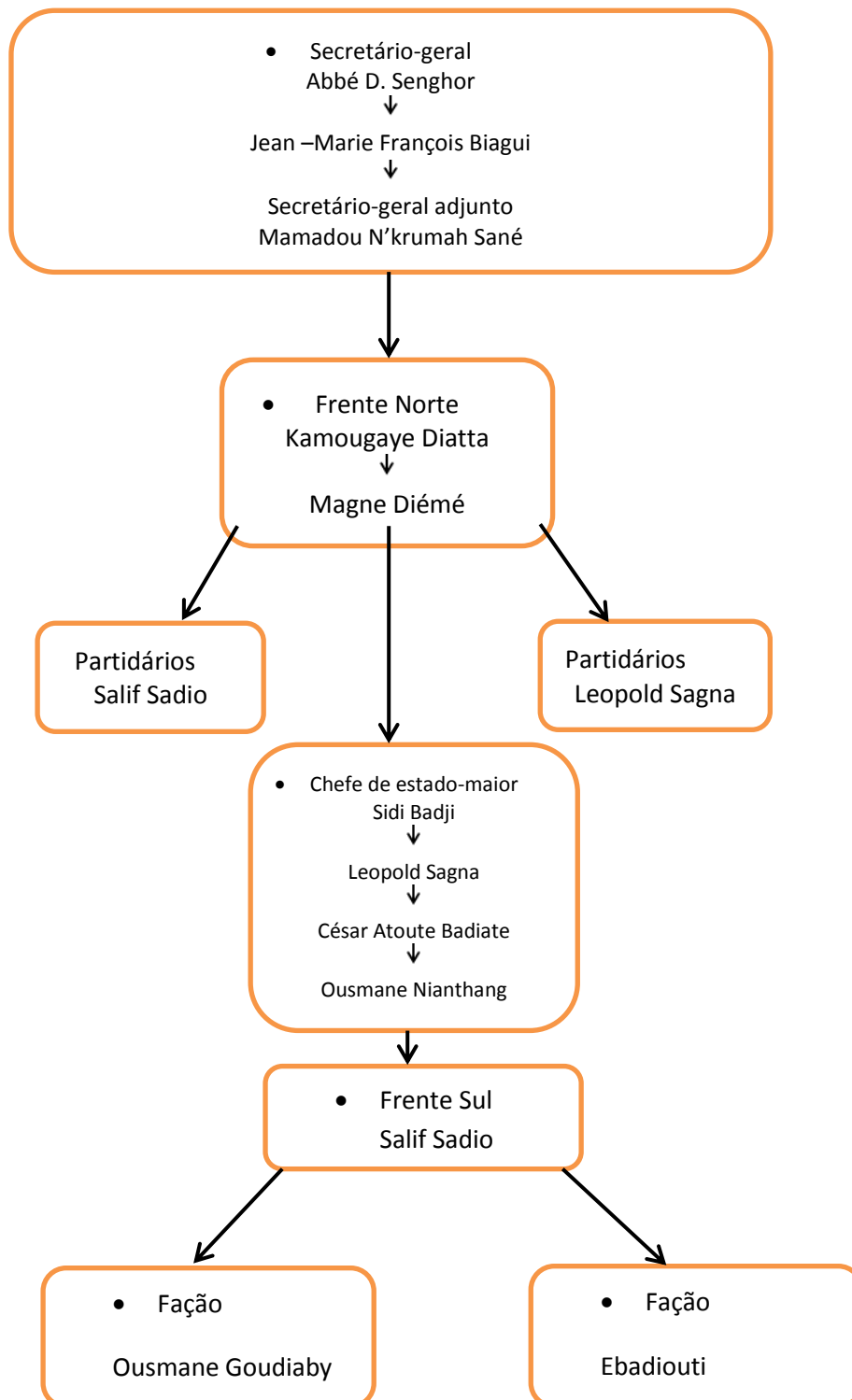
ANEXO E - O MFDC E A CISÃO DA FRENTE NORTE



- Secretário-geral adjunto (Ala externa - Paris)
- Mamadou N'krumah Sané

(Adaptado do mapa de Casamansa) em : fr.wikipedia.org/wiki/Casamance

ANEXO F - DIVISÃO DAS FRENTE EM FAÇÕES



ANEXO G – PROTOCOLO ADICIONAL AO ACORDO DE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA E DEFESA ENTRE A REPÚBLICA DO SENEGAL E A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

O Governo da República do Senegal e o Governo da República da Guiné-Bissau denominados “Partes Contratantes”.

Conscientes das suas obrigações na manutenção da Paz, de acordo com os princípios enunciados pelas Cartas das Nações Unidas e da OUA;

Conscientes da necessidade de preservar e reforçar cada vez mais, os laços de fraternidade, relações de boa vizinhança e Paz indispensável para o seu desenvolvimento harmonioso;

Considerando os atentados contra a Segurança ou as ameaças contra a estabilidade, integridade do território e unidade de um dos dois países que podem desenvolver-se ao nível da sua fronteira comum ou à partir do território do outro;

Em harmonia com as disposições do artigo 5º, do Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança e Defesa assinado entre os dois países no dia 8 de Janeiro de 1975;

DECIDIRAM O SEGUINTE:

Artigo Primeiro

Cada uma das partes contratantes compromete-se a impedir que o seu território seja utilizado para preparar ou executar as acções subversivas contra a outra parte ou prejudiciais a sua Segurança ou a sua Defesa.

Artigo Segundo

1. As duas partes materializarão uma cooperação militar activa estabelecendo:

- a) Ligações telefónicas e rádios eléctricas;
- b) Trocas de oficiais ou de equipas de ligação, de delegações desportivas e outras;
- c) Contactos entre chefes militares locais no terreno;
- d) Encontros entre as autoridades militares centrais e locais dos dois países conforme a seguinte periodicidade:

- De três em três meses, ao nível de Comandantes, Região ou Zona;
- De seis em seis meses, entre os Chefes de Estados- Maiores respectivos dos três ramos (Exército, Marinha e Força Aérea);
- Anualmente, entre os Chefes de Estados- Maiores Gerais.

2. Em caso de necessidade, poderão realizar-se encontros extraordinários mediante solicitação de uma ou outra parte.

3. Os encontros terão lugar alternadamente num e noutra parte.

Artigo Terceiro

1. Para pôr fim as acções, tais como mencionadas no artigo primeiro as Forças Armadas e de Segurança dos dois países poderão, cada vez que necessário, apoiar-se mutuamente ou efectuar operações conjuntas.

2. As operações conjuntas consistem, após consulta prévia entre os dois Estados-Maiores Gerais das Forças Armadas dos dois países, em operações simultâneas de um e de outro lado das fronteiras, cada uma das Forças Armadas manobrando dentro dos limites do seu território nacional:

3. Estas operações podem pôr em acção unidades dos três ramos (Exército, Marinha e Força Aérea).

Artigo Quarto

As duas partes comprometem-se a resolver, na base do espírito de Amizade e de compreensão mútua, qualquer divergência originada pela interpretação ou aplicação deste protocolo.

Artigo Quinto

1. O presente Protocolo permanecerá em vigor enquanto não fôr denunciado por escrito por uma das partes.

2. A denúncia não produzirá efeito senão três meses após sua notificação.

Artigo Sexto

Este Protocolo entra em vigor após notificação recíproca do cumprimento das formalidades Próprias de cada país.

O presente Protocolo foi concluído em línguas francesa e portuguesa em dois originais, fazendo igualmente fé.

Presidência do Conselho de Estado
Resolução nº 11/92, de 21 de Setembro

O Conselho de Estado decide, nos termos da alínea 1, nº 1 do artigo 64º da Constituição o seguinte:

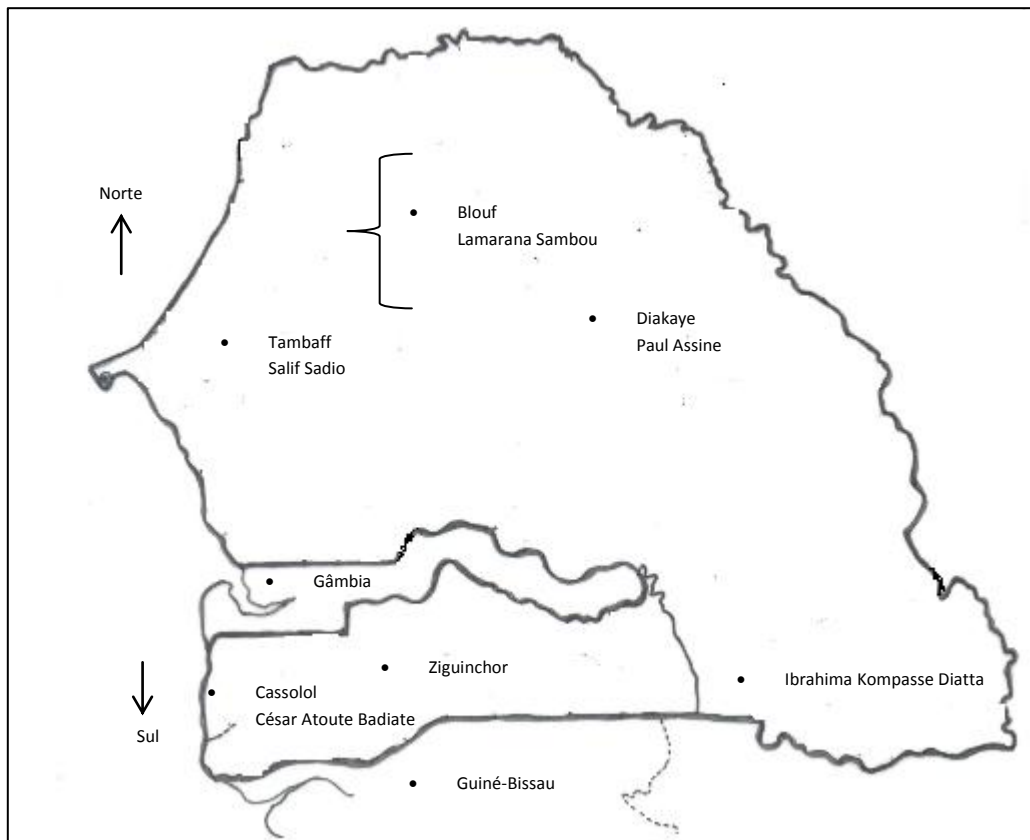
Artigo Único: É ratificado o Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança e Defesa entre a República do Senegal e a República da Guiné-Bissau, assinado aos 27 de Julho de 1990 em Bissau, em duas versões (portuguesa e francesa) que se publicam em anexo à presente Resolução.

Aprovado em 9 de Agosto de 1992.

Publique-se.

O Presidente do Conselho de Estado, General João Bernardo Vieira.

ANEXO H – DIVISÃO ATUAL DO MFDC EM CINCO FAÇÕES



Fonte: Adaptado de <http://www.memoireonline.com/07/08/1192/importance-route-developpement-socioeconomique-region-boucle-de-blouf.html>

- Bignona

ANEXO I - CRONOLOGIA DO CONFLITO E DO PROCESSO DE PAZ DE CASAMANSA

Cronologia				
Ano	Partes em conflito (MFDC e Governo senegalês)	Parte Garante (Guiné-Bissau)	Sociedade Civil, Autoridades tradicionais e religiosas	Senegal, Gâmbia e Guiné-Bissau
1947	Formação do MFDC			
1982	1ª manifestação do MFDC em Ziguinchor; Detenções e mortes			
1983	2ª manifestação do MFDC em Ziguinchor; Pena de prisão de 5 anos para 41 detidos da manifestação de 1982			
1985/90	Formação de <i>Atika</i> (combatentes) do MFDC			
1986				1ª operação militar conjunta entre (Guiné-Bissau/Senegal)
1988	Amnistia de Abbé D. Senghor e outros dirigentes do MFDC			
1990	Confrontos armados entre guerrilheiros do MFDC e o Exército senegalês	Nomeação da Guiné- Bissau como Parte Garante do processo de paz	1ºs contatos dos quadros casamansenses com o MFDC	Disputa sobre fronteira marítima entre Senegal e Guiné-Bissau
1991	Assinatura do 1º acordo de paz entre as partes, em Bissau; Sidy Badji deixa a chefia de estado-maior do MFDC, é substituído por Léopold Sagna			
1992	1ª cisão do MFDC na Frente Norte de Kamougaye Diatta; Frente Sul de Abbé D.Senghor recusa cumprir o acordo de paz	Parte Garante reúne com autoridade senegalesa e o MFDC em Ziguinchor		Reunião do MFDC em Cacheu, com apoio da Parte Garante
1993	Assinatura do 2º acordo de paz em Ziguinchor	Parte Garante participa no acordo como Garante da paz		

1995	Ofensiva das Forças Armadas na Baixa Casamansa			Desaparecimento de 4 turistas franceses em Casamansa; Patrulhamento conjunto dos Exércitos senegalês e Guineense nas fronteiras
1997	Intensos confrontos entre os guerrilheiros e as Forças Armadas		Contribuição das OSC e da Igreja Católica nos programas de paz com apoio da França	Deslocações massiva das populações de Casamansa para refugiarem na Gâmbia e na Guiné-Bissau
1998/99			CONGAD organiza Fórum da sociedade civil para a paz e o desenvolvimento, em Ziguinchor	Conflito político-militar na Guiné-Bissau. Derrube do Presidente Nino Vieira
1999	Assinatura do 3º acordo de paz em Banjul, na Gâmbia sem presença da Guiné-Bissau			Transição política. Eleições gerais na Guiné-Bissau, ganhas pela Oposição
2000			As ONG apoiam reinserção dos deslocados e refugiados	Eleições presidenciais e legislativas no Senegal, ganhas pela Oposição
2001	Assinatura do 4º acordo de paz em Ziguinchor. Jean-Marie François Biagui substitui Abbé D. Senghor na liderança do MFDC. Léopold Sagna é morto e César Atoute Badiate assume o comando de seus combatentes			Os Presidentes Abdoulaye Wade e koumba lalá reforçam a cooperação político-militar Senegal/ Guiné-Bissau
2003	Morte de Sidy Badji; Luta interna e novas divisões no MFDC		As ONGs e as autoridades tradicionais se juntam para a paz	
2004	Assinatura do 5º acordo de paz em Ziguinchor			
2005	Negociação entre MFDC e o Governo com a presença das OSC, em Foundiougue		Participação da sociedade civil na Negociação de Foundiougue	
2006				Operação militar “limpeza” na fronteira da Guiné-Bissau: expulsão das bases da ala de Salif Sadio
2007	Morte de Abbé D. Senghor. Novas divisões no MFDC		Conferência das mulheres líderes parlamentares e das OSC, sobre a paz nas zonas fronteiriças	
2010			Criação da Plataforma das Mulheres de Casamansa para a Paz; os reis de Oussouye reivindicam participação no processo de paz	
2011				Senegal e Gâmbia assinam acordo de patrulhamento conjunto na linha da

				fronteira entre Casamansa e Gâmbia
2012	Mediação de <i>Sant'Egidio</i> e libertação de 8 militares detidos pelo MFDC			Eleições gerais no Senegal; Macky Sall é eleito Presidente
2013				Tensão política entre Senegal e Gâmbia
2014	O Presidente Macky Sall e o MFDC demonstram abertura para o diálogo			